



Instituto de Investigação e Formação Avançada

Rute Sousa Matos

A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano - Reflexões

Tese apresentada à Universidade de Évora para a Obtenção do Grau de
Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem

Orientadora: Professora Doutora Aurora Carapinha

Évora 2010



Instituto de Investigação e Formação Avançada

Rute Sousa Matos

**A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem
em Espaço Urbano - Reflexões**

Tese apresentada à Universidade de Évora para a Obtenção do Grau de
Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem

Orientadora: Professora Doutora Aurora Carapinha

Évora 2010

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Aurora Carapinha, pela orientação, disponibilidade, persistência e amizade. Por me manter no caminho e por me mostrar o que é realmente importante neste devaneio que é a paisagem.

À minha família:

Ao Paulo, ao Vasco e à Mafalda, pelo tempo que lhes foi roubado. Pelas horas que não estudámos, brincámos e estivemos juntos.

À minha mãe que me ensinou a ir sempre mais longe.

Aos meus amigos e colegas:

À São Freire, companheira nas viagens desta, e nesta viagem. Por todo o apoio, moral e logístico.

À Ana Lúcia Antunes e ao Miguel Alvim pelo apoio prático prestado na fase do primeiro esboço da redacção.

À Rosário Salema pela informação relativa a uma fase inicial das hortas urbanas de Lisboa.

À Maria José Fundevilla por toda a sua disponibilidade e pela cedência de toda a informação actual, regulamento e fotos relativas às hortas urbanas de Lisboa.

À Leonor Cheis pela cedência da memória descritiva e fotografias do projecto de paisagem do “Parque Ribeirinho de Benavente” da autoria do *atelier* NPK, aqui apresentado.

Ao Professor Doutor Alexandre Cancela d’Abreu pela cedência das fotografias, propriedade do Atlas das Paisagens, aqui apresentadas.

À Ana Alexandra Silva pela transformação do resumo em *abstract* e por toda a disponibilidade demonstrada.

Ao Paulo Carreira e à Augusta Carreira pela formatação da tese e por todo o apoio prático prestado.

À Paula Simões, pela revisão final da tese.

E a todos os outros amigos que sempre me apoiaram, directa ou indirectamente, e sempre acreditaram em mim.

RESUMO

A REINVENÇÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM EM ESPAÇO URBANO – REFLEXÕES.

Ao conceito de paisagem é inerente uma multifuncionalidade histórica, que se associa desde sempre aos conceitos e às práticas do recreio, da protecção e da produção. Esta multifuncionalidade perdeu-se com o movimento moderno, daqui surgindo o espaço *verde* amorfo e residual e o espaço intersticial, vazio e sem apropriação, tão característicos da cidade contemporânea.

Este estudo é uma reflexão acerca do retorno à multifuncionalidade perdida através da recuperação da ocorrência simultânea das funções produtiva, de recreio e de protecção, numa estrutura de paisagem que se quer contínua, estruturante e que assegure a ocorrência dos processos e fluxos dos vários sistemas que constroem a paisagem. Consideramos que a agricultura urbana deverá incluir esta estrutura pois para além de assegurar a sua função produtiva, é perfeitamente compatível com os princípios holísticos da arquitectura paisagista e inteiramente pertinente na conjuntura mundial de crise e do aumento de população urbana previsto nas próximas décadas.

Palavras-chave: Paisagem, Multifuncionalidade, Espaço Intersticial, Agricultura Urbana

ABSTRACT

THE REINVENTION OF LANDSCAPE MULTIFUNCTIONALITY IN URBAN SPACES: SOME REFLECTIONS.

The historical multi-functionality inherent to the concept of landscape has always been associated with the concepts and practices of recreation, protection and production. The loss of this multi-functionality caused by the modern movement gave origin to the residual and amorphous *green* space and to the interstitial empty space, which characterize the contemporary city.

This study aims to reflect upon the return to the lost multi-functionality through the simultaneous recovery of the productive, recreational and protection functions, in a landscape structure that is envisaged to be continuous, structuring and able to ensure the occurrence of the processes and flows of its several systems.

It is our belief that urban agriculture should include such a structure: in addition to ensuring its productive function, it is perfectly compatible with the holistic principles of landscape architecture and may play a significant role in the positive response to social concerns caused by the world economic crisis and the predicted growth of urban population over the next decades.

KEYWORDS: Landscape, Multifunctionality, Interstitial Space, Urban Agriculture

ACRÓNIMOS

ANUMI- African Network of Urban Management Institutions

CIAM – Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna

CNUED - Conférence des Nations Unies sur l'Environnement et le Développement

CPULs - Continuous Productive Urban Landscape

DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DOC - Denominação de Origem Controlada

ECNC - Expertise Centre for Biodiversity and Sustainable Development

FAO - Food and Agriculture Organisation of the United States

IBA - International Bauausstellung

ICLEI - International Council for Local and Environmental Initiatives

IUCN - International Union for Conservation of Nature

NVQ - National Vocational Qualification

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

PAIA – Food for the Cities – Food Supply and Distribution to Cities.

RUAF- Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security

SGUA- Support Group on Urban Agriculture

UAC - Urban Agriculture Casablanca

UN-Habitat - United Nations Human Settlements Program

UNCED - United Nations Conference on Environment and Development

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNDP - United Nations Development Programme

WWF - World Wildlife Fund

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vii
ACRÓNIMOS.....	ix
ÍNDICE.....	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I.....	11
O Retorno à Multifuncionalidade da Paisagem	11
1. O Conceito de Paisagem – Revisão.....	13
1.1 A Questão Semântica.....	13
1.2 A Evolução Histórica	20
1.3 A Abordagem Multidisciplinar	33
1.3.1 O contributo da geografia.....	34
1.3.2 O contributo da ecologia	37
1.3.3 O contributo das ciências sociais e humanas.....	39
1.3.4 A paisagem no pensamento filosófico	41
1.3.5 A paisagem dos arquitectos paisagistas	43
2. Natureza <i>versus</i> Cultura	48
3. Paisagem Global.....	55
4. As Políticas Públicas de Paisagem.....	57
5. A Promiscuidade da Paisagem.....	65
6. A Paisagem e o <i>Landscape Urbanism</i>	79
6.1 O Caso Português.....	92
CAPÍTULO II.....	103

Periferias e Espaços Intersticiais Urbanos.....	103
1. A Periferia na História da Cidade	105
2. A Periferia e os Processos económicos	132
3. Os Espaços Intersticiais Urbanos	139
3.1. Os Espaços Intersticiais como Lugares de Memória.....	148
3.2. A Questão Terminológica	155
4. A Mobilidade nos Processos de Dispersão Urbana	169
5. As Questões Energéticas e o Desenvolvimento Sustentável	178
5.1. As Questões Energéticas e o Desenvolvimento Sustentável das Cidades	183
CAPÍTULO III	191
Agricultura Urbana	191
1. O que é a Agricultura Urbana?.....	193
1.1 As hortas urbanas.....	197
1.2 <i>Continuous Productive Urban Landscape</i> (CPULs) - Paisagem Urbana Contínua e Produtiva.....	211
1.3 O campo urbano	217
2. O Porquê da Agricultura Urbana	224
2.1 Os benefícios e obstáculos da agricultura urbana.....	233
2.1.1 Segurança alimentar e nutrição	237
2.1.2 Saúde	238
2.1.3 Desenvolvimento económico local	239
2.1.4 Socioculturais	240
2.1.5 Gestão ambiental urbana	241
2.2 Política e Agricultura Urbana	242
3. A Agricultura na Cidade.....	248
3.1 Os precursores da agricultura urbana ou a permanência de uma necessidade... ..	248
3.2 A agricultura nas periferias.....	256

3.3 A agricultura nos espaços intersticiais	266
4. A Agricultura Urbana no Contexto do <i>Landscape Urbanism</i>	273
5. Conclusão - A Agricultura Urbana como uma Nova Abordagem ao Projecto de Paisagem no Espaço Urbano	282
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	301
ANEXOS.....	335
ANEXO 1	337
Parc de Lancy.....	337
ANEXO 2	341
Regulamento para Instalação e Funcionamento de Áreas de Agricultura Urbana – Câmara Municipal de Lisboa.	341
ANEXO 3	351
Agricultura urbana como um factor integrativo de desenvolvimento urbano de clima optimizado – Casablanca – Marrocos.	351
ANEXO 4	359
Chanteloup-les-Vignes – Paris.....	359
ANEXO 5	363
Parc Agrari del Baix Llobregat	363
ANEXO 6	365
Bieslandse Polder – Delft.....	365
ANEXO 7	367
Parque Ribeirinho de Benavente	367
ANEXO 8	370
Leisurescape	370

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Os gregos cultivavam uma simplicidade metafísica a par da natureza e dos jardins. Fonte: Leloir (1841) – Réunion des Musées Nationaux, Paris</i>	22
<i>Figura 2 - Paisagem com S. Jerónimo. Fonte: Museo Nacional del Prado – J. Patinir – 1516-1517.</i>	23
<i>Figura 3 - Apolo com Sibila de Cuma. Fonte: Salvator Rosa, 1666 – Londres, Wallace Collection.</i>	24
<i>Figura 4 - O ideal de paisagem pitoresca do século XVIII. Fonte: E.T. Archives – C- Lorrain, não datado.</i>	25
<i>Figura 5 - Tsarkoe - Selo: Vista do lago, com o pavilhão do Hermitage ao fundo à direita. Fonte: Litografia de Meyer, impressa por Lemercier em 1846 – Biblioteca Nacional de Paris.</i>	26
<i>Figura 6 - A Baía de Marselha – Cézanne. Fonte: Musée d’Orsay – Paul Cézanne – 1883-1885.</i>	27
<i>Figura 7 - Plano de Berlim. Fonte: Magalhães, M. (2001), p. 107</i>	29
<i>Figura 8 – Terraços. Fonte: Cancela d’Abreu et. al. (2004).</i>	71
<i>Figura 9 – Montado. Fonte: Cancela d’Abreu et. al. (2004). Foto cedida pelo Professor Doutor Alexandre Cancela d’Abreu.</i>	71
<i>Figura 10 - A proximidade e o contraste entre a indústria extractiva e a cultura de vinha. Fonte: Cancela d’Abreu et. al. (2004). Foto cedida pelo Professor Doutor Alexandre Cancela d’Abreu.</i>	73
<i>Figura 11 - A cultura da oliveira, presente em toda a região mediterrânica. Fonte: Cancela d’Abreu et. al. (2004). Foto cedida pelo Professor Doutor Alexandre Cancela d’Abreu.</i>	74
<i>Figura 12 - Central Park. Em cima o plano original de Olmsted e Vaux. Em baixo o plano que mostra o alargamento à 110th street. Fonte: Chadwick, G. (1966), p. 197.</i>	83
<i>Figura 13 - Plano Geral do Estádio Nacional. Fonte: HFCC. Tinta sobre vegetal, cópia de José Pedro Martins Barata (2000) sobre cópia ozalite, não datada. 94x113. S.e</i>	96
<i>Figura 14 - Plano de Circulações do Jardim da Gulbenkian. Estudo Prévio de 1961. Fonte: Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, não datado.</i>	98
<i>Figura 15 - Ermida de S. Jerónimo. Fonte: Manuel Ribeiro, 2002..</i>	99
<i>Figura 16 - Birkenhead Park: pioneiro na promoção pública do parque/subúrbio. Esta imagem é testemunho de como as periferias constituíam parte integradora do espaço urbano. Fonte: Chadwick, G. (1966), p. 79</i>	105
<i>Figura 17 - Évora - silhueta da cidade - desenho de Duarte de Armas, 1501. Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, não datado.</i>	106
<i>Figura 18 - Livro de horas de Paul Jannot - Travaux et fêtes moyen age. Fonte: Alçada, M. (2007, Abril), p. 214.</i>	107
<i>Figura 19 - A igreja e o povo - Juan Miró, 1919. Fonte: Miró 1919. Collection Dolorés Miró de Punyer.</i>	108
<i>Figura 20 - A cidade-jardim de Welwyn, 1920; Plano geral. Fonte: Louis de Soissons, 1920.</i>	111
<i>Figura 21 - Arturo Soria y Mata - A Cidade Linear, 1882-1913; projecto de distribuição das ruas e das parcelas. Fonte: La Ciudad Lineal como Arquitectura Nueva de Ciudades, Madrid, 1913.</i>	117
<i>Figura 22 - Expo 02 - Yverdon-les-Bains. Plano de modelação do terreno. Fonte: West 8. (2007). p. 51.</i>	137
<i>Figura 23 - Bijlmeer Memorial. Testemunhas silenciosas do acidente: "as árvores", no centro do memorial. Uma pequena fonte marca o ponto onde o Boeing 747 se terá despenhado. Fonte: Weilacher, U. (2005), p. 45.</i>	173
<i>Figura 24 - Interpolis Gardens - Tilburg. Espelhos de água, relvados, lajes de xisto e fragmentos de tijolo vermelho caracterizam a imagem geral do parque. Fonte: Weilacher, U. (2005), p. 39.</i>	174
<i>Figura 25 - O conceito de jardim botânico foi re-interpretado por Lothar Baumgarten na Fundação Cartier em Paris - galeria de arte contemporânea projectada por Jean Nouvel em 1994. Fonte: Hill, P. (2004), p. 56.</i>	175

<i>Figura 26 - Biblioteca Nacional de Paris - Os pinheiros foram transplantados, já adultos, para criar um jardim fechado evocando a imagem de uma floresta verde densa e profunda. Este jardim pode ser visto dos apartamentos dos edifícios mais altos que envolvem a Biblioteca, assim como das suas torres de vidro. Fonte: Hill, p. (2004), p. 136.</i>	176
<i>Figura 27 - Agricultura Urbana na cidade de Lisboa – cultivo de vegetais. Fonte: Foto cedida pela Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla Comissária para a Agricultura Urbana na Câmara Municipal de Lisboa.</i>	195
<i>Figura 28 - Horta urbana em Lisboa relação entre as hortícolas e o espaço edificado. Fonte: Foto cedida pela Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla Comissária para a Agricultura Urbana na Câmara Municipal de Lisboa.</i>	196
<i>Figura 29 - Agricultura periurbana no Sul de Itália. Fonte: Donadieu, P. (2006). p. 81.</i>	196
<i>Figura 30 - Agricultura Urbana em Londres, por altura da Guerra, entre 1939 e 1945. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 102</i>	200
<i>Figura 31 - Farmer’s Market, Broadway e 114th Street em Nova Iorque. Fonte: Spens, (2005), p. 32.</i>	203
<i>Figura 32 - Hortas urbanas na Quinta da Granja, em Lisboa. Fonte: Foto cedida pela Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla Comissária para a Agricultura Urbana na Câmara Municipal de Lisboa.</i>	209
<i>Figura 33 - Hortas Urbanas de Chelas – vista panorâmica Este. Fonte: Foto cedida pela Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla Comissária para a Agricultura Urbana na Câmara Municipal de Lisboa.</i>	209
<i>Figura 34 - Hortas Urbanas de Chelas – vista panorâmica Oeste. Fonte: Foto cedida pela Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla Comissária para a Agricultura Urbana na Câmara Municipal de Lisboa.</i>	209
<i>Figura 35 - Projecto do corredor verde Parque Eduardo VII – Monsanto – Plano Verde de Lisboa. Fonte: Ribeiro Telles, G. (1997), p. 96.</i>	213
<i>Figura 36 - Agricultura Urbana em Cuba. Pueblo Grifo Nuevo, Cienfuegos. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 138.</i>	214
<i>Figura 37 - CPUL em Victoria Park. Este é um CPUL modesto adjacente ao Victoria Park no Norte de Londres. Intervenções como esta mantêm o carácter dos CPUL mais extensos e podem, no futuro, ser alargados. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 241.</i>	215
<i>Figura 38 - Campo urbano, no sul de Itália, que se coloca entre a agricultura do espaço urbano e a desagregação do espaço rural. Fonte: Donadieu, P. (2006), ob. cit., p. 77.</i>	218
<i>Figura 39 - O campo urbano faz parte da cidade sem constituir um parque de recreio. Fonte: Donadieu, P. (2006), ob. cit., p. 66.</i>	219
<i>Figura 40 - Campo urbano no Sul de Itália. Fonte: Donadieu, P. (2006), ob. cit., p. 78.</i>	220
<i>Figura 41 - Palácio Pitti, em Florença, tal como seria no século XV.</i>	256
<i>Figura 42 - Versalhes. O laranjal e a escadaria dos cem degraus. Fonte: Martin des Batailles, Musée National du Chateau de Versailles et de Trianon, não datado.</i>	266
<i>Figura 43 - Siedlung Niederrad – Plano e imagem do interior do quarteirão, com o logradouro colectivo. Fonte: Lamas, J. R. G. (2000), p. 332.</i>	268
<i>Figura 44 - Parc Henri Matisse. Gilles Clément. Fonte: Cerver, (2001). p. 136.</i>	270
<i>Figura 45 – Proposta do Arquitecto Nuno Portas e do Atelier NPK para a Portela. Fonte: David, A. (Coord.). (2007). P. 143.</i>	271
<i>Figura 46 – Lyon Confluence. Fonte: Basdevant, M. (2009), p. 42</i>	281
<i>Figura 47 - Plano Verde de Lisboa onde estão incluídos o sistema de recreio o sistema associado, o sistema misto e o sistema de protecção. Fonte: Ribeiro Telles, G. (1992), p. 90.</i>	289

<i>Figura 48 - Leisurescape. Articulação dos espaços abertos existentes, desde parques urbanos a parques infantis, incluindo também os espaços intersticiais urbanos. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 252.</i>	290
<i>Figura 49 - Parc du Lancy. Estrutura metálica do túnel-percurso. Fonte: Cerver, F. (1994), p. 144</i>	337
<i>Figura 50 - Mercado em Casablanca. Fonte: Extraído de:</i> <i>http://www.futuremegacities.org/(S(2urqhbvlx0u4kv45puzijs55))/download/flyerhauptphase/flyer_future_megacities_casablanca.pdf (consultado em 2009-10-9).</i>	353
<i>Figura 51 - Aspecto de tecido urbano de Casablanca incluindo rede viária, espaços abertos e tecido edificado. Fonte: Extraído de</i> <i>http://www.futuremegacities.org/(S(2urqhbvlx0u4kv45puzijs55))/download/flyerhauptphase/flyer_futurre_megacities_casablanca.pdf (consultado em 2009-10-9).</i>	358
<i>Figura 52 - Parc de Baix Llobregat. A proximidade do parque agrícola com o tecido urbano de Barcelona. Fonte: Matos, R. (2009). p. 70</i>	363
<i>Figura 53 - Agricultura no Upper Bislandser Polder, em Delft, na Holanda. Fonte: Veenhuizen, R. (2006), p. 65.</i>	365
<i>Figura 54 - Parque Ribeirinho de Benavente após uma cheia. Fonte: Fotografia da autoria de Nuno Bettencourt, cedida por NPK – Arquitectos Paisagistas Associados.</i>	367
<i>Figura 55 - Parque Ribeirinho de Benavente após o escoamento de uma cheia. Fonte: Fotografia da autoria de Nuno Bettencourt, cedida por NPK – Arquitectos Paisagistas Associados.</i>	367
<i>Figura 56 - Leisurescape – Paisagem produtiva e contínua. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 251.</i>	370
<i>Figura 57 - Paisagem contínua e paisagem produtiva. Orb Street Southwark, antes e depois. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 251.</i>	370

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge a partir de um olhar para a cidade, particularmente para a relação entre o espaço edificado e o espaço aberto que a constroem. Neste olhar deparámo-nos com a enorme importância que o sistema de espaços abertos tem e sempre teve na construção da cidade, no seu equilíbrio, na sua identidade e na sua vivência. Numa aproximação mais atenta ao sistema de espaços abertos da cidade fomos confrontados com a existência de espaços qualificados tipologicamente e de espaços sem qualquer atribuição tipológica mas que, nem por isso têm menos importância que os anteriores. São espaços abertos, interstícios entre o tecido edificado da cidade contemporânea, que apresentam uma certa continuidade e que permitem a circulação do ar, da água e da matéria, simultaneamente com a circulação de residentes ou de utilizadores ocasionais. Por vezes, para além da circulação, verifica-se uma apropriação informal destes espaços enquanto espaço de brincadeira, de jogo ou de convívio, ressaltando o enorme potencial que apresentam na estrutura e coesão da cidade enquanto receptáculo e comunidade. Acerca destes espaços têm-se levantado várias questões no âmbito da sua qualidade e diversidade, nomeadamente a sua falta de integração numa tipologia urbana reconhecida e todas as consequências que isto determina. No entanto, considerámos que este facto, só por si, não constitui um factor negativo mas sim uma realidade distinta determinada pelo ritmo das mudanças tecnológicas, económicas, sociais, culturais e demográficas.

A necessidade de entendimento da presença destes espaços levou-nos a um estudo e análise da evolução da cidade e do processo de transformação a que tem vindo a ser sujeita, não só sobre o ponto de vista conceptual e ideológico, mas também em termos morfológicos determinados por diferentes contextos socioeconómicos e culturais.

No decurso deste estudo verificámos que a descontinuidade característica das periferias era resultado de um modelo urbano que, a partir dos anos 60, deu origem a um novo conceito de cidade e que, num processo de crescimento descoordenado, permitiu que uma paisagem de periferias algo conflituosas surgisse, de forma anárquica, num território degradado. Os espaços intersticiais sobre os quais nos debruçamos são consequência deste crescimento extensivo da cidade e das suas periferias.

A par da existência destes *intervalos* sem nome, na cidade o espaço aberto consolidado continua, frequentemente, a ser chamado de *verde* e a desempenhar, ainda, um papel acessório na construção do espaço urbano. Apesar do seu elevado potencial na estrutura

e coesão da cidade estes espaços – os intersticiais e os *verdes* - a atitude de indiferença que se tem verificado perante a sua definição qualitativa tende a reduzi-los apenas a mais um índice nas estatísticas municipais.

É necessário pois um novo entendimento sobre a condição urbana dos espaços intersticiais e sobre a importância da qualidade da paisagem. Consideramos fundamental implementar um uso intencional e apropriado destes espaços, como condição vital para a sua defesa, de um modo positivo, garantido pela sua compreensão e usufruto, reconhecendo-os como o verdadeiro potencial para o desenvolvimento e para a vivência da cidade. Deverão, por isso, ser encarados como espaços de coesão urbana, fundamentais e complementares ao espaço edificado e à sua articulação com a envolvente, em termos ecológicos, estéticos, culturais, sociais, económicos e tecnológicos.

Com o objectivo de obter um maior entendimento sobre a qualidade da paisagem e partindo da ideia que esta deverá surgir como estrutura fundamental e basilar na qualificação do espaço urbano, debruçámo-nos sobre a multifuncionalidade que lhe é inerente.

Daqui surge que a noção consciente que paisagem é uma conquista recente na cultura ocidental, sendo considerada paisagem a partir do momento em que o homem a inscreve dentro de determinada cultura e determinada época. Intrínseco ao conceito de paisagem é o conceito de multifuncionalidade ao qual se associam, desde sempre, os conceitos e as práticas da produção, recreio e protecção. No entanto, esta dimensão e olhar multifuncional perdem-se com o movimento moderno onde, o zonamento sectorial não permite a coexistência de várias funções, surgindo daqui o conceito vago de *espaço verde*, que se estende por toda a cidade de uma forma homogénea, amorfa e residual.

Torna-se então urgente e primordial o retorno a este conceito de paisagem. Vários autores, numa procura de novas estratégias que conduzam à multifuncionalidade daquela e ao seu entendimento, defendem que nestes espaços abertos deveria ser implantado um tecido contínuo e estruturante onde a paisagem surgisse como a estrutura fundamental deste *continuum*, devendo ter como princípio a visão sistémica da paisagem, há muito implícita na prática e na filosofia da arquitectura paisagista, desde os primeiros parques públicos desenhados por Olmsted até ao conceito de *continuum*

naturale, introduzido e desenvolvido, em Portugal, pelo Professor Caldeira Cabral, em meados do século passado, englobando todos os projectos que incluem conceitos de corredores verdes e de estruturas verdes ou ecológicas, todos eles essenciais, uma vez que permitem a ocorrência de processos ecológicos, fundamentais para o crescimento e desenvolvimento sustentável da cidade.

Também na recente corrente, designada de *Landscape Urbanism* (1996), que surge com o reacender de preocupações ambientais e ecológicas, com o crescimento do turismo e com as questões a ele associadas, com o sentido de unicidade e entidade, assim como com o impacto que o crescimento massivo das cidades tem sobre o espaço rural, a paisagem é proposta como modelo para o urbanismo, e é recomendada a integração das paisagens públicas com os sistemas de infra-estruturas, formalizando e conduzindo o desenvolvimento urbano, à semelhança do que aconteceu com o *Central Park* de Frederick Law Olmsted, onde a paisagem conduziu o processo de formação da cidade.

Nesta procura da multifuncionalidade perdida é frequente a referência às componentes estética, social, ecológica, económica e cultural e, conseqüentemente, à função de protecção, de produção e de recreio.

Começa então a tomar forma, neste estudo, a ideia da produção associada ao recreio como componente fundamental da paisagem que estrutura, qualifica e dá continuidade ao tecido urbano através dos seus espaços intersticiais, espaços abertos e periferias, até ao campo, promovendo uma relação articulada entre esta *velha* dicotomia *cidade-campo*.

É então o nosso principal objectivo: a proposta de uma nova abordagem projectual que proporcione a criação de uma estrutura de paisagem produtiva e de recreio em espaço urbano. Nesta perspectiva, os espaços intersticiais, que deram origem a este estudo, podem e devem ser uma expressão actual do *continuum* da paisagem, uma vez que permitem a ocorrência dos processos ecológicos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento sustentável da cidade.

Este desiderato concretiza-se, ou pode consubstanciar-se, através da agricultura urbana, a qual é perfeitamente compatível com actividades lúdicas e de recreio como há muito defende Ribeiro Telles, e inclusivamente propõe no seu Plano Verde de Lisboa, e como o provam as quintas de recreio, em Portugal.

Ainda que a agricultura urbana se refira, em geral, a actividades ligadas à produção de frescos na cidade, não quer dizer que tenha que ser estritamente relacionada com a produção; ela é também fundamental ao incluir preocupações ecológicas, culturais, lúdicas e estéticas, inerentes à paisagem. Isto é, a agricultura urbana pode integrar, e ser, um *continuum* estruturante que assegure a ocorrência dos processos e fluxos dos vários sistemas que constroem a paisagem. Esta estrutura deverá ser ecologicamente fundamentada, assim como deverá ser desenvolvida de acordo com a visão holística que a paisagem exige no e para o seu entendimento. Nela deverão estar presentes a componente ecológica, estética, social, económica e cultural e dela deverão resultar paisagens económica, social, cultural, estética e ecologicamente equilibradas.

A agricultura urbana pode ser baseada nos princípios ecológicos da vida e no espaço necessário para processar as suas acções, reacções e interacções. Pode ser considerada, inclusivamente, como outros elementos da infra-estrutura urbana: extensa e complexa, e exigir planeamento e desenho, gestão e manutenção. Ou seja, é perfeitamente compatível com as preocupações holísticas da arquitectura paisagista.

A agricultura urbana é então considerada neste trabalho nas suas diversas vertentes - ecológica, cultural, social, económica e estética - como constituinte do contínuo natural e cultural que estrutura o tecido urbano e as periferias, através dos seus espaços abertos e intersticiais, fazendo a articulação e estabelecendo uma relação com o campo.

Consideramos que esta opção se alicerça em três pilares: um de carácter histórico temporal – a multifuncionalidade (promiscuidade) da paisagem mediterrânica, da qual a paisagem portuguesa é parte; outro de carácter conceptual e prático, que se prende com todo o quadro teórico e prático da arquitectura paisagista e do *landscape urbanism*; e por fim, em nossa opinião, a resposta que pode ser dada pela agricultura urbana à conjuntura mundial de crise e do aumento da população urbana prevista (e já sentida) nas próximas décadas, o que nos levou a abordar a temática da agricultura urbana de um modo mais abrangente.

Segundo a *Food and Agriculture Organisation* (FAO) (2009), pela primeira vez na história da humanidade, há uma maior concentração de população nas cidades que no campo. Este processo de urbanização determina grandes desafios ao planeamento, gestão e conservação das áreas urbanas.

No início do terceiro milénio habitamos um mundo com um número populacional sem precedentes. Existem actualmente cerca de 6.3 mil milhões de pessoas, número que se espera vir a aumentar para 9 biliões, em 2050 (FAO, 2009). Cerca de metade da população mundial vive em cidades, prevendo-se que esta estimativa aumente para dois terços em 2030. Grande parte das cidades cresce sobre terrenos agrícolas, um facto que certamente reduz a capacidade da produção de uma proporção significativa dos alimentos necessários à auto-sustentabilidade da própria cidade. Está estimado que se os países em desenvolvimento seguirem o estilo de vida ocidental – em termos de utilização de produtos alimentares, produtos florestais e da energia – serão necessários três planetas. É então de crucial importância que a cidade se torne muito mais eficiente no modo como utiliza os seus recursos, o que inclui, evidentemente, a produção de alimentos. A agricultura urbana constitui, neste ponto, uma contribuição fundamental para a auto-sustentabilidade da cidade. Acresce que a agricultura urbana será uma prática que não comprometerá usos ou opções futuras, tornando-se assim um garante de preservação do solo, recurso escasso e fundamental.

A evidência da importância da temática aqui debatida, nomeadamente: da existência de espaços intersticiais na cidade e da necessidade de requalificação da sua periferia, da multifuncionalidade da paisagem, do conceito de paisagem como estrutura e da pertinência da prática da agricultura urbana, têm conduzido a uma reflexão por parte de autores das mais diversas formações levando à produção de bibliografia, estudos críticos e trabalhos sobre a importância destes temas. Interessaram-nos, enquanto suporte teórico: os autores que têm considerado os espaços abertos e intersticiais como material de trabalho, detentores de potencial e valor para a criação de novos espaços sociocultural, económica, ecológica e esteticamente viáveis, e os estudos que têm reflectido sobre os instrumentos adequados para actuar sobre os espaços intersticiais, enquanto recurso urbano. Uma vez que se apresentam como espaços maleáveis, flexíveis, cuja adaptabilidade e capacidade de transformação e articulação com os diversos sistemas que constituem a cidade e o seu desenho são uma realidade não permitida pela rigidez do tecido edificado.

Nos últimos anos produziram-se alguns trabalhos sobre a importância da paisagem no espaço urbano e sobre os sistemas ecológicos e as questões estéticas a eles associados.

Também na área da agricultura urbana foram desenvolvidos estudos e projectos acerca da sua pertinência, integração ecológica e justificação enquanto rede, sistema e infraestrutura.

Esta dissertação desenvolveu-se então a partir de uma revisão bibliográfica que assenta nos estudos teóricos produzidos acerca das temáticas que nos propomos desenvolver, e pontualmente, a título ilustrativo, sobre alguns estudos práticos que abordem intervenções ao nível do projecto de arquitectura paisagista que incluam ou possam incluir o desenho da prática da agricultura urbana.

O trabalho agora apresentado organiza-se em três capítulos.

No primeiro capítulo revisitamos o conceito de paisagem e da sua multifuncionalidade, nomeadamente a questão semântica que nos leva à complexidade e ao carácter polissémico deste conceito. Seguimos o seu percurso na história que evoluiu por caminhos e direcções diferentes ao longo do tempo dando origem ao actual conceito de paisagem que resulta de um interesse multidisciplinar e de diversas aproximações teóricas, nomeadamente da geografia, da ecologia, das ciências sociais e humanas e da filosofia, fundamentais para a complexidade do conceito, objecto de intervenção dos arquitectos paisagistas, actores privilegiados na criação da paisagem. Abordamos também os conceitos de paisagem natural e paisagem cultural, uma vez que natureza e cultura levaram diversos autores a fazer esta distinção devido aos dois grupos distintos de conhecimento onde se inserem. Quanto a nós, preferimos considerar a paisagem no seu sentido mais abrangente integrando factores culturais e naturais que, em conjunto com a dissolução gradual da oposição cidade, periferia, campo, nos faz adoptar o conceito de paisagem global, cunhado por Ribeiro Telles, no final do século XX. Num capítulo sobre a paisagem e a sua multifuncionalidade consideramos pertinente uma breve análise das políticas públicas que têm vindo a reger a paisagem na Europa e em Portugal, até à Convenção da Paisagem que parece ser onde melhor se entende a dimensão ética/estética e política inerentes ao conceito de paisagem. São ainda tecidas neste capítulo algumas considerações acerca da necessidade de um retorno à multifuncionalidade, de certa forma perdida no período moderno e da qual a paisagem mediterrânica, na sua promiscuidade, é modelo.

Este capítulo termina com uma abordagem ao tema do *landscape urbanism*, corrente que surge no final do século XX devido, em parte, a questões associadas com os riscos ambientais que vivemos, e a uma maior importância que lhe é atribuída, daqui decorrente. Procedemos então à análise desta corrente enfatizando a sua semelhança e proximidade com a arquitectura paisagista. Nesta sequência é feita uma abordagem aos antecedentes da arquitectura paisagista em Portugal que nos indiciam a sua similaridade com os princípios defendidos pelo *landscape urbanism*.

No segundo capítulo analisa-se a temática das periferias e dos espaços intersticiais urbanos. As periferias são aqui abordadas sob uma perspectiva histórica, pois elas estiveram sempre presentes no espaço urbano e acompanharam a construção e evolução da cidade. Neste contexto, e pela importância que detêm no espaço urbano, procedemos à análise do seu conceito, composição, e do seu vínculo ao crescimento económico. Consequentemente, e por ser nas periferias urbanas que os espaços intersticiais são protagonistas, foram estudados relativamente à sua origem e relação com a evolução da cidade, ao lugar que ocupam na cidade contemporânea, ao seu entendimento enquanto lugares de memória - que são e que poderão vir a constituir - assim como à questão terminológica que lhes está subjacente. Nesta sequência, e frente ao potencial que representam, consideramos de toda a pertinência a sua inclusão numa estrutura de paisagem contínua de forma a contribuir para o equilíbrio ecológico e para a auto-sustentabilidade da cidade, assim como para promover uma articulação entre a cidade, a periferia e o campo. Neste capítulo, e pela sua relevância, é também feita referência à influência da mobilidade nos processos de dispersão urbana e à importância das questões energéticas para um desenvolvimento sustentável, nomeadamente o das cidades.

O capítulo seguinte centra-se no tema da agricultura urbana, nomeadamente na sua definição e em que consiste, destacando três das suas tipologias pela sua relevância e enquadramento nos objectivos deste trabalho. São elas: as hortas urbanas, as *continuous productive urban landscapes* e o *campo urbano*. Neste contexto debruçamo-nos sobre a sua pertinência e necessidade na cidade contemporânea perante a crise actual e o crescimento urbano previsto num futuro próximo. São apresentados os benefícios que poderá trazer e os obstáculos que poderão ocorrer, quer ao nível da segurança alimentar

e nutrição, quer ao nível da saúde e do desenvolvimento económico local, quer ainda ao nível sociocultural e da gestão ambiental urbana. Abordam-se ainda as políticas que regulamentam a agricultura urbana nas suas dimensões social, económica e ecológica e de que forma têm influenciado a sua prática, assim como as questões económicas a si associadas. Considerámos ainda fundamental o estudo da agricultura na história e evolução da cidade e da sua periferia, assim como da sua possibilidade nos espaços intersticiais urbanos e, conseqüentemente na pertinência da sua contextualização no *landscape urbanism*, o que não se verifica actualmente.

Por fim concluímos com a proposta de a agricultura urbana integrar uma nova abordagem ao projecto de paisagem no espaço urbano, também em termos conceptuais, e da apresentação de estratégias para o desenvolvimento de uma agricultura urbana sustentável, de forma a contribuir para um retorno à multifuncionalidade da paisagem, a qual promove a existência de uma estrutura de paisagem contínua onde o recreio, a produção e a protecção deverão estar presentes de forma indissociável.

Em anexo, apresentamos algumas intervenções (teóricas e práticas) de sucesso onde a agricultura urbana é conceito e objecto do projecto de arquitectura paisagista. Os exemplos aqui presentes relacionam-se com projectos desenvolvidos por profissionais de diversas áreas e ilustram a teoria e a prática da integração da agricultura urbana, destacando a multifuncionalidade como condição relevante e fundamental - de uma forma mais desejável, em paisagens contínuas de produção e recreio, e de uma forma sustentadamente eficaz em projectos de paisagem que incluem agricultura urbana. É ainda feita referência a dois projectos de parques agrários que funcionam de um modo eficiente assegurando a alimentação de vários milhares de pessoas.

CAPÍTULO I
O RETORNO À MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM

1. O CONCEITO DE PAISAGEM – REVISÃO

1.1 A QUESTÃO SEMÂNTICA

A complexidade do conceito de paisagem destaca-se por ser uma realidade multifacetada, permitindo um largo espectro de definições e aproximações largamente determinadas pela abordagem e especialidade de quem o utiliza. Conceito polissêmico, revelador de uma multifuncionalidade que lhe é inerente, é cada vez mais objecto de múltiplas questões, interpelando a um saber multidisciplinar e a uma transversalidade de olhares. A palavra *paisagem* tem vindo a ser utilizada cada vez com mais frequência, na linguagem quotidiana, em diferentes contextos e por uma tão grande variedade de disciplinas como a política, a sociologia, a biologia, a pintura, a geografia, a arquitectura, o urbanismo, a ecologia, entre outras; pelo que se torna importante que, em cada abordagem à paisagem, seja esclarecido o conceito e a forma como este é utilizado (Cancela d'Abreu, Pinto Correia & Oliveira, 2004; Maderuelo, 2005 & Poullaouec-Godinéc, Gariépy & Lassus, 1999).

Entre os variadíssimos estudos, resultado da procura do significado da palavra *paisagem*, vários foram os autores que se debruçaram sobre a questão lexical do nascimento da consciência de paisagem, ligado à existência de uma palavra específica que o indica. Berque (1994), Donadieu e Périgord (2007) e Maderuelo (2005), entre outros, fazem referência ao aparecimento das premissas de uma sensibilidade paisagística na China, baseada na representação pictórica. É mais precisamente no Sul da China depois da dinastia dos Han (206 a.c. 220 d.c.) e no momento em que se desenvolve o taoísmo que Zong Bing (375-443) escreve o primeiro tratado de paisagem: *Introdução à pintura de paisagem*. Ele defende que “a paisagem, ao possuir uma forma material tende para o espírito”¹. Berque (1994) considera inclusivamente que uma estética paisagística no sentido pleno² existe já no século IV.

¹ Donadieu, P., & Périgord M. (2007). *Le paysage* (p. 9). Paris: Armand Colin.

² Reunindo os quatro critérios por ele definidos, para que se possa fazer referência à existência de uma cultura de paisagem: utilização de mais que uma palavra para dizer *paisagem*; existência de

Na China, a paisagem enraíza-se na religião e na moral tendo nascido, ao contrário do que aconteceu na Europa³, nas palavras e literatura antes de se manifestar na pintura. A representação pictórica é apenas um dos vectores, um dos modos, que evoca outros modos – diversos géneros literários, ritos de celebração dos lugares paisagísticos e jardins, que revelam sempre uma íntima associação do homem com a natureza.

De acordo com grande parte dos autores que se têm debruçado sobre esta matéria (Assunto, 1973; Berque, 1994; Dantec, 1996; Donadieu & Périqord, 2007; Jackson, 2003; Janin, 1995; Luginbuhl, 2008; Maderuelo, 2005; Magalhães, 2001; Spirn, 1998; entre outros), o conceito de paisagem tem, na Europa, duas raízes linguísticas diferenciadas: a germânica que dá origem aos termos *landschaft* em alemão, *lanschap* e *landskip* em holandês ou *landscape* em inglês, para referir a província ou região; e a latina de onde derivam palavras como *paesaggio*, em italiano, *paysage* em francês; *paisage* em espanhol e *paisagem* em português, estas para designar tanto a representação pictórica de um país, como o próprio país. Estas duas raízes denotam não só uma construção gramatical diferente, segundo os diferentes hábitos linguísticos de duas zonas geográficas distintas - o norte e o sul, mas também correspondem a dois modos distintos de ver, entender e representar o mundo.

É também a ideia de país ou território (em checo e polaco – *kraj*) que na Europa Central originou nas suas línguas as palavras *krajina* e *krajobraz*. Nas línguas germânicas a referência é o território, nas línguas latinas a palavra paisagem designa a imagem e o que ela representa. O conceito de paisagem tem, à partida, duas possibilidades: a da imagem artística e a do entendimento visível de um território (Donadieu & Périqord, 2007)⁴.

literatura – oral ou escrita - descrevendo ou cantando as paisagens e a sua beleza; existência de representações pictóricas de paisagens; existência de jardins de prazer.

³ De facto, é enquanto forma visual autónoma que a paisagem surge na Europa; e esta forma não foi senão nomeada em seguida, ao contrário do que se passou na China. A palavra, nas línguas europeias é posterior, várias décadas aos primeiros quadros de paisagem.

⁴ A origem germânica da palavra paisagem é referida por Assunto (1973), Dantec (1996), Donadieu e Périqord (2007), Jackson (2003), Luginbuhl (2008), Maderuelo (2005), Magalhães (2001) e Spirn (1998), onde parece estar contida, desde o início, a noção de uma entidade resultante da interacção entre a Natureza e o Homem. Na Europa do Norte, aparece em alemão com a palavra *lanschaft* desde o fim do século VIII para, até ao Renascimento, significar apenas a pátria e a região. O *landschaft* ou *lantschaft* não se referia originalmente a uma vista da natureza mas a uma área

De acordo com Luginbuhl (2008) a primeira palavra equivalente a paisagem surge no século XV: a palavra flamenga *lantscap*, encontrada pela primeira vez em 1462, em três textos, dois de carácter jurídico e um de carácter religioso. Os dois primeiros dão um sentido à palavra *lantscap* reduzido a uma pequena região ou condado que se vê de um só olhar. A proximidade à palavra alemã *landschaft* é bastante clara. Esta teria aparecido em 1502 sendo, no entanto, já assinalada desde o século VIII numas odes em língua latina que não traduzem verdadeiramente a autenticidade da palavra em língua alemã. A terceira menção à palavra *lantscap* faz alusão a um país de abundância, o que é bastante interessante no contexto feudalista da época⁵. Esta alegoria da paisagem holandesa descobre um país organizado que se pode alcançar de uma só vista: resultado significativo da definição dos textos da época como país de abundância⁶. A *lantscap* adquire aqui o sentido de utopia social ou de projecto de território que contribui para conformar o potencial de um país permitindo a população participar no desenvolvimento económico e na sua riqueza. O contexto sugere que *lantscap* remete para um projecto de território sonhado e a sua apropriação pela pintura entende-se como o quadro de um belo campo de abundância.

Para Spirn (1998) *paisagem* associa o homem ao lugar - a *landskab* dinamarquesa, a *landschaft* alemã, a *landchap* holandesa e a *landscipe* do inglês antigo combinam duas raízes: *terra* significa simultaneamente um lugar e as pessoas que o habitam. *Skaeb* e

geográfica definida por limites políticos. Nos finais do século XV, a terra que estava em volta de uma povoação chamava-se *landschaft*, um significado que ainda sobrevive em alguns lugares concretos, nomeadamente na Basileia (Maderuelo, 2005).

⁵ O regime senhorial, com maior ou menor implantação, imperava maioritariamente na Europa. Este tipo de regime político é acompanhado por regras específicas de funcionamento social e económico, assim como da representação da paisagem (uma vez que a palavra ainda não existia). O fresco das *Alegorias do bom e do mau governo* de Ambrozio Lorenzetti no palácio ducal de Siena, de 1336, proporciona um bom exemplo da relação política com a paisagem: o bom governo é aquele que sabe conceder justiça para que reine a ordem social e económica que assegure o funcionamento do conjunto do território, cidade e campo. O fresco representa o campo e a cidade no trabalho, com as actividades dos camponeses, dos comerciantes, dos pedreiros, etc. O mau governo será, evidentemente, o contrário. O poder político tem o aspecto do diabo, criam-se obstáculos à justiça. O campo está nas mãos dos saqueadores e as povoações incendiadas. A cidade é um lugar de crime e de destruição.

⁶ A palavra paisagem surge após a guerra dos cem anos, a peste, a seca, a diminuição demográfica, a fome e as crises.

schaffen significam *moldar*; os sufixos *-skab* e *-scahft*, assim como em inglês *-ship*, também significam associação ou sociedade. Apesar de já não ser utilizada no discurso comum, o *schappen* holandês transmite o sentido de moldar, o mesmo da criação bíblica. Estes sentidos originais, ainda fortes nas línguas escandinavas e alemã, praticamente desapareceram do inglês corrente⁷. Maderuelo (2005), Magalhães (2007), e Jackson (2003) defendem que o termo *landscape* provém da palavra holandesa *landschap*, donde *land* significa o que os camponeses designam de terra, entendida como parte sólida da superfície da terrestre, terra trabalhada, carregando o sentido de *boas raízes* e que faz parte de um espaço mais vasto, mais aberto. De certo modo, este termo está unido à ideia de propriedade do solo. À medida que o tempo passa este sentido alarga-se à ideia de país, domínio, zona ou reino. O sufixo *scape* é uma derivação do termo *shape*. Originariamente significa forma, no sentido de contorno e não de estrutura e pode ser também interpretado também como *aspecto* ou *modelo*. Remete para uma família de termos que designa *espaços colectivos do ambiente*: *sheaf*, *shape*, *ship*. E, neste sentido, conota as noções de conjunto, de colecção, de sistema. Alguns historiadores estabelecem uma ligação entre *scape* e *schaffen* e subentendem as noções de formatação e de organização. Para construir uma nova palavra, a contracção destes dois termos *land* e *scape* ajustam-se à ideia de *aspecto de um território* ou às características que o definem como modelo ou como país.

Jackson (2003) refere que *landscape* é uma palavra composta, onde as partes remontam a uma antiga linguagem indo-europeia, importada da Ásia por migrações, há milhares de anos, e que se tornaram a base de quase todas as línguas europeias contemporâneas – latinas, célticas, germânicas, eslavas e gregas. A palavra foi introduzida na Grã-Bretanha pouco depois do século V da nossa era, pelos anglo-saxões, dinamarqueses e outros grupos de língua alemã. Na maior parte das suas variantes em inglês antigo – *landskipe*, *landscaef*, entre outras – encontramos a alemã *landschaft*, a holandesa *landscap*, assim como as equivalentes dinamarquesa e sueca. Todas têm a mesma raiz, mas nem sempre o mesmo sentido que em inglês: por exemplo para os americanos *landscape* pode remeter apenas para o aspecto natural, enquanto em Inglaterra a

⁷ No *Webster's Dictionary* a *paisagem* é definida como algo estático; o *Oxford English Dictionary* reduz a palavra a um termo holandês usado na pintura – *landskip*.

paisagem comporta sempre o elemento humano. A primeira sílaba *land* tem um percurso peculiar. No momento em que esta palavra chega a Inglaterra, significa terra enquanto parte da superfície do solo. Mas um sentido gótico bem mais antigo é o de campo trabalhado. O *Dicionário Alemão* de Grimm (1854-1961) indica que *land* na sua origem significa a parcela de terra ou os sulcos do campo que são objecto e resultado de uma rotação anual. Na Alta Idade Média a acepção mais corrente da palavra era a de qualquer porção determinada da superfície da terra. Um pequeno terreno agricultado chamava-se *land*, tal como o reino, nomeadamente a Inglaterra ou a Escócia; todos os espaços de fronteiras reconhecidas eram *land*. Estas fronteiras, contudo, não teriam de ser necessariamente cercas ou muros.

Apesar de existirem quase duas mil interpretações para os geógrafos, para os poetas e para os ecologistas⁸, *land*, no direito americano, resta obstinadamente fiel ao seu antigo significado: “todo o lugar definido considerado como uma parte da superfície da Terra, ampliada nas duas direcções verticais segundo a lei”⁹. *Land* será então uma palavra polissémica, mas que implicará, sempre, um espaço bem definido pelo homem, podendo corresponder a uma definição jurídica.

Relativamente à segunda sílaba *scape*, é essencialmente a mesma palavra que *shape*. No entanto, o significado é mais claro numa palavra aparentada – *sheaf* – um molho ou feixe de varas ou de plantas da mesma espécie. O inglês antigo, ou o anglo-saxão parecem ter várias composições com esta segunda sílaba – *scape* ou equivalente – para designar os aspectos colectivos do ambiente. Por exemplo, *housescape* significa o que será um agregado e, um termo semelhante, que ainda ocorre – *township* – significa um conjunto de terras.

Assim decomposta, *landscape* parece fácil de compreender: um conjunto de *lands*. Mas cada sílaba tem vários significados bem distintos, esquecidos, e que devemos ter presentes: os monossílabos habituais em inglês – *house*, *town*, *land*, *field*, *home* – que

⁸ A palavra tem tantos sentidos que rivaliza em ambiguidade com *landscape*. Há três séculos, serviu ainda para designar uma fracção de, aproximadamente meio hectare de terra trabalhada, depois por um conjunto de quintas e finalmente o próprio país – o espaço mais vasto que os ingleses podiam imaginar (Jackson, 2003).

⁹ Jackson, J. B. (2003). *A la découverte du paysage vernaculaire* (p.52). Paris: Actes Sud. École Nationale Supérieure du Paysage.

podem ser flutuantes, embora a sua aparente familiaridade. É o caso de *scape*. Um documento inglês do século X evoca a destruição de uma certa *waterscape* (Jackson, 2003). Poderíamos, de imediato, pensar numa paisagem relacionada com a água, talvez numa bacia hidrográfica, num ribeiro ou numa cascata. Contudo, esta *waterscape* trata-se de um sistema de canais, de drenos e de aquedutos que incluem uma propriedade e um moinho. Esta informação é muito interessante uma vez que sugere que *scape* poderá ter significado uma organização ou um sistema¹⁰, já na Idade Média, qualidade que reconhecemos hoje na *paisagem*.

Entre as línguas de raiz latina, Maderuelo (2005) refere que o primeiro idioma onde se definem termos para nomear um território e a especificidade das suas vistas é o italiano, de onde se geram as palavras *paese* e, por derivação *paesetto* e *paesaggio*, com o mesmo sentido que terão as palavras francesas *pays* e *paysage*.

Na sua pesquisa acerca da origem do conceito de *paisagem*, Assunto (1973) encontra na edição do *Tommaseo-Bellini*, de 1869 a palavra *paesaggio* que remete para *paese*, no sentido pictórico, mostrando dois exemplos: um de Vasari, no qual a palavra paisagem tem o sentido de campo, como pintura, e outra que faz uma referência ao homem¹¹, de Daniello Bartoli. Alguns anos mais tarde o *Vocabolario Italiano della Língua Parlata* define “paisagem como nação inteira ou parte dela, que se opta por retirar da pintura”¹², a lembrar a definição anterior de Bartoli. Muito posteriormente, já no século XX, no período entre guerras, verifica-se registado no *Vocabulario da Lingua Italiana* de Nicola Zingarelli a definição de “paisagem como aspecto do campo com montes, rios, árvores, etc, etc”¹³; onde se denota um verdadeiro juízo estético, também registado em *Fanfani-Rigutini* como “uma graciosa paisagem ao longe”¹⁴.

¹⁰ O sublinhado é nosso.

¹¹ “Pelo vão de uma janela, e por qualquer outra abertura da sua fantasia, mostra, ao longe, uma graciosa paisagem”. Assunto, R. (1973), *Paesaggio e l'estetica. Natura e storia* (Vol. 1, p 1). Napoli: Giannini editore. (a tradução é nossa).

¹² Assunto, R., ob. cit, p.1.

¹³ Assunto, R., ob. cit, p.2.

¹⁴ Assunto, R., ob. cit, p.2.

Já Dantec (1996) afirma que terá sido em francês que a palavra *paisagem* terá surgido pela primeira vez, construída a partir da palavra *pays* (campo), servindo de modelo a todas as línguas europeias, mais precisamente em 1493. Esta inovação terá sido atribuída a um poeta originário da Flandres – Jean Molinet que a terá utilizado para designar um quadro representando um país. Dantec também atribui a Vasari a utilização, pela primeira vez, da palavra *paesaggio*, com o mesmo significado da palavra francesa, apenas cinquenta anos mais tarde.

Para Janin (1995) o conceito de *pays*, na língua francesa, ao qual se acrescentou o sufixo *age* (do latim *agine*: acção do Homem como criador da paisagem) para formar a palavra *paysage*, exprime de forma clara a ligação entre o homem e o espaço que habita: o *pays* é considerado como um espaço com uma paisagem que lhe é própria, com características naturais, sociais e culturais suficientemente homogêneas, para contribuírem para a existência e reconhecimento da sua identidade, pelos que lá vivem e pelos que o consideram do exterior (Magalhães, 2001).

Estas línguas provêm do latim, pelo que para compreender a evolução do termo será necessário procurar a origem desta raiz comum de onde derivará, também, a palavra *paisano* e *paisanaje*. Esta raiz latina encontramos-na no termo *pagus* que se pode traduzir para aldeia, distrito ou província, e em *paganus* como se denomina o aldeão, o rural ou aquele que pertence à aldeia ou ao campo. De *paganus* surge também o termo *paisano*, no sentido daquele que não é militar. O ablativo latino de *pagus* é *pagus*, que faz referência às coisas do campo e da vida rural (Jackson, 2003; Maderuelo, 2005). *Pago*, com a sua forma latina inalterada, é uma palavra que surge a partir do ano de 1100 e que ainda perdura para referir-se a uma terra ou herdade, especialmente quando se trata de vinhas ou olivais. Mas com o passar do tempo, o termo *pago*, como expressão da ideia de lugar, foi deixando lugar à palavra país, que expressa a ideia de região, província ou território, junto a nação.

Como vimos, ao longo desta breve análise semântica, o sentido da palavra equivalente a *paisagem* nas línguas europeias não é exactamente o mesmo, nem, por outro lado, são os mesmos os registos correspondentes às datas conhecidas do seu aparecimento. Efectivamente, as palavras *paysage*, *paisage*, *pisagem*, *paesaggio*, *landchap*, *landschaft*, *landscape*, não são todas equivalentes e têm origens diferentes, muitas vezes tomadas

de um país vizinho, como a *paesaggio* italiana e a *paisagem* em português, provavelmente vindas da *paysage* francesa¹⁵. Também as distintas regiões e sociedades, as diferentes escolas, as diferentes correntes de pensamento e as diferentes perspectivas disciplinares têm utilizado o termo *paisagem* com diferentes significados, reflexo de uma apropriação que decorre da multifuncionalidade e da transdisciplinaridade que lhe é inerente.

Como esta análise semântica o demonstra este conceito evoluiu, no entanto, por caminhos e direcções diferentes no decorrer da história, os quais consideramos fundamentais para a sua apreensão. Desta forma abordamos seguidamente, e de forma sucinta a evolução deste conceito ao longo do tempo.

1.2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Como tivemos oportunidade de verificar, os textos que pretendem elucidar a questão do aparecimento de termos equivalentes à palavra *paisagem* nas línguas europeias são bastante numerosos, em particular em França, onde a corrente de pensamento designada por *corrente culturalista*¹⁶ propôs uma teoria fundamentada no papel que desempenha a produção artística. Roger (2000) propõe a teoria da *artealisation*¹⁷, neologismo tomado de Montaigne para explicar a invenção da palavra paisagem (Maderuelo, 2008).

¹⁵ Luginbuhl, Y. (2008). Las representaciones sociales del paisaje (p. 151). In: J. Maderuelo (Ed.), *Paisage y Territorio*. Madrid: Abada Editores.

¹⁶ É o conjunto de acções que admite como centro a cultura, capaz de explicar e/ou fundamentar os fenómenos que movem e estruturam o comportamento de uma população e de um indivíduo, nas diversas fases da formação social. O Culturalismo toma por base todos os modelos artísticos actuais, clássicos e filosóficos, em conjunto ou individuais, para tornar claro o papel fundamental da cultura na construção de uma sociedade. Entende que cultura não é meramente o fazer sociológico de algo, mas a reconstrução desse algo a partir dos modelos procurados na natureza, logo, entende-se cultura, segundo o filósofo, jurista, educador e poeta Miguel Reale, como *o conjunto de tudo aquilo que, nos planos material e espiritual, o homem constrói sobre a natureza, quer para modificá-la, quer para modificar-se a si mesmo*. Como movimento, o Culturalismo tem o papel de desenvolver uma nova corrente de pensamento, não desprezando as anteriores, mas considerando-as como base para a continuação evolutiva do pensar.

¹⁷ Segundo Roger (2000), existem dois modos de *artealizar* um terreno para transformá-lo em paisagem. A primeira consiste em inscrever directamente o código artístico na materialidade do local, sobre o terreno, a base natural. *Artealiza-se in situ*. É a arte milenar dos jardins, o *landscape gardening* a partir do século XVIII, e, mais próximo de nós, a *Land art*. O outro modo é indirecto.

Segundo esta teoria, o termo *paisagem* teria nascido num processo de instauração do país como objecto de arte: *país-age* expressa a construção de pintores e escritores que reconhecem no país um objecto de contemplação e de espectáculo¹⁸. Berque segue esta proposta e chega inclusivamente mais longe: antes da existência da palavra paisagem, não havia paisagem; o que quer dizer que as sociedades não teriam sensibilidade para a paisagem. É a palavra que cria a sensibilidade. Esta teoria que teve um grande êxito em França e que, inclusivamente, se exportou para Itália e Espanha levanta, no entanto, algumas questões: alguns historiadores e geógrafos recordaram-nos, nesta sequência, as sociedades antigas e as suas práticas espaciais, a arte dos seus jardins e, em particular, o seu modo de implantar os seus monumentos na paisagem (Figura 1), que demonstravam, já na altura, uma sensibilidade para a paisagem.

Os exemplos mencionados são os dos teatros de *Delfos* ou de *Taormina*, orientados para o espectáculo da natureza (Maderuelo, 2008).

Não se *artevaliza in situ*, mas *in visu*, trabalha-se sobre o olhar colectivo, fornecem-se-lhe modelos de visão, esquemas de percepção e de fruição. Junta-se, portanto, ao ponto de vista de Oscar Wilde – é a natureza que imita a arte.

¹⁸ Também Bann (1999) refere que as disputas sobre as fronteiras na arte da paisagem não são apenas uma questão contemporânea. Por exemplo o pintor Charles LeBrun, preocupado em reivindicar a supremacia da Academia Francesa (na época da sua fundação), concebeu o seu trabalho para o Palácio de Versalhes como uma série de pinturas emolduradas montadas dentro de um esquema decorativo elaborado mas não fazia, efectivamente, parte dele. A Academia de St. Luke, mais antiga e menos arrojada, poderia protestar em vão que as pinturas não ofereciam nada no sentido de uma ilusão ou de um naturalismo ao espectador. Como poderia um rio flutuar suspenso no ar? No entanto, LeBrun não deu relevância a estas observações. Era precisamente a missão superior do pintor da Academia relegar estes pequenos efeitos em favor da missão intelectual da arte.

As divisões institucionalizadas entre artistas e outras profissões não são menos rígidas hoje do que eram no tempo de LeBrun. E as suas consequências não são menos evidentes nos domínios da prática. É do conhecimento geral que existe uma demarcação crucial que separa a arte da decoração.



Figura 1 - Os gregos cultivavam uma simplicidade metafísica a par da natureza e dos jardins.

Fonte: Leloir (1841) – Réunion des Musées Nationaux, Paris

Michel Baridon, numa obra recente¹⁹, lembra todas as manifestações antigas e medievais destas sensibilidades sociais relativamente à paisagem e recorda que, tal como os artistas e os escritores do Renascimento, os artistas e escritores da Antiguidade e da Idade Média também representaram o campo e a natureza, sem dúvida com um modo operativo diferente, mas expressando uma evidente sensibilidade estética relativamente à paisagem (Figura 2).

Ferriolo (2002), Maderuelo (2005), Magalhães (2007) e Spirn (1998), defendem que muito antes de haver registos do termo *paisagem*²⁰, haviam concepções do mundo que encerravam os significados que hoje são dados à paisagem e que mais não seriam do

¹⁹ Citado em Luginbuhl, Y., ob. cit, p. 151.

²⁰ Spirn refere que, “a linguagem da paisagem é a nossa linguagem nativa. A paisagem foi a nossa primeira habitação; a espécie humana evoluiu entre plantas e animais, sob o céu, na terra, junto à água. Todos carregamos essa herança no corpo e na mente. A espécie humana tocou, viu, ouviu, cheirou, provou, viveu e moldou paisagens antes das espécies terem palavras para descrever o que fizeram. As paisagens foram os primeiros textos humanos, lidos antes da invenção de outros sinais e símbolos”. Spirn, A. (1998), *The Language of landscape* (p. 15). New Haven/London: Yale University Press. (a tradução é nossa.)

que uma representação desse mundo, intimamente ligada ao sentimento de maravilha suscitado pela contemplação²¹. Aquele sentimento associado à contemplação constituiu-se então como experiência estética da paisagem, que passa a impor-se (a paisagem) como um modelo estético ao qual Maderuelo (2008) chama *modelo paisagístico*.



Figura 2 - Paisagem com S. Jerónimo. Fonte: Museo Nacional del Prado – J. Patinir – 1516-1517.

A partir do século XVI, o conceito de paisagem é influenciado pela acepção pictórica ou cenográfica que lhe foi atribuída pelos pintores de paisagens, ditos paisagistas, dos

²¹ Segundo Ferriolo:

Os gregos não tinham uma palavra para designar em abstracto a paisagem, mas tinham vários termos para indicá-la e descreveram-na, com as sensações, com a revelação de um profundo sentido imanente da natureza na totalidade do cosmos... Não podemos negar o estatuto de sociedade de paisagem à Grécia antiga.

Ferriolo, M. V. (2002). *Etiche del paesaggio. Il progetto del mondo umano* (p. 19). Roma: Editori Riuniti. (a tradução é nossa).

E Maderuelo refere que:

Se os romanos não foram capazes de nos deixar uma única palavra para designar o conceito de paisagem, foram capazes, contudo, de chegar à locução “amoena-orum”, que dará a forma “loca amoena”, no plural e de género neutro, que se pode traduzir literalmente como “lugares agradáveis”. Esta composição lexical, que se quis ver como um precedente da paisagem, faz referência aos espaços que possuem a qualidade de ser agradáveis.

Maderuelo, J. (2005). *El Paisage. Génesis de un concepto* (p. 173). Madrid: Abada Editores. (a tradução é nossa).

quais os holandeses foram os primeiros mestres (Dantec, 1996; Magalhães, 2007). Nesta acepção, o termo Paisagem significava o espaço que o olhar abrange e estava conotado com a paisagem pastoril, de expressão mais ou menos naturalizada, uma réplica da natureza modificada pela actividade agrária, ou seja, uma reminiscência da Arcádia grega (Figura 3). O contexto aqui traçado é conforme a utopia paisagística do Renascimento: bucólico e pastoril, o campo responde às esperanças dos homens. Bucólico, porque a natureza oferece ao homem os seus frutos e favores, numa paz reencontrada (em relação à época anterior) e num contexto climático mais sereno; as telas de Arcimboldo ilustram a prodigalidade da natureza fértil. O modelo veio da Antiguidade, mais propriamente a Virgílio, a quem se referem frequentemente os agrónomos da época (assim como a outros agrónomos latinos – Columela e Catão, entre outros). Pastoril, símbolo de uma alimentação rica; o cristianismo apropria-se da figura do pastor que conduz o seu rebanho aos prados. As representações destes modelos paisagísticos abundam até ao século XVIII, frequentemente embelezados e mitificados, uma vez que a economia se baseava essencialmente na agricultura.



Figura 3 - Apolo com Sibila de Cuma. Fonte: Salvator Rosa, 1666 – Londres, Wallace Collection.

Mais tarde, no século XVIII, com o desenvolvimento industrial, criaram-se outros dois modelos paisagísticos – o sublime e o pitoresco (Figura 4). Os modelos anteriores não

desapareceram. Aliás, ainda subsistem, mas não com o mesmo sentido que estava em vigor na Idade Média e no Renascimento (Maderuelo, 2008; Magalhães, 2007).

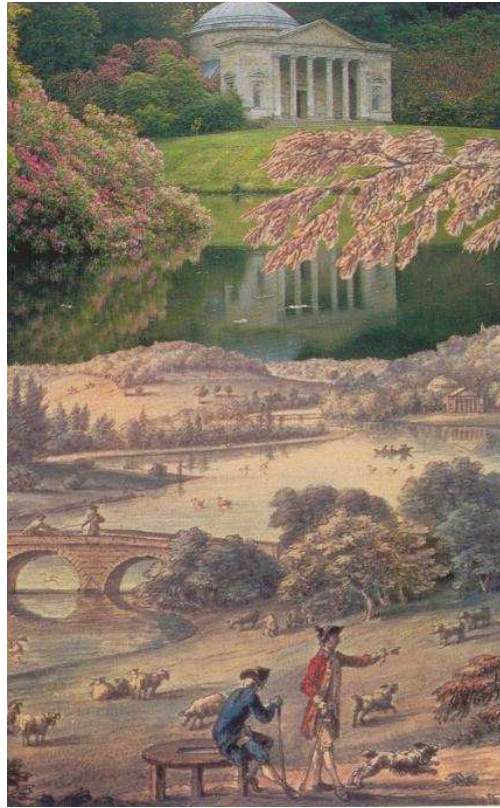


Figura 4 - O ideal de paisagem pitoresca do século XVIII. Fonte: E.T. Archives – C- Lorrain, não datado.

Nos séculos XVIII e XIX a Paisagem adquiriu o significado de representação da natureza perdida do *paraíso perdido* de Milton (1664). Da representação da Paisagem passou-se à criação de Paisagens que constituíam um cenário de estética pitoresca, no qual os artefactos humanos se localizavam sob a forma de evocações dos mundos redescobertos nessa época, nomeadamente elementos de influência oriental e da Antiguidade Clássica (Figura 5). Este estilo de construção de Paisagens – romântico – foi caracterizado por jardins e parques designados de Paisagistas, que tiveram grande expressão nos EUA, na Alemanha e, sobretudo em Inglaterra²².

²² Esta escola de desenho de paisagem é seguida em Inglaterra por Capability Brown, William Gilpin e Humphrey Repton, em França por Morel e Girardin e na Alemanha por Hirschfeld, a moda do *landscape gardening*, ou do jardim-paisagista referido por Dantec (1996), dominará, por mais de um século o pensamento pitoresco da arte dos jardins e da paisagem.



Figura 5 - Tsarkoe - Selo: Vista do lago, com o pavilhão do Hermitage ao fundo à direita. Fonte: Litografia de Meyer, impressa por Lemercier em 1846 – Biblioteca Nacional de Paris.

No século XIX assiste-se a um grande desenvolvimento da pintura de paisagem com Turner, Cézanne, Van Gogh, Corot, entre outros que expressavam nas suas obras a harmonia das paisagens, a actividade rural e as transformações do espaço, testemunhas das actividades humanas (Figura 6). O movimento impressionista tem assim uma importância decisiva na formalização do conceito de paisagem ao introduzir o factor tempo, enquanto agente transformador na paisagem *libertando-a* da tela. A paisagem é agora aquilo que o corpo alcança e não a sua representação. Por um lado, é adquirida uma identidade física; por outro, as diferenças de sentimento provocadas pela mesma paisagem em diferentes momentos do dia ou do ano libertam o conceito do estatismo, passando a existir um claro reconhecimento do seu dinamismo (Batista, 2009)²³.

²³ Segundo Hunt,

...os jardins eram matéria favorita dos pintores impressionistas. As suas representações do mundo aparentemente natural, rico e fecundo, num permanente desabrochar, frequentemente encerrando a figura humana, tornaram-se uma fonte de prazer contemporânea. A enorme popularidade da interpretação impressionista dos jardins e das paisagens derivam de, e são alimentados pelo gosto do pitoresco assim como de um forte zelo ecológico. Estas pinturas são muito apreciadas pois revitalizam a longa tradição de ver a natureza através da arte. Ao mesmo tempo, parecem conduzir-nos irresistivelmente a um ambiente perfeito de natureza pura, tanto mais persuasivo porque sabemos que alguns dos mesmos artistas que nos abrigam em jardins incontaminados, também imaginam a destruição do campo fora dos seus limites protectores –



Figura 6 - A Baía de Marselha – Cézanne. Fonte: Musée d’Orsay – Paul Cézanne – 1883-1885.

Esta noção de paisagem cenográfica, como um objecto observado por um sujeito que lhe é exterior, foi progressivamente alterada e completada pelo estudo da Natureza que se iniciou com a caracterização separada dos factores que a compõem, nomeadamente, a geologia, o solo, o clima, a vegetação e a fauna. O avanço das tecnologias disponíveis, como o microscópio (princípios do século XVII) permite avanços notáveis sobretudo ao nível da biologia. A descoberta da fotossíntese, a teoria biogenética de Pasteur, a descoberta do bacilo de Koch e do Bacilo Bubónico, criaram as bases da sensibilidade higienista que também marcou a construção de Paisagens, através dos modelos de cidade como os da Cidade Linear (Soria y Mata, 1844-1920), e da Cidade Jardim (Howard, 1898). A constante que caracterizava estes modelos era o reconhecimento da necessidade de introduzir vegetação na cidade, como modo de sanear a atmosfera poluída pelas emissões da combustão do carvão. As tipologias da introdução de

comboios suburbanos rasgam os campos ou representam-se manchas de fábricas ao longo do Sena em Argenteuil. Todavia, verifica-se um paradoxo fundamental na celebração simultânea do pitoresco e da eficácia ecológica nos jardins impressionistas.

Hunt, D. (1992). *Gardens and the picturesque: studies in the history of landscape architecture* (p. 243). Cambridge : The MIT Press. (a tradução é nossa).

vegetação na cidade, como o pulmão verde e o *green belt*²⁴, resultam daquelas descobertas científicas (Magalhães, 2001).

Um dos primeiros registos que põem em causa o Criacionismo é o livro de James Hutton (*A Teoria da Terra*, de 1785) que admite a natureza dinâmica da Terra, provocada pela acção dos agentes naturais que nela actuam²⁵. A teoria evolucionista de Darwin (*On the origin of Species*, de 1859) aprofunda a perspectiva dinâmica do mundo, através da biologia (Magalhães, 2007).

Alexander von Humboldt, passa a estudar, de forma integrada, a morfologia terrestre, tendo estabelecido os fundamentos da *Ciência da Paisagem* considerando os processos naturais como resultado de um processo dinâmico que tende sempre para equilíbrios formalmente diferenciados dos quais o homem é mais uma componente. Com Humboldt, Reclus e Marsh, geógrafos do século XIX, a pintura de paisagem é substituída pela cartografia e pela fotografia documental. A visão geral dá lugar à análise científica. Humboldt definiu paisagem como “a totalidade de aspectos de uma região, tais como apreendidos pelo Homem”²⁶. Ainda que nos pareça uma visão reducionista de paisagem, ela esclarece o que é específico da paisagem em relação ao espaço que nos envolve. Humboldt vai mais longe ao afirmar que, para além da relação próxima e recíproca que se estabelece entre um território e os seus habitantes, é o facto do ser humano observar o que o rodeia e construir sobre isso uma imagem que transforma o território em paisagem. Assim, para o estudo, compreensão e acção sobre qualquer paisagem, o entendimento da forma como o homem se relaciona com ela e que ideias e conceitos lhe associa, tem um papel fundamental. Por esta atitude de interpretar as relações entre os vários factores do ambiente, é considerado o pai da ecologia. (Batista, 2009; Dantec, 1996; Magalhães, 2007; Pinto Correia, 2000).

²⁴ Faixas ou cinturas verdes.

²⁵ Por oposição à visão estática do mundo, tal como tinha sido criado por Deus.

²⁶ Humboldt, A. (1810-1813). *Vue des cordillères et monuments des peuples indigènes de l'Amérique* (p. 249). In: Dantec (Ed.), 1996. *Jardins et paysages. Textes critiques de l'antiquité à nos jours*. Paris : Larousse, Textes Essentiels.

A definição do conceito de *Homeostasis*²⁷, por Walter Cannon, em 1929, aplicado ao organismo humano, constitui um marco da formulação do actual pensamento sistémico, aplicado, não só aos organismos vivos, mas também às entidades que, não o sendo, em certa medida funcionam como tal. Nesta sequência, o *Plano de Berlim*²⁸, de Martin Wagner, também de 1929, já aplica o princípio da continuidade ecológica, o que mostra que a aquisição de conceitos é progressiva e muitas vezes inicia-se de modo empírico, antes de ser formulada de modo científico (Magalhães, 2001) (Figura 7).

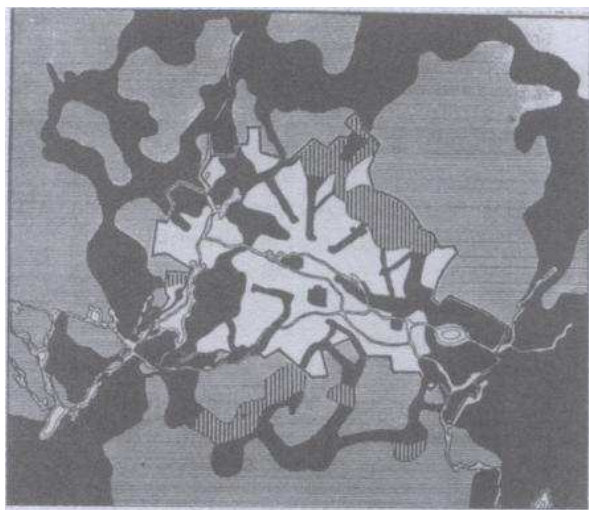


Figura 7 - Plano de Berlim. Fonte: Magalhães, M. (2001), P. 107

Como resposta aos problemas ambientais, consequência da Revolução Industrial, a partir de meados do século XX surgem preocupações de carácter ecológico, sendo a partir desta altura que o conceito de *paisagem* adquire os passos decisivos que levam ao seu actual entendimento enquanto sistema dinâmico, onde ocorrem processos de acção e reacção que resultam do confronto contínuo da sociedade com o território. De facto, ao longo do século XX, o entendimento da paisagem como um cenário foi perdendo importância passando o termo *paisagem* a fazer referência à percepção estética e

²⁷ O conceito de *Homeostasis* veio dar consistência científica ao modelo de Estrutura Verde Urbana empiricamente iniciado por Olmsted com o Sistema de Parques de Boston, por volta de 1880, e dá origem ao conceito de *Contínuo Cultural*, que passa a marcar todo o planeamento de base ecológica do século XX (Magalhães, 2001).

²⁸ O *Plano de Berlim* é exemplo da aplicação a um plano do sistema contínuo, iniciado por Olmsted, e que vem substituir os pulmões verde e as faixas verdes (*green belt*) (Magalhães, 2001).

sensorial ao mesmo tempo que a uma realidade ecológica, social e cultural²⁹ (Batista, 2009; Cancela d'Abreu *et al*, 2004).

A ecologia teve uma importância fundamental nesta mudança ao contribuir, a partir dos anos 50 do século XX, de uma forma mais efectiva para a concepção e desenvolvimento do conceito de *paisagem*.

É também nesta altura que se vê um enorme interesse por um tipo de investigação que partindo da filosofia e dos estudos sobre estética ocuparam uma área do conhecimento no âmbito da paisagem que, apesar de já ter sido abordada por Georg Simmel, nos finais do século XIX início do século XX, e por Sanchez de Muniaín, na primeira metade do século XX, estava praticamente vazia. Com Rosario Assunto, nos anos 60, dá-se uma grande evolução no estudo da estética do século XVIII, mais concretamente do estudo sobre o sublime em Inglaterra, até ao estudo da estética do jardim. Uns anos mais tarde preocupa-se com a definição da essência da paisagem, do seu significado e do seu valor para o homem. Também por estes anos Joachim Ritter, aluno de Heidegger e de Cassirer e companheiro de Hans-Georg Gadamer, passará do estudo do conceito de *natureza* em Aristóteles a interessar-se pelo conceito de paisagem, abrindo assim as portas da paisagem à especulação filosófica e, mais concretamente à hermenêutica. Esta via resultou particularmente frutífera com a contribuição de pensadores como Anne Cauquelin, Massimo Ferrioli, Alain Roger, Philippe Nys, Mathieu Kessler e Jean-Marc Besse, entre outros (Maderuelo, 2005). Em Portugal, a introdução desta temática no estudo da paisagem foi feita por Nuno Mendonça³⁰ que, ao longo do seu trabalho de investigação e de docência, demonstrou o delicado equilíbrio entre arte e ciência, entre a

²⁹ Segundo Cancela d'Abreu *et al*:

Ainda durante o século XX, autores de escolas diversas consideram a paisagem como parte da superfície terrestre que pode ser observada no seu conjunto pelo observador, mas ao longo deste século foi ganhando importância o conceito que a paisagem não se resume a um quadro visual.

Cancela d'Abreu A., Pinto Correia T. & Oliveira R. (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental* (Vol. 1, p. 26) Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

³⁰ Nuno de Mendonça, escultor, pintor, professor universitário, doutorado em Estética da Paisagem, é investigador do Centro de História da Arte da Universidade de Évora, onde leccionou de 1976 a 1998. Repartiu a sua actividade pela arquitectura, urbanismo, artes gráficas e a docência. Actualmente dedica-se à investigação e à pintura. Como artista plástico, está representado nomeadamente nas colecções do Museu de Évora, do Governo de Macau e da Fundação Oriente.

leitura técnica dos locais e dos processos que os constituíram e, uma visão alargada, poética, do sábio entendimento da paisagem e do lugar que nela ocupou o homem.

Em suma, a multifuncionalidade inerente ao conceito de *paisagem* que vimos demonstrando associa-se, desde sempre, aos conceitos e às práticas do recreio da produção e da protecção. Elas estão presentes nas sociedades mais antigas - com as suas práticas agrícolas, a arte dos seus jardins e a sua sensibilidade estética relativamente à paisagem - na utopia bucólica e pastoril do Renascimento³¹ e nas questões ecológicas que surgem a partir dos finais do século XIX, a que se associa o conceito de protecção anteriormente substituído pelo conceito de adequação.

Esta multifuncionalidade histórica, inerente ao conceito, ao fazer e ao sentimento, que se reflecte na simultaneidade da apropriação do espaço com vista à produção, protecção e recreio desvanece-se, perde-se com o movimento moderno. A Carta de Atenas³² entende o urbanismo como um zonamento funcional onde são definidas quatro grandes funções – Habitação, Trabalho, Circulação e Recreio. Estas funções são segregadas ocupando, cada uma, um espaço próprio e pré-definido, não havendo lugar para a ocorrência de outras funções. Estas análises sectoriais foram-se progressivamente aprofundando, até ao ponto de se tornarem dificilmente intercomunicáveis.

Recreio, produção e protecção não se misturam nem se interpenetram. Assim, o antigo espaço urbano colapsa segundo as novas estruturas (a rua, perigosa, insalubre, desnecessária, é eliminada). As relações com os edifícios são definidas por uma geometria simples que privilegia a geometria ortogonal. A antiga totalidade urbana é substituída por estruturas descontínuas afogadas num *continuum* que toma o nome de *espaço verde* (Choay, 2006). Perde-se a riqueza multifuncional da paisagem. Augustin Berque refere que a paisagem europeia mostra, desde uma fase inicial, uma incompatibilidade fatal com o modernismo, cujo desenvolvimento vai terminar com o

³¹ E inspirada na Antiguidade, onde o campo responde às esperanças dos homens, oferecendo-lhes os seus frutos e favores - uma natureza fértil que proporciona a produtividade, a protecção e o prazer.

³² A Carta de Atenas propõe o que os seus autores estimam ser as necessidades humanas – ar, sol, verdura - assegurando o desempenho das *grandes funções humanas de base* analisadas pelos CIAM: habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito. Choay, F. (2006). *Pour une antropologie de l'espace* (p. 25). Paris: La Couleur des Idées. Seuil. (a tradução é nossa).

desaparecimento da imagem da paisagem na pintura *avant-garde*, conduzindo a umas consequências tais que o autor avança com a expressão *morte da paisagem*³³. Anne Spirn faz a mesma referência relativamente aos Estados Unidos³⁴.

A partir desta *renovação* modernista que decorre entre as décadas de 50 a 70 do século XX, sob a invocação da autoridade da função para rever o que se viam como bairros e centros da cidade *obsoletos*, blocos inteiros de edifícios antigos foram deitados abaixo, muitas vezes bairros inteiros; estradas foram anuladas e novos edifícios de arranha-céus foram construídos, envolvidos por grandes e vastas praças (Spirn, 1998).

O espaço aberto parece estar em todo o lado e perde a identidade passando a constituir o espaço residual dos edifícios, sem um conceito e uma forma que os estruturam e os definam como espaços com identidade própria. Passa-se do conceito de jardim de quarteirão ao conceito de *espaço verde*³⁵, frequentemente acusado de indigência, mas que continua a ser o alvo de referência objectivo das imagens e práticas urbanas (Donadieu & Périgord, 2007; Magalhães, 2001; Paquot, 2006;). Desta *tipologia* resulta um espaço sem referências formais ou funcionais, onde as pessoas se perdem, dado o desaparecimento da escala humana. Espaços enormes, sem planos verticais intermédios, não conferem conforto ou referências³⁶.

A perda da multifuncionalidade, a identidade do espaço aberto e os interstícios urbanos são as questões cruciais herdadas do modernismo. Estas são questões que levaram a

³³ Berque, A., (1994). *Cinq propositions pour une théorie du paysage* (p. 13). Paris: Pay/Paysages. Cramp Vallon.

³⁴ Significativa é a ideia expressa por Spirn:

É difícil de transmitir o impacto emocional de tal destruição forjada pela renovação urbana para alguém que não teve esta experiência em primeira mão. Visitei West Philadelphia em Junho de 69 à procura de apartamento, e quando voltei para começar a pós-graduação na Universidade da Pennsylvania em Setembro, blocos inteiros de casas entre o “campus” e o meu apartamento já não existiam e estavam guindastes no seu lugar, construindo novas torres.

Spirn, A., ob. cit, p.254. (a tradução é nossa).

³⁵ Noção criada por E. Henard em 1903.

³⁶ “Estes possuem espaços verdes mas não jardins, pensados, plantados, apreciados! Os pequenos espaços de verdura, mal conservados, leprosos, mal amados, frequentemente ocupados pelos automóveis, cheios de detritos e de dejectos caninos”. Paquot, T. (2006) *Terre urbaine. Cinq défis pour le devenir urbain de la planète* (p. 107). Paris: La Découverte. (a tradução é nossa).

uma procura de novas estratégias, conceitos e metodologias com o objectivo de retornar à multifuncionalidade da paisagem, como veremos mais adiante.

O pós-modernismo, que surge como crítica do modernismo e como nova maneira de repensar o lugar na *cidade global* recomeçará o debate onde o romantismo o deixou³⁷. Renovará também à luz do espírito do Renascimento, preocupando-se com as formas sensíveis do espaço.

Podemos assim afirmar que o conhecimento e a concepção empírica de paisagem foram assim, progressivamente, substituídos por um conhecimento, cada vez mais aprofundado dos seus elementos e, numa fase posterior, das relações entre esses elementos. Estas alterações que, como vimos, foram ocorrendo ao longo do tempo, deram origem ao conceito contemporâneo de paisagem, que resulta de um interesse multidisciplinar e que resulta de diversas aproximações teóricas como veremos em seguida.

1.3 A ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

No fim do século XX, assiste-se ao reiterar do interesse pela paisagem entendida enquanto figuração de um sistema ecológico, cultural, social e estético devido, em parte, a um cuidado e preocupação crescentes com questões associadas aos riscos ambientais que corremos e, conseqüentemente, a uma maior importância conferida ao tema da ecologia. A actual condição de crise faz com que o que era até agora invisível se torne radicalmente aparente, tornando assim patentes as nossas preocupações com as questões da morfologia, da ecologia e da estética da paisagem. Sobre a paisagem geram-se então expectativas como se esta fosse a chave que permite a resposta a muitas questões de gestão do espaço e das actividades que nele se desenvolvem, certamente devido ao potencial de integração que oferece.

A partir do momento em que a paisagem deixou de ser o objecto artístico, por excelência, da pintura, outras disciplinas demonstraram o seu interesse por este termo, apropriando-se da palavra. Assim, engenheiros agrícolas e florestais, geógrafos,

³⁷ Sobre este assunto veja-se “A Paisagem e o *Landscape Urbanism*” pp. 79-101, deste trabalho.

biólogos, urbanistas, historiadores, filósofos, arquitectos e arquitectos paisagistas, reclamam hoje, como suas, parcelas de conhecimento sobre esta matéria.

Os filósofos vão introduzir novas ideias e trazer uma nova luz sobre o fenómeno da paisagem. Também um novo tipo de estudos que parte de uma visão interdisciplinar onde se relacionam a linguística, a geografia, a história, a sociologia, a arte e a literatura, entre outras várias disciplinas, está abrir novas vias ao conhecimento sobre um tema que aparece cada vez mais poliédrico e complexo³⁸.

O interesse multidisciplinar pela paisagem é cada vez mais alargado, decorrendo da multifuncionalidade que lhe é inerente. Este interesse extravasa o simples planeamento de espaços residuais³⁹ e respectivos planos de plantação⁴⁰, tornando-se mais profundo em termos conceptuais, abarcando questões ecológicas, culturais, sociais, económicas e estéticas.

A paisagem, capaz de responder às mudanças ao longo do tempo, às transformações, adaptações e sucessões, surge como a única entidade capaz de se adaptar à *abertura*, indeterminação e mudança exigidas pelas condições urbanas de hoje⁴¹.

1.3.1 O contributo da geografia

Se bem que existe, hoje em dia, um movimento de ideias que nega a existência de uma ciência de paisagem (Roger, 1997), constata-se que a geografia é a primeira a surgir como uma ciência explicativa de paisagens concretas (Donadieu & Périgord, 2007).

³⁸ A partir da geografia, Berque, e a partir da história, Schama, seriam dois pólos de referência destas novas visões de paisagem.

³⁹ Nas últimas décadas, o espaço não edificado, dito *verde*, tem desempenhado, ainda, um papel acessório na construção do espaço urbano. A indiferença generalizada que se verifica quanto à sua definição qualitativa, seja pela parte dos técnicos de planeamento seja por interesses económicos ou por exigências dos destinatários, tem sido determinante para esta situação.

⁴⁰ A paisagem não tem sido considerada o principal elemento estrutural mas antes a cereja no topo do bolo, o último resquício de *verde* numa porção de espaço edificado. Esta atitude extremamente redutora afecta, por sua vez, não apenas a imagem do espaço mas também a sua qualidade e valor inerentes.

⁴¹ Allen (2001) refere que paisagem não é apenas um modelo formal para o urbanismo de hoje, mas talvez, mais importante que isso, um modelo de processo.

Este conhecimento é construído a partir de textos que descrevem viagens de explorações e de conquistas de espaços desconhecidos, desde Herodoto, no século V a.C., passando por Estrabão (63 a.C.-24 d.C.) e até Ptolomeu (90-140 d.C.). Primeiro acerca dos fundamentos geográficos do conhecimento da região europeia que se alargam, seguidamente, aos da Terra - do ponto de vista geofísico (considerações sobre a astronomia e matemática) e também sociogeográfico (através da descrição dos povos). Com o aumento da exploração do globo, de Marco Pólo a Bougainville, é sobretudo no século XVIII, graças ao progresso das ciências naturais, que a geografia se torna também naturalista (Dantec, 1996). A partir deste século o interesse e a preocupação por aspectos parciais e sectoriais deste conteúdo contribuíram para a especialização do saber científico em disciplinas como a geologia, a botânica ou a climatologia⁴² cujos conhecimentos, embora de forma isolada e compartimentada, não permitiam o entendimento e a definição da forma e da estrutura do território (Batista, 2009). Os primeiros estudos (tanto artísticos como científicos) sobre paisagem são atribuídos a Alexander Von Humboldt (1769 – 1859) a quem os geógrafos reconhecem como o fundador da geografia moderna e os historiadores da paisagem como um representante erudito do século das luzes, simultaneamente artista e sábio (Dantec, 1996).

É no século XIX que os cientistas alemães Karl Ritter (1779 -1859), discípulo de Humboldt, e depois Friedrich Ratzel (1844 – 1904), aluno de Ernst Haeckel (fundador da ecologia) desenvolveram as bases para a antropogeografia, saber precursor da geografia humana de Vidal de la Blache e da geografia cultural. Estes cientistas explicam as paisagens e as sociedades que as habitam de uma forma muito ligada ao espaço físico e às suas condições climáticas e geológicas a que chamaram *natureza*. Esta geografia naturalista será desenvolvida posteriormente por Reclus (1830 – 1905), seguido de Paul Vidal de la Blache (1845 -1918) e dos seus alunos. A outro alemão, Otto Schlutter (1872 – 1959), devemos a invenção do termo *landschaftkunde* (ciência da paisagem como da região) e a noção de *kulturlandschaft* (paisagem humanizada) para exprimir a marca visível das civilizações e das sociedades rurais (Donadieu & Périord, 2007).

⁴² Por exemplo a explicação dos vários estádios da vegetação na América do Sul pelas variações climáticas.

Podemos então referir que o século XIX, a partir da perspectiva disciplinar da geografia, inicia um interesse particular pelo estudo do território surgindo, pela primeira vez, de uma forma clara e coerente, o termo *paisagem* associado à sua análise morfológica (Sierra, 2003).

Como herança dos anteriores estudos científicos da paisagem e constituindo outra referência clássica surge, em 1926, a *Teoria Holística* de Smuts⁴³. A abordagem holística contribui para o desenvolvimento dos fundamentos da *Ciência da Paisagem* que, desde a geografia, aparece como disciplina específica e com uma certa autonomia. De acordo com Sierra (2003), deve-se a Siegfried Passarge com a obra *Geografia da Paisagem*, da década de 30 do século passado, o primeiro tratado científico sobre esta nova disciplina. A paisagem passa a ser entendida como espaço humanizado por uma determinada sociedade ao longo do tempo, no sentido de espaço como produto social e manifestação cultural.

Após a Segunda Guerra Mundial, os geógrafos franceses permanecem ruralistas até aos anos 60, mas vão superar o determinismo naturalista mostrando, apenas, as capacidades inegáveis das sociedades de organizar-se e a importância dos fenómenos culturais (religiosos e políticos) para explicar das diferenças da paisagem material no mundo. Enquanto os geógrafos franceses se orientavam por métodos economicistas, quantitativos, outros desenvolviam pontos de vista naturalistas (o geossistema) sociais (o território) e culturais (a paisagem).

A nova geografia cultural que se associa aos estudos da paisagem é anglófona (Jackson, 2003). Foi substituída em França a partir dos anos 80 do século XX por uma renovação humanista e culturalista com os trabalhos de A. Frémont centrados no espaço francês, os trabalhos de Bonnemaïson, na Oceania, os trabalhos de Morin, em África, e os trabalhos de Berque, no Japão. O espaço vivido, os símbolos, os sonhos, as religiões, os mitos e as utopias, as aspirações sociais às identidades territoriais, isto é, os aspectos subjectivos, passam agora a poder ser considerados (Donadieu & Périgord, 2007).

⁴³ Segundo esta teoria todo o facto material, incluindo a Natureza, tem tendência a originar unidades que formam um todo integrado cada vez mais complexo. Pelo que a complexidade da superfície terrestre resulta da síntese que advém da integração dos elementos existentes na biosfera, litosfera, hidrosfera, etc. (Batista, 2009).

Definida como uma ciência da produção e da organização do espaço, a geografia é actualmente, mais uma ciência do homem e da sociedade que uma ciência da natureza. Restabelece agora uma ligação com as suas origens históricas e etnográficas⁴⁴. A história da paisagem como objecto da geografia acompanha o debate epistemológico entre as disciplinas científicas que a constituem. Centrando-se na produção de territórios enquanto espaços concretos e abstractos nos campos histórico, natural, ambiental, político e social, a noção de paisagem depende hoje de mais disciplinas do que apenas da geografia, nomeadamente da ecologia, da história, da etnologia e da arquitectura.

1.3.2 O contributo da ecologia

Com Alexander von Humboldt, as primeiras explicações das paisagens das montanhas dos Andes mostram uma relação entre as variações do clima, a altitude e os estádios da vegetação. Demonstra que a zonagem bioclimática e a distribuição em altitude da vegetação podem ser relacionadas segundo leis que permitem descrever a repartição espacial. Este modo de leitura fitogeográfica das paisagens inspira a análise, sobretudo regional, da maior parte dos geógrafos dos anos 30 aos anos 70 do século XX. Inspira também os primeiros estudos fitoecológicos, e contribui para o surgimento da noção de sucessão ecológica progressiva e regressiva, assim como a de clímax, relativamente à descrição das etapas de transformação da vegetação sob a acção das actividades humanas. O modo de interpretação holística de Smuts não foi alterado pela invenção da noção de ecossistema, de Tansley, em 1935, tendo sido adoptado por Lindeman em 1942 e pelos irmãos Odum em 1953 (Donadieu & Périgord, 2007).

A ecologia da paisagem surge nos anos sessenta, fundamentalmente a partir dos trabalhos de geógrafos e biólogos, tendo sido o termo utilizado pela primeira vez pelo geógrafo alemão C. Troll, um dos pioneiros da ecologia da paisagem, que a definiu

⁴⁴ A paisagem adquire um significado histórico e com isso reforça o seu carácter cultural. Se as paisagens são também a história dos povos, então conferem-lhes identidade. "A história de um povo é inseparável da sua paisagem (e esta) converte-se assim numa referência histórica fundamental num sinal visível da identidade colectiva dos povos". Gomez-Mendoza, J. (2008). La Mirada del geógrafo en el paisaje: la gestión del conocimiento (p. 11). In J. Maderuelo, ob. cit. (a tradução é nossa).

como o estudo das relações físico-biológicas que governam as diferentes unidades espaciais de uma região (Andresen, 1992).

Em 1986, a obra de Forman e Godron, *Landscape Ecology*, marca uma ruptura nos trabalhos da fitogeografia e da fitoecologia. Os especialistas da ecologia das populações e dos povoamentos, nomeadamente os ornitólogos e os entomologistas, que baseiam os seus trabalhos sobre o estudo da dinâmica dos ecossistemas, foram sensíveis a duas fraquezas dos seus modelos: a falta do espaço ecossistémico e da sua heterogeneidade, assim como da sua história e do seu contexto.

O dogma da vegetação indicadora e integradora do meio, que dava aos fitoecologistas as chaves para a leitura das paisagens desaparece na sequência dos trabalhos de pesquisa e das práticas de gestão desenvolvidos nos anos anteriores. O dogma do clímax falha também quando os investigadores mostram o seu carácter redutor perante as consequências das perturbações sobre os ecossistemas.

Neste novo contexto do conhecimento, Forman e Godron (1986) definem paisagem como uma porção de território heterogéneo constituído por conjuntos de ecossistemas que interagem e se repetem de forma similar no espaço.

Para o geógrafo francês Bertrand, “paisagem é o resultado das relações entre a natureza e a sociedade tendo por base uma porção de espaço material que existe como estrutura e sistema ecológico independentemente da percepção”⁴⁵. Este conceito enfatiza o carácter dinâmico e mutável da paisagem ao entendê-la como um espaço estruturado dentro de um sistema dinâmico e instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos, interdependentes.

No âmbito da abordagem interdisciplinar e holística da paisagem, Burel e Braudy aprofundam a ideia de paisagem como sistema, avançando com a seguinte definição:

A paisagem é um nível de organização dos sistemas ecológicos superior ao ecossistema que se caracteriza essencialmente pela sua heterogeneidade e pela sua dinâmica, controlada em grande medida pelas actividades humanas, e que existe independentemente da percepção⁴⁶.

⁴⁵ Burel, F., & Braudy, J. (2001). *Ecologie du paysage: concepts, méthodes et applications* (p. 43). Paris: Tec&Doc-Lavoisier. (a tradução é nossa).

⁴⁶ Burel, F., & Braudy, J., ob. cit, p. 43. (a tradução é nossa).

Para Cancela d'Abreu *et al.* (2002), Forman e Godron (1986), Magalhães (2001), Naveh e Lieberman (1994) e Zonneveld (1990), neste contexto, a paisagem é então considerada como um sistema complexo e dinâmico em que os diferentes factores e elementos naturais e culturais que a compõem se influenciam e interagem mutuamente e evoluem conjuntamente, no espaço e no tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global.

Verifica-se então que a ecologia teve uma importância fundamental na mudança do entendimento da paisagem como um cenário, passando o conceito *paisagem* a fazer referência a uma realidade ecológica, social e cultural, e ao mesmo tempo a uma percepção estética e sensorial, para as quais a investigação que partiu da filosofia e os estudos sobre estética tiveram uma importância determinante.

1.3.3 O contributo das ciências sociais e humanas

O lugar das ciências sociais e humanas no processo de produção de conhecimento sobre a paisagem é, tal como no caso da geografia e da ecologia, um fio condutor da evolução deste saber. As etnociências (etnobotânica, e a etnozootologia), a antropologia social e cultural, a sociologia, a geografia cultural, a história da arqueologia, a economia e o direito – abordam, num momento ou noutra da sua história, a paisagem como objecto de conhecimento. Associando-se ao estudo das práticas como representações sociais e culturais do mundo, procuram descrever os significados subjectivos, individuais e colectivos, cada um com os seus próprios métodos.

Os historiadores da sensibilidade como Corbin (1998, 2001) comparam as relações que têm as diferentes sociedades históricas e contemporâneas com o seu ambiente, mostrando como, depois do século XVIII, os modelos de apreciação da paisagem mudaram: baseados sobre uma visão estática do belo pitoresco ou do sublime, fazem parte, actualmente, de uma relação plurisensorial e dinâmica do ambiente. Civera (2008) acrescenta a esta relação dos sentidos os numerosos cenários das actividades da sociedade. Já Schama (1996) considera que a paisagem antes de poder ser um repouso para os sentidos é obra da mente.

Os antropólogos e outros especialistas das etnociências, nomeadamente Lizet, em França, Jackson, nos Estados Unidos e Cosgrove em Inglaterra, contribuíram para o conhecimento de modelos de representações sociais do mundo sensível: Lizet e Ravignan (1987) definem paisagem como o espelho das relações, tanto as antigas como as actuais, que o homem estabelece com a natureza. Para Jackson, a palavra paisagem representa hoje uma realidade que não corresponde apenas a um cenário, um panorama ou um simples pedaço de natureza, mas a “um sistema de espaços construídos pelo homem à superfície da Terra”⁴⁷. Cosgrove (2006) considera que grande parte do fascínio que a paisagem exerce sobre ecologistas, arquitectos, urbanistas e outras disciplinas está relacionado com a capacidade que a paisagem tem para combinar elementos dialécticos, nomeadamente forma e processo, natureza e cultura, terra e vida. A paisagem segundo o etnólogo Lenclud em 1995 (Donadieu & Perigord, 2007) é um elemento reconstruído por uma percepção que informa os esquemas conceptuais que incluem não apenas a representação do que é a paisagem mas do que deve ser. O estudo das práticas sociais no espaço permite compreender os significados que são atribuídos pelos habitantes aos lugares, assim como às paisagens, quando esta noção existe na sua linguagem. Reconhece sobretudo as memórias colectivas embebidas e as reconstruções de identidade territorial em curso. Em função dos grupos sociais, os sociólogos identificam as categorias das práticas e das representações, e detectam as origens dos conflitos, nomeadamente com o poder público. Assim, C. Larrère e R. Larrère (1997) distinguem os olhares formados pelos códigos das artes da paisagem, do olhar informado pelas ciências. Como consequência, duas categorias de abordagens exógenas podem ser contraditórias às abordagens iniciadas ou endógenas, nascidas das paisagens comuns, vernaculares e dos lugares vividos. Finalmente a economia da paisagem⁴⁸ e o direito da paisagem, tal como a arqueologia da paisagem, são disciplinas de conhecimentos emergentes na Europa.

⁴⁷Jackson, J. B, ob. cit, p. 10. (a tradução é nossa).

⁴⁸ Anschuetz (2001), arqueólogo e antropólogo alemão, refere que quando a paisagem organiza a percepção e a acção, a economia, a sociedade e o pensamento, não quer dizer que estejam interligados mas sim que são interdependentes.

Existem ainda, não uma ciência mas as ciências da paisagem, mais exactamente dos conhecimentos, científicos ou não, da paisagem. Estes últimos resultam da interpenetração ou da permeabilidade dos saberes e, sobretudo, da mudança possível dos paradigmas em que se baseiam as disciplinas. Se admitirmos que a ciência entrou no período pós-moderno, é necessário então reconhecer que a hibridação dos conhecimentos relativos à noção de paisagem está em curso. O excesso da dualidade entre o sujeito e o objecto, entre natureza e cultura não é apenas obra dos laboratórios e das experimentações dos cientistas, dizem respeito também ao sujeito que conhece e que actua na paisagem, principalmente à figura do arquitecto paisagista.

1.3.4 A paisagem no pensamento filosófico

A partir de meados do século XX a filosofia e o estudo da estética começam a manifestar o seu interesse pela paisagem sendo determinantes na interpretação e na definição do conceito contemporâneo de paisagem. Variadíssimos filósofos demonstraram, e demonstram, interesse sobre a paisagem, nomeadamente G. Simmel (finais do século XIX), Assunto (1973), Ferriolo (2002), Soromenho Marques (2002), Muniain (1945), Roberto (2007), Roger (1997), Serrão (2007) entre outros, que abordaram esta temática.

Na perspectiva da filosofia a relação que se estabelece entre objecto – paisagem e sujeito – observador, passa a situar-se no centro de todas as concepções da paisagem constituindo-se como um facto relacional com um evidente conteúdo cultural⁴⁹, o que nos permite concluir que o conjunto de valores que determinada paisagem integra varia em função de quem a observa; cada observador recebe dessa paisagem uma impressão distinta, subjectiva e condicionada culturalmente. O conhecimento e a formação do

⁴⁹ Tal como é evidenciado por Jakob (2004) quando refere:

É sempre um indivíduo que faz a experiência da paisagem. A paisagem emerge dentro de e para um sujeito, numa consciência... a experiência da paisagem é de ordem estética; constituir uma paisagem equivale a um evento. A paisagem emerge – e apenas – onde o sujeito reencontra a natureza desinteressadamente, sem conceito, sem referências anteriores.

Jakob, M. (2004). *L'Émergence du paysage* (p. 23). Genève: eil. Architecture du Paysage. Collection Archigraphy Paysages. (a tradução é nossa).

observador passam a ser determinantes no conteúdo do conceito, o que põe em evidência a diversidade interpretativa e o seu maior ou menor grau subjectivo.

A paisagem não reside apenas no objecto, nem apenas no sujeito, mas na interacção complexa destes dois termos. Esta relação, que põe em jogo diversas escalas de tempos e espaço, não implica menos a instituição mental da realidade do que a constituição material das coisas⁵⁰.

É com Assunto que se dá o *salto* no estudo da estética da paisagem, nos anos setenta do século XX. Para este autor a paisagem é tida como “finitezza aperta”⁵¹. É espaço mas não somente espaço: é abertura ao céu, o que lhe imprime um carácter de infinitude, é enraizamento no solo, o que lhe permite um carácter limitado mas não finito, e é exterioridade. A paisagem será, enquanto espaço, “a auto-limitação do infinito e ao mesmo tempo um escudar-se da finitude”⁵². A definição de paisagem avançada por Assunto⁵³ é partilhada por Ferriolo (2002), que a considera uma definição precisa, que permanecerá futuramente, e por Lima (2007), que considera que, para que se possa discutir sobre estética da paisagem, esta deverá ser entendida como uma realidade na qual o homem está, e não um objecto para o qual olha.

Assim, a paisagem pode e deve ser um conceito abrangente e global - vivência - ao contrário do que tinha sido ao longo da história, ao ser sistematicamente associada a uma visão pitoresca da natureza, apenas dependente do sentido da visão, o que a tornava equivalente à percepção estética de um quadro. No entanto, é muito interessante a observação de Maderuelo (2005) quando se refere à utilidade associada à pintura

⁵⁰ Pascal Aubry (citado em Berque, 2006) refere a importância da percepção e da emotividade na apreensão da paisagem: Uma paisagem é inventada no tempo de uma emoção. Momento breve e fugidio, em volta de um sentimento, ... “A partir de um espaço concreto, de uma porção de país, as paisagens não existem sem o nosso olhar, elas dependem da nossa sensibilidade e da nossa cultura” ..., Berque, A. (2006). *Mouvance II. Soixante-dix mots pour le paysage* (p. 57). Paris: Éditions de la Vilette. Passage. (a tradução é nossa).

⁵¹ Assunto, R. ob. cit, p. 8.

⁵² Assunto, R. ob. cit., p.11. (a tradução é nossa).

⁵³ “A paisagem é uma realidade estética que contemplamos vivendo nela”. (Assunto R. ob. cit, p. 165). (a tradução é nossa).

quando a considera como escola do olhar. Efectivamente, só se conhecem as coisas e os fenómenos quando se podem nomear e quando se podem descrever⁵⁴.

Neste ponto de vista, a ideia de paisagem não se encontra, portanto, tanto no objecto que se contempla como no olhar de quem a contempla. Não é o que está diante mas *o que se vê*. Mas, o olhar requer, por sua vez um treino para contemplar. *O que se vê* requer um aprender a olhar para distinguir as diferenças. Requer uma escola do olhar onde se aprende a distinguir os aspectos característicos e estruturais, prescindindo dos acessórios.

Ferriolo, na procura da essência da paisagem, independente da mera pintura, da representação, da imagem sentimental da natureza quer seja ideal ou real, refere que, tomar consciência da coisa em si, mesmo no seu aspecto ideal significa compreender a sua complexidade. Acrescenta que a experiência estética é inseparável da vida: “a contemplação é a acção concreta e envolve a paisagem, a arquitectura e a cidade”⁵⁵. Na paisagem reflecte-se a livre acção criativa do homem – uma paisagem é produto da arte, de uma acção antrópica destinada a modificar a natureza em direcção ao útil e ao belo. Esta é uma realidade que não é só estética, mas também ética, pois está ligada a uma acção, ao projecto do indivíduo inserido no ambiente e na comunidade que o compreende. A ética da paisagem, a partir destes pressupostos, é um projecto teórico-filosófico incisivo e concreto.

1.3.5 A paisagem dos arquitectos paisagistas

Os arquitectos paisagistas são actores privilegiados na produção da paisagem.

⁵⁴ Assim refere Maderuelo:

Para que os elementos presentes no espaço (montanhas, florestas...) adquiram a categoria de paisagem, para poder aplicar com precisão esse nome, é necessário que exista um olho que contemple o conjunto e que se crie um sentimento que o interprete emocionalmente.

Maderuelo, J. (2005), *El paisaje.génesis de un concepto* (p. 38). Madrid: Abada Editores. (a tradução é nossa).

⁵⁵ Ferriolo, M. (2002). *Etiche del paesaggio. Il progetto del mondo umano* (p. 162). Roma: Editori Riuniti. (a tradução é nossa).

A arte dos jardins tem por objectivo traduzir no universo do jardim as concepções do mundo relativas a determinada época. Os jardins barrocos, com as realizações de Le Nôtre, para Fouquet e Luís XIV, testemunham, de facto, a influência do conhecimento da geometria e da hidráulica, mas também da astronomia e das ciências ocultas. Do mesmo modo, os jardins paisagistas traduzem uma ligação à pintura de paisagem e às teorias da natureza e do belo. Desta época data a ideia que toda a paisagem pode ser olhada como um jardim segundo o código estético formado no decorrer do século das luzes (Donadieu & Périgord, 2007).

Verifica-se, então, uma passagem de uma atitude mais interpretativa e contemplativa para uma atitude mais activa e interveniente sobre a paisagem, com a adaptação e integração do homem nos processos naturais respeitando-os e beneficiando dos seus recursos.

Coincidindo com uma nova fase da relação do homem com a natureza em que o primeiro procura dominar os recursos e os ciclos naturais, assiste-se ao desenvolvimento de um novo conceito – o da paisagem colectiva, para as classes sociais mais desfavorecidas, materializada pela escola inglesa de arquitectos paisagistas, e por Downing, no século XIX, o primeiro defensor dos parques públicos nos Estados Unidos (Rogers, 2001).

O surgimento dos parques e jardins públicos e o desenvolvimento da botânica fizeram do arquitecto paisagista um profissional, com competências no serviço do bem-estar, primeiro, de uma forma privada e depois pública, à qual se fará largamente apelo no século seguinte⁵⁶.

No século XX, como consequência da revolução industrial e com o início da delapidação da paisagem surge a ciência do uso do território com o objectivo da *conservação* e da exploração sustentável dos recursos ambientais. Mais tarde é reconhecido o desenho da paisagem como capaz de efectuar a síntese entre o particular

⁵⁶ Na cultura francesa, até ao século XX os arquitectos paisagistas foram frequentemente confundidos com arquitectos, horticultores e jardineiros. É neste século que surgem as especialidades profissionais: os arquitectos distinguem-se dos jardineiros paisagistas, próximos da horticultura e da botânica, dos empreendedores paisagistas que realizam e conservam os jardins, e dos planeadores paisagistas que se associam hoje aos urbanistas, arquitectos, ecologistas e geógrafos (Donadieu & Périgord, 2007).

e o universal e é estabelecido e aceite o conceito de *planeamento paisagístico*, em contraponto ao *planeamento do território*, mais sectorial e menos integrador, e a profissão do arquitecto paisagista (Batista, 2009).

Um conceito mais abrangente de paisagem também surge por esta altura, tanto teoricamente, na sequência das marcas deixadas pelo homem no território, como na prática, na sequência dos trabalhos de desenho e planeamento de paisagem iniciados por Olmsted, nos finais do século XIX, nos Estados Unidos e por Asplund, no início do século XX, na Europa. Segundo Magalhães (2001) a partir do conhecimento adquirido no domínio da ecologia, a percepção da paisagem deixou de estar ligada às impressões visuais que ela sugere, e passa a incluir, por um lado os ecossistemas que lhe estão subjacentes e que lhe deram origem, e, por outro lado, os processos de humanização, sejam eles ligados às actividades rurais ou às actividades urbano-industriais.

A partir de meados do século XX, a relação entre sujeito e objecto, paisagem e observador, torna-se o centro de todas as concepções de paisagem, tendo a filosofia tomado um papel determinante na interpretação estética e poética do conceito de paisagem, como vimos anteriormente.

Com a tomada de consciência da finitude dos recursos naturais surgem novas preocupações e conseqüentes atitudes face às questões ambientais. A paisagem passa então a ser considerada como um elemento do ambiente que deve ser planeada e gerida segundo os conhecimentos científicos mais recentes, como é o caso do ordenamento biofísico e do uso do solo, das salvaguardas ambientais, da gestão de recursos e do desenvolvimento sustentável ⁵⁷(Saraiva, 1999).

Os novos conhecimentos no domínio da ecologia juntamente com a contribuição da filosofia e o conhecimento empírico que o homem possuía da paisagem foram fundamentais para a criação de um corpo de doutrina específico da Arquitectura Paisagista que incluía, tanto a produção teórica como intervenções na paisagem. A paisagem passa então a ser considerada como a representação de uma realidade

⁵⁷ Representativa desta mudança é a definição que considera a paisagem como “uma parte do espaço analisado visualmente e que é o resultado da combinação dinâmica de elementos físico-químicos, biológicos e antropológicos que, reagindo uns sobre os outros, constituem um conjunto único e indissociável em contínua evolução”. Georges citado em Cancela d’Abreu *et al.* (2004) (p. 26).

geográfica, ecológica e estética, complexa, resultado da interação, no espaço e no tempo, dos factores biofísicos, culturais e socioeconómicos (Batista, 2009).

Os trabalhos de Mumford, Geddes e McHarg, na década de sessenta, estabelecem compromissos mais consistentes na discussão sobre a relação entre a sociedade, o homem e a natureza. A ecologia passa a ocupar o centro das atenções, intenções e acções. Estes trabalhos constituem uma referência no âmbito do planeamento e do desenho do território, nomeadamente no ordenamento da paisagem.

A partir dos anos setenta do século XX, com o aparecimento da disciplina da Ecologia da Paisagem, é consolidada e enfatizada a integração dos conhecimentos ecológicos na aplicação ao ordenamento, planeamento e desenho da paisagem. Surge a abordagem interdisciplinar e holística que veio reforçar e desenvolver o conceito de paisagem como um sistema.

A compreensão da paisagem implica o conhecimento da litologia, do relevo, da hidrografia, do clima, dos solos, da flora, da fauna, da estrutura ecológica do uso do solo e de todas as expressões da actividade humana ao longo do tempo, assim como a análise da sua articulação, o que resulta numa realidade multifacetada (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004).

A partir dos anos 80 do século XX assiste-se a uma articulação e convergência entre os diversos conhecimentos e as diversas áreas disciplinares, nomeadamente a ecologia, a estética e percepção (psicologia ambiental) para uma mais completa compreensão e avaliação da paisagem⁵⁸. O significado de paisagem evolui de um objecto que se vê e é caracterizado por aquilo que se vê, para aquilo que se vê, mas se caracteriza por aquilo que não se vê⁵⁹. Nesta acepção, a paisagem é a imagem que resulta da interação entre

⁵⁸ A distinção entre paisagem e ambiente proposta por Berque (1994), Lassus (1976) e Roger (1994), entre outros, permitiu dar um esclarecimento significativo.

A meio caminho entre a ciência e a ideologia, a ecologia retém há muito relações ambíguas com a estética e a paisagem. Relações que foram posteriormente clarificadas pelos filósofos Alain Roger e Lucius Burckardt.

Segundo Roger (1994) a paisagem não é ambiente, como gostariam os ecologistas, nem geossistema, como pretendem os geógrafos. Parece escapar ao âmbito da ciência, sem, todavia, entrar exclusivamente no campo da arte.

⁵⁹ Segundo Neuray (1982), o estudo da Paisagem deve ultrapassar a fase de contemplação para se alargar à compreensão daquilo que se vê.

os processos naturais e os antrópicos. A essência do objecto deixou de ser ele próprio, mas aquilo que ele revela a quem o souber interpretar, o que exige uma descodificação de sinais para que, aquilo que não é visível seja identificado.

A paisagem passa a constituir a figura que a superfície da terra assume, como resultado da interacção dinâmica dos múltiplos factores que para ela concorrem, abióticos e bióticos, incluindo o homem, correspondente a outras tantas disciplinas do conhecimento: no sub-solo (geologia, litologia, hidrologia, geomorfologia), à superfície (pedologia, fitosociologia e zoologia) e as disciplinas relativas ao estudo das relações humanas, sob as várias formas (sociologia, antropologia, psicologia ambiental) na atmosfera, (climatologia e os agentes modificadores, físicos, químicos e biológicos, transportados pelas massas de ar). Nesta perspectiva a paisagem é muito mais o que não se vê, do que aquilo que se vê (Magalhães, 2007).

Os arquitectos paisagistas, por toda a Europa e por todo o mundo, muitas vezes em colaboração com outros investigadores e profissionais, de diversas áreas disciplinares, têm contribuído para o desenvolvimento de um quadro teórico e metodológico, assim como para o desenvolvimento da aplicação prática relativos a esta matéria⁶⁰.

Consequência da sua formação e da sua matéria de trabalho, os arquitectos paisagistas elaboraram os seus próprios conceitos ou adoptaram-nos e adaptaram-nos de outras disciplinas. Para nós a paisagem é menos um espaço que se conserva que a parte visível de um território onde se compreendem as causas da evolução, e que se gere para construir uma identidade desejada. O conhecimento utilizado na intervenção e construção das paisagens é próximo, tanto do pensamento científico e dos conceitos das diversas disciplinas que o constituem, como do pensamento artístico do qual se adoptam os princípios da construção do espaço, na arte de projectar. Neste último caso, é através de abordagens fenomenológicas que os teóricos da paisagem fazem apelo para se

⁶⁰ Como é referido por Desidério Batista:

Os estudos realizados sob esta perspectiva contemplaram a integração do campo da ecologia, através do estudo do funcionamento e propriedades dos ecossistemas, com o conhecimento da matriz social e cultural decorrente da actividade humana, e com o conhecimento dos valores, sentimentos, e outros aspectos afectivos induzidos pela paisagem.

Batista, D. (2009) - *Paisagem, cidade e património – O sistema urbano Olhão – Faro – Loulé. Propostas para uma estratégia de intervenções integradas de requalificação urbana e valorização ambiental* (p. 23). Tese de doutoramento, Universidade de Évora, Évora, Portugal.

integrarem no espaço vivido, conhecido e das relações humanas com os lugares (Donadieu & Périgord, 2007).

A arquitectura paisagista constitui-se então como uma disciplina transversal, que cruza todas as matérias incluindo, como já foi referido, as artísticas que permitem dar forma ao espaço e as científicas que permitem considerá-las como componentes da forma, sendo através desta que a síntese transdisciplinar se corporaliza. De facto, a intervenção na paisagem requer uma síntese de um vasto conjunto de conhecimentos e de um método próprio com o objectivo de transformar a articulação e a comunicação transdisciplinar num espaço com determinada forma, o que revela a forte ligação do conceito de paisagem ao conceito de morfologia.

De acordo com Magalhães (2007), podemos então considerar que para os arquitectos paisagistas e para todas as formações que dispõem de formação ecológica, a Paisagem é uma entidade *horizontal* que se situa entre o sub-solo e a atmosfera. A dicotomia que esta concepção pode encerrar é entre *Natureza* e *Cultura*, representando esta última as maneiras de fazer pelas diferentes comunidades humanas, incluindo as representações simbólicas. A harmonia ou a ruptura, entre os dois pólos desta dicotomia, depende da qualidade desta intervenção humana: se é imbuída do conhecimento e respeito pelo equilíbrio ecológico, ou se, pelo contrário, é marcada pela ignorância dos processos naturais, violentando esse equilíbrio, quem sabe, até ao limite da resiliência do planeta. Aquilo que Caldeira Cabral classificava de *trabalhar com a Natureza, ou contra ela*⁶¹.

2. NATUREZA VERSUS CULTURA

A dicotomia entre natureza e cultura tem conduzido muitos autores a diferenciar a paisagem entre duas realidades distintas: paisagem natural e paisagem cultural, devido à diferenciação dos dois grandes grupos de conhecimento a que se referem. Os que defendem a absoluta necessidade de integração destas duas componentes preferem que a

⁶¹ Caldeira Cabral, F. (1993). *Fundamentos da arquitectura paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.

Paisagem não seja decomposta, receando a destruição da globalidade que o conceito representa⁶², e que no subcapítulo anterior pretendemos demonstrar.

A paisagem é uma construção resultante de dinâmicas culturais, sociais e económicas de carácter colectivo, resultado formal de um conjunto de factores e processos interactivos⁶³, quer naturais – directamente relacionados com fenómenos e valores biológicos, ecológicos ou ambientais, presentes em espaços intervencionados pelo homem – quer culturais – referentes aos valores formais que num dado momento exprimem a herança que representa a natureza, a tradição ou o progresso enquanto testemunho da acção humana.

Assim sendo, a divisão em paisagem natural e paisagem cultural não pode implicar, quanto a nós, uma segregação espacial da paisagem, uma vez que não se podem estabelecer limites entre fenómenos naturais e culturais, dada a sua estreita relação e inter-penetração⁶⁴. Por outro lado o maior ou menor grau de intervenção humana produz paisagens com diferentes dinamismos culturais que se traduzem em paisagens fortemente culturais ou com a componente cultural mais atenuada, sendo por isso consideradas, muitas vezes, como paisagens naturais⁶⁵.

⁶² Spirn (1998) considera que chamar a algumas paisagens naturais e a outras artificiais ou culturais não é correcto, uma vez que as paisagens nunca são totalmente uma ou a outra.

⁶³ Segundo Dantec (citado em Berque, 2006) a paisagem é um fenómeno misto onde se sobrepõem realidade e imaginação activa, natureza e cultura, geografia e arte, já que ela é constituída por um encadeamento de conjuntos espaciais, não necessariamente campo, de características singulares (incluindo a sua flora, a fauna, os estabelecimentos humanos, entre outros).

⁶⁴ Donadieu e Périgord (2007) defendem que, numa paisagem, elementos naturais e valores culturais são combinados pelos actores da sua produção para lhes dar determinado significado que poderá ser simbólico, estético ou funcional.

⁶⁵ Para o filósofo Soromenho Marques a paisagem é uma entidade dinâmica: “a paisagem é uma metáfora das relações entre cultura e natureza” (citado em Ramos, Vale, Moreno & Simões, 2002). A meditação sobre a paisagem é inseparável do processo de constituição do sistema da valores, saberes e instituições: ao longo do tempo, o Homem deixou de considerar a natureza como uma ameaça, utilizando todas as suas capacidades técnico-científicas para a modificar. Assim, mesmo quando se criam *áreas naturais protegidas*, a paisagem é humanizada, já que *na paisagem que protegemos, já lá estamos*.

Também Cancela d’Abreu *et al.* (2004) consideram que paisagem natural seria aquela em que a articulação dos diversos factores naturais ao longo do tempo não fosse, ou fosse apenas ligeiramente afectada pelas comunidades humanas, o que só acontece pontualmente na Europa.

Caldeira Cabral, Gonçalves e Cabral (1978) consideram a paisagem natural como resultado da interacção exclusiva dos factores físicos e bióticos, anteriores à acção do homem, acrescentando, contudo, que se trata de um conceito lógico, sem existência no mundo⁶⁶.

No entanto, apesar de ser largamente aceite, nem sempre é este o sentido associado ao conceito de paisagem natural. Veja-se por exemplo a definição de paisagem presente na Lei de Bases do Ambiente,

Paisagem é a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e natural quando a acção humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica geológica⁶⁷.

Concordamos com a primeira parte desta definição quando refere que a paisagem é resultante da acção do homem. Consideramos, no entanto, que a definição de *primitiva* e de *natural* não é adequada, uma vez que a paisagem é uma ideia, uma construção do homem, sendo por isso uma criação cultural, mais do que natural, ainda que indissociável da natureza a partir da qual se constrói.

Segundo Roberto (2007), na referência à paisagem natural é óbvio o elo de ligação entre paisagem e natureza, que se constata não só ao nível semântico, mas também ao nível ontológico, já que a paisagem na sua relação específica e concreta com a natureza dela depende para se constituir no seu ser. Contudo, a natureza, no seu todo, tem uma dimensão ontológica ao nível espaço-temporal que é claramente distinta daquela da paisagem que é, apenas, parte delimitada dessa *totalidade*. Para Georg Simmel é inadequado considerar a paisagem como “uma porção da natureza”⁶⁸, uma vez que a natureza é uma unidade, um todo, e por isso não deverá ter porções. Caso seja destacado

⁶⁶ Veja-se o exemplo de Catherine Kinzler:

O jardim à francesa, trabalhado, desenhado, calculado, alambicado, artificial e forçado é, no fundo, mais natural do que uma floresta virgem... O que é oferecido à contemplação estética, é uma natureza cultivada, dominada, levada ao extremo, mais verdadeira e mais frágil ao mesmo tempo porque o essencial só se desvenda a contragosto.

Citada em Ferry, L. (1993). *A Nova Ordem Ecológica* (p. 145). Lisboa: Edições Asa.(a tradução é nossa)

⁶⁷ *Lei de Bases do Ambiente. Lei n. 11, de 7 de Abri de 1987* (1987). Artigo 5º, alínea c), n. 2.

⁶⁸ Roberto, P. (2007), *A Harmoniosa Pregnância Vital da Paisagem Vital da Paisagem Natural em Georg Simmel* (pp. 65-85). In: A. V. Serrão (Ed.). *Philosophica, Estéticas da Natureza*. Lisboa: Departamento de Filosofia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

um fragmento deste todo que a natureza constitui, então, este, não será inteiramente natureza. Assim, se as partes e o todo se constituem numa unidade no qual tudo é simultaneamente partes e todo também a paisagem natural surge assim como uma *parte* que, em conformidade com a lógica inerente a um organismo, está numa determinada *inter-relação vivificante*⁶⁹ com esse *todo* que é a natureza, embora sem se confundir com ela.

Simmel designa a paisagem natural como uma unidade estética sendo, o seu maior suporte, o *stimmung* da paisagem natural. *Stimmung* surge como um conceito-chave do qual depende, em grande parte, a compreensão do processo de carácter espiritual que engendra a paisagem como uma determinada unidade estética. Atribuída a uma paisagem natural, a *stimmung* seria um *estado de ânimo geral*, isto é, aquilo que penetraria a diversidade dos diferentes elementos particulares que exteriormente a compõem, conferindo-lhe assim uma unidade harmoniosa inerente que se estabelece no plano estético entre ser humano e essa paisagem, por ele presencialmente vivida.

Segundo Assunto, (1973) estado de ânimo é também a definição que Amiel, seguidor de Hegel, atribui a paisagem e que está relacionada com a fruição estética da mesma, enquanto espaço de experiência vital. Estado de ânimo é aqui entendido, tal como a *stimmung* de Simmel, como um momento da natureza, de significado profundamente espiritual que vem, não só do contemplar a paisagem e viver nela, mas também do facto de depois de a deixar, a continuarmos a viver sob a forma de nostalgia ou de recordação.

Para Antrop (2000), a importância da percepção da paisagem⁷⁰ está intimamente ligada a uma abordagem holística. No entanto, considera que a paisagem como um todo é mais do que a soma das partes, sendo necessária a síntese para a verdadeira compreensão desse todo. Também Ribeiro Telles defende, desde há muito, uma leitura transversal e

⁶⁹ Roberto, P., ob. cit, p. 68.

⁷⁰ Schama (1996) considera que natureza e percepção humana são inseparáveis, embora estejamos habituados a situá-las em campos distintos, adiantando ainda que é a nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem. Luginbuhl (2008) acrescenta que a percepção diz respeito ao processo pelo qual um indivíduo *percebe* a paisagem, processo que considera sobretudo como um processo neurosensorial e psicológico e ligado ao funcionamento do cérebro defrontado com a visão de uma paisagem.

global da paisagem baseada numa dialéctica entre natureza e cultura, entendendo-as como partes indissociáveis de um todo indivisível⁷¹.

De um modo geral podemos então considerar que todas as paisagens actuais registam, em maior ou menor grau, intervenção humana. A divisão entre paisagem natural e paisagem cultural não é realista, uma vez que se assume que a paisagem resulta da combinação de factores e processos naturais e culturais, como já foi referido.

A noção de paisagem cultural relaciona-se com o registo da acção do homem sobre o território e é entendida como construção humana. Variadíssimos autores de variadíssimas formações corroboram a ideia de que a intervenção do homem na paisagem é múltipla e complexa, ora adaptando-se, ora impondo-se, modificando e criando sobre o território. Caldeira Cabral *et al* (1978), Conan (1995), Donadieu & Périgord (2007), Ferriolo (2002), Ferry (1993), Guattari (1989), Jackson (2003), Luginbuhl (2008), Maderuelo (2005), Magalhães (2001), Poullaoulec-Godinec *et. al* (1999), Roger (1994), Schama (1996), Thibault (citado em Poullaoulec-Godinec *et al*, 1999), entre muitos outros, partilham o interesse pela análise e interpretação das paisagens culturais sobre as quais detêm uma visão abrangente e multidisciplinar contribuindo, de um modo relevante, para o seu estudo e divulgação.

A paisagem cultural, equivalente a paisagem humanizada, resulta da acção do homem, durante séculos, de forma contínua ou intermitente, sobre a paisagem natural, dela se apropriando e modificando-a a fim de a adaptar às suas necessidades, segundo a sua experiência (transmitida de geração em geração), os seus conhecimentos e a sua intuição (Caldeira Cabral *et al*, 1978).

A paisagem não é apenas um conjunto de espaços organizados colectivamente pelos homens, sendo necessário compreender o aspecto morfológico da paisagem como expressão de uma relação mais profunda entre o homem e a superfície da terra, entre o homem e a sua envolvente. É uma sucessão de traços, de impressões, que se sobrepõem à superfície e que traduzem o género de vida dos homens. Neste sentido, surge como

⁷¹Veja-se como Ribeiro Telles entende a paisagem relativamente à dialéctica natureza/cultura:

A paisagem vai sendo gradualmente transformada pelo homem e com essa transformação vai-se integrando cultura no território... As marcas culturais do passado são também Natureza... Só a cultura integra a Natureza na obra do homem... O futuro da natureza é construído pelo homem...

Ribeiro Telles, G. (1982). A Propósito de ecossistema urbano e conservação da natureza. *Actas do Seminário sobre Conservação da Natureza*. Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, 137.

uma obra de arte onde o relevo, o solo, a vegetação são as matérias que a compõem, segundo os valores culturais, diferentes no tempo e no espaço, condicionada por isso pelos sistemas naturais.

A paisagem não é portanto o que está perante nós, é um conceito inventado, uma construção cultural⁷². Não é um mero lugar físico, mas o conjunto de uma série de ideias, sensações e sentimentos que elaboramos a partir do lugar e os seus elementos constituintes. A palavra *paisagem* reclama também uma interpretação, a busca de um carácter e a presença de uma emotividade.

De acordo com Jackson (2003) é sobretudo uma realidade objectiva, material, produto dos homens. O culturalismo de Jackson não conduz, no entanto à redução da paisagem a um simples ponto de vista humano sobre o mundo. Todas as paisagens são culturais porque são construídas socialmente segundo determinados valores que diferem temporal e geograficamente.

No entanto, o facto de todas as paisagens serem culturais não quer dizer que se exclua a dimensão da natureza. Existe, de facto, a presença da natureza na paisagem pois esta constitui-se como um sistema natural onde ocorrem processos naturais. Num primeiro momento, na análise de Jackson, qualquer que seja a forma ou o tamanho, a paisagem não é nunca um espaço natural nem um aspecto do ambiente natural; é sempre artificial, sempre sujeita a uma mudança súbita ou imprevisível. O homem cria as paisagens que necessita, pois cada uma delas é o lugar onde fundamenta a sua organização no espaço e no tempo. É o lugar onde os lentos processos naturais de crescimento, de maturidade e de declínio são acelerados ou retardados pelo homem, que *desvia o programa natural* para impor o seu. Contudo, esta transformação da natureza que cria a paisagem, não a faz desaparecer (Jackson, 2003).

Jackson procura ainda pôr em evidência não apenas a presença da natureza nas obras e nos artifícios dos homens, mas também a participação da natureza no mundo dos

⁷² Para Thibault (1999) a expressão *paisagem cultural* pode parecer um pleonasma, uma vez que a noção de paisagem remete-se, ela própria, para as noções de olhar e de acção sobre um espaço, também elas, em grande parte, função das concepções e pano de fundo cultural do que se olha. Thibault, J. P. (1999). Vers une déclaration universelle du paysage? Portée et limites d'un texte international récent (pp. 187-207). In: Poullaouec-Godinec, P., Gariépy, M., & B. Lassus, (Dir.). *Le paysage; territoire d'intentions*. Montréal: l'Harmattan. (a tradução é nossa).

homens, isto é, a co-presença do homem e da natureza na paisagem. A palavra *natureza* foi expurgada de todos os discursos, como se fosse impróprio evocar o que ela designa. O termo *ambiente* designa agora o que rodeia a espécie humana. Esta visão antropocêntrica está de acordo com o espírito da nossa civilização conquistadora, cuja única referência é o homem e cuja tendência é o domínio da terra⁷³ (Ferry, 1993). A natureza não é exterior ao homem, algo que se possa usufruir como um espectáculo *verde* ou que se possa analisar para futura exploração, mas com a qual se tem uma relação distante. A natureza não é separável da cultura⁷⁴.

Os valores que conformaram a nossa cultura consumista conduziram a uma *coisificação* da paisagem; contudo a paisagem não é uma coisa, não é um objecto grande nem um conjunto de objectos configurados pela natureza ou transformados pela acção humana. A paisagem não é tão pouco a natureza nem sequer o meio físico que nos rodeia ou onde nos situamos.

Neste contexto a paisagem é de natureza cultural, uma construção do espírito e da mente que os homens realizam através de fenómenos de cultura dependentes, quer da sensibilidade, quer de considerações estéticas fundadas sobre um dado natural. É uma convenção que varia de uma cultura para outra, o que nos obriga a um esforço para imaginar como será percebido o mundo por outras culturas, noutras épocas e noutros meios sociais diferentes do nosso. Este raciocínio leva-nos a pensar que pertencemos a uma cultura paisagista (citado em J. Maderuelo, 2005; P. Poullaouec-Godinec, *et. al.*, 1999). Também Michel Conan faz referência a uma cultura paisagista: “a apreciação da paisagem depende de uma relação íntima e de uma relação cultural com o mundo, sendo

⁷³ Esta concepção é um dos pontos de ruptura fundamentais com a filosofia ecologista, que entende o ser humano como um organismo entre milhões de outros e considera que todas as formas de vida têm direito a uma existência autónoma (Ferry, 1993).

⁷⁴ Neste contexto Guattari (1989), recorda uma experiência que viu um dia na televisão: Foram colocados dois recipientes, um cheio de água poluída, do porto de Marselha, onde se encontrava um polvo cheio de vivacidade. O outro recipiente estava cheio com água do mar, limpa, pura, sem qualquer tipo de poluição. O polvo foi retirado do recipiente que continha a água poluída e foi colocado no recipiente da água pura. Ao fim de pouco tempo o polvo acabou por morrer. Isto faz-nos pensar que, efectivamente, a natureza não pode ser separada da cultura, e a pensar transversalmente as relações entre os ecossistemas e os universos de referência social e individual. Guattari, F. (1989). *Les Trois Écologies* (p. 34). Paris: Galilée. (a tradução é nossa).

que, a cultura paisagista contribui poderosamente para a criação de novas formas de direito da sociedade sobre a natureza”.⁷⁵

A paisagem surge-nos então como uma ideia, como uma construção, que resulta da acção do homem sobre a natureza e o território. Tal como Spirn preferimos que a paisagem não seja decomposta em natural e cultural. Optamos por considerá-la uma entidade única cuja grandeza e valor advém da sua indissociabilidade. Conceito holístico, resultado de um sistema dinâmico em constante transformação e evolução, constituindo a expressão da identidade de um povo. Também a ideia de espaço de experiência vital de Assunto nos surge como fundamental no conceito de paisagem. Paisagem é, de facto, não apenas um espaço de contemplação, mas um espaço de experiência e de vivência, mesmo quando se contempla.

3. PAISAGEM GLOBAL

A situação da paisagem contemporânea é caracterizada pela oposição e sobreposição de realidades de diferentes naturezas onde a distinção entre a cidade, a periferia e o campo se dissolve gradualmente. Este facto induz a que se considere o funcionamento dos seus espaços e estruturas num sistema global e integrado, mantendo-os em conjunto quer na análise actual da paisagem quer na intervenção sobre a mesma.

Efectivamente, as relações estabelecidas entre os espaços rurais e urbanos, caracterizadas inicialmente pela complementaridade e interdependência consideradas essenciais para a sobrevivência mútua, evoluíram para a actual situação em que a ruptura entre estes espaços conduziu ao desaparecimento da unidade paisagística existente (Batista, 2009).

Este afastamento entre a cidade e o campo tem por consequência uma perda cada vez maior da multifuncionalidade da paisagem e da consciência de que a vida humana depende da inter-relação entre as mais diversificadas formas de vida, onde se inclui a vida biológica que depende, por sua vez, do equilíbrio ecológico da paisagem.

⁷⁵ Conan (1999 como citado em Thibault, 1999, p. 187). In: Poullaouec-Godinec *et. al.* ob. cit. p. 187. (A tradução é nossa).

A necessidade de defender uma nova qualidade de vida, principalmente nas periferias urbanas degradadas e no campo aparentemente inútil, passa por eliminar estas rupturas entre cidade e campo (Magalhães, 2001).

Neste contexto as abordagens actuais têm tendência a não considerar a separação entre paisagem rural e paisagem urbana, baseando-se no que Ribeiro Telles, em 1992, considera como *paisagem global*⁷⁶.

Este conceito tem como objectivo que a segregação entre *urbano* e *rural* seja ultrapassada e que seja conseguida uma interligação entre elementos vivos e inertes, entre os modos de vida campestros e urbanos e o desejado retorno à multifuncionalidade e continuidade da paisagem. A noção holística de paisagem, compreendida como sistema, integra tanto o espaço urbano como o espaço rural e as relações que se estabelecem entre ambos. Também para as questões de identidade, as fronteiras sociais e culturais entre o espaço urbano e o espaço rural tendem a desaparecer levando, por vezes a uma identidade do conjunto, englobando o espaço rural e urbano (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004).

Esta preocupação de eliminar as rupturas entre a cidade e o campo, que surgem através de fortes cisões ao nível físico, ecológico, cultural e social, e a intenção de restabelecimento da sua ligação e de uma nova qualidade de vida já tinha sido expressa por Caldeira Cabral, no Congresso da Federação Internacional dos Arquitectos Paisagistas, em 1962. Nesta comunicação F. Caldeira Cabral defendia que “a nossa tarefa será conseguir que a paisagem seja de novo um todo – a cidade, o campo e a

⁷⁶ Para Ribeiro Telles:

O espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade, quer digam respeito ao mundo rural, quer à vida urbana ... Para isso há que estabelecer o “continuum naturale” no espaço urbano e no espaço rural, como elo entre as respectivas paisagens, permitindo a aproximação dos dois modos de vida e das pessoas. A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das actividades, nomeadamente da expansão urbana, tem que estar sujeita à aptidão do território e à paisagem existente.

Ribeiro Telles, G. R. (1994, Abril). Paisagem global: um conceito para o futuro (número especial), *Iniciativa*.

indústria – um todo em beleza, na colaboração das suas funções próprias, e na compreensão das pessoas”⁷⁷.

Independentemente, quer da ocorrência de realidades distintas correspondentes ao espaço de carácter mais rural e ao espaço de carácter mais urbano, quer da legitimidade de repor um contínuo ecológico e cultural – leia-se multifuncional - e, conseqüentemente uma melhor qualidade de vida, Spirn considera que a paisagem deverá ser considerada como um todo, não devendo ser feitas distinções na sua análise e compreensão⁷⁸.

Este facto não invalida que se verifiquem diferenças entre a paisagem rural onde são predominantes as actividades agrícolas e florestais e o espaço das grandes concentrações urbanas, onde predomina o tecido edificado e o revestimento de superfície impermeável. No entanto, as transições entre estes espaços correspondem, geralmente, a extensas áreas sem qualquer qualificação, em constante transformação, às quais designamos de áreas suburbanas. Também para estas áreas é vantajosa a sua inclusão num sistema global, como adiante veremos, tal como qualquer paisagem, uma vez que não são realidades independentes.

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PAISAGEM

Na maior parte dos países europeus coexistem, actualmente, duas concepções da noção de paisagem, talvez exclusivas, uma e outra. Uma, estética e cultural, procedente das ciências humanas, sublinha a natureza e a evolução dos diferentes olhares tidos sobre as características das paisagens, resultado das interacções entre os homens e a natureza. A outra, derivada das ciências da natureza e da vida e, particularmente das ciências

⁷⁷ Caldeira Cabral, F. C. (1993). *Fundamentos da arquitectura paisagista* (p. 197). Lisboa : Instituto da Conservação da Natureza.

⁷⁸Tal como é referido por Spirn:

Um parque urbano desenhado não é menos paisagem que um campo de milho plantado, a Ilha de Manhattan não é menos paisagem que o Central Park. Noções de paisagem como o campo, mas não cidade, fragmentam falsamente ligações íntimas e produzem tais ironias como as crianças das escolas do interior da cidade irem de autocarro para fora da cidade para estudar o prado dos campos, ignorando as mesmas plantas que crescem nos lotes vazios ao lado da porta...

Spirn, A. ob. cit, p.24). (a tradução é nossa).

geográficas, ambientais e eco-biológicas dá a compreender o funcionamento e a evolução dos mosaicos dos ecossistemas. A primeira, dita culturalista, debruça-se sobre a análise dos valores históricos, estéticos, simbólicos e identitários da paisagem (Roger, 1997; Schama, 1999) e a segunda, dita funcionalista, analisa os valores económicos, ecológicos e sociais da mesma (Brunet, 1990; Forman & Godron, 1986).

Nos últimos cinquenta anos, a utilização do conceito de paisagem nas políticas públicas dos países europeus mudou consideravelmente. Estas políticas iniciaram-se no fim do século XIX na sequência das ideias culturalistas dos *sites remarquables*, de *scenic view*, de *natural beauty spot*, de *kulturlandchaft*, de *belleza naturale* ou *sítios excepcionais*, a proteger da destruição. Estes conceitos de beleza têm ainda fortes raízes na cultura contemporânea e no significado da palavra paisagem nos diferentes países europeus, como já tivemos oportunidade de verificar. No final do século XIX e início do século XX, o crescimento dos problemas ambientais faz-se acompanhar de uma sensibilidade ecológica, também crescente. Os países do Norte e do Centro da Europa desenvolveram políticas baseadas, sobretudo, sobre as ciências da natureza, da vida, da ecologia e do ambiente; os outros países, principalmente os do sul privilegiaram o património artístico, histórico e arquitectónico (Donadieu & Périgord, 2007).

Nos últimos vinte anos, as preocupações relativas à paisagem têm integrado, de forma crescente, as políticas ligadas ao território e à conservação da natureza, por toda a Europa. No que diz respeito à conservação generalizou-se uma clara modificação nas estratégias que ultrapassaram a focagem quase exclusiva sobre as *áreas naturais*, para se alargarem às *áreas culturais*. Também se verifica que já não se limitam aos sítios excepcionais e que se inscrevem nos valores do desenvolvimento sustentável (Cancela d'Abreu *et. al.* 2004).

Com a crescente importância e divulgação do conceito de paisagem, este começou a ser referido em estratégias e políticas definidas a nível europeu e também ao nível mundial. Na Conferência do Rio em 1992⁷⁹, foi aprovada a *Agenda 21*⁸⁰. Neste documento

⁷⁹ *United Nations Conference on Environment and Development (UNCED)*.

⁸⁰ Este é um documento estratégico que visa a definição do enquadramento e das linhas orientadoras para a prossecução do desenvolvimento sustentável (Cancela d'Abreu *et. al.*, 2004).

afirma-se que os governos devem adoptar sistemas de ordenamento e gestão que facilitem a integração das componentes ambientais como o ar, a água, o solo e outros recursos, baseando-se no conhecimento e ordenamento da paisagem.

Também expressivos do interesse político pela paisagem, nos últimos anos, são as orientações estratégicas que têm surgido na Europa centradas sobre a paisagem e a preservação da sua qualidade, por parte de entidades variadas. Estas orientações foram estabelecidas, sobretudo através de figuras legais de parques e reservas, ou outras categorias de âmbito nacional ou regional. A nível internacional, a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) criou o estatuto de paisagens protegidas, tendo depois definido um processo de inventariação das paisagens culturais de elevado valor, que se encontram ameaçadas.

Depois da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) ter começado, em 1992, a nomear e a inscrever paisagens culturais de elevado valor universal na Lista do Património Mundial, as paisagens e os desafios à sua gestão, são também explicitamente consideradas no *Dobris Assessment - Relatório sobre o Ambiente na Europa* (Stanners & Bourdeau, 1995), e nos *Princípios Directores para o Desenvolvimento Espacial Sustentável do Continente Europeu* (Conselho da Europa, 2000b). Numa outra perspectiva, a própria Política Agrícola Comum tem vindo a preocupar-se, desde a reforma de 1992, com o papel da agricultura na gestão das paisagens rurais europeias, orientando-se cada vez mais para uma agricultura de lógica pós-produtivista, multifuncional, tendo como uma das tarefas fundamentais a manutenção da qualidade dos recursos naturais e da paisagem.

A consideração das paisagens em directrizes de âmbito transnacional é mais recente. Em 1995, no relatório considerado como pioneiro e como uma referência básica em termos do ambiente europeu – o *Relatório do Estado do Ambiente*⁸¹, é dedicado um capítulo específico à paisagem, defendendo a necessidade do seu estudo considerando os principais tipos de paisagem na Europa e as suas principais tendências de transformação⁸².

⁸¹ Publicado pela Agência Europeia do Ambiente em 1995 (Cancela d'Abreu *et. al.*, 2004).

⁸² Dado que “a grande variedade de paisagens europeias é uma parte importante da nossa herança cultural, científica, histórica e sociológica”. Stanners, D. & Bourdeau, P. (1995). Europe's

Ainda em 1995, na sequência da cooperação internacional iniciada anteriormente entre vários organismos e entidades, o *Conselho da Europa* e o *Expertise Centre for Biodiversity and Sustainable Development* (ECNC) elaboram, no âmbito da terceira conferência *Ambiente para a Europa*, a *Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Ecológica e Paisagística*. Esta estratégia salienta a necessidade de uma política de conservação que se debruce não apenas sobre a diversidade biológica mas também sobre a diversidade paisagística. A diversidade da paisagem é aqui considerada como a expressão formal e espacial das relações existentes, num determinado período, entre a sociedade e o território (Cancela d'Abreu *et. al.*, 2004).

Desta estratégia resultou, em 1997, o *Plano de Acção para as Paisagens Europeias* que integrou um conjunto diversificado de acções e projectos, relacionados com o estudo, a análise, o ordenamento e a gestão integrada da paisagem⁸³.

Em 2000 foi aprovada pelo *Conselho da Europa* a *Convenção Europeia da Paisagem*. Assinada em Florença a 20 de Outubro de 2000, comprometeu os países que desde logo o ratificaram, mas também aqueles que participaram apenas nos trabalhos de preparação, a passar de uma política de preservação dos lugares de excepção, históricos ou naturais, para uma política de manutenção e de gestão da qualidade geral de todos os lugares.

A Convenção inscreve-se num duplo contexto: por um lado nos trabalhos do *Conselho da Europa* (45 Estados membro) no domínio do património cultural e natural, da gestão do território, do ambiente e da autonomia local. Por outro lado nas recomendações da *Conferência do Rio de Janeiro, de 1992*. A Convenção confere à noção de paisagem o papel de constituir um factor de equilíbrio entre o património natural e cultural, o reflexo da identidade e da diversidade europeia, e um recurso económico criador de empregos. Este texto surge das solicitações do *Conselho da Europa* a partir de 1994 e

environment. The Dobris assessment. *Plant Growth Regulation Journal*, 25, (3), 206. (A tradução é nossa).

⁸³ Segundo Cancela d'Abreu *et. al.* (2004) alguns projectos poderão estar relacionados com metodologias para reconhecimento das paisagens, identificação de valores, factores, tendências, conflitos e oportunidades, enquanto outros poderão definir prioridades relacionadas com questões temáticas e geográficas, relevantes à escala europeia. Relativamente às acções, pretendem, principalmente, o desenvolvimento da sensibilização do público e a implementação de projectos-piloto de gestão integrada na paisagem.

apoia-se em sete outras Convenções Internacionais, principalmente na *Convenção que diz respeito à protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* (Paris, 1972), na *Convenção relativa à Protecção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural da Europa* (Berna, 1979) e na *Convenção relativa ao Acesso à Informação, à Participação do Público nos Processos Decisórios e ao Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente* (Aarhus, 1998).

A *Convenção Europeia da Paisagem* convida os Estados que a ratificaram a “Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade”⁸⁴. A *Convenção Europeia da Paisagem* revaloriza a sua essência ética-política. Um lugar pertence aos seus cidadãos que têm lugar participando na sua transformação. Uma declaração ética fundamental que reconhece o papel activo dos seus habitantes nas decisões relacionadas com as paisagens, os quais têm oportunidade de se identificar com o território onde vivem e trabalham, de criar empatia com a sua história, com as suas tradições e sobretudo com a sua cultura. A relação com o lugar forma uma identidade pessoal, o sentido de pertença e a consciência da diversidade local, fundamentais para a educação do indivíduo no âmbito da sociedade (Ferriolo, 2002). Também Spirn (1998)⁸⁵ dá uma enorme importância a esta questão quando refere que a paisagem é a *casa material* e que a linguagem da paisagem é o *habitat* da mente. Heidegger chamou à linguagem a casa do ser, mas a linguagem da paisagem é verdadeiramente a *casa* do ser; vivemos dentro dela. Viver – fazer e cuidar de um espaço – a sua própria expressão⁸⁶.

Logo no 1º artigo da Convenção, “*Paisagem* designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores

⁸⁴ *Convenção Europeia da Paisagem. Decreto n. 4 de 14 de Fevereiro de 2005. (2005). Alínea a), artigo 5º, capítulo II.*

⁸⁵ Veja-se pp. 15-16, deste trabalho.

⁸⁶ Heidegger traçou esse verbo em Alto Alemão e Antigo Inglês:

A raiz para “viver” significa “construir”. Em alemão, as raízes de construção e viver e de “eu sou/estou” são as mesmas. Eu sou porque eu vivo; eu vivo porque construo. *Bauen* – construção, viver e estar – significam “construir”, mas também “acarinhar e proteger, preservar e cuidar, especificamente para arar o solo, para cultivar a mente.”

Spirn, A. (1998), ob. cit, p. 16. (a tradução é nossa).

naturais ou humanos”⁸⁷. Entende-se por populações tanto os habitantes do lugar como todos os grupos de interesse ao nível nacional e supra-nacional. É dada especial relevância à compreensão global e não dissociada dos elementos naturais e culturais e à sua evolução ao longo do tempo. De acordo com a Convenção já não existem motivos para separar paisagem *natural* e paisagem *cultural*: todo o espaço se torna paisagem.

A participação activa das populações é associada à das actividades de sensibilização, de formação e de educação⁸⁸, fundamental no exercício de democracia que a Convenção Europeia supõe e que se relaciona com os deveres e direitos da política para com a paisagem, já presente no século XXII, como o demonstra o fresco das *alegorias do bom e do mau governo*, de Lorenzetti⁸⁹.

O legislador introduziu outras três definições práticas: a da *protecção das paisagens*⁹⁰; a da *gestão sustentável das paisagens*⁹¹; a da *manutenção das paisagens*⁹².

Aplicável a todos os países signatários, a Convenção diz respeito às *áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas*⁹³, tanto às *excepcionais como a paisagens da vida*

⁸⁷ *Convenção Europeia da Paisagem. Decreto n. 4 de 14 de Fevereiro de 2005. (2005). Alínea a), artigo 1º, capítulo I.*

⁸⁸ “Cada uma das Partes compromete-se a incrementar a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor da paisagem, o seu papel e as suas transformações.” *Convenção Europeia da Paisagem de 2005. (2005). Artigo 6º, capítulo II, A.*

Cada uma das Partes compromete-se a promover:

- a) A formação de especialistas nos domínios do conhecimento e da intervenção na paisagem;
- b) Programas de formação pluridisciplinar em política, protecção, gestão e ordenamento da paisagem, destinados a profissionais dos sectores público e privado e a associações interessadas;
- c) Cursos escolares e universitários que, nas áreas temáticas relevantes, abordem os valores ligados às paisagens e as questões relativas à sua protecção, gestão e ordenamento.

Convenção Europeia da Paisagem. Decreto n. 4 de 14 de Fevereiro de 2005. (2005). Artigo 6º, capítulo II, B, alíneas a), b), e c)

⁸⁹ Veja-se p. 15, deste trabalho.

⁹⁰ No sentido da conservação e da manutenção dos aspectos patrimoniais.

⁹¹ No sentido da orientação e harmonização das consequências na paisagem causadas pelas evoluções sociais, económicas e ambientais.

⁹² No sentido da formulação e da prática de estratégias de valorização, de reabilitação e de criação de paisagens.

⁹³ *Convenção Europeia da Paisagem. Decreto n. 4 de 14 de Fevereiro de 2005. (2005). Artigo 2º, capítulo I*

*quotidiana e a paisagens degradadas*⁹⁴. Reconhece que a qualidade de vida dos europeus está dependente da tomada de consciência dos cidadãos e do poder público, das degradações possíveis deste ambiente de vida e da alteração do bem-estar individual e colectivo que daqui resulta.

Definida desta forma, a noção de paisagem remete para a vontade política de consolidar as identidades sociais e territoriais locais e de fundar as europeias sob a manutenção e valorização das suas diversidades culturais. A tradição histórica da noção de paisagem como ideia de sistema contínuo e como factor de identidade territorial e nacional mantém-se.

Relativamente a Portugal podemos referir que a nossa legislação reconhece a importância do conceito de paisagem, ainda que de uma forma mais tímida que alguns países europeus.

A primeira referência que se reconhece será, provavelmente a da Lei n.º 2032 de 11 de Junho de 1949, relativa à criação da categoria dos *Valores Concelhios*⁹⁵.

A *Liga para a Protecção da Natureza* é criada em 1948 e o primeiro e único *Parque Nacional* – o da *Peneda do Gerês* é criado em 1971, na sequência da Lei n.º 9/70 de 19 de Junho que prevê a integração naquela área protegida de vários tipos de reserva, nomeadamente as *Reservas de Paisagem*. Este conceito evolui, posteriormente, para o conceito de *Paisagem Protegida*⁹⁶. É a presença de Ribeiro Telles no governo que permite a existência de um *Serviço de Estudos do Ambiente (e das Paisagens)*, um *Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico* e a *Comissão*

⁹⁴ *Convenção Europeia da Paisagem. Decreto n. 4 de 14 de Fevereiro de 2005. (2005). Artigo 2.º, capítulo I.*

⁹⁵ “As Câmaras Municipais devem promover a classificação, como monumentos nacionais ou como imóveis de interesse público, de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos seus concelhos”. *Lei n. 2032 de 11 de Junho de 1949. (1949). Base I* relativa à criação da categoria dos Valores Concelhios.

⁹⁶ “Uma área com paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção do homem e da natureza que evidencia valor estético ou natural”. *Decreto-Lei n. 19 de 23 de Janeiro de 1973. (1973). Artigo 9.º.*

Nacional do Ambiente. É também graças a Ribeiro Telles que são feitas referências directas à paisagem na *Constituição Portuguesa de 1976*⁹⁷.

Também a *Lei do Património Cultural Português*, de 1985, faz referências à paisagem⁹⁸. Com a adesão de Portugal à *Comunidade Europeia*, em 1986, é criada a *Lei de Bases do Ambiente*, em 1987, e o *Ministério do Ambiente*, em 1991. Nesta Lei, para além de estar definido o conceito de paisagem, contém dois artigos que lhe dizem directamente respeito⁹⁹ e onde se indicam actuações muito precisas – regulamentações, inventários e cartografia - que não tiveram desenvolvimento posterior¹⁰⁰. No entanto, na Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, que pretende estabelecer as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, o conceito de paisagem não é considerado, nem reconhecido, apesar de haver uma referência à paisagem no artigo 70¹⁰¹.

A *Lei de Bases da Política de Ordenamento do território e de Urbanismo* e o seu desenvolvimento regulamentar referem-se explicitamente à paisagem, nomeadamente

⁹⁷ “Incumbe ao Estado... classificar e proteger paisagens... assim como... ordenar e promover o ordenamento tendo em vista... paisagens biologicamente equilibradas.” *Constituição da República Portuguesa de 1976*. (1976). Artigo 66º.

⁹⁸ “O enquadramento orgânico, natural ou construído, dos bens culturais ou imóveis que afecte a percepção e leitura de elementos e conjuntos... deve ser sempre definido de acordo com a importância... paisagística do lugar, por constituir parte indispensável na defesa desses mesmos bens”. *Lei n. 13 de 6 de Julho de 1985*. (1985). Artigo 7º, ponto 3
“Conjuntos: agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão... e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem”... *Lei n. 13 de 6 de Julho de 1985*. (1985). Artigo 8º alínea b).

⁹⁹ *Lei de Bases do Ambiente*. *Lei n. 11 de 7 de Abril de 1987*. (1987). Artigo 18º - Paisagem e artigo 19º *Gestão da Paisagem*.

¹⁰⁰ Só em 2004 se elabora o Atlas das Paisagens Portuguesas, intitulado “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”.

¹⁰¹ É assim referido na Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro:

São componentes do regime geral de valorização dos bens culturais:

- c) A protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios;

Lei n. 107 de 8 de Setembro de 2001. (2001). Artigo 70º, alínea c).

nos *Objectivos do Ordenamento do Território e do Urbanismo*¹⁰². Já o *Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação* contém apenas duas referências directas à paisagem¹⁰³. Pode então dizer-se que o corpo legislativo português reconhece a relevância do conceito de paisagem e da sua utilização em termos ambientais e do ordenamento do território. No entanto, no geral, tal reconhecimento não é transposto para a realidade das actuações sobre o território. É, efectivamente, na falta da aplicação ou na aplicação deficiente da legislação que enquadra as intervenções na paisagem que reside o maior problema da paisagem em Portugal. A *Convenção Europeia da Paisagem*, ratificada em Portugal em 2005, no contexto português, parece ser onde melhor se explicita o entendimento do conceito de paisagem. Aguardamos então quais os resultados efectivos que daqui advirão.

5. A PROMISCUIDADE DA PAISAGEM

Analisemos as seguintes definições provenientes de diferentes olhares disciplinares:

- Na *Lei de Bases do Ambiente* paisagem,
É a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da Natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima, e cultural quando a acção humana é determinante, sem se deixar de verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica¹⁰⁴.
- Na *Convenção Europeia da Paisagem* designa “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos”¹⁰⁵.

¹⁰² “As paisagens resultantes da actuação humana, caracterizadas pela diversidade, pela harmonia e pelos sistemas socioculturais que suportam, são protegidas e valorizadas.” *Lei n. 48 de 11 de Agosto de 1998*. (1998). Artigo 6º, artigos 13º e 54º.

¹⁰³ Prevê-se a possibilidade de indeferimento das operações urbanísticas no caso de “a obra ser manifestamente susceptível de afectar a estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens”. *Decreto-Lei n. 177 de 4 de Junho de 2001*. (2001). Artigos 21º e 31º. Ponto 3, alínea a).

¹⁰⁴ *Lei de Bases do Ambiente. Lei n. 11 de 7 de Abril de 1987*. (1987). Artigo 5º, alínea c)

¹⁰⁵ *Convenção Europeia da Paisagem. Decreto n. 4 de 14 de Fevereiro de 2005*. (2005). Artigo 1º.

- Para Caldeira Cabral “paisagem é a figuração da biosfera e resulta da acção complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os factores físicos do ambiente”¹⁰⁶.
- O conceito de Paisagem Global é defendido por Ribeiro Telles da seguinte forma:

É necessário, aceitando todo o espantoso desenvolvimento nos últimos dois séculos, aproximar novamente os modos de vida rural e urbano. Para isso há que estabelecer o “continuum naturale” no espaço urbano e no rural, como elo entre as respectivas paisagens, permitindo a aproximação dos dois modos de vida das pessoas. A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das actividades, nomeadamente da expansão urbana, tem de estar sujeita à aptidão do território e à paisagem existente¹⁰⁷.

- Para Spirn “a paisagem é uma linguagem derivada da actividade principal da arquitectura paisagista: moldar artisticamente, do jardim à região, cumprir a acção e expressar o significado”¹⁰⁸.
- Cancela d’Abreu *et al.* (2004) consideram que,
Paisagem é um sistema dinâmico, onde os diferentes factores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente do relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter¹⁰⁹.
- Magalhães refere que “A Paisagem pode ser entendida como um sistema – o *Sistema Paisagem* – constituído por vários subsistemas, correspondentes às três grandes componentes: ecologia, cultura e semiótica”¹¹⁰.
- Segundo o geógrafo John Brinckerhoff Jackson,
A palavra paisagem representa hoje uma realidade de um certo tipo, que não é apenas uma vista, um panorama ou um simples pedaço de natureza, mas um sistema de espaços elaborados pelo homem à superfície da Terra para responder às necessidades de uma comunidade¹¹¹.

¹⁰⁶ Cabral, F. C. (1973). Paisagem. In: *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 14. Lisboa: Verbo.

¹⁰⁷ Ribeiro Telles, G. (1994, Abril). ob. cit.

¹⁰⁸ Spirn, A. ob. cit, p. 3. (a tradução é nossa).

¹⁰⁹ Cancela d’Abreu *et. al.* ob. cit, p. 32.

¹¹⁰ Magalhães, M. (2007). Paisagem – Perspectiva da Arquitectura Paisagista (p. 109). In: A. V. Serrão, (Ed.), ob.cit.

¹¹¹ Jackson, J., ob. cit, p. 10. (a tradução é nossa).

- No âmbito da ecologia da paisagem Burel e Braudy definem paisagem do seguinte modo “a paisagem é um nível de organização dos sistemas ecológicos superior ao ecossistema que se caracteriza essencialmente pela sua heterogeneidade e pela sua dinâmica, controlada em grande medida pelas actividades humanas, e que existe independentemente da percepção”.¹¹²
- Assunto definiu paisagem como “uma realidade estética que contemplamos vivendo nela”.¹¹³
- Ferriolo considera a paisagem como “uma realidade ética, terreno de acção, espaço da vida humana associada: é realidade possível de deliberações e de transformações. A sua essência pertence à filosofia prática, por isso à ética”.¹¹⁴
- Maderuelo elege a seguinte definição de paisagem: “é a interpretação do que se vê no país (território) quando se contempla com um olhar estético”.¹¹⁵

Deste rol de definições conclui-se que o conceito de paisagem é um conceito holístico, onde, sobre um substrato físico, actuam de modo complexo os seres vivos, animais e plantas, e o homem, detentor de determinada cultura, dando origem a determinada imagem. Esta imagem é, portanto, muito mais do que aquilo que se vê, sendo portadora de significados ecológicos e culturais (englobando nestes últimos os económicos e sociais). Para os autores de formação ecológica, a paisagem é a “percepção sensorial do ecossistema subjacente”¹¹⁶. Para os autores de formação estética ou literária, paisagem é a porção de espaço que se abrange com um lance de vista.

Relacionadas com as distintas abordagens ao conceito de paisagem, e à sua integração e articulação com diversas disciplinas, desenvolveram-se nas últimas décadas duas grandes correntes relativas aos estudos e à prática do desenho da paisagem: A

¹¹² Burel, E. & Braudy, J. (2001). *Ecologie du Paysage: concepts, méthodes et applications* (p. 43). Paris: Éditions Tec &Doc – Lavoisier. (a tradução é nossa).

¹¹³ Assunto, R., ob. cit, p. 164. (a tradução é nossa).

¹¹⁴ Ferriolo, M., ob. cit, p. 15. (a tradução é nossa).

¹¹⁵ Maderuelo, J. (2008). Ob. cit, p. 6. (a tradução é nossa).

¹¹⁶ Bernáldez, G. (1981). *Ecologia y Paisaje*. Madrid: H. Blume Ediciones. (a tradução é nossa).

abordagem ecológica que se baseia numa nova visão das relações entre o Homem e a Natureza e que estuda os processos e actividades responsáveis pela morfologia, estrutura e dinâmicas da paisagem. A abordagem perceptual e estética que considera a paisagem como uma manifestação formal e que pretende a compreensão dos processos que contribuem para a sua qualidade cénica, visual e significado cultural e emocional.

A convergência das várias disciplinas e autores no sentido de integrar no conceito de paisagem ambas as abordagens e perspectivas, verificadas nas duas últimas décadas, reflectem o retorno à multifuncionalidade perdida, intrínseca no conceito de paisagem, e a aceitação do seu entendimento como um sistema complexo e dinâmico resultante de processos culturais e naturais em constante transformação.

Reflexo deste retorno à multifuncionalidade é toda a problemática que surgiu nas últimas décadas do século XX, em torno dos espaços intersticiais urbanos, consequência da sectorização e do zonamento da paisagem resultado das práticas do modernismo, e que se pretende, desde então, resolver. Neste sentido inúmeros autores se debruçaram sobre esta temática, discutindo, teorizando e levando à prática novos conceitos e correntes. Nestes podem ser incluídos o conceito de “Terceira Paisagem”¹¹⁷ de Gilles Clément, e o de *Campo Urbano*, de Pierre Donadieu, a corrente do *Landscape Urbanism*, cunhada por Charles Waldheim e defendida por inúmeros autores e os próprios conceitos de *Paisagem Global* e de *Cidade Região*, defendidos por Ribeiro Telles.

Consideramos então que a paisagem – global – deve ser entendida como um sistema aberto - onde se inter-relacionam, de uma forma constante, os tecidos urbanos e os mosaicos culturais - como um produto cultural e como um produto da sociedade.

A abordagem à paisagem deverá, então, integrar um entendimento holístico, integrador, inclusivo e multifuncional da paisagem. É esta ideia de paisagem que consideramos e defendemos neste trabalho, entendendo a paisagem simultaneamente como um fenossistema e um criptossistema, atendendo à noção holística do conceito e ao seu carácter operativo e interventivo.

¹¹⁷ Clément, G. (2007). *Manifiesto del Tercer Paisage* (p. 6). Barcelona: GG mínima. (a tradução é nossa).

Esta paisagem, integradora e multifuncional, inclusiva e holística, fenossistémica e criptossistémica, identidade cultural de um povo, encontramos-la, promíscua, presente na construção da paisagem mediterrânica desde as suas origens.

A cultura grega *contaminou* toda a Bacia Mediterrânica, desde a Península Ibérica até ao Próximo Oriente, ao longo das suas rotas de navegação e de colonização, graças às suas conquistas e ao comércio marítimo, às trocas culturais e materiais (Mavian, 1992). É precisamente o imaginário fecundo das civilizações mediterrânicas, revelado pela mitologia antiga e reinserido nos esquemas das religiões judaico-cristãs, que permitiu aos povos inventar outros lugares melhores e idealizados, paisagem de delícias e de harmonia, e de se inspirar para criar, sobre a terra, uma paisagem o mais próximo possível do seu sonho. O jardim mediterrânico, *Paradeiso* da Grécia antiga, tenta formalizar o seu sonho mítico de uma natureza fecunda onde o homem vive em harmonia com os outros seres vivos da natureza, onde tudo é sentimento, doçura e sensualidade, onde o todo é tudo (Luginbuhl, 1992).

O Mediterrâneo, poço de culturas e espaço privilegiado da evolução da cultura ocidental, surge-nos como um espaço único onde as culturas não apenas se sobrepõem umas às outras mas também se influenciam e interagem entre si, formando uma unidade, onde até as suas diferenças mais díspares fazem parte dessa unidade¹¹⁸.

A paisagem mediterrânica oferece-se ao olhar como a história do esforço reflectido dos homens. Neste sentido, é a manifestação de uma vontade porque os seus construtores se identificam com a sua obra, procuram utilizar os recursos da natureza, sem luxúria. É

¹¹⁸ Vários autores (Gaspar, Abreu & Ferrão (1989), Birot (1970), Braudel (1995), Cavaco (1992), Luginbuhl, Bernáldez, Corredor-Guinard, Forneau, Zannier & Sanz & Alamo (1992), Daveau (1995), Girão (1933, 1958), Matvejevich (1994); Ribeiro (1986), entre outros), debruçaram-se sobre o estudo do mediterrâneo, tendo surgido diversas obras no decorrer do último século.

Quanto a nós, talvez o autor que mais claramente e aprofundadamente tenha estudado esta unidade cultural, tenha sido o historiador Fernand Braudel que o expressou nos seguintes termos:

Tanto na sua paisagem física como na sua paisagem humana, o Mediterrâneo encruzilhada, o Mediterrâneo heteróclito apresenta-se nas nossas recordações como uma imagem coerente, como um sistema onde tudo se mistura e se recompõe numa unidade original. Como explicar essa unidade evidente, esse ser profundo do Mediterrâneo? Teremos que esforçarmo-nos uma e outra vez para o entender. A explicação não é só a natureza que, para tal efeito, trabalhou muito; não é só o homem que tudo ligou com obstinação; são, por sua vez, as graças da natureza ou as suas maldições – numerosas umas e outras – e os esforços múltiplos dos homens, tanto ontem como hoje. Ou seja, uma soma interminável de azares, acidentes e sucessos repetidos.

Braudel, F. (1995). *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, (vol. 2, 2ª ed. p. 620). Lisboa: Publicações D. Quixote.

assim que se confundem com a sua terra ou com o seu espaço de vida e de actividade, o camponês, o engenheiro, ou o arquitecto, entre outros, entre esta natureza bárbara, objecto do seu combate, e eles próprios, sujeitos conscientes das suas capacidades em subjugar sem destruir. É a esta mediação que chamamos harmonia e que exprime a vontade de reencontrar na aparência dada à obra individual ou colectiva a consciência de uma luta conduzida com reflexão¹¹⁹.

Os terraços, a horta, o montado, paisagens características do mediterrânico, ilustram perfeitamente esta vontade do povo de construir, com os elementos da natureza, um projecto de vida e de produção que se preocupa com a delapidação dos recursos naturais. Destruir a natureza num combate sem misericórdia terá o significado, para todos os que elaboraram esta paisagem, de aniquilar-se, porque os povos nasceram, eles próprios, da natureza. Então o desejo de ser mediador entre as criaturas, a paisagem e a matéria, da exploração razoável da terra, das plantas dos animais, vem de longe¹²⁰.

Esta vontade é, em primeiro lugar conhecimento. Empírico ou científico, nasce da observação paciente, da experiência, da vivência. Para construir os terraços (Figura 8), as hortas, os montados (Figura 9), houve séculos de observações obstinadas, mas apaixonadas, do crescimento das plantas, da evolução dos animais, do escorrimento de uma fonte ou de um rio. Mais uma vez estamos perante o acto de conceber, fazer e sentir, a experiência vital de Assunto que se reflecte e traduz na compreensão da multifuncionalidade da paisagem. Este conhecimento pode aparentar a procura de uma ordem, de uma aparente organização de factos e das características da matéria viva em formas visíveis, mas, a capacidade de ler esta ordem necessita também da desordem,

¹¹⁹ Para Braudel (1995) qualquer civilização mediterrânica é construção, dificuldade, tensão. As paisagens destas civilizações resultam de uma intervenção humana ancestral que interage com uma fisiografia extremamente variada, solos e climas. Pelo menos há 500 000 anos que o homem usa e transforma a natureza.

¹²⁰ Durante o longo período pré-rural o homem evoluía com a natureza, influenciando o melhoramento das espécies e a especialização ecotópica. A evolução do homem com a natureza foi tão estreita que, por vezes os impactos humanos eram dificilmente distinguíveis dos naturais. Da revolução agrícola neolítica até à emancipação urbana do renascimento, muitas das transformações dos principais usos da terra tiveram origem no contexto ocidental do mundo mediterrânico (a agricultura, a construção de cidades, a arte de navegar, o comércio, a colonização, o planeamento urbano e rural e a tecnologia civil e rural, entre outros).

porque valoriza a organização aparente da matéria viva e permite que o acaso surja como uma oportunidade de explorar e utilizar (Luginbuhl, 1992).



Figura 8 – Terraços. Fonte: Cancela d'Abreu *et. al.* (2004).
Foto cedida pelo Professor Doutor Alexandre Cancela d'Abreu.



Figura 9 – Montado. Fonte: Cancela d'Abreu *et. al.* (2004). Foto cedida pelo Professor Doutor Alexandre Cancela d'Abreu.

Do conhecimento, muitas vezes adquirido ao preço de experiências trágicas, nasceu o saber construir espaço com a matéria viva de tal forma que a paisagem mediterrânica permite contemplá-lo ainda hoje. Foi na periferia do mediterrâneo que foram cultivadas a maior parte das plantas, domesticadas, sempre na procura do seu melhoramento. Foi igualmente nesta envolvente que as técnicas mais elaboradas de utilização da água foram imaginadas.

Os confrontos na história, as divisões sociais e os acidentes naturais não anularam a extraordinária tenacidade dos povos mediterrânicos de imaginar e construir a paisagem¹²¹.

Se os traços destes eventos se ligam com a paisagem, nas ruínas e na fechada imbricação das arquitecturas, nas parcelas da grande propriedade que esmaga as minúsculas terras dos jornaleiros, nas fracturas das rochas e na lava, os povos, de facto, incansavelmente reconstruíram, transformaram e melhoraram o seu espaço de produção e de vida. Se é verdade que os homens nunca tiveram, verdadeiramente, a consciência de criar colectivamente uma paisagem para a única satisfação do olhar, mas para melhor produzir e melhor viver nela, é claro que cada projecto individual de apropriação do espaço e da natureza exprime uma sensibilidade de organizar os elementos no espaço de acordo com desejos colectivos que não são destituídos de rigor.

Em termos da compreensão do espaço na inter-relação dos seus aspectos naturais e culturais, (embora não exclusivamente centradas no conceito de paisagem e do seu carácter) devem ser mencionadas, em Portugal, as obras de Birot (1970); Soeiro de Brito (1994); Daveau (1995); Cavaco (1992); Gaspar, Abreu e Ferrão (1987) e Girão (1933, 1958). No entanto, a obra de referência das últimas décadas é a de Orlando Ribeiro: *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1ª ed. 1945) ainda hoje um contributo fundamental para a compreensão e caracterização da complexidade da paisagem portuguesa. Reflecte uma análise sensível da relação dos factores naturais e culturais

¹²¹ O Mediterrâneo é uma obra retomada sem cessar pelos homens, mas a partir de um plano obrigatório, de uma natureza pouco generosa, muitas vezes hostil e que impõe as suas adversidades e pressões de duração muito longa. (Braudel, 1995).

que constituem um sistema dinâmico que resulta na paisagem, tanto nos seus traços comuns como nos seus contrastes¹²² (Figura 10).



Figura 10 - A proximidade e o contraste entre a indústria extractiva e a cultura de vinha. Fonte: Cancela d'Abreu *et. al.* (2004). Foto cedida pelo Professor Doutor Alexandre Cancela d'Abreu.

Solos pobres, clima pouco propício ao desenvolvimento das espécies vegetais, pela simultaneidade dos períodos de calor e de secura e irregular repartição das chuvas, são as características naturais mais constantes e que mais aproximam Portugal dos países mediterrânicos – ainda que estejamos numa posição periférica¹²³, face ao mundo definido pelo mar interior – do que dos de clima atlântico.

Segundo Ribeiro (1986), a acção do Homem sobre este conjunto de características naturais, apesar de se adaptar a elas com engenho em cada situação específica, acabou por levar ao atenuar, ou diluir, dos contrastes “Na mistura de gente e de vegetação,

¹²² É desta forma que Orlando Ribeiro se refere à relação entre os factores naturais e culturais da paisagem:

Norte e Sul, Litoral e Interior, terras altas e terras baixas, tais são os fios condutores do rico tecido das nossas regiões e paisagens. A rica gama de paisagens portuguesas e a variedade regional que resulta da sua combinação tem uma base física (...) O Homem explora estes contrastes de relevo, de exposição, de natureza da rocha, climas e aptidões locais que dão à maior parte das paisagens agrárias uma fisionomia polimórfica.

Ribeiro, O. (1986) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (p. 132). Lisboa: Ed. Sá da Costa.

¹²³ Carapinha (1995) refere que o posicionamento geográfico de Portugal, no extremo ocidental da Europa, determina, não só o afastamento dos grandes centros culturais, como confere ao território nacional características naturais completamente distintas das da Europa Central.

assim como na variedade das combinações e matizes regionais reside o segredo da unificação portuguesa” os elementos mediterrânicos são pois fundamentais na economia e cultura portuguesas, reflectindo-se nas práticas da agricultura e da organização da maior parte do território. Aos solos de diversas naturezas, à cultura seca ou regada, aos múltiplos regimes de exploração, correspondem, na paisagem, as mais variadas manchas. Mas, por sobre a diversidade e o localismo, é legítimo falar de *civilização agrária mediterrânica* como de qualquer coisa comum a toda a bacia do mar interior. As bases dessa unidade são, por um lado, as culturas que se difundiram de um extremo ao outro da região (Figura 11); por outro as práticas agrícolas com a sua constância de caracteres no espaço e no tempo¹²⁴. Esta sobreposição e promiscuidade de culturas reflectem-se também na organização social¹²⁵.



Figura 11 - A cultura da oliveira, presente em toda a região mediterrânica. Fonte: Cancela d'Abreu *et. al.* (2004). Foto cedida pelo Professor Doutor Alexandre Cancela d'Abreu.

¹²⁴Veja-se o que Orlando Ribeiro refere acerca das culturas do mediterrâneo:

Um traço comum à maioria das culturas, sejam de sequeiro ou de regadio, é a sua promiscuidade. Olivais, montados de sobro e azinho, salpicam as searas; a vinha plantada em renques, convive com plantas intercalares; o feijoeiro enrola-se às canas de milho; as árvores de fruto crescem na borda dos campos. A horta e o pomar beneficiam dos mesmos estrumes e da mesma água de rega. Desta maneira se obtém a rica variedade de produtos que constitui o ideal do agricultor mediterrânico...

Ribeiro, O., *ob. cit.*, p.16

¹²⁵ Veja-se pp. 108-109 deste trabalho.

O Mediterrâneo, onde Portugal se insere, oferece uma grande riqueza e diversidade de paisagens. As estratégias de cultivo específicas de determinada região, desenvolvidas para alimentar a população em ambientes difíceis e inconstantes, contribuíram positivamente para esta diversidade. Com tentativas e erros, através de fomes e pestes, vulneráveis e complexos sistemas de uso da terra foram focalizados na continuidade da produção tirando o máximo partido das variações climáticas anuais. Isto foi adquirido mantendo equilíbrios de nutrientes, utilizando os recursos naturais, os ciclos minerais e da água e a multifuncionalidade da paisagem.

Vivenciando estas paisagens, especialmente aquelas em que as sucessivas transformações ao longo do tempo permitiram preservar uma certa autenticidade, torna-se óbvio que a História está embebida na paisagem e que a paisagem integra as condições naturais com uma longa e específica acção humana reflectindo, pois, tanto a história natural como a cultural de um território, resultando num conjunto que é único em cada caso. Esta unicidade própria de cada paisagem, embora dinâmica, corresponde, segundo Norberg-Schulz (1981), ao *genius loci* – espírito ou carácter do lugar.

Ribeiro (1986) refere o papel da paisagem na identidade local e regional, afirmando que a paisagem de hoje, correspondendo a um produto do passado, constitui um registo da memória colectiva. Também Jorge Gaspar em *As Regiões Portuguesas* (Gaspar, 1993) defende que a paisagem é um poderoso elemento de identificação cultural, comparável à língua e à religião.

Enquanto a análise de Ribeiro dos aspectos determinantes da paisagem portuguesa (tanto os naturais como os culturais e tanto na sua diversidade como na sua unidade) se mantém actual, as rápidas e por vezes radicais transformações da acção humana nas últimas décadas, aliadas a uma emergente consciência da paisagem e das suas funções por parte do público, levam a que novas abordagens sejam relevantes.

Com o processo de globalização e a consequente homogeneização da sociedade, a intervenção do homem na paisagem foi-se alterando, foi-se desvanecendo a sua multifuncionalidade. Esta alteração ocorre, tanto espontaneamente devido a mudanças

socioeconómicas e às condições culturais, como resultado de políticas induzidas pela *Política Agrícola Comum*¹²⁶.

Para além da globalização de modelos, de valores e da transformação da sociedade, também o progresso técnico, em várias frentes (factores de produção, transportes e comunicações, entre outros), leva a que a relação próxima e de dependência entre a paisagem e os seus habitantes se vá diluindo. Mudam-se as práticas e as vivências, reproduzem-se modelos importados de outros lugares ou, criados de novo pela possibilidade das novas técnicas. Deste modo, os factores diversos que asseguravam o carácter de determinada paisagem são substituídos progressivamente, pelo menos em parte, por outros, o que leva à homogeneização da paisagem e à perda da sua autenticidade. O elevado valor destas paisagens com os seus padrões característicos, elevada biodiversidade e riqueza histórica que foi reconhecido durante anos, desapareceu ou está ameaçado pela evolução técnica (Caldeira Cabral, 1993; Pinto Correia & Vos, 2002). Isto resulta de uma intensificação e aumento de escala, que tem como princípios básicos: o aumento da produtividade do trabalho e a diminuição de incertezas quanto ao sucesso da produção. Como consequência temos uma diminuição das dinâmicas naturais. A produção é controlada num sistema de standardização global. Isto pode facilmente causar o descuramento de restrições naturais e o distúrbio de equilíbrios prévios. Consequentemente, em muitos casos, o sistema simplifica-se perdendo qualidades relativas à biodiversidade e multifuncionalidade descritas anteriormente. Noutros casos, as paisagens evoluem para outros patamares¹²⁷.

Enquanto estas paisagens vão desaparecendo, a paisagem mediterrânica corre o risco de se tornar estranha. Estranha à sua condição poética da cultura que torna irmãos os povos que o habitam, estranha ao seu destino e às nossas almas. Entramos então na

¹²⁶ Algumas destas políticas e medidas não protegem os sistemas tradicionais do colapso e do consequente desaparecimento. Outros instrumentos de política, por exemplo os que dizem respeito à *floresta*, não têm como objectivo a preservação da biodiversidade das matas, mas sim de transformá-las a favor de uma nova monofuncionalidade produtiva. Novas estratégias e instrumentos devem ser utilizados nas paisagens multifuncionais, de um modo mais integrado, de forma a manter a sua biodiversidade e multifuncionalidade, ou transformá-las noutras de qualidade equivalente.

¹²⁷ Este processo, à medida que se generaliza e se torna mais visível, gera reacções de alarme e contribui para que se tenha vindo a revalorizar a identidade local e a especificidade de cada lugar ou região, nas suas várias expressões.

engrenagem desta nova forma de vida que ameaça quebrar e destruir o princípio da alma, da vida exemplar que revela o que a nossa cultura tem de melhor. O princípio da alma que é o da vida, o do espírito, o dos valores clássicos que se renovam criativamente, em cada época, o *estado de ânimo* de Amiel¹²⁸, ou o *stimmung* de Simmel¹²⁹, luta contra o tempo a fim de assegurar a sua sobrevivência no processo vital, crítico e lúcido. Este princípio desenrola-se sobre uma paisagem que relaciona e harmoniza a consciência com a espécie, as palavras¹³⁰ com o mundo vegetal, a acção com os rios, os sonhos, com a vida animal (Romero de Solis, 1992).

A *poesis*, mais do que nunca, parece constituir um dos horizontes fundamentais da nossa cultura. Graças a ela somos capazes de nos manter à tona, acima da bestialidade, aspirando à espiritualidade e trabalhando a cultura – anti-destino - com sensibilidade. Esta razão sensível alimenta a nossa alma colectiva tornando-nos participantes da nossa criação, das utopias do Sul e dos seus mitos vivificantes. A poética e a estética são uma reflexão, um fazer, sobre a capacidade de artifício da razão, motor e aspiração da nossa história íntima, que se quer total, para dar talvez a ilusão de ser todas as coisas e que nós chamamos frequentemente de arte. A dimensão estética reivindica e designa o instante sensual do espírito, da actividade intelectual, da cultura, o instante onde se parecem unir a realidade e o desejo, o prazer e o sonho, a palavra e a carne, o ar e o fogo, o calor das coisas e a beleza dos seus nomes.

Poderemos reconstruir o sentimento poético e ver o mundo como um labirinto de imagens, não de palavras, nem de ideias, mas de intuições, de pressentimentos, de emoções que apenas se podem exprimir, viver e compreender a partir das imagens.

¹²⁸ Assunto, R., ob. cit, p. 164.

¹²⁹ Roberto, P. ob, cit, pp. 65-85.

¹³⁰ Para Matvejevitch (1994), o discurso sobre o Mediterrâneo ressentiu-se da eloquência mediterrânica: sol e mar; aromas e cores; ventos e vagas; praias de areia e ilhas de ventura; raparigas que cedo amadurecem; viúvas de negro vestidas; portos, barcos e convites à viagem; navegações, naufrágios e relatos que os acompanham; laranja, mirto e oliveira; palmeiras, pinheiros e ciprestes; fausto e miséria; realidades e quimeras; vida e sonho. Tais são os motivos aonde foram beber a todo o transe os lugares comuns da literatura: descrições e repetições. A retórica mediterrânica serviu a democracia e a demagogia, a liberdade e a tirania. Apoderou-se do fórum e do templo, da justiça e da pregação. O Mediterrâneo e o seu discurso são inseparáveis.

Poderemos também reencontrar uma visão religiosa e sentir bater de novo o coração do mundo, do universo, em nós próprios, na sagrada sabedoria da contemplação. E, deste modo, através do jogo, de uma visão matemática, o sentimento poético e a alma religiosa, poderão separar-nos do medo do mundo, ser nós mesmos, a nossa liberdade, o nosso projecto criativo e observar tranquilos, convertidos à serenidade, a paisagem que transcende o caos informe. O olhar que transforma o mundo em paisagem estabelece uma compreensão, uma lucidez, a percepção que na contemplação das coisas se aprende o segredo.

Infelizmente, desta apropriação estética da paisagem mediterrânica, as práticas relacionadas com o turismo e a maior parte das representações não retiveram mais que os aspectos formais. A paisagem torna-se assim um conjunto de belas formas, deixando na sombra o seu carácter essencialmente vivo, negligenciando a elaboração de novas técnicas capazes de a transformar e deixar o campo livre a uma urbanização irreflectida e a uma agricultura unicamente preocupada com a sua produtividade e incapaz de garantir a reprodução dos recursos. A alegria que produz o espectáculo da obra dos povos substituiu-se pela emoção da contemplação de uma moldura onde se organizam planos e silhuetas, onde se dispõem figuras – estética falaciosa, que não reconhece à paisagem a capacidade de mudar, que recusa o direito de a transformar. A protecção das paisagens nasce assim no século XIX de uma visão unicamente formal, deliberadamente voltada para a manutenção de uma aparência¹³¹.

Hoje em dia verifica-se que as novas exigências da sociedade de consumo aumentam o seu interesse por estas paisagens - o mediterrâneo continua a ser um lugar de reencontro de ecossistemas e de culturas, detentor de uma elevada multifuncionalidade e potencialidade. Dois mundos em conflito tocam-se, cada um resultado de uma fase da história ecológica da humanidade: uma *fase agrícola* que modelou a paisagem mediterrânica atingindo, depois de milhares de anos de co-evolução do homem com a

¹³¹ Segundo Luginbhul (1992) o futuro da paisagem mediterrânica não reside na única protecção dos sítios, para o prazer e para a emoção de alguns privilégios. Ele necessita do reconhecimento de uma mediação entre a aparência dada à organização dos recursos da natureza no espaço e o saber fazer com a matéria viva.

natureza, um equilíbrio precário, e uma *fase energética* que projecta sobre o ambiente as consequências das exigências crescentes das sociedades urbanas e industriais.

O mundo da *alta energia* (Sanz & Alamo, 1992) é, sem dúvida, um dos espaços do planeta onde a actividade do homem é mais intensa e exerce, conseqüentemente, uma grande pressão sobre a paisagem. Esta é alterada depois de séculos de uso equilibrado, à semelhança do que acontece com outros fenómenos da actual sociedade de consumo - o impacto sobre a paisagem entrou numa fase acelerada de crescimento exponencial. Mas, ao mesmo tempo, desenvolveram-se outras exigências sociais, reflexo das necessidades sociais da natureza humana e da crise que se faz sentir. Responder a estas exigências e fazê-lo de modo a que a sociedade e o ambiente possam perdurar no tempo é simultaneamente um desafio excitante e um risco inevitável.

Neste contexto, das potencialidades da multifuncionalidade da paisagem mediterrânica, podem e devem surgir acções que combinem funções de produção (agricultura e produção florestal) com as funções de regulação dos ecossistemas e com as funções de informação da natureza, geologia, história e da própria estética, entre outros. Deste modo, combinações de produção de alimentos, habitação, recreio, gestão da água, gestão da natureza e a conservação da cultura, devem coexistir dentro do mesmo sistema de uso da terra. A multifuncionalidade ao nível da paisagem, tal como o termo indica, tem que integrar várias funções no mesmo espaço - sendo mais elevada quando é mantida, quer simultaneamente a vários níveis, quer nos vários sistemas tradicionais de uso da terra.

6. A PAISAGEM E O *LANDSCAPE URBANISM*

Como vimos anteriormente, no início deste novo século o termo *paisagem* surge com uma frequência e interesses renovados. Na última década do século XX, a paisagem é então considerada como modelo para o urbanismo abarcando técnicas organizacionais, bem como conceptuais, culturais e ecológicas de grande escala. Vários arquitectos paisagistas extravasaram os seus limites conceptuais às áreas do urbanismo e das infra-

estruturas numa prática partilhada do que se veio a chamar *Landscape Urbanism*¹³², onde a paisagem tem um significado e importância centrais. Este conceito é uma proposição de confluência e unidade disciplinares, embora esta unidade contenha diferença, em termos de conteúdo ideológico, programático e cultural, relacionada com cada um dos termos: *paisagem e urbanismo*¹³³ (Corner, 2006; Lindholm, 2008).

As origens do *landscape urbanism* podem ser atribuídas às críticas pós-modernas da arquitectura e do planeamento modernistas (Waldheim, 2006), beneficiando dos textos canónicos sobre planeamento ambiental regional desde Patrick Geddes¹³⁴, passando por Lewis Mumford¹³⁵ até Ian McHarg¹³⁶, sendo, contudo, deles distintas. Como consequência dos desastres ambientais causados pela industrialização, a arquitectura

¹³² O *landscape urbanism* tem sido apresentado como um paradigma e manifestado como tal, desde a exposição e conferência, com o mesmo nome, em Chicago, em 1997 até à edição do livro *The Landscape Urbanism Reader*. Charles Waldheim cunhou este termo e atribui à competição do Parque de la Villette o início da expressão pós-moderna da arquitectura paisagista e o primeiro projecto a ser considerado no âmbito do *landscape urbanism* (Lindholm, 2008).

¹³³ A emergência do discurso baseado na relação entre o urbanismo contemporâneo e a teoria e métodos de paisagem significam uma importante mudança para a arquitectura paisagista como disciplina; não tanto no caso português, como se verá nas pp. 92-101, deste trabalho.

¹³⁴ Para Geddes criar uma cidade significava, em primeiro lugar, criar uma super-estrutura cultural, educacional e espiritual para além de prover zonas funcionais. Welter, V. (2003). *Post-War CIAM, Team X, and the Influence of Patrick Geddes* (pp. 87-110). In: L. Camp, D. Heuvel, & G. Waal *CIAM Team 10-the English Context*, (Eds.). Delft: Technische Universiteit. (a tradução é nossa).

¹³⁵ Veja-se o ideal de cidade apresentado por Lewis Mumford:

...o dormitório deverá ser transformado em comunidade equilibrada, rumo à verdadeira cidade-jardim, à sua variedade e à sua autonomia parcial, com uma população mais variada, uma indústria e um comércio local importantes para a fazer viver. O outro movimento consiste em diminuir correlativamente a congestão da metrópole, no esvaziamento de uma parte da sua população e em introduzir parques, terrenos de jogos, passeios sombreados e jardins privados em zonas que deixamos tornar-se extravagantes, congestionadas, desprovidas de beleza e, muitas vezes, impróprias para viver. Aqui também, devemos pensar numa nova forma de cidade, que apresentará as vantagens biológicas de um subúrbio, as vantagens sociais da cidade, e procurará novos gozos estéticos satisfazendo estes dois modos de vida.

Mumford L., (1960). *Paysage naturel et paysage urbain* (p. 428). In : P. Dantec (Ed.), (1996), ob.cit. (a tradução é nossa).

¹³⁶ Refere I. McHarg a propósito do método ecológico que este é um método valioso e até mesmo indispensável quer no planeamento regional, quer em pequenos espaços, no coração da cidade, onde já não se pode falar de natureza. Refere ainda que qualquer projecto pensado sem a plena compreensão e emprego do processo natural como doador da forma é suspeito, na melhor das hipóteses e caprichosamente irrelevante no pior dos casos. Alega ainda que o método ecológico é a condição *sine qua non* para toda a arquitectura paisagista. McHarg, I. (1967). *An Ecological Method* (pp. 38-43). In: Swafield, S. (2002). *Theory in landscape architecture, a reader*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press. (a tradução é nossa).

pós-moderna recua às formas confortáveis, nostálgicas e aparentemente estáveis e seguras do desenho de projecto urbano. Esta *chamada à ordem* indicia o modernismo por desvalorizar os valores urbanos tradicionais da escala pedonal, da continuidade das ruas e do carácter contextual da arquitectura. A reacção pós-modernista pode ser interpretada como um desejo de comunicar com diversas audiências ou para adequar as imagens arquitectónicas com vista a diversificar os mercados de consumo.

A indeterminação e o fluxo da cidade contemporânea, o revés do modo europeu tradicional de fazer cidade, são precisamente as qualidades exploradas nos trabalhos emergentes do *landscape urbanism*. Neste contexto Girot (2006) salienta que o termo *landscape urbanism* surge para descrever o estudo das paisagens urbanizadas da segunda metade do século XX. É, por assim dizer, o filho reactivo de todos os ensinamentos dos nossos antepassados racionalistas, funcionalistas e positivistas, estando a uma enorme distância do pensamento indutivo dos primeiros urbanistas que desenharam e construíram as suas cidades ideais em terrenos quase virgens.

A urbanização planetária a que assistimos actualmente constitui uma verdadeira revolução¹³⁷ que faz com que, agora e irreversivelmente, nada seja como antes, tanto no que diz respeito aos modos de vida como às formas de habitar, às paisagens, às temporalidades do quotidiano urbano, às modalidades do exercício do poder sobre o território, às expressões do contra-poder que criam a inclusão e a exclusão, aos comportamentos individuais e às relações com os outros. Os índices de crescimento urbano verificados actualmente justificam esta preocupação crescente com as paisagens do espaço urbano. Neste contexto, a crescente gama de publicações acerca do *landscape urbanism* põe em evidência a reemergência da paisagem no espaço urbano num contexto cultural mais vasto. No Norte da América e na Europa, a paisagem – no sentido material mas também retórico – foi trazida para a ribalta como uma salvadora das profissões da arquitectura, urbanismo e planeamento. A afirmação teórica da

¹³⁷ Em 2030, o planeta Terra terá completado a sua revolução urbana. A população mundial será então à volta de 8.5 mil milhões, entre os quais mais de 3 mil milhões serão pobres (segundo os critérios do Banco Mundial, é pobre o indivíduo que dispõe de menos de dois dólares por dia para viver). A Ásia terá perto de 5 mil milhões de habitantes (a maioria situar-se-á na China e Índia), a África terá 1.5 mil milhões, a América Latina mais de 700 milhões, a América do Norte mais de 3610 milhões, a Europa 5501 milhões e a antiga União Soviética 340 milhões (Paquot, 2006).

paisagem como um instrumento do urbanismo ocupou estudiosos em ambas as partes do Atlântico. Ainda que tenha sido no Norte da América que se tenha iniciado, extrapolado o termo e articulado o conceito de *landscape urbanism*, para sublinhar o papel desempenhado pela paisagem no pensamento sobre a cidade contemporânea, por parte de vários arquitectos e urbanistas¹³⁸ (Bélanger, 2006) foi, contudo, só na Europa, que o conceito de *landscape urbanism* adquiriu um papel fundamental na política – com repercussões tangíveis para a profissão onde, um número alargado de europeus contribuiu recentemente para a emergência desta disciplina. O *landscape urbanism* emerge, assim, como uma crítica vigorosa ao desenho de projecto urbano, precisamente no momento em que os modelos Europeus de densidade urbana, centralidade e legibilidade da forma urbana são quase modelos esquecidos, históricos.

Neste contexto, o *landscape urbanism* oferece o modelo e o modo para a renovação do desenho de projecto urbano como uma dimensão operativa, uma vez que é integrado na agenda política, no início deste novo século¹³⁹. Segundo Shannon (2006) apesar das especulações, o discurso do *landscape urbanism* que se desenvolveu na Europa emergiu, no seu todo, como um meio para inovar ao nível da prática do projecto.

No entanto, e apesar do movimento do *landscape urbanism* ser considerado um conceito recente e inovador onde se depositam as esperanças da reabilitação da qualidade de vida urbana e ecológica podemos-nos questionar acerca do seu carácter inovador e do seu distanciamento/proximidade com os princípios e fundamentos da arquitectura paisagista e de algumas correntes do urbanismo.

¹³⁸ Vejam-se os estudos desenvolvidos por Corner, Czerniak, Shanon e Waldheim, entre outros.

¹³⁹ Procurando recuperar o papel do arquitecto em “questões de função, implementação, técnica, finanças, e práticas materiais,” Allen (1999) oferece um modelo construtivo para urbanistas e arquitectos que operam no novo meio, que articule tempo e processo na produção de “campos directos onde o programa, acontecimentos e actividades podem actuar só por si”. Refere ainda que a ecologia e a engenharia já são práticas de desempenho orientadas, “facilitando inputs e outputs de energia e a calibração da força e resistência”. Allen argumenta que a arquitectura e o urbanismo e, por extensão a arquitectura paisagista, deverá debruçar-se menos sobre a aparência e mais com o desempenho. Sublinha um “urbanismo infra-estrutural” que é estratégico, opera a grandes escalas, materializando-se quando se depara com o local. Allen, S. (1999). *Infrastructural Urbanism. Points and Lines: Diagrams and Projects for the City*. New York: Princeton Architectural Press, 48-49. (A tradução é nossa).

Se fizermos uma retrospectiva na história da arquitectura paisagista a partir da revolução industrial, altura em que as questões higienistas e de necessidade de espaço aberto se colocam, podemos ver que já no início dos anos 80 do século XIX, as propostas de Frederick Law Olmsted para *Emerald Necklace*¹⁴⁰, em Boston mostram uma preocupação com o entrosamento das infra-estruturas de transporte, engenharia de fluxos e drenagem com a criação de paisagens pitorescas e com o planeamento urbano (Lindholm, 2008; Mossop, 2006). Através da estreita colaboração entre o desenho de paisagem, as estratégias urbanas e a engenharia, Olmsted propõe um projecto complexo integrando ideias sobre natureza e infra-estruturas assim como sobre saúde, recreio e cenário. O trabalho de Frederick Olmsted em projectos urbanos tais como o *Central Park* em Manhattan, Nova Iorque e o *Prospect Park*, em Brooklyn, tal como as propostas de Frederick Olmsted Jr para outras redes de parques urbanos¹⁴¹, tiveram uma influência significativa no urbanismo da época, apesar das suas mais ambiciosas propostas urbanas, nomeadamente as relativas a Los Angeles, permaneçam por implementar (Figura 12).

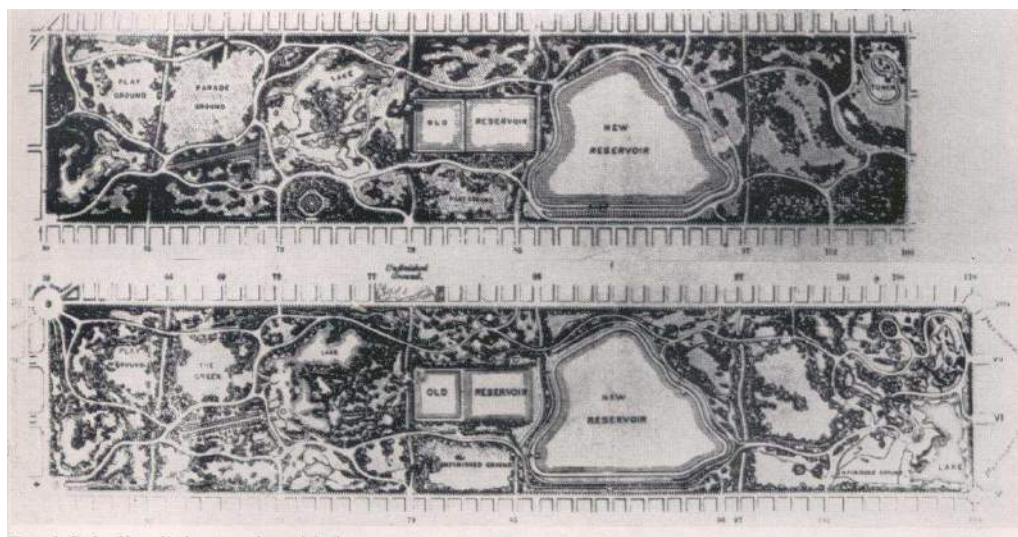


Figura 12 - Central Park. Em cima o plano original de Olmsted e Vaux. Em baixo o plano que mostra o alargamento à 110th street. Fonte: Chadwick, G. (1966), p. 197.

¹⁴⁰ Sobre Olmsted veja-se: Beveridge, E. & Rocheleau, P. (1998). *Frederick Law Olmsted: Designing the American Landscape*. New York: Universe Publishing; Mossop, E. (2006). *Landscapes of Infrastructure*. In: C. Waldheim (Ed.), *The Landscape Urbanism Reader*. New York: Princeton Architectural Press, pp. 163-178; entre outros.

¹⁴¹ National Mall, Jefferson Memorial, White House Grounds e o Rock Creek Park.

Ainda hoje esta influência é sentida. Veja-se o caso da documentação referente ao *landscape urbanism* onde a referência quer a Olmsted, quer às suas obras, como ponto de partida, é frequente. Também Charles Eliot partilhou aspirações com Olmsted concebendo parques como infra-estruturas de paisagens, nomeadamente o sistema de parques públicos de Boston, e enquadramentos urbanos a diferentes níveis, multifuncionais, servindo simultaneamente transportes e recreio, fins urbanísticos e reabilitadores¹⁴².

Também o desenho de Walter Griffin, em 1911, para Camberra, onde as características mais significativas do espaço tiveram um papel chave na localização dos maiores eixos e das estruturas fundamentais da cidade, é outro exemplo de uma relação muito forte entre a forma da cidade e a estrutura da paisagem. Os seus projectos para as áreas residenciais – fortemente influenciadas pelo trabalho de Olmsted – também são demonstrativos de métodos para o desenvolvimento das infra-estruturas urbanas que preservam e sublinham a paisagem, como pode ser visto em Castlecrag, em Sydney.

Tanto Howard no seu livro *Garden Cities of Tomorrow* (1902), como Geddes na sua obra *Cities in Evolution* (1915), ambos publicados há mais de meio século, detectaram que a revolução industrial alterou o delicado equilíbrio ecológico e agrário das cidades¹⁴³. McHarg continua, mais tarde, com este argumento no seu livro *Design with Nature*.

Na primeira metade do século XX, ecologia e planeamento foram pela primeira vez explicitamente ligados no trabalho de Geddes, baseados no planeamento regional e na ecologia humana de Benton MacKaye, nos escritos de Aldo Leopold sobre a ideia de uma ética baseada na terra, e na descrição da cidade como uma composição de processos humanos intrinsecamente entrelaçados com os processos naturais de Mumford. A percepção do mundo como *homem versus natureza*, fortemente influenciada pelas

¹⁴² São exemplos o *Cushing Island*, no Maine, de 1883; o *Franklin Park*, de 1884; O *Arnold Arboretum*, de 1885 e o *The Fens*, de 1883, em Boston e, a *Belle Island Park*, em Detroit, de 1884.

¹⁴³ Sonhavam com a fusão da cidade industrial com a antiga tradição da paisagem de pequena escala e com a complementaridade entre o desenvolvimento da cidade e do campo (uma aliança bem representada por Howard no diagrama *dos três ímans*). Howard propôs que o estado assegurasse uma distribuição uniforme de novas instalações nas pequenas cidades, construídas para além de uma cintura verde não edificada (Howard, 1946).

ideias dos transcendentalistas americanos, conduziu a uma conceptualização da natureza como inerentemente boa, e das cidades e do seu desenvolvimento como inerentemente má. Depois da Segunda Guerra Mundial e na sequência das críticas ambientais à modernização, este modo de pensar ressurgiu novamente, articulado pela primeira vez em termos ecológicos e científicos e muito influenciado pelo *Silent Spring* de Carson¹⁴⁴, de 1962, pelo *Design with Nature* de McHarg¹⁴⁵, de 1969 e pela *La Synthèse Écologique* de Paul Duvigneaud¹⁴⁶, de 1974.

Estes trabalhos conduziram ao desenvolvimento do planeamento ambiental regional e, em particular, ao trabalho desenvolvido por McHarg na Universidade da Pennsylvania, onde foi convidado para criar a disciplina de arquitectura paisagista e planeamento regional que começou em 1954. O seu *curriculum* influenciou profundamente toda a disciplina da arquitectura paisagista e foi tão minuciosamente absorvida na cultura da arquitectura paisagista que se torna difícil avaliar o seu significado na época. O salto intelectual foi de enorme significado na aplicação do entendimento abrangente dos processos ecológicos e sistemas naturais aos assentamentos e planeamento humano¹⁴⁷.

Em particular, McHarg influenciou o desenvolvimento intelectual através dos seus ensinamentos e prática em arquitectura paisagista. O seu estilo evangélico que reflectiu uma visão polarizada do mundo e da profissão da arquitectura paisagista continuou a

¹⁴⁴ Carson, R. (2002). *Silent spring*. New York: First Mariner Books Edition. (Trabalho original em inglês publicado em 1962).

¹⁴⁵ Mc Harg, I. (1995). *Design with nature* (25th anniversary edition). USA : John Wiley and Sons.

¹⁴⁶ O botânico e biólogo belga Paul Duvigneaud trouxe-nos uma moral ecológica do ambiente, fundamentada sobre o conhecimento aprofundado dos ecossistemas do planeta. A solução proposta pelos estudiosos da ecologia foi experimentada no início dos anos setenta no âmbito de alguns projectos internacionais.

Naquele período, entre os planeadores e os políticos, prevalecia um projecto de racionalização científica do uso dos recursos naturais, que muitos acreditavam estar ameaçados, ao ponto de chegar a recomendar um *crescimento zero*. A tal ponto que Duvigneaud via a prescrição contida na Carta de Atenas – apresentada sob a forma de um projecto de cidade *verde* – como um perigo para a conservação das paisagens rústicas. Trazido demasiado cedo para o campo das ciências naturais, este debate não foi encerrado, mas transferido para o sector das ciências sociais e humanas.

Duvigneaud, P. (1974). *La Synthèse écologique*. Paris : Doin.

¹⁴⁷ Foi um grande comunicador e orador polémico e, o seu livro *Design with Nature* permanece um dos mais importantes trabalhos condicionando, ainda hoje, o pensamento e a actuação de arquitectos paisagistas.

fazer uma absoluta distinção entre o sustentável e espiritualmente renovável campo e a feia, suja e brutal cidade industrial. No seu livro *Design with Nature* descreve os subúrbios dispersos, as rodovias e o tráfego fora de controlo, a poluição, as envolventes comerciais repulsivas, as cidades sem alma de torres de escritórios e os males da agricultura industrial. Os seus métodos assumem uma infalibilidade que produz um objectivo – a polarização da profissão insistindo que este caminho era a única forma ética para o planeamento e desenvolvimento. No entanto, a metodologia de McHarg falha por não ter em conta o significado da conceptualização no processo de planeamento e a sua retórica científica desvaloriza a expressão da arte e da cultura. Muito do trabalho que se seguiu a McHarg teve também uma forte tendência para ser anti-urbano e anti-conceptual. Na sua forma mais crua, o legado subjacente é a ideia de que se o processo está correcto então a solução projectual também o estará. Consubstanciado nesta ideia está um erro fundamental de projecto - o da ausência de uma relação entre planeamento e concepção e o da negação da complexidade do processo conceptual criativo.

Em oposição a esta visão desenvolveu-se a disciplina da arte da concepção da paisagem. Esta linha de trabalho continua a preocupar-se com a criação de espaços para a ocorrência de actividades humanas que delicia os sentidos e que se tem focalizado no desenvolvimento de técnicas do processo criativo, na natureza de soluções formais, e nas questões técnicas e profissionais da implementação, tal como pode ser visto no trabalho de Dan Kiley, Lawrence Halprin e, mais recentemente, Laurie Olin e Peter Walker, na América e, nos trabalhos de Jean-Claude Forestier, Leberecht Migge, Carl Sorensen e Theodor Rassmussen, Caldeira Cabral e Ribeiro Telles e, mais recentemente com Peter Latz, Adriaan Geuze, Desvigne e Dalnoky, entre outros, na Europa.

O impacto do pós-modernismo trouxe um grande compromisso com as questões sociais e culturais e com a reavaliação da influência da história no projecto. Magalhães (2001) refere que a concepção do espaço exterior não seguiu os mesmos princípios da arquitectura, durante o modernismo. Enquanto a segunda se submeteu à geometria euclidiana, no espaço aberto continuou a ser utilizada a curva e o volume dinâmico do material vegetal que constituiu, já nesta altura, um dos seus materiais fundamentais. No entanto, também a arquitectura paisagista moderna foi contaminada pela euforia do

conhecimento científico que passou a dispor como matéria auxiliar. Também a convicção de que a introdução da vegetação e, mais tarde, da fauna na cidade, seria capaz de melhorar só por si as condições da vida urbana, levou a negligenciar a forma, como instrumento de integração de todas as componentes de projecto. O que o pós-modernismo traz à arquitectura paisagista é uma chamada de atenção para este facto, ou seja, a necessidade de retomar a forma como objecto último da intervenção. Esta preocupação, justificável como reacção aos espaços abertos diluídos, sem desenho e sem identidade, deixados pelo modernismo, conduz a uma atitude diferente quanto à maneira de ordenar o espaço que não pode ser ignorada. Esta profunda alteração que aqui se iniciou teve consequências ao nível do método e dos conhecimentos utilizados, desde a prática até ao ensino.

A influência do pós-modernismo também foi significativa no desenvolvimento, durante os anos 80 e 90, dos trabalhos que envolviam fortemente a terra e o ambiente, conduzindo a uma relação com os fenómenos naturais no projecto, tal como pode ser visto no trabalho de *Hargreaves Associates* ou *Michael Van Valkenburgh Associates*. No entanto, este trabalho mais focalizado no projecto e na *land art* teve, de um modo geral, pouco envolvimento com as questões de sustentabilidade ecológica.

Esta relação da ecologia com o projecto terminou, em termos de escala, com o planeamento ecológico/ambiental operando à escala regional e os projectos focalizados na conceptualização à escala dos sítios individualizados. Foram caracterizados como planeamento, ecologia, sustentabilidade, ciência e conservação por um lado e por outro como arte, projecto e desenvolvimento. Esta cisão na disciplina e na territorialidade que perpetua conduziu directamente ao fracasso da articulação da arquitectura paisagista com o urbanismo e da conjugação da ecologia com a conceptualização.

Têm havido, no entanto, tentativas significativas para sintetizar a abordagem dos sistemas ecológicos com o urbanismo. Em 1984, duas publicações desenvolveram um discurso relacionando ecologia com a cidade: Hough com a *City Form and Natural Process*¹⁴⁸ e Spirn com *Granite Garden*¹⁴⁹. Ambos tentaram o desenvolvimento de

¹⁴⁸ Hough, M. (1989). *City form and natural process*. London: Routledge Ed.

¹⁴⁹ Spirn, A. (1984). *The granite garden: urban nature and human design*. New Haven/London: Yale University Press.

teorias e de métodos aplicando a compreensão da ecologia e dos processos naturais numa conceptualização mais sofisticada das cidades e dos processos urbanos. O trabalho de Hough continuou a desenvolver estratégias para a aplicação de ideias ecológicas no desenho urbano numa antevisão do que seria o *landscape urbanism*. Esta articulação com a cidade, apesar de conduzida por um programa ambiental, implicou o desenvolvimento de sistemas envolvendo tanto os processos naturais como os processos induzidos pelo homem. Na sua obra, Hough considera que tendo-se a ecologia convertido numa base indispensável no planeamento da paisagem urbanizada, torna-se imprescindível que os processos naturais, na sua interacção com os processos antrópicos se convertam no tema central do novo desenho urbano, defendendo a ideia que os princípios baseados na ecologia urbana e aplicados às oportunidades que a cidade proporciona através dos seus recursos, constituem a base para uma estratégia alternativa de desenho que reconhece a interdependência do homem e da natureza nas realidades ecológicas, económicas e sociais da cidade. Nesta perspectiva Hough assume que a integração do urbanismo e da ecologia conseguida através de estratégias de desenho e de planeamento e, a visão que proporciona a ecologia urbana conjugada com os objectivos sociais e económicos, criam uma base racional que *sustenta* o processo de dar forma ao espaço da paisagem na cidade.

Forman (2001) e Ruano (1999) partilham esta visão do planeamento e do desenho – global, sistémica e estratégica – da *cidade-região*¹⁵⁰, baseada na integração da ecologia no urbanismo.

Forman¹⁵¹ estabelece uma visão futura do desenho e do planeamento da paisagem urbanizada a partir da conjugação e da integração de três premissas: o desenho e o

¹⁵⁰ Conceito que surge pela primeira vez na obra de Patrick Geddes, *Cities in evolution* de 1915, e que pretende traduzir uma nova configuração urbana resultante da transformação das cidades. Lewis Mumford faz evoluir este conceito integrando-o num quadro territorialmente mais alargado, mas, a noção integradora e holística como actualmente a entendemos, deve-se a Giancarlo de Carlo, em 1962. Ribeiro Telles associa a cidade-região ao conceito de paisagem global, defendendo-os na perspectiva da interpretação e intervenção na cidade e na região da sua influência. Batista, D., (2009), ob. cit, pp. 119-121.

¹⁵¹ Forman, R. (2001). The missing catalyst: design and planning with ecology roots (pp 85-109). In: B. Johnson & K. Hill, (Eds.), *Ecology and design*. New York: Island Press.

planeamento constituem o instrumento chave na resolução dos problemas e dos conflitos causados pelo processo acelerado de degradação do território; o desenvolvimento a longo prazo, tanto da natureza como da sociedade, depende da incorporação da ecologia e da cultura no processo de desenho e de planeamento com o objectivo de obter soluções criativas e duradouras; a ecologia da paisagem proporciona, no campo teórico e na prática, a base para a conexão entre natureza e cultura na criação de paisagens sustentáveis¹⁵².

Ruano¹⁵³ explica e demonstra através de sessenta projectos ou estudos de caso, como o *ecourbanismo* se está a converter num conceito básico essencial para todo o processo de planeamento e desenho urbano interessado na resolução dos problemas sociais e ambientais actuais. Este autor considera que estes problemas se devem abordar e resolver em primeiro lugar nas cidades, uma vez que são estas as principais responsáveis pela destruição ecológica global; defende o entendimento e a concepção das cidades como complexos ecossistemas artificiais em equilíbrio com a paisagem envolvente e, com a capacidade quer para satisfazer as necessidades humanas quer para proporcionar biótopos a outras espécies.

Esta perspectiva leva Ruano a concluir que o novo processo de planeamento e desenho urbano, baseado numa visão integrada e unificada do urbanismo, deve incluir desde o seu início, como componentes estruturais, quer a *eco-tecnologia* (fontes alternativas de energia, reciclagem de resíduos sólidos e líquidos e criação de microclimas, entre outros), quer a convergência de tecnologias nos campos da informação, das telecomunicações e dos meios de comunicação. Superando a compartimentação clássica do urbanismo convencional, o *ecourbanismo* é apresentado como uma nova disciplina que integra e articula as múltiplas e complexas variáveis que intervêm numa aproximação sistémica ao desenho urbano.

¹⁵² Estes princípios foram ensaiados recentemente na região metropolitana de Barcelona, em 2003, através de um projecto *urbano-territorial* que constitui uma referência no âmbito internacional, tanto pela formulação de uma proposta objectiva para a paisagem, de um modo geral, como pela metodologia que adopta para o planeamento estratégico de áreas metropolitanas, com uma base fortemente ambiental, ao integrar a preservação de valores naturais e culturais com as necessidades de desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das populações.

¹⁵³ Ruano, M. (1999). *Ecourbanism. Sustainable human settlements: 60 case studies*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Também o termo *regionalismo crítico*¹⁵⁴ criado por Alexander Tzonis e Liane Lefavre, em 1981, pode ser visto como um preâmbulo europeu para o interesse actual no *landscape urbanism*. Para estes autores o regionalismo crítico foi um meio de criticar a arquitectura moderna do pós-guerra e criar um sentido de lugar renovado. Também Kenneth Frampton difundiu esta expressão, em 1983, através do seu conhecido ensaio *Towards a Critical Regionalism: Six Points for an Architecture of Resistance*. Este ensaio foi filosoficamente baseado na teoria de Paul Ricoeur de que a tecnologia estava a homogeneizar o mundo facilitando a disseminação de uma cultura simplista e medíocre¹⁵⁵. Noutro ensaio Frampton refere-se explicitamente ao uso da paisagem como um veículo para explorar terrenos para reservas de espaço aberto, parques e recursos naturais no meio do que rapidamente se iria transformar em áreas urbanizadas de baixa densidade. Deste modo, Frampton invoca a formulação de Peter Rowe¹⁵⁶, de uma

¹⁵⁴ Os atributos da conceptualização do regionalismo crítico derivaram de constrangimentos regionais circunscritos que produziram lugares e representações colectivas. Ainda que Tzonis e Lefavre tenham escrito explicitamente sobre arquitectura, o determinismo ambiental característico dos seus argumentos foi recentemente alargado à área da paisagem, num esforço de desafiar os modelos genéricos da modernização e urbanização impostos internacionalmente e para resistir à homogeneização dos efeitos do capitalismo tardio.

¹⁵⁵ O regionalismo crítico de Frampton foi uma “arquitectura de resistência”, procurando “mediar o impacto da civilização universal” e “reflectir e servir as circunscrições limitadas” nas quais estava fundada. Frampton aludia ao poder inerente dos sítios e usava intervenções recentes na paisagem de Ticino como um exemplo de método para construir relações significativas com o *genius loci*. Frampton, K., (1985). *Towards a Critical Regionalism: Six Points for an Architecture of Resistance* (pp. 16-30). In: H. Foster (Ed.). (1985). *Postmodern Culture*. London: Pluto Classics. (a tradução é nossa).

¹⁵⁶ Peter G. Rowe é o *Raymond Garbe Professor of Architecture and Urban Design* e o *University Distinguished Service Professor na Graduate School of Design, Harvard University*, onde ensina desde 1985. Entre 1992 e 2004 foi reitor da *Faculty of Design*, na sequência de ter sido Director do Departamento de *Urban Planning and Design* (1988-1992) e, de ter sido Director dos *Urban Design Programs* (1985-1990). Anteriormente a ser Professor em Harvard, Rowe foi Director da *School of Architecture na Rice University* (1981-1985) e Vice-presidente do *Rice Center*, um Centro de Investigação em Houston, Texas (1979-1981). Paralelamente aos seus cargos académicos em Harvard, Rowe foi Director do *Education Programme do Aga Khan Trust for Culture*, entre 2004 e 2007. Actualmente, Rowe é Vice-presidente do *International Advisory Council of the People’s Municipal Government of Wuhan, China* (desde 2005) e é membro do quadro da *UNESCO World Heritage Institute for Training and Research in the Asia and Pacific Region* (desde 2008). Foi também membro do quadro do *Centre Canadien d’Architecture* (1995-2004) e responsável pelo *Cities Programme of the London School of Economics* (2001-2007). É ainda Professor Honorário na *Tongji University, China* (desde 2003), na *Accademia dei Benigni, Itália* (2002) e na *Xi’an University of Architecture and Technology* (desde 1999).

paisagem reparadora, advogando o sítio específico da paisagem como um intermediário entre o espaço edificado e o espaço residual.

A paisagem é também invocada por Frampton como reparadora da alienação do homem ao *lugar*, tópico que juntamente com descrições articuladas das novas paisagens globais, tem sido amplamente escrito pelos teóricos nas últimas duas décadas. Ao mesmo tempo, a redefinição e reformulação conceptual do espaço urbano – até ao ponto de propor a sua dissolução - dominou o discurso do ambiente construído à medida que a imagem, legibilidade e particularidade das intervenções na cidade se tornaram menos claras. As convenções da história urbana, do planeamento urbano e do projecto urbano são insuficientes para perceber e intervir qualitativamente na condição contemporânea. O pensamento radical do *modus operandi* é necessário para fundamentalmente e criticamente re-articular a construção da cidade. A postura pungente de Frampton e a sua crença na paisagem como um instrumento operativo para resistir às tendências da globalização e homogeneização dos ambientes construídos providenciou uma plataforma para a evolução conceptual do *landscape urbanism* (Shannon, 2006).

Também ao nível da arquitectura outras iniciativas de humanizar a cidade foram-se verificando ao longo do último século: o arquitecto britânico Cedric Price propôs uma universidade móvel, em carruagens de comboio nos caminhos-de-ferro abandonados, para reviver algo semelhante à área do *rust belt* no seu projecto *Potteries Think Belt* (1964-65). David Green do Archigram, nos seus projectos *Rockplug* (1969) e *L.A.W.U.N* (1970), imaginaram a completa dissolução da *máquina da cidade* numa série de unidades de casas móveis com serviços automatizados, de *robots* e redes enterradas assentes sobre uma paisagem idílica (Shane, 2006). O termo *jardim do subúrbio* tomou um novo, irónico e *electrónico* sentido: um território habitado por nómadas urbanos sofisticados, em cápsulas insufláveis, necessitando de acesso aos sistemas globais. Seguindo esta orientação, o *Urban Street Farm Group*, no início dos anos 70 visionou um enorme processo de reciclagem orientado numa base de rua a rua, criando agricultura urbana. Em 1987 Richard Register, no seu projecto da *Ecocity Berkeley*, providenciou o que se pode chamar de rede ecológica para a diminuição da cidade, com muitas lições ecológicas de baixa tecnologia aplicáveis à dissolução das antigas cidades industriais na paisagem. Lynch, no seu livro *A Boa Forma da Cidade*, usou o termo

ecológico para descrever a sua terceira morfologia da cidade híbrida. Este autor citou textos ecológicos clássicos, nomeadamente E. P. Odum *Ecology* (1963) para posteriormente descrever o seu sentido emergente da paisagem urbana como um sistema de fluxos e processos.

Waldheim articulou, posteriormente, a compreensão ecológica na organização de uma conferência em Março de 1997 e numa exposição chamada *Landscape Urbanism*. Waldheim cunhou o termo para descrever as práticas de muitos profissionais para quem a paisagem substituiu a forma arquitectónica como o primeiro meio de fazer cidade. Este entendimento de uma forma urbana pós-industrial descentralizada destacou os vazios abandonados das cidades como material potencial. Waldheim viu o *landscape urbanism*, como uma disciplina intersticial conceptual, operando em espaços entre edifícios, sistemas de infra-estruturas e sistemas ecológicos. Neste contexto o *landscape urbanism* não se diferencia da arquitectura paisagista; torna-se uma lente útil através da qual se vêem os *terrain vagues*, residuais e *invisíveis*, anteriormente utilizados por artistas como Robert Smithson ou preconizados como espaços marginais dignos de atenção pelo arquitecto Solà-Morales (1995). Vejamos o caso português, ilustrador desta realidade.

6.1 O CASO PORTUGUÊS

Também em Portugal o *landscape urbanism* tem antecedentes determinantes que fazem com que praticamente não haja distinção entre esta corrente e a própria arquitectura paisagista.

A arquitectura paisagista chegou a Portugal pela mão de Francisco Caldeira Cabral, em 1942 que, na sequência da sua estadia em Berlim, adopta princípios funcionalistas¹⁵⁷ não rejeitando nem ignorando, contudo, o desenho de projecto. A sua compreensão das estruturas fundamentais da paisagem orienta o seu trabalho num espírito de colaboração e não subordinação à natureza, reconhecendo a dimensão humana que está subjacente

¹⁵⁷ À semelhança do que acontece na Europa do pós-guerra com o surgimento de preocupações científicas com a questão ecológica e também por influência da teoria de McHarg expressa no seu livro *Design with Nature*, que defende uma visão funcionalista da paisagem e dos seus processos.

ao desenho de paisagem. A partir desta altura tem sido desenvolvido um corpo teórico e uma prática do desenho da paisagem cujos princípios em muito se assemelham à corrente do *landscape urbanism*, fazendo-nos questionar da necessidade desta distinção. Tal como qualquer *landscape urbanist* Caldeira Cabral entendia a paisagem como um sistema natural, vivo, em constante transformação determinada, quer pela dinâmica dos sistemas naturais quer pela acção do Homem. Paisagem como acontecimento natural, cultural, social e paisagem como suporte, não apenas cenário que se desfruta ou facto natural distanciado do Homem. Este conceito foi sendo desenvolvido e aprofundado, mantendo-se, contudo, o mesmo princípio: transformar com, e não contra os processos naturais (Carapinha, 2006). Com este princípio, contempla-se, vivencia-se e experimenta-se o sistema e a sua transformação. Interiorizam-se os valores do lugar; do lugar natural, físico e do lugar cultural, e da relação de interdependência que se gera entre eles. É a partir desta ideia que toda uma primeira geração de arquitectos paisagistas, em Portugal, discípulos de Caldeira Cabral, desenvolve a sua actividade, entendendo que o homem pode tirar o máximo proveito da paisagem se compreender como funciona o sistema natural que há nela. Assim,

A acção transformadora do homem deve basear-se na percepção e no conhecimento do processo e, na invenção que se gera a partir deles. Para que isto aconteça é necessário pensar no sistema e na sua evolução, vivenciá-lo e experimentá-lo, o que requer a interiorização das qualidades dos lugares, tanto bióticas como culturais, assim como as correlações constantes que se produzem entre elas¹⁵⁸.

Desde os anos quarenta do século passado que o espaço urbano e o espaço rural se desenham tanto ao nível do projecto como ao nível do ordenamento da paisagem, em Portugal, produzindo simultaneamente obra e corpo teórico. Tanto a prática como a teoria fundamentam-se em princípios ecológicos, estéticos e económicos, técnicos e políticos, que se encontram sintetizados não só no conceito de paisagem como nos conceitos operativos, de *continuum naturale*, de contínuo cultural e de paisagem global que entretanto emergem com Caldeira Cabral e com Ribeiro Telles. Aqueles três conceitos resultam do desenvolvimento da ideia de paisagem.

¹⁵⁸ Carapinha, A. (2009). *Ars cooperativa naturae en Portugal* (pp. 29-31). In: L. Diedrich (Ed.), *On site. Arquitectura del paisaje en Europa*. Barcelona: Gustavo Gili.

No final dos anos setenta, é introduzido em Portugal, por Caldeira Cabral, a noção de *continuum naturale*, um conceito que define a paisagem como a matriz, de grande dimensão, para o desenho de um local individual:

Um sistema contínuo que protege as estruturas fundamentais da paisagem (baseadas nos princípios ecológicos de continuidade, diversidade e intensidade) e que, no meio urbano, penetra a estrutura construída estendendo-se pelo seu interior de forma contínua, adoptando diversas formas e funções que são cada vez mais urbanas e que variam desde espaços de ócio até às áreas circundantes das infra-estruturas e dos edifícios, à simples rua ou à praça arborizada¹⁵⁹.

A sua teoria teve como base noções de diversidade, multiplicidade e um certo nível de *elasticidade*, utilizado, neste contexto, para englobar ajustamentos de dimensão e de espécie de acordo com as características particulares do local. Ribeiro Telles desenvolve o conceito de contínuo cultural que define como “a presença de elementos e conjuntos arquitectónicos quer estes se traduzam por volumes edificados ou espaços abertos que constitui uma representação e expressão da cultura que a ela está associada, funcionando como sistemas de referência no espaço e no tempo”¹⁶⁰.

A noção de paisagem global, apresentada por Ribeiro Telles, procura estabelecer a relação entre aqueles dois conceitos:

As ideias que presidem à criação da nova cidade devem ter como paradigmas a integração cidade/campo e a conexão urbanismo/ecologia. O homem de hoje tende a deixar de ser rural ou urbano para alcançar uma visão cultural que abrange tanto os valores da ruralidade como os da cidade. E quem diz os valores diz também as actividades. O conceito de paisagem global tende a informar todo o processo de ordenamento do território e o próprio urbanismo¹⁶¹.

Ribeiro Telles sempre teve uma visão abrangente da paisagem, conjugando um conhecimento profundo dos sistemas ecológicos que a suportam com uma visão plástica do espaço. Esta capacidade assegurou sempre uma atitude integrada e sensível que marcou de uma forma inesquecível as suas intervenções e os seus ensinamentos.

Estes conceitos marcaram permanentemente e constituem os fundamentos da prática desenvolvida por várias gerações de arquitectos paisagistas portugueses que criam uma prática na qual a paisagem é compreendida enquanto sistema ecológico (natural) e

¹⁵⁹ F. Caldeira Cabral (citado em A. Carapinha, 2009, ob. cit, p. 31.).

¹⁶⁰ Ribeiro Telles, G. (1997). *Plano verde de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 20-21.

¹⁶¹ Ribeiro Telles, G. (2003). A Cidade e a paisagem global do século XXI (p. 334). In: J. Caetano (Coord.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

sistema cultural (construção) em contínua transformação. Neste quadro conceptual a unidade estrutural ecológica é mais que um conjunto de ocorrências naturais fundamentais ao equilíbrio ecológico da paisagem - é um elemento fundamental no ponto de vista existencial como propulsora da imaginação, da criação e da construção. Ribeiro Telles reforça esta ideia ao considerar ser a leitura ecológica, fundamental, porque é uma leitura do espaço que vai ao encontro da memória das populações e da sua cultura (Carapinha, 2009b). A paisagem revela-se então expressão de existência e forma de representação da relação que o homem estabeleceu com a natureza, transformando-a em formas que respondem às várias funcionalidades da paisagem - habitar, cultivar, recolher, fruir, conservar em bases sustentáveis pela economia e ecologia dos processos. Este entendimento da paisagem determina, que a compreensão, a caracterização, a avaliação inter-relacional dos vários sistemas que desenham a paisagem sejam um processo metodológico recorrente na prática da arquitectura paisagista em Portugal, motivando também que a proposta se ofereça quase como uma evidência do lugar pré-existente.

Os projectos desenvolvidos por Caldeira Cabral, Ribeiro Telles e toda uma primeira geração de arquitectos paisagistas, reflectem a articulação entre a paisagem e o urbanismo, entre a ecologia e as infra-estruturas, nomeadamente nos projectos de desenho urbano (bairros, avenidas, jardins de instituições, espaços abertos), em planos de urbanização e planos directores, em projectos de estradas¹⁶², em áreas turísticas¹⁶³ e em áreas industriais¹⁶⁴, entre outras.

¹⁶² Acessos Sul e Norte da Ponte 25 de Abril e Acessos Norte do Porto de Leixões (p. 281). In: Andresen, T., Câmara, T. B., Carvalho, L. G. (2003). Lugares da Arquitectura Paisagista Portuguesa. 1940-1970. *Do estádio nacional ao Jardim da Gulbenkian, Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)*. Fundação Calouste Gulbenkian (Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁶³ Hotel Ritz; Hotel Alvor Praia; Hotel Madeira Hilton (p. 289). In: Andresen, T., Câmara, T. B., Carvalho, L. G. (2003). Lugares da Arquitectura Paisagista Portuguesa. 1940-1970. *Do estádio nacional ao Jardim da Gulbenkian, Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)*. Fundação Calouste Gulbenkian (Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁶⁴ Barragem de Belver; Bairro Operário da Fábrica *A Boa Reguladora*, em Famalicão; SACOR, Bairro Dr. Oliveira Salazar em Sacavém; Siderurgia Nacional, Fábrica do Seixal; ESSO, Quinta dos Buxos na Trafaria; SONAP em Porto Brandão (p. 297). In: Andresen, T., Câmara, T. B., Carvalho, L. G. (2003). Lugares da Arquitectura Paisagista Portuguesa. 1940-1970. *Do estádio nacional ao Jardim da*

Como podemos ver no projecto para o Estádio Nacional, da década de 40, existem uma série de princípios e determinismos que fazem com que as opções do desenho de projecto se aproximem do conceito de *landscape urbanism*: O Vale do Jamor tornou-se não apenas o local onde se situa o Estádio Nacional mas também um verdadeiro parque urbano; a condição fisiográfica do vale foi mantida e o vale liberto de edificação, assegurando os fluxos e processos dos sistemas ecológicos que aqui ocorrem; a possibilidade da futura expansão das infra-estruturas desportivas foi assegurada; o sítio foi determinante na localização do estádio e na sua relação com a paisagem¹⁶⁵, tendo sido encontrado, com mestria, o lugar certo para a construção principal – o estádio de atletismo. Tal como é defendido no âmbito do actual conceito de *landscape urbanism* podemos referir que, juntos, a paisagem e a infra-estrutura criam um novo lugar, performativo, funcional e com um desenho de projecto esteticamente qualificado, que serviu e serve como palco a diversas actividades desportivas e lúdicas. Aqui, também, há 70 anos atrás, a sobreposição de estratégias ecológicas e urbanas foi pensada e conceptualizada oferecendo um meio através do qual o sistema de redes criado complementou a estrutura da paisagem existente (Figura 13).



Figura 13 - Plano Geral do Estádio Nacional. Fonte: HFCC. Tinta sobre vegetal, cópia de José Pedro Martins Barata (2000) sobre cópia ozalite, não datada. 94x113. S.e

Gulbenkian, Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970). Fundação Calouste Gulbenkian (Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁶⁵ “Não desejamos apenas integrar o estádio na paisagem afastada mas ligando-o aos montes e árvores próximas conseguimos alargar-lhe o âmbito estreitando o seu contacto com a natureza”.

O Parque da Fundação Calouste Gulbenkian, um projecto da autoria de Ribeiro Telles e Viana Barreto, que data da década de sessenta do último século, está fortemente ancorado numa interpretação do modernismo. É verificada uma fluidez nos espaços, uma qualidade cinemática no seu percurso que confere escala ao parque, “uma ordem indefinível parece emanar deste sítio transformado em lugar”¹⁶⁶. O projecto, muitas vezes desenhado no terreno, articula-se perfeitamente com o edifício, prolongando-o ou prolongando-se através dele, nunca o recusa nem nunca se submete, harmoniza-se sim a partir da topografia do sítio, quer da original, quer da proposta. A vegetação é a protagonista neste lugar: as sebes que quebram o vento, a vegetação das margens do lago e o maciço de choupos que o assinala, os enormes eucaliptos, memória do *Parque de Santa Gertrudes*, os contrastes de luz e sombra de claro e escuro, constroem o jardim e as ambiências que aqui se vivem. Carapinha¹⁶⁷ refere que todo o desenho do jardim foi concebido ao nível das ambiências, das espacialidades, conferindo menos importância à forma. Os autores desenharam espaço, aproveitando as diferentes panorâmicas e condições físicas. Foi o sítio que determinou o lugar, a noção do sítio como propulsor do desenho de paisagem tal como defendem os praticantes do *landscape urbanism*, e que determinou cada uma das diferentes espacialidade que se fazem sentir. Também o efeito global das estruturas da Fundação Calouste Gulbenkian é de edifícios dentro de um jardim e não de um jardim que envolve um grupo de edifícios. A paisagem enquanto infra-estrutura e suporte de acontecimentos. A paisagem numa dinâmica transformadora (Figura 14).

¹⁶⁶ Diniz, V. (2003) *Lugares da arquitectura paisagista portuguesa 1940-1970* (p. 148). In: J. Caetano (Coord.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

¹⁶⁷ Carapinha, A. (2006). *Fundação Calouste Gulbenkian, o jardim*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

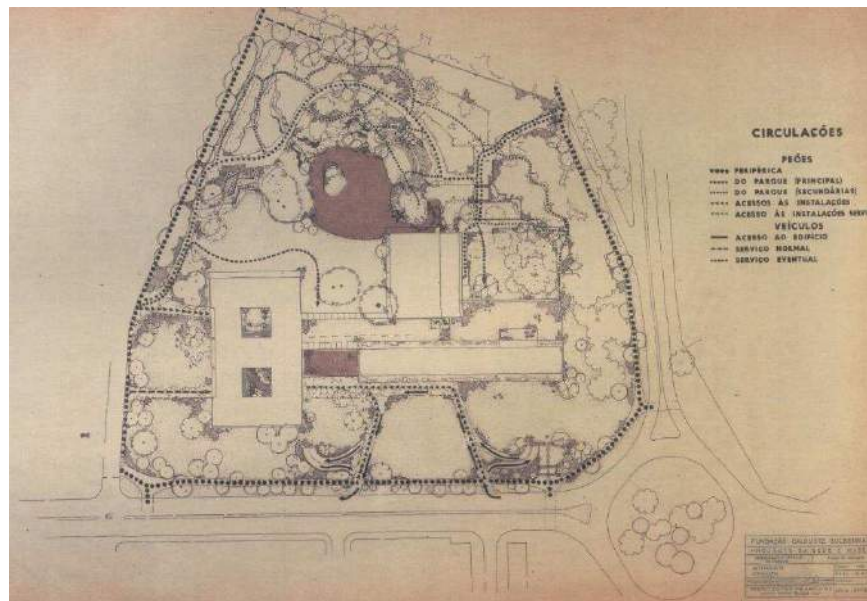


Figura 14 - Plano de *Circulações* do Jardim da Gulbenkian. Estudo Prévio de 1961. Fonte: Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, não datado.

A Ermida de São Jerónimo, da autoria de Ribeiro Telles, da década de 60, revela uma atitude inovadora e amadurecida relativamente ao projecto de espaços abertos, à época. Aparentemente sem limites físicos definidos, a obra revela uma exemplar integração na paisagem. O conhecimento profundo, de Ribeiro Telles, relativamente à ecologia, à geografia humana e à antropologia consolidam uma abordagem humanista da paisagem. Este projecto é concebido num contexto político e social bastante peculiar: o movimento moderno permite fazer a ruptura com os jardins ditos tradicionais, contrariando a forte ligação à habitação. O novo desenho traduz as ideias de liberdade e movimento da época, reclamando-se o prazer do recreio em comunidade.

O reconhecimento da identidade histórica, cultural e social é bastante claro nesta proposta revelando-se na facilidade com que o autor capta a linguagem do lugar, no rigor com que trabalha a memória do sítio e no claro entendimento da paisagem como uma unidade complexa e iminentemente cultural e ecológica. Esta atitude está também ligada a uma curiosidade permanente pelos acontecimentos da época¹⁶⁸ (Figura 15).

¹⁶⁸ Veja-se a reacção de Ribeiro Telles ao Movimento Moderno e ao surgimento de um novo desenho a ele associado:

Sim! O Movimento Moderno! O Burrell-Marx. As viagens à Alemanha, ao Norte de França, à Europa. É preciso viajar sempre! Mas há também uma coisa que todos nós temos que são as referências infantis, que são geralmente boas. Esta experiência da infância é bastante importante para a escala. A nossa memória. O sítio. É tudo junto! É um somatório que cria uma unidade.



Figura 15 - Ermida de S. Jerónimo. Fonte: Manuel Ribeiro, 2002..

Após esta breve incursão à história da arquitectura paisagista, pensamos estar em condições de poder reflectir sobre a questão se o *landscape urbanism* é, ou não, uma inovação na teoria e na prática da arquitectura paisagista.

Como tivemos oportunidade de verificar, a arquitectura paisagista tem, desde o final do da década de 90, do século XX, um lugar de destaque no debate sobre o desenvolvimento urbano norte-americano, apoiado no conceito de *landscape urbanism*. Por esta altura os círculos académicos em volta de Waldheim e de Corner definiram que a arquitectura paisagista deveria desenvolver uma nova abordagem na prática do desenvolvimento urbano. O *JoLa* (Journal of Landscape Architecture) dedicou inclusivamente, em 2007, um número, de âmbito internacional, a esta temática, argumentando que se tratava mais de uma questão teórica do que de uma prática profissional.

Ribeiro Telles citado em: Salema, R. (2003) A Ermida de São Jerónimo: Ver e Ocultar (p.183). In: J. Caetano (Coord.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Contudo, e como já referimos, o desenvolvimento da cidade a partir da paisagem é uma prática que se conhece desde o início do século XX tanto na Europa como nos Estados Unidos.

No caso da Europa, os arquitectos paisagistas foram desenvolvendo as suas ideias e os seus projectos, a várias escalas, desde jardins a sistemas de espaços abertos urbanos, desde hortas urbanas a sistemas de abastecimento e de drenagem de águas nas cidades, desde jardins modernos e áreas de jogo de traçado naturalista a planos de expansão de cidades e a eixos verdes (Diedrich, 2009). Os fundamentos da arquitectura paisagista tiveram, e continuam a ter, influência no projecto dos sistemas de cidades inteiras que, por sua vez, tiveram e têm consequências nos elementos constituintes da arquitectura paisagista. Toda a produtividade tem origem na paisagem e a ela volta. É daqui que nasce a certeza que, na Europa, a importância da arquitectura paisagista no desenvolvimento urbano se baseia num *corpo (teórico e prático)* que impede que a paisagem e o urbanismo se igualem no termo *landscape urbanism*. A análise da cidade, da perspectiva da arquitectura paisagista, conduz a um planeamento onde a arquitectura paisagista marca o tom. Concordamos com Lisa Diedrich¹⁶⁹ quando propõe falar, antes, de um “urbanismo orientado para a paisagem”, entendendo a paisagem como uma força que orienta o planeamento urbano.

Durante o século XX, a Europa desenvolveu o seu próprio pensamento e formação em arquitectura paisagista. Contudo, só no início dos anos 80 a profissão começou a alcançar uma identidade comum europeia, especialmente no contexto do debate sobre as cidades e o desenvolvimento urbano.

Se, em 1982, o concurso para o Parque de La Villette colocou o parque como princípio urbano e, se a renovação de Barcelona, devida aos Jogos Olímpicos de 1992, estabeleceu uma rede de espaços públicos como estruturantes da cidade foi, sem dúvida, o Emscher Park do IBA (Internacional Bauausstellung, Exposição Internacional de Construção), que terminou em 1999, nos umbrais do século XXI, que deu o sinal de partida para uma compreensão da paisagem como um vector e como uma visão para a cidade global. Estas referências de um urbanismo orientado para a paisagem

¹⁶⁹ Diedrich, L., (2009). Hacia el Paisaje (pp. 258-261). In: L. Diedrich (Ed.). *On site. Arquitectura del paisaje en Europa*. Barcelona: Gustavo Gili.

demonstram que existe uma postura comum na Europa, quer tenha sido construída e concebida em Paris, Barcelona ou na metrópole de Ruhr. Os seus projectistas têm as suas raízes no espaço físico e cultural comum europeu, combinando uma abordagem conjunta a problemas comuns, toda ela num contexto que, na Europa, é economicamente homogéneo e diferente dos outros continentes. Na Europa, a cidade global é o desafio do século XXI, devendo-se ter em conta as respostas da nova geração de arquitectos paisagistas europeus que desenvolveram o seu trabalho no último quarto do século XX. E, tal como defendem, a grande cidade pode entender-se e desenvolver-se a partir da paisagem.

CAPÍTULO II
PERIFERIAS E ESPAÇOS INTERSTICIAIS URBANOS

1. A PERIFERIA NA HISTÓRIA DA CIDADE

Desde as suas origens, a cidade ocupou sempre uma posição protagonista relativamente à sua envolvência. Encerrada nos seus muros ou barreiras fiscais e, mais tarde nas suas linhas de perímetro urbano ou cinturas verdes, o espaço urbano demonstrou sempre, ao longo do tempo, uma vontade de afirmação e de dominância relativamente ao espaço em redor (Figura 16).

As periferias eram, frequentemente, idílicas e, a maior parte das vezes, fabuladas, cujo único objectivo era que a cidade se mostrasse a si mesma realçando o seu valor e o seu prestígio como expressão da sua paisagem.



Figura 16 - Birkenhead Park: pioneiro na promoção pública do parque/subúrbio. Esta imagem é testemunho de como as periferias constituíam parte integradora do espaço urbano. Fonte: Chadwick, G. (1966), p. 79

As gravuras panorâmicas das cidades do século XVIII são, de um modo geral, imagens definidoras do entendimento do espaço urbano. A cidade emerge de uma paisagem cuidadosamente detalhada nas suas referências e singularidades. Isto quer dizer que a cidade vernacular, se bem que afirma a sua identidade frente ao exterior, tem consciência de que é, em si mesma, o resultado de um entendimento profundo com a paisagem na e da qual emerge¹⁷⁰ (Figura 17). É significativo que em todas as gravuras

¹⁷⁰ Ribeiro Telles refere assim a relação da cidade com a paisagem onde se integra:

panorâmicas se integre, de forma quase invariável, o personagem do agricultor recolhendo frutos ou semeando atrás do arado. O agricultor é sempre uma personagem protagonista da paisagem extramuros, onde também se podem encontrar damas e cavalheiros que enaltecem as delícias bucólicas de um espaço idealizado. Estas imagens mostram-nos não tanto uma realidade, como a expressão da relação, vivência e complementaridade da cidade com a sua envolvência (Sierra, 2003).

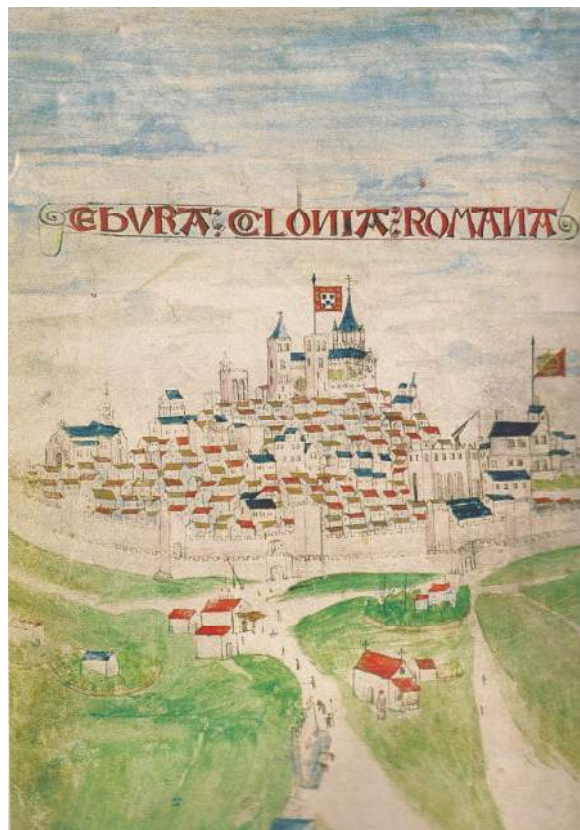


Figura 17 - Évora - silhueta da cidade - desenho de Duarte de Armas, 1501. Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, não datado.

Com a agricultura sedentária surge a cidade. É primeiro um refúgio contra os animais selvagens, contra as pilhagens, defesa contra os outros agricultores e pastores que cobiçavam as melhores terras. A cidade foi portanto rodeada por paliçadas e muros de terra. Surgiu a muralha... A religiosidade das populações agrárias transformou a cidade na residência do Deus-protector, surgindo o templo... O templo e a muralha são respectivamente o coração e a fronteira da cidade. O campo agricultado constitui a sua possibilidade de subsistir e de se desenvolver. O comércio e as trocas permitem a universalidade da sua presença.

Ribeiro Telles, G. (1975). Da formação do solo à socialização da paisagem (p. 76). In : *Uns comem os figos.... Seara Nova*.

Incluídas no espaço intra-muros estão todas as necessidades do novo cidadão, desde a oficina ao mercado e à paróquia. Também o espaço agrícola e pecuário se situa no interior protegido. No entanto, o rápido crescimento do espaço urbano foi expulsando, do seu tecido, a actividade agro-pecuária e rural para o espaço adjacente: o campo. (Figura 18).



Figura 18 - Livro de horas de Paul Jannot - Travaux et fêtes moyen age. Fonte: Alçada, M. (2007, Abril), p. 214.

Já no Império Romano as cidades-estado tinham o seu núcleo urbano (com 2000 a 20000 habitantes) limitado por uma cintura defensiva que envolvia, quase sempre, uma área portuária e um território envolvente com as suas hortas, campos de cereais e pastagens para o gado (Figura 19). Esta seria de facto a escala ideal da cidade

mediterrânea, da cidade média que hoje tanto se fala, da célula civilizacional onde a escala humana encontra a sua máxima capacidade e plenitude. Este espaço urbano era povoado também por camponeses que, no entanto, eram diferentes das comunidades serranas dispersas pelo território. Na cidade, o camponês-hortelão vivia no espaço intramuros e saía todas as manhãs para cultivar e amanhoar as suas hortas e pomares, cujos produtos vendia depois no mercado local. Era um camponês diferente, integrado na vida citadina e que, de certa forma, se equiparava ao artesão e ao comerciante. Os seus saberes da terra e das coisas da terra somavam-se à dinâmica do mundo urbano, explicando a singularidade desse homem mediterrânico, também curioso das coisas do mar (Torres, 2004).

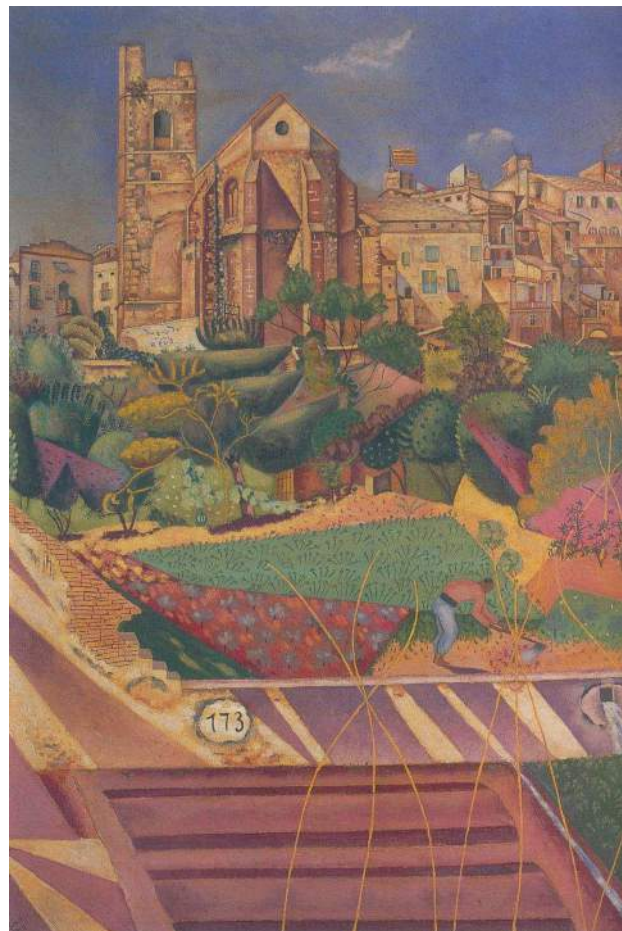


Figura 19 - A igreja e o povo - Juan Miró, 1919. Fonte: Miró 1919. Collection Dolorés Miró de Punyer.

Nos séculos XVIII e XIX muitas hortas e gado permaneciam ainda nas tramas urbanas e, algumas cidades, por variadas razões, não tinham preenchido ainda a totalidade dos

seus velhos cascos medievais¹⁷¹. A envolvente extra-muros vai assumindo funções por vezes protagonistas, no espaço urbano, mas não perde o seu carácter agrário ou rural: não sendo urbano não deixa de ser cidade. Por outro lado, o impacto das novas funções não vai destruir o seu carácter nem o seu equilíbrio.

O campo agrícola, a quinta e, definitivamente, o espaço rural, continuam a definir o valor e a não ruptura da paisagem, estabelecendo inclusivamente o convívio com usos já segregados do espaço urbano convencional.

A crescente disponibilidade/acessibilidade dos espaços rurais bem como o surgimento de novos mercados de emprego nas periferias das cidades conduziu a que durante a primeira metade do século XVIII, fossem construídos os primeiros bairros de subúrbio nos arredores de Londres, e se começasse a conjecturar sobre a possibilidade de conciliação entre o campo e a cidade, isto é, sobre a ideia de poder desfrutar das virtudes do campo sem abdicar das principais funções da cidade (Faria, 2006)¹⁷².

A revolução industrial é quase imediatamente seguida de um impressionante crescimento demográfico das cidades e de uma saída da população, dos campos, em benefício de um desenvolvimento urbano sem precedentes. A suburbanização assume uma importância crescente: a indústria implanta-se nos arrabaldes, as classes média e operária deslocam-se para os subúrbios e a cidade deixa de ser uma entidade espacial bem delimitada¹⁷³. No entanto, como defende Mumford (1964), bem antes da formação da cidade industrial já a noção de viver para lá das complexidades da civilização era atractiva, tal como o demonstram as *villae* romanas e, posteriormente, as renascentistas.

¹⁷¹ Esta imagem da paisagem, onde a cidade constitui, fisicamente, uma ocupação pontual e dominante, manteve-se praticamente inalterada durante mais de sete mil anos. Durante este período de tempo compreendido entre o aparecimento da cidade e a Revolução Industrial, o modelo de ocupação e de organização da paisagem dominante e exclusivo corresponde ao modelo da cidade compacta.

¹⁷² No fundo, a relação da cidade medieval com a envolvente é idêntica à relação cidade/envolvente que se verifica actualmente; são apenas as necessidades, distintas, que definem esta relação e são elas que fazem a diferença. É apenas uma questão de escala.

¹⁷³ A Cidade da Revolução Industrial corresponde a uma alteração profunda nos modos de pensar, produzir, utilizar e gerir as paisagens, em geral, e as cidades, em particular, que se traduz no aparecimento de um novo modelo de ocupação e organização espacial caracterizado pela dilatação dos territórios urbanos e pela sua recomposição a grande escala ganhando importância, desde logo, a mobilidade das pessoas, bens e informação. (Ascher, 2001)

A elaboração intelectual dos utopistas do século XIX foi baseada, não tanto no pressuposto de salvar o espaço urbano mas sim a cidade enquanto comunidade, tendo apresentado novas fórmulas de convivência que exigiam uma integração do espaço agrícola com o espaço urbano. Se considerarmos o modelo progressista enquanto conjunto, percebemos que, ao contrário da cidade ocidental tradicional e do centro das grandes cidades industriais, ele não constitui uma solução densa, maciça e mais ou menos orgânica, mas propõe uma localização *fragmentada*, atomizada (Choay, 2005): na maior parte dos casos, os bairros, ou comunas, ou falanges, auto-suficientes, são indefinidamente justapostos, sem que a sua soma chegue a uma entidade de natureza diferente. Um espaço livre preexiste às unidades disseminadas por ele, com uma abundância de *verde* e de espaços abertos que exclui uma atmosfera propriamente urbana. O conceito clássico da cidade desagrega-se, ao passo que se estimula o de *cidade-campo*. Esta apetência para a preservação do espaço *natural*, do espaço aberto e contínuo, assim como a questão sociológica inerente à crítica da cidade industrial e à revalorização do espírito de vizinhança, terão forte presença no desenho urbano e arquitectónico do século XX.

Será neste contexto que, no final do século XIX, surge pela mão de Ebenezer Howard (1850-1928) o conceito de *cidade-jardim* como procura de uma solução conjunta para os problemas inerentes ao forte crescimento das cidades e para a desertificação e falta de condições no meio rural (Figura 20). A ideia inicial seria então planejar uma cidade que, não descurando as solicitações mais pragmáticas da sociedade de então, permitisse combinar as vantagens da cidade e do campo.



Figura 20 - A cidade-jardim de Welwyn, 1920; Plano geral. Fonte: Louis de Soissons, 1920.

Segundo a sua ideia, deveria ser formada uma sociedade limitada que obteria um empréstimo monetário para estabelecer uma *cidade-jardim* no campo, onde a crise na agricultura libertava terrenos a preços mais aliciantes. Alguns industriais seriam convidados a instalarem as suas fábricas, levando novos trabalhadores para ali irem residir. Na cintura verde que envolveria a cidade seria praticada agricultura bem como seriam instaladas instituições urbanas que tirassem partido desse ambiente rural, nomeadamente, casas de convalescença.

Os paralelogramos de Owen¹⁷⁴ ou a Icária de Cabet¹⁷⁵ mostram-nos um entendimento do espaço urbano, formal e funcionalmente, integrado na paisagem. A utopia, por vezes, tenta tornar-se realidade em fórmulas e intenções que são clássicas na história da cidade.

O modelo culturalista é extraído das obras de Ruskin¹⁷⁶ e de William Morris¹⁷⁷ e será ainda reencontrado no fim do século, mais uma vez, em Ebenezer Howard, o pai da *cidade-jardim*. O seu ponto de partida não é a situação do indivíduo, mas a do *agrupamento* humano, da cidade. Ao contrário da (des)aglomeração do modelo

¹⁷⁴ Owen propõe, deste modo, a relação do espaço urbano com a paisagem que o integra:

...Desenhei um plano no qual se distingue um conjunto de quadrados formados por prédios. Cada quadrado pode receber 1200 pessoas e está rodeado de 1000 a 1500 acres de terreno.

No interior dos quadrados erguem-se os edifícios públicos que o dividem em paralelogramos.”...

“No exterior atrás das casas, em redor dos quadrados, há jardins cercados por estradas”.

Imediatamente atrás dos jardins situam-se, de um lado, os prédios consagrados às actividades mecânicas e industriais. O matadouro, os estábulos, etc. ..., também serão separados do estabelecimento colectivo por plantações...A uma distância ainda maior dos quadrados encontram-se instalações agrícolas inteiramente equipadas para a produção do malte, da cerveja, da farinha, etc.” “... É preciso investigar pelo país todo e seleccionar os locais mais propícios à instalação desses estabelecimentos – agrícolas e industriais simultaneamente.

Todas as terras do reino susceptíveis de ser adquiridas para esse fim deverão ser correctamente avaliadas e compradas pela nação...

Choay, F. (2005). *O Urbanismo* (6ª ed., pp. 63-64). S. Paulo: Urbanismo, Estudos, Perspectiva. (a tradução é nossa).

¹⁷⁵Tal como Owen, Cabet entende o espaço urbano integrado na paisagem:

... Vede só as ruas, todas rectas e largas! Há cinquenta ruas grandes que atravessam a cidade paralelamente ao rio, e cinquenta que a atravessam perpendicularmente. As outras são mais ou menos longas. As que estão pontilhadas em preto, e que chegam juntas às praças, são *arborizadas*, como os *boulevards* de Paris. As dez grandes marcadas em vermelho são *ruas de ferro*; todas as amarelas são *ruas com trilhos* artificiais e as azuis são *ruas de canais*.

- E o que são – perguntei-lhe – todas essas faixas rosas, longas e largas, que estou vendo entre as casas de duas ruas?

- São os jardins que ficam atrás dessas casas...

Choay, F. (2005), ob.cit, p.88. (a tradução é nossa).

¹⁷⁶Veja-se a perspectiva de cidade, de Ruskin:

...No entanto, quando vocês saem para fora das paredes e percorrem as ruas dos bairros dessa cidade – estou a falar de Verona – o olho não tende a deter-se nessa paisagem, por mais maravilhosa que seja, ele não procura, como aqui, os espaços que se abrem entre as casas. O coração e os olhos têm muito que fazer nas ruas da própria cidade; esse espectáculo basta-lhes...

Choay, F. (2005), ob. cit, p.122. (a tradução é nossa).

¹⁷⁷Veja-se a leitura de conjunto da cidade, expressa por William Morris:

...Há poucas casas daqui até aos limites da antiga cidade, mas dentro da cidade temos uma população densa. Os nossos antepassados não se apressaram, no fim do século XIX, em derrubar as casas do bairro de negócios da cidade e que, mais tarde, ficou conhecido com o nome de Cidade-Fraude....

Choay, F. (2005), ob. cit, p.133. (a tradução é nossa).

progressista, essa cidade é, antes de tudo, bem circunscrita no interior de limites precisos. Enquanto fenômeno cultural, ela deve formar um contraste sem ambiguidade com a natureza, cujo estado mais selvagem se tenta conservar. Não foram apenas os conceitos de Edward Bellamy (1850-1898), Thomas Spence (1750-1814) ou Peter Kropotkin (1842-1921) que influenciaram Howard. Nem terá sido apenas a influência do movimento social dos anos 70 e 80 do séc. XIX que, encabeçado por Ruskin e Morris, proclamava já a rejeição do industrialismo em favor de um retorno a uma vida rural baseada no artesanato e no sentido de comunidade.

O movimento *Back to the Land*, estimulado pelo crescimento e a miséria das urbes, a depressão agrícola, a nostalgia e por uma composição anti-vitoriana criou, entre 1880 e 1914, cerca de 28 comunidades alternativas, constituídas por socialistas utópicos, anarquistas e outros grupos que, curiosamente, em boa parte se assemelham aos grupos que se viriam a formar nos anos 1960 e 1970 sob a égide de ideias semelhantes.

Ao contrário dos outros pensadores políticos do século XIX, e apesar dos seus préstimos de socialistas utópicos, Marx¹⁷⁸ e, mais explicitamente Engels¹⁷⁹ criticaram as grandes cidades industriais contemporâneas sem recorrer ao mito da desordem, nem propor, em contrapartida, um modelo da cidade futura. A sua posição é radical no seu desejo de indeterminação. No entanto, encontra-se nela uma imagem célebre acerca do futuro urbano: a da *cidade-campo*, resultado da supressão da diferença entre a cidade e o campo. Sem dúvida, essa *cidade-campo* pode evocar o modelo das cidades verdes de

¹⁷⁸Marx expressa, desta forma, a sua visão socialista da cidade:

...Nunca uma sociedade expira antes que sejam desenvolvidas todas as forças produtoras que ela pode conter; nunca relações superiores de produção são estabelecidas antes que as condições materiais da sua existência surjam no próprio seio da velha sociedade. Por isso é que a humanidade só se propõe a tarefas que consegue realizar: considerando melhor as coisas, veremos sempre que a tarefa surge onde as condições materiais necessárias para a sua realização, já se formaram, ou estão em vias de ser criadas...

Choay, F. (2005), ob. cit, p.148. (a tradução é nossa).

¹⁷⁹Veja-se a crítica de Engels à cidade industrial:

... Confessamos, pois, que a solução burguesa para a questão do alojamento faliu: ela chocou-se com a *oposição entre a cidade e o campo*. E aqui estamos no cerne da questão, que só poderá ser resolvida se a sociedade for profundamente transformada, de modo a poder dedicar-se a suprimir essa posição levada a extremo pela sociedade capitalista de hoje, a qual, bem longe de poder suprimi-la, torna-a, pelo contrário, cada dia mais aguda...

Choay, F. (2005), ob. cit, p.145. (a tradução é nossa).

Fourier¹⁸⁰ ou até de Proudhoun¹⁸¹. O próprio Engels observa que nas construções modelo (dos primeiros socialistas utópicos Owen e Fourier), a oposição entre a cidade e o campo já não existe (Choay, 2005). Mas a noção da supressão da diferença não pode, em Engels e Marx, ser levada a uma projecção espacial. Ela deve ser essencialmente entendida do ponto de vista do desequilíbrio demográfico e das desigualdades económicas ou culturais que separam os homens da cidade dos do campo: ela corresponde ao momento da realização do homem total e possui, sobretudo, um valor simbólico.

O inverso acontece nos Estados Unidos, onde a época heróica dos pioneiros está ligada à imagem de uma natureza virgem. Assim, antes mesmo que ali sejam percebidos os primeiros contra golpes da revolução industrial, a nostalgia da *natureza* inspira naquele país uma violenta corrente antiurbana. O ataque é impiedoso, mas não recai sobre nenhum modelo de substituição. Uma tradição antiurbana começa assim com Thomas A. Jefferson, para continuar com R. Waldo Emerson, Thoreau, Henry Adam, Henry James, e termina paradoxalmente com o maior arquitecto da Escola de Chicago, Louis Sullivan (Choay, 2005).

A grande cidade é assim sucessivamente criticada sob uma série de ângulos diferentes; Todos estes autores, em uníssono, colocam ingenuamente as suas esperanças no *restauro* de uma espécie de *estado rural* que eles pensam ser, com algumas reservas, compatível com o desenvolvimento económico da sociedade industrial, e que sozinho permite assegurar a liberdade, a manifestação da personalidade e até a verdadeira sociabilidade.

¹⁸⁰Tal como propunha Fourier:

...Os três anéis serão separados por paliçadas, relva e plantações que não devem cobrir a visão. Toda a casa deve ter como sua dependência, entre pátios e jardins, pelo menos tanto terreno vazio quanto ocupa a sua superfície construída. ...

Choay, F. (2005), ob. cit, p. 69. (a tradução é nossa).

¹⁸¹Podemos encontrar explicitamente, em Proudhoun, referências ao modelo de cidade verde:

... Uma pequena aglomeração de mil pequenos proprietários, alojados em suas próprias casas, explorando, cultivando, cada um valorizando o seu património, a sua indústria e o seu capital, que se administrem e se julguem por si mesmos, essa é a obra-prima política, da qual todas as outras não passam de acessórios, que nunca soubemos realizar. ...

Choay, F. (2005), ob. cit, p. 98. (a tradução é nossa).

Surge então uma versão nova do modelo progressista que encontra uma primeira expressão em *La cité industrielle* do arquitecto Tony Garnier¹⁸².

Apesar das situações políticas e económicas muito diversas, uma imagem análoga da cidade futura é extraída das pesquisas empreendidas, quase simultaneamente, nos Países Baixos por J. P. Oud, G. Rietveld e C. Van Eesteren, na Alemanha pela *Bauhaus* de Gropius¹⁸³, na Rússia pelos construtivistas, em França por A. Ozenfant e Le Corbusier.

A partir de 1928, o modelo progressista encontra o seu órgão de difusão num movimento internacional, o grupo dos *Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna* C.I.A.M., em 1933; esse grupo propõe uma formulação doutrinária sob o nome de *Carta de Atenas*¹⁸⁴.

Em termos da *Psicologia de Gestalt* constata-se uma inversão dos termos forma e fundo; ao invés de pedaços de espaço livre desempenharem o papel de figuras sobre o fundo construído da cidade, o espaço torna-se fundo, meio no qual se desenvolve a aglomeração nova. Este novo fundo é, em grande parte, investido pelo verde - a cidade transformar-se-á, pouco a pouco, num parque antecipa Corbusier (1995); e Gropius acrescenta que o objectivo do urbanista deve ser o de criar entre a cidade e o campo um contacto cada vez mais estreito (Corbusier, 1995). Assim somos levados aos conceitos da *cidade-jardim* vertical¹⁸⁵ de Corbusier e da *urbs in horta* de Hilberseimer.

Para além de *cidade-instrumento*, o modelo progressista é também *cidade-espectáculo*. Ao espaço fragmentado, mas ordenado, da *cidade-instrumento*, corresponde rigorosamente o espaço dissociado, mas geometricamente composto, da cidade-

¹⁸²Tony Garnier refere-se deste modo à Cidade Industrial:

... Os estudos de arquitectura que apresentamos aqui, numa longa sequência de lâminas, referem-se ao estabelecimento de uma cidade nova, a *Cidade Industrial*, pois a maior parte das cidades que serão fundadas daqui por diante deverão a sua fundação a motivos industriais...

Choay, F. (2005), ob. cit, p. 164. (a tradução é nossa).

¹⁸³ "...Um novo e verdadeiro espírito construtor surge hoje, simultaneamente, em todos os países civilizados. A construção revela-se como o princípio e o fim de um desejo de organização cujas raízes estão na sociedade inteira" ... Choay, F. (2005), ob. cit, p.176. (a tradução é nossa).

¹⁸⁴ *La Charte d'Athènes*, grupo C.I.A.M. - France, com um discurso preliminar de Jean Giradoux, edição Plon et Cie.

¹⁸⁵ "...Para as aglomerações duma certa importância, a reforma situar-se-á na edificação de *idades-jardim verticais*, que substituirão aqui as cidades jardim horizontais". Corbusier, (1995). *Maneira de pensar o Urbanismo* (3ª ed., p. 65). Mem Martins: Coleção Saber, Publicações Europa América.

espectáculo. A estética é um imperativo tão importante quanto a eficácia para os urbanistas-arquitectos a quem a tradição europeia deu, em alto grau, uma formação de artistas. Mas, fiéis ao seu modernismo rejeitam qualquer sentimentalismo com respeito ao legado estético do passado.

De acordo com este modelo a continuidade espacial é dada não pela rua como elemento configurador do espaço, mas pela rede viária que, como sistema independente, flui por entre os edifícios soltos (autonomizando edificação, espaço público e malha viária) adquirindo o automóvel um papel crucial na organização espacial da cidade. Esta é considerada como um conjunto de funções (de circulação, de habitação, de trabalho e de recreio) que se localizam no espaço de acordo com o zonamento da ocupação do solo e respectivos índices urbanísticos, onde o zonamento industrial localiza a fábrica em áreas isoladas e o zonamento residencial promove o desenvolvimento de grandes subúrbios habitacionais e monofuncionais (Batista, 2009).

As zonas homogêneas, socialmente bem marcadas, constituem uma das principais características físicas das cidades que se desenvolveram nesta época, com o predomínio da localização do comércio e dos serviços no centro das cidades.

Estas regras de zonamento retiraram às cidades a complexidade funcional e formal promovendo uma monotonia visual e a falta da legibilidade e da simbologia inerente aos espaços. Por outro lado, os bairros antigos detentores de riqueza formal e significação dos espaços perdem prestígio com a substituição dos grupos sociais mais privilegiados por população desfavorecida e, em casos extremos, chegam a ser demolidos no âmbito do desenvolvimento de grandes operações de renovação urbana.

Resultado destas transformações é a perda da multifuncionalidade da paisagem, presente na coexistência da produção, da protecção e do recreio, também no espaço urbano.

Entre os fundadores do modelo culturalista, destacam-se Camillo Sitte¹⁸⁶, o grande urbanista austríaco que, em 1889, publica *Der Satdtebau*¹⁸⁷, e cuja influência será

¹⁸⁶É frequentemente citado por Geddes e Mumford pelo carácter humano das soluções que preconiza; pelo contrário, para Le Corbusier e para os progressistas, representa a encarnação de uma vocação retrógrada do passado.

¹⁸⁷Onde estão expostas a teoria e o modelo de cidade ideal, por ele desenvolvidas. É uma obra de inspiração essencialmente estetizante que estava destinada a polemizar contra as transformações

considerável na Alemanha e na Grã-Bretanha; Ebenezer Howard¹⁸⁸ o autor socialista de *Tomorrow: A Peacefull Path to Social Reform*¹⁸⁹ (1898), já mencionado neste trabalho¹⁹⁰.

A utopia vai ter sempre uma dimensão de entendimento e de integração entre o urbano e o rural, entre a cidade e o seu suporte territorial. A intenção de fundir numa mesma estrutura urbana a cultura rural e urbana é a velha aspiração de Arturo Soria¹⁹¹. Efectivamente, chegou a ser construído um subúrbio linear experimental, em Madrid, em 1882, segundo o modelo de Soria y Mata (Figura 21).

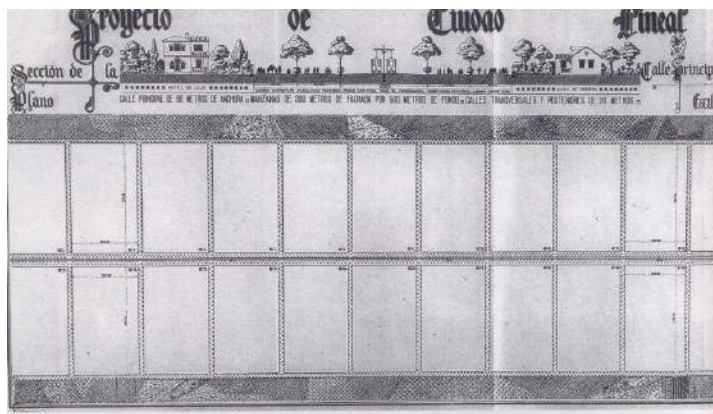


Figura 21 - Arturo Soria y Mata - A Cidade Linear, 1882-1913; projecto de distribuição das ruas e das parcelas. Fonte: *La Ciudad Lineal como Arquitectura Nueva de Ciudades*, Madrid, 1913.

de Viena e o planeamento do *Ring* segundo os princípios *haussmanianos*. Contudo, não teve qualquer efeito sobre o destino urbanístico de Viena e das concepções de O.Wagner.

¹⁸⁸Eis como Ebenezer Howard propõe o seu modelo de cidade:

...Na verdade, não existem, como se afirma constantemente, só duas possibilidades – a vida na cidade e a vida no campo. Há uma terceira solução, na qual todas as vantagens da vida mais activa na cidade e toda a beleza e as delícias do campo podem ser considerados dois ímans, cada um procurando atrair para si a população; a esta rivalidade vem interpor-se uma nova forma de vida, que participa das duas outras...

Howard, E. (1946). *Garden-Cities of Tomorrow* (p. 15). Londres: Faber & Faber. (a tradução é nossa).

¹⁸⁹ Consiste numa nova utopia, onde está exposta a sua teoria da *garden-city*. A obra foi reeditada em 1902 com o título: *Garden Cities of Tomorrow*.

¹⁹⁰ Veja-se p. 84 deste trabalho.

¹⁹¹Veja-se a proposta de Soria y Mata:

...Uma só rua de 500 metros de largura e com o comprimento que for necessário, entenda-se bem com o comprimento que for necessário, esta cidade será a cidade do futuro, cujos extremos podem ser Cádis e S. Petersburgo ou Pequim e Bruxelas”...”O nosso projecto de cidade junta, as condições higiénicas da vida no campo, as das grandes capitais, ou mais ainda”... “ruralizar a cidade e urbanizar o campo...”

Sambricio, C. (1994). Arturo Soria y Mata (1844-1920). La ciudad lineal (pp. 162-163). In: J. Dethier e A. Guiheux. *Visiones Urbanas. Europa 1870 -1993. La ciudad del artista. La ciudad del arquitecto*. Barcelona: Electa. Centre de Cultura Contemporània de Barcelona. (a tradução é nossa).

A sua proposta foi retomada por Tony Garnier e pelos modernistas da Carta de Atenas. É aplicada em diversas cidades industriais soviéticas, em Copenhaga e em Estocolmo. Podem ainda encontrar-se formas espontâneas deste modelo linear nas aldeias organizadas ao longo das estradas, ou ao longo de frentes de água. Segundo Carvalho (2003), quando o crescimento se baseia no caminho-de-ferro, surgem aglomerações centradas nas estações. No entanto, com o desenvolvimento do automóvel, a tendência é para que o crescimento ocorra, com maior ou menor intensidade, mas em todas as direcções. Assim sendo, a cidade linear, a uma escala macro, e salvo condições topográficas especiais, só poderá ocorrer face a uma forte aposta nos transportes colectivos e a uma grande disciplina urbanística. Finalmente, Raymond Unwin¹⁹², o arquitecto urbanista que realizará com Parker a primeira *garden-city* inglesa de Letchworth. Neste projecto, a totalidade (a aglomeração urbana) prevalece sobre as partes (os indivíduos), e o conceito cultural de cidade sobre a noção material de cidade. O espaço do modelo cultural opõe-se ponto por ponto ao do modelo progressista. *Limites precisos* são determinados para a cidade que é circunscrita de modo preciso, limitada por um cinturão verde destinado a impedir qualquer coalescência com outras aglomerações. Uma *garden-city* não pode estender-se pelo espaço; só pode desdobrar-se como células vivas, indo a população supra-numerária fundar um novo centro, a uma distância razoável, também delimitado por novas cinturas verdes.

Podemos referir que cada cidade ocupa o espaço de modo particular e *diferenciado*; é esta a consequência do papel que os culturalistas atribuem à individualidade.

O desenvolvimento da corrente antiurbana americana cristaliza-se, no século XX, num novo modelo. Muito radicalmente utópico para se prestar a uma realização, mas destinado, no entanto, para marcar o pensamento de uma parte dos sociólogos e *town-planners* americanos. Esse modelo foi elaborado sob o nome de *Broadacre-city*, defendido pelo arquitecto americano Frank Lloyd Wright, que elabora a sua utopia a partir do entendimento da realidade. A Broad-Acre é o expoente acabado de uma

¹⁹² Ocupou em Birmingham uma das primeiras cadeiras de *Town Planning* fundada por Cadbury. As suas ideias e experiência estão resumidas em dois livros: *Nothing Gained by Overcrowding* (1918) e *Town Planning in Practice* (1909).

intenção de territorialização do espaço urbano. A visão de Wright é perfeitamente sintonizada não só com a sua filosofia pessoal, mas também com as condições da sua época. É, com efeito, a súplica de quase tudo quanto ele sentia e havia expresso sobre a teoria da forma construída. A concepção partilha muitas afinidades filosóficas com as ideias da *Regional Planning Association of America*, e até com as de Ebenezer Howard. Nela está presente a mesma repulsa pela cidade grande – Nova York especificamente – vista como um cancro, um *tumor fibroso*, a mesma antipatia populista pelo capital financeiro e o latifúndio; a mesma repulsa anarquista pelo governo forte; a mesma confiança nos efeitos libertadores das novas tecnologias; a mesma crença no princípio da cessão de solo para moradia e no retorno à terra. Mas também apresenta diferenças, especialmente no que se refere a Howard; Wright batia-se por libertar homens e mulheres não com o objectivo de os juntar numa acção cooperativa, mas para que vivessem livres como indivíduos; não desejava casar cidade e campo, mas fundi-los. Nele existe, acima de tudo, a noção de que as novas forças tecnológicas poderiam recriar, na América, uma nação de agricultores e proprietários livres e independentes¹⁹³. A cidade apresenta uma ténue diferenciação entre o espaço urbano e o espaço rural. É a tecnologia que permite que a utopia surja do homem libertado da capacidade opressiva da velha cidade convencional. O desaparecimento dos movimentos recorrentes das massas urbanas permite conceber um território sempre permeável através de uma malha de canais que, com a sua textura fina tornam acessíveis, todas as funções do espaço urbano, também finamente desagregadas. Talvez seja a visão de Wright (1961) a mais integradora e esperançosa da tradição intelectual do pensamento urbanístico.

¹⁹³Veja-se o ideal de cidade proposto por Frank Lloyd Wright:

...Essas grandes estradas unem e separam, separam e unem, em séries intermináveis de unidades diversificadas vistas como unidades agrícolas, mercados marginais, como escolas com jardins, zonas residenciais, cada uma dentro dos seus acres de chão individualmente ornamentados e cultivados, lares urbanizados, lugares, todos eles aprazíveis, de trabalho ou lazer. E imaginem unidades-indivíduo, de tal modo dispostas que cada cidadão possa, conforme lhe convenha, contar com todas as formas de produção, distribuição, auto-aprimoramento, diversão, dentro de um raio de, digamos, dez a vinte milhas de seu próprio lar. E às quais terão acesso rápido usando os eu carro ou o transporte colectivo. Essa distribuição integrada de vida relacionada com a terra compõe a grande cidade que vejo envolvendo este país. Essa seria a Broadacre City de amanhã, isto é a nação. A democracia feita realidade.

Wright, F. L. (1961). *La Ciudad Viviente* (p. 34). Buenos Aires: Compañía General Fabril Editora. (a tradução é nossa).

A resposta aos problemas urbanos colocados pela revolução industrial não termina nos modelos do urbanismo nem tão pouco nas realizações concretas que inspiraram. Estes modelos e estas práticas provocaram uma nova crítica ligada à prática crescente do urbanismo que, apesar de ter início em 1910, só se desenvolveu após a Segunda Guerra Mundial. Esta crítica teórica é ainda difusa e, segundo Choay (2005) orienta-se segundo duas grandes direcções que continuam a corresponder à dicotomia progressismo/culturalismo.

A *tecnopia* critica os urbanistas progressistas que não souberam tirar partido das possibilidades que a técnica oferecia, não realizando a revolução tecnológica, que constituía um dos fundamentos da sua teoria. Surgem então, nesta sequência, uma série de técnicos, arquitectos e engenheiros, que tentam imaginar de modo radical a cidade do século XX, em função das novas técnicas de construção e das necessidades do homem do século XX. Os estudos e trabalhos desenvolvidos recaem sobre estruturas físicas complexas e em materiais que implicam o seu emprego. As técnicas de condicionamento climático também exercem um papel importante na elaboração dos novos projectos.

As funções novas da cidade são, conforme a tradição do urbanismo progressista, definidas por uma série de necessidades calculáveis. Dois aspectos são essencialmente destacados: problemas colocados pelo aumento da população e desenvolvimento de uma série de necessidades específicas resultantes do *progresso técnico*, isto é, da automatização, da mecanização do trabalho e dos transportes, e das mudanças de ritmo resultantes do dia-a-dia.

A *antrópolis* surge como uma crítica radical tanto à arbitrariedade dos princípios do urbanismo progressista como ao seu desprezo pelas realidades concretas. Pretende reintegrar o problema urbano no seu contexto global, partindo das informações dadas pela antropologia descritiva. Esta crítica desenvolveu-se fora do meio dos urbanistas e dos construtores e é o resultado do trabalho de um conjunto de sociólogos, historiadores, economistas, juristas e psicólogos pertencentes sobretudo aos países anglo-saxónicos. Dentro deste movimento destacam-se três tendências que correspondem a três abordagens metodológicas distintas:

- A localização humana como enraizamento espaço-temporal: um urbanismo da continuidade

Promovida por Patrick Geddes¹⁹⁴, é a mais antiga das tendências e procura definir o contexto concreto da localização humana com a ajuda do maior número possível de sectores da realidade; estes sectores são encarados na sua dimensão histórica, ligados entre si por uma temporalidade concreta e criadora, que o seu papel aparenta com a duração bergsoniana¹⁹⁵. Geddes afirma a necessidade absoluta de reintegrar o homem concreto e completo no planeamento urbano. Nesta sequência são também reintegrados o espaço e o tempo.

O pensamento de Geddes foi ampliado e consideravelmente desenvolvido pelo seu discípulo, Lewis Mumford¹⁹⁶ que preconizou um *polinucleísmo* urbano, com o seu correlativo, o *regionalismo*. Afirmando que o “regionalismo pertence ao futuro”,¹⁹⁷ adiantou-se à tendência da geografia económica actual. Da mesma forma, a história do planeamento das cidades medievais inspirou amplamente a sua concepção de uma *integração da natureza* no meio urbano. Para ele os jardins não só têm um papel mais protagonista que no urbanismo culturalista, como também substituem o meio amorfo constituído pelos espaços *verdes* na cidade progressista; são estruturados, ligados, de modo significativo e não casual, às construções e ao habitat. Em resumo, Mumford deseja uma cidade ao mesmo tempo mais urbana e mais rural que as propostas apresentadas pelos modelos progressistas.

¹⁹⁴ Devemos a Geddes a criação de conceitos urbanísticos ou críticos que se tornaram clássicos: *conurbação, era paleotécnica e neotécnica*.

¹⁹⁵ “...Como Bergson ensina, as ideias são tão-somente segmentos arbitrariamente tomados de vida; o movimento é a essência da vida. O movimento vital da cidade perpetua-se modificando o ritmo imposto pelo génio do local, e retomado pelo espírito do tempo...” Choay, F. (2005). ob. cit, p. 278. (a tradução é nossa).

¹⁹⁶ Tal como Geddes vê a cidade como um centro nevrálgico. Dá ao problema do urbanismo todas as suas dimensões culturais e históricas e recusa-se a fechá-lo num quadro exclusivamente técnico. Choay, F. (2005) Ob. cit.

¹⁹⁷ Mumford, L. (1996). *The Culture of Cities* (p. 306). USA : A Harvest Book. Copyrighted Material.

- O ponto de vista da higiene mental: defesa e ilustração do asfalto

Uma outra tendência da crítica humanista estuda a aglomeração urbana do ponto de vista das suas ressonâncias sobre o comportamento humano. O conceito central é o da *higiene mental*. A integração do comportamento humano no espaço urbano estava essencialmente ligada à presença de um certo *clima existencial*, que os urbanistas progressistas ainda não tinham considerado; um planeamento higiénico e uma distribuição racional do espaço são em si incapazes de assegurar aos habitantes o sentimento de segurança ou de liberdade, a riqueza na escolha das actividades, a impressão de vida e o elemento de distracção necessários à saúde mental e sua repercussão na saúde física.

Segundo Jacobs (1961) aos espaços vazios e aos espaços verdes, que são espaços mortos e muitas vezes mortais¹⁹⁸, opuseram-se espaços que funcionam e a que se daria o nome de *espaços activos*. O vazio gratuito é fonte de angústia e o verde pede para tomar forma e ser localizado em pontos *estratégicos* (Duhl, 1963). O espaço fragmentado, que aboliu a *rua*, revelou-se fonte de dissociação e desintegração mental; a uma forte estruturação da cidade corresponde uma forte estruturação psíquica dos habitantes.

Sublinhar o papel social da rua pode levar a uma preferência, nos jogos das crianças, pelas calçadas aos jardins públicos; temer a intimidade entre vizinhos, reinante nos subúrbios, pode fazer com que não se avalie bem o carácter angustiante do anonimato nas grandes cidades. Certos autores, como Jane Jacobs¹⁹⁹, chegam a opor à *cidade-jardim* e à *cidade-radiosa* a imagem ideal de uma espécie de *casbah* modernizada e multiplicada por tantos bairros quanto necessário.

¹⁹⁸O estudo das estatísticas mostra o uso dos parques feito por bandos de crianças delinquentes e o perigo que representam espaços verdes muito grandes e desertos, Jacobs (1961) faz uma série de sugestões sobre a sua localização (como pontos entre dois bairros animados, por exemplo) e a sua qualificação funcional (necessidade de organizar ali instalações desportivas e elementos de atracção particular).

¹⁹⁹Graças a livros de grande difusão como *The Death and Life of Great American Cities* de Jane Jacobs, o ponto de vista da higiene mental teve uma repercussão prática nos Estados Unidos, onde inspirou a remodelação de vários centros de grandes cidades.

- Por uma análise estrutural da percepção urbana

O ponto de vista da higiene mental está ligado a uma psicologia do comportamento; considera-se a ressonância da morfologia urbana sobre o comportamento humano, pondo-se, por exemplo, em evidência uma ligação de causa e efeito entre os espaços abertos amorfos e a delinquência das populações infantis que eles recebem. Mas a crítica pode abandonar essa exterioridade, colocar-se na perspectiva da consciência, estudar como a cidade, enquanto entidade material, é percebida pelas consciências que a habitam. Essa abordagem metodológica situa-se de certa forma no oposto da construção do modelo.

Esta abordagem foi essencialmente desenvolvida nos Estados Unidos. Limitada à percepção visual (na medida em que esta pode ser isolada do contexto cultural), foi objecto de aplicações práticas, especialmente em certos sectores do projecto de remodelação de Boston, sob a direcção de Lynch. As pesquisas sobre a *percepção da cidade* tiveram como primeiro resultado o esclarecimento da sua *especificidade*. Por sua vez à especificidade da percepção *urbana* está ligada uma série de noções complementares. É antes de tudo, como o seu corolário normativo, o conceito de *legibilidade*²⁰⁰. A organização de uma aglomeração é satisfatória quando é facilmente legível, o que não é o caso dos exemplos progressistas, difíceis de estruturar, em grande parte devido à sua gratuidade de implantação.

A explosão demográfica e migratória dos anos 50 e 60 significou uma vontade de mudança social que se expressou no aparecimento de fenómenos metropolitanos incipientes. O imprevisto e a falta de referências em relação ao problema dos novos crescimentos enquanto espaços de desenvolvimento descontínuo e à margem das próprias fronteiras administrativas vai produzir, de modo acelerado, um aglomerado tentacular onde a habitação social, as zonas industriais e os enclaves marginais, vão

²⁰⁰ “Afirmamos que a legibilidade é crucial para a disposição da cidade; analisamos os seus elementos e tentamos mostrar como semelhante conceito pode ser utilizado para a reconstrução das nossas cidades”. Lynch, K. (1998). *La Imagen de la Ciudad* (p.11). Barcelona: Gustavo Gili. (a tradução é nossa).

construir *a outra cidade* que, de forma imprevisível, impõe a sua presença como uma nova expressão descontínua e conflituosa do espaço periférico.

Este tipo de crescimento, nunca entendido e sempre considerado um fenómeno patológico não desejado, determina o surgimento de uma legislação e um planeamento activo e beligerante para a sua contenção. Esta política urbana tanto pelas suas consequências como mais ainda pela sua ineficácia produziu, só por si, uma maior malformação do espaço periférico.

A partir dos anos 80 a maturação metropolitana traz consigo um crescimento expansivo da área o que torna o crescimento nas periferias mais dinâmico que o núcleo central. As transformações que no plano económico e social incidem nas populações urbanas nos anos 80, uma vez superada a crise económica, são o resultado dos novos sinais de identidade para uma sociedade emergente. Paralelamente, e na mesma década, a recessão económica e a paralisação dos fenómenos migratórios vai favorecer o surgimento de uma crítica destes processos de desenvolvimento assim como das intenções de recuperação e apropriação da cidade herdada. A eficácia da nova urbanística e a ênfase sobre o projecto de arquitectura urbana, como forma de entender e intervir na cidade, significa um conceito de espaço urbano sobre o qual é interessante reflectir, não só pelo seu valor mas também pela sua limitação, para encontrar o sentido da cidade fragmentada e carente de identidade. Ainda nesta década as políticas urbanas definiam a cidade como conceito, não se centrando, contudo, nas suas perspectivas de futuro. Preocupadas com o seu trabalho regenerador, não foram conscientes das mudanças que se estavam a gerar e que viriam a eclodir já na década de 90.

Mudanças tecnológicas e sociais muito profundas preparavam um novo marco de referências, onde os processos de metropolização avançada e tendências de dispersão modificavam o cenário da cidade. Esta situação complicava-se perante as políticas e dogmatismos rotineiros que eram incapazes de avaliar a dimensão e o alcance da nova realidade.

Também a revolução nos transportes, nas comunicações e no acesso à informação, constituiu o início de uma nova cultura, que exige ao homem um novo comportamento no que diz respeito ao espaço e à construção de uma nova cidade onde as periferias são

protagonistas, dentro de uma nova forma de entender e valorizar a paisagem do espaço urbano²⁰¹.

A nova cidade surge como resposta a uma nova sociedade, relação que nos interessa analisar, já que estes vínculos de dependência vão transcender a actual paisagem do espaço urbano e a sua futura evolução. A nova sociedade de consumo, da informação ou sociedade de serviços e, de forma mais genérica, sociedade pós-industrial ou pós-moderna, está a construir um novo marco urbano em resposta às suas exigências e, portanto, uma nova paisagem que ultrapassa os pressupostos convencionais da cidade herdada e que, por constituir uma das dimensões mais tumultuosas da cidade actual, se quer novamente multifuncional.

Não obstante, e ainda dentro do protagonismo da paisagem como exigência de qualidade de vida da nova sociedade, a imagem que oferecem as actuais periferias põem em evidência patologias e contradições não superadas, cada vez mais complexas e conflituosas. Patologias que, como o caso dos problemas ambientais, produzem efeitos que ultrapassam, inclusivamente, o próprio âmbito do espaço urbano de carácter globalizador e sem limites definidos.

Como vimos, as periferias urbanas surgiram através de estruturas exteriores não assimiláveis nas áreas urbanas consolidadas e acompanharam a construção da cidade por razões diversas:

- Em primeiro lugar pela própria dinâmica de crescimento e expansão do espaço urbano que foi colonizando, de forma parcial, sectores mais ou menos amplos e próximos da sua envolvente. Sempre existiram nas cidades áreas periféricas em processo de consolidação que, originalmente com carácter de subúrbio e, posteriormente de carácter metropolitano, permitiram manter esta dinâmica de expansão.
- Em segundo lugar e, independentemente dos processos de crescimento urbano, pelo facto destas tramas periféricas terem que acolher um conjunto importante

²⁰¹ Echevarria enuncia assim a transformação:

Desde o ponto de vista metropolitano, os aeroportos, estações de autocarros e de caminhos-de-ferro, juntamente com os seus diversos cinturões de auto-estradas, vão desempenhando o papel das antigas portas de entrada da cidade e dos caminhos e vias que levam a ela.

Echevarría, J. (1994). *Telépolis* (pp. 18-19). Barcelona: Ed. Destino. (a tradução é nossa).

de funções e de usos urbanos, unicamente operativos em determinada situação na periferia, que constituíram elementos-chave para o entendimento da cidade. Isto é, na cidade, as periferias tornaram-se fundamentais pelos seus espaços vazios e não colmatados, como único local possível para múltiplos usos e actividades sem cabimento no tecido urbano denso. Também a sua acessibilidade vai torná-las, naturalmente, a situação ideal para acolher os processos de crescimento e transformação do espaço urbano.

Independentemente das forças que condicionem a cidade do futuro, as periferias metropolitanas hoje herdadas são o resultado de um sistema polinuclear de crescimentos suburbanos que, parcialmente unidos entre si, ocupam de forma descontínua o território deixando, mais ou menos provisoriamente, zonas rurais não ocupadas e, inclusivamente, núcleos isolados, de baixo nível na hierarquia do dimensionamento, que podem ficar à margem dos processos de crescimento. Este cenário sintetiza a paisagem resultante nos processos de metropolização, mesmo quando integra velhos episódios suburbanos, ainda latentes e conflituosos, como resultado de atitudes segregadoras que, já desde os princípios do século XX e ainda antes, expulsava das áreas centrais populações de rendas baixas assim como todo o tipo de actividades não desejadas. No outro extremo social, e também desde uma fase inicial, os espaços periféricos caracterizam-se por acolher populações com níveis de rendas altas, devido a razões de prestígio social e também pela qualidade paisagística da envolvente. Neste sentido, as periferias revelaram-se como as mais eficazes segregadoras sociais da história da metrópole deste século.

Se as periferias vão ser o suporte quotidiano da vida do homem neste terceiro milénio, na sua diversificação e análise vai centrar-se, em grande medida, o estudo das patologias e carências da paisagem (Sierra, 2003; S. Marot, 2003); situação que nos vai permitir referir-nos a um *laboratório da periferia*, ou seja, a considerar a periferia como um espaço aberto ainda à procura da sua identidade. Poderá constituir o espaço de inovação e de investigação mais activo da cidade, na busca de construir lugares para o novo espaço urbano, não só em relação à arquitectura, mas também relativamente ao contexto social e cultural. Todos os grandes paradigmas em que se fundamentou a

transformação da cidade: a cidade jardim, a cidade linear, os *ensanches*, etc., são expressão desta realidade e respondem a situações e referências onde tomaram forma os episódios mais inovadores da arquitectura e da urbanística na construção da cidade contemporânea.

Os desenvolvimentos periféricos vão constituir um sistema urbano-industrial onde, a vertente residencial vai depender, em tudo, dos serviços ainda quase sempre centralizados no coração da cidade, inclusivamente para os serviços quotidianos. Esta situação significa um *status* de dependência característico desta fase da construção metropolitana. Por último, é importante ressaltar o facto de que os desenvolvimentos suburbanos periféricos convivem inicialmente com explorações agrícolas que dificilmente mantinham a sua vitalidade produtiva; assim o abandono da exploração por pressão do espaço urbano constitui um dos factores mais significativos da degradação da paisagem que nos permite reconstruir as quebras principais da paisagem, nestas periferias.

Segundo Bru (2001) existe periferia quando o uso e o significado da cidade se desequilibram²⁰². Failla (2002), por sua vez, refere-se aos lugares (*não lugares*) da periferia pela falta de uso ou pela falta de forma. A periferia é um conceito e um território indefinido, principalmente quando tenta abarcar o vazio dos *não lugares* que contém.

Sierra (2003) refere ainda que, morfológicamente, não se deve entender o conceito de periferia exclusivamente como um estado transitório que tem como único fim a sua transformação em cidade compacta. A nova cidade dispersa criará o espaço urbano da dispersão como valor e como lugar para a vida do homem.

Acerca dos limites da cidade (e da periferia) Bru (2001) explica que os limites da cidade não são praças, nem ruas, nem parques, mas sim superfícies lisas, enrugadas ou em mancha, de onde unicamente se podem apreciar distâncias e dimensões. Pensar a identidade da cidade e da sua periferia é pensar na sua dimensão, na sua escala e sobretudo nos seus limites.

²⁰² No entanto, e segundo o mesmo autor, esta instabilidade não deve ser interpretada como uma falta, mas sim como um sinal positivo, próprio da vitalidade urbana actual.

Segundo este autor, corroborado por Marc Augé e Pablo Failla, e em contraste com a violência dos conflitos limítrofes das cidades históricas, os limites de muitas das cidades contemporâneas caracterizam-se pela violência do neutro. No meio do vazio, a transgressão ou evasão ficam reduzidas a inscrições em panfletos publicitários. Para além disso, disfarçados de estacionamento, de áreas residenciais, de parques urbanos, estes espaços intersticiais escapam ao observador que muitas vezes se deixa enganar por uma *ordem* induzida por uma trama. Um traçado no solo que neutraliza todo o tipo de preexistência capaz de gerar hierarquia de valor e, independentemente da geografia que se estende infinitamente. Não importa como se faz. O importante é que a trama estabeleça todas as regras para que o espaço urbano se converta numa estante, onde se podem expor objectos de consumo que conttenham, dirijam e distraiam a atenção dos utilizadores. Assim sem dar-se conta o utilizador entra e sai aceleradamente da cidade guiado por uma série de informações publicitárias que torna impossível captar a presença de algum limite. À luz da definição de paisagem de Assunto²⁰³, a cidade e a periferia deixam de ser paisagem uma vez que não há lugar para a experiência.

Ainda sobre os limites, e com o qual concordamos, também Penelas (2007) refere que nas cidades *sobre-modernas* se estão permanentemente a produzir novos limites, entendendo-os no sentido dinâmico em relação à globalização como processo permanente de transformação, e que impede que sejam recordados de forma muito efémera. No entanto, também neles se produz uma transformação do conceito de lugar, afectando tanto o individual como o colectivo; onde o entendimento tradicional e canónico do imutável deriva até ao mutável - onde as identidades se reproduzem instantaneamente em novas situações determinadas.

A maior parte das grandes metrópoles europeias entraram numa dinâmica de difusão no espaço, segundo um processo do qual ainda desconhecemos as suas últimas consequências. Actualmente, nas grandes cidades da Europa, está a surgir uma dinâmica de crescimentos periféricos que se situam para além dos processos de dispersão vinculados em situações de metropolização avançada, que já se tinham vindo a

²⁰³ Veja-se p. 67 deste trabalho.

verificar, em algumas áreas, nos anos 80. Estas novas tipologias de crescimento difuso estão vinculadas às novas redes de comunicações e acessibilidade à informação²⁰⁴.

À margem das utopias das cidades difusas como horizonte previsível ocorreram efeitos de dispersão que indicam, pela sua complexidade, estar vinculados a um novo tipo de cidade que conceptualmente se distanciava dos esquemas metropolitanos.

Nas grandes e médias cidades europeias, surgiram áreas urbanas muito coesas que equilibraram o seu poder com o do centro metropolitano, configurando uma imagem porosa mas articulada, cujo conjunto se designou como *Nova Cidade Dispersa* ou *Tecnocidade Dispersa*²⁰⁵.

Não tem sido um processo fácil, o reconhecimento das periferias como parte integrante da cidade. Frequentemente, a parte *pobre* do espaço urbano, tem servido de gueto, segregação social, lugar de marginalização e de habitação precária; lugar para actividades não desejadas, confusas e degradantes, vertedor de resíduos, espaço mal acolhido e precariamente urbanizado, lugar de carências, de falta de serviços, equipamentos ou transportes. Os impressionantes crescimentos dos subúrbios, gerados pelas grandes cidades industriais, no princípio do século XX, puseram em evidência este carácter marginal do espaço periférico, carente de toda uma atitude formalizadora ou preocupação ecológica e ambiental. Contudo, para além da conflituosidade inerente a estes primeiros desenvolvimentos do espaço dos subúrbios, as periferias foram, e continuam a ser, lugar de crescimento e de expansão da cidade contemporânea tendo, neste sentido, protagonizado experiências renovadoras de grande valor. A sua expansão

²⁰⁴ A expressão de difusão deixa de estar exclusivamente referida a efeitos de localização territoriais desvinculados das convencionais dependências polarizadoras que acontecem nos campos de influência urbano ou metropolitano. Estes efeitos de difusão só são explicáveis como resultado de vínculos não expressamente materializados nas infra-estruturas convencionais.

²⁰⁵ Dentro desta estrutura descontínua e dispersa produziram-se, de forma mais ou menos acelerada, processos de descentralização centro-periferia que, por eles próprios, definiram um cenário de transformação que não é explicável por leis convencionais de polarização metropolitana. Nesta nova *Tecnocidade* pretende-se ver um processo de homogeneização horizontal, como resultado de uma tendência de globalização económica onde a localização e a decisão dos processos económicos se realizam em pontos da rede global desvinculados dos seus valores territoriais ou urbanos locais, já que estas particularidades não incidem na natureza dos processos que circulam na Rede. Sierra, P. (2003). *Periferias y Nueva Ciudad – El Problema del Paisaje en los Procesos de Dispersión Urbana* (p. 81). Sevilla: Universidad de Sevilla, DUOT – Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio.

e diversificação são fenómenos que adquirem cada vez mais um maior protagonismo na evolução urbana do nosso tempo.

Relativamente ao maior ou menor afastamento e conseqüente relação com a cidade dita tradicional, podemos considerar que, na sua mais estreita relação com as áreas centrais urbanas, o âmbito periférico do subúrbio constitui um primeiro campo de especial interesse na construção da nova cidade. A sua conflituosidade e o seu muito provável nível de degradação configuram uma periferia onde a carência de valores urbanos, paisagísticos e sociais determina o seu carácter. Um segundo âmbito conceptual está nas periferias metropolitanas em transição, caracterizadas pela sua descontinuidade e por constituir suporte às novas e potentes redes metropolitanas. Consiste no contorno periférico onde hoje se continua a construir um novo *habitat* disperso ao serviço da nova sociedade emergente.

O último âmbito periférico situar-se-á nas designadas áreas *rururbanas*, também conhecidas por *cidade-natureza*, *forma urbano-campestre*, ou *campo urbano*. Estas definições correspondem, de um modo geral, a áreas transformadas por impactos mais ou menos difusos, induzidos por actividades e comportamentos da nova sociedade urbana pós-industrial, que exigem espaços que extravasam as fronteiras (imprecisas) do espaço urbano.

Sierra (2003) utiliza o termo *áreas rururbanas*²⁰⁶, ou *urbanização rural difusa*, referindo que se percebe, ainda, o quadro mental da velha dicotomia rural/urbano ou cidade/campo - os campos e as cidades mudam mas o discurso parece fixar-se em paradigmas ultrapassados. As áreas *rururbanas* sem perder o seu carácter de paisagem agrícola ou rural mantêm alguns vínculos de pertença com a Tecnocidade. Yves Chalas chama às áreas que apresentam estas características a *Cidade Natureza* que se estende, descontínua, abrangendo a *natureza* e o campo. Não se refere à cidade *verde*, de jardins e parques. É a própria agricultura, que pela adopção de modos de vida urbanos e pela interpenetração territorial, integra a cidade²⁰⁷. Carvalho (2003) adopta a denominação

²⁰⁶ Expressão criada em 1976 por Gerard Baner e Michael Roux (Carvalho, 2003).

²⁰⁷ Citado em Carvalho, (2003). *Ordenar a Cidade* (p. 34). Coimbra: Quarteto Editora.

de *forma urbano-campestre*²⁰⁸ para uma ocupação periurbana dispersa, caracterizada pela presença dominante de habitação unifamiliar dispersa e isolada e pela persistência de áreas agrícolas e florestais, onde a cidade e o campo se misturam e interpenetram em torno das antigas cidades contínuas.

Pierre Donadieu avança com o conceito de *campo urbano* que corresponde à paisagem agrícola periurbana que surge do fenómeno da fragmentação do espaço agrícola, construído lentamente dentro de uma cultura rural e que é agora assaltado por numerosas actividades, novas práticas sociais e económicas. Nesta paisagem, estão a delinear-se indícios de uma nova ecologia de território e sociedade, em parte dependentes da cultura urbana e em parte da rural, mas em muitos aspectos portadores de uma proposta inédita de sustentabilidade e de novas formas de espacialidade que conduzem a um retorno à multifuncionalidade perdida.

Donadieu refere a construção de uma nova cidade segundo o auspício Mumfordiano de *pensar uma cidade mais urbana e mais rural*. No contexto urbano reconhece o valor cultural no qual se afirmam novos valores sociais de colectividade e solidariedade, lugar privilegiado onde se representa o direito de cidadania e de viver. É a cidade que propõe a experiência do *convívio* como palco para a gestão da contradição, mas também para a recriação a vários níveis. O campo urbano, não quer renunciar à ambiguidade de um espaço que resulta da articulação de planos com um significado entre a natureza, a urbanidade e a ruralidade.

Relativamente aos termos enunciados consideramos que o *campo urbano* de Pierre Donadieu é o mais correcto quando se pretende a integração, adaptação e ganho de uma identidade da sociedade periurbana, muitas vezes em risco de se alienar e perder o sentido de pertença a uma comunidade ou a um lugar. O que distingue este conceito dos restantes é o rito de apropriação do espaço transformando-o num lugar habitável²⁰⁹.

²⁰⁸ "... Preferiu vincar-se o seu carácter de cidade. E o termo "campestre" reflecte (ou assim o considerámos) uma visão urbana do campo". Carvalho, J. (2003), ob. cit, p. 189.

²⁰⁹ "Para que o espaço agrícola periurbano se transforme em campo urbano é necessário que a população que o ocupe partilhe a alegoria e a cosmogonia através de um rito de apropriação que o transforme num território habitável". Mininni, M. (2006). *Abitare il territorio e costruire paesaggi* (p. XXII). In : P. Donadieu (Ed.) *Campagne Urbane, Una Nuova Proposta di Paesaggio della Città*. Roma: Donzelli Editore. (a tradução é nossa).

O *campo urbano* é então um projecto que se constrói perseguindo uma ideia de aperfeiçoamento contínuo do repertório colectivo, vivido entre uma superfície topográfica e uma população que se instala numa nova ideia de espaço, contribuindo para a construção de um espaço de paisagem multifuncional e integrador.²¹⁰

2. A PERIFERIA E OS PROCESSOS ECONÓMICOS

Verificam-se hoje nas cidades contemporâneas, fenómenos dificilmente explicáveis pelas leis convencionais da geografia ou da urbanística. As leis da polaridade e da dependência ajustadas a modelos gravitacionais nas tensões centro – periferia parecem ter perdido a sua vigência nos novos desenvolvimentos urbanos.

O crescimento económico vem, inevitavelmente, acompanhado de mudanças tecnológicas nos sistemas de produção e também de distribuição que, em maior ou menor medida, induzem transformações na cidade em geral e, mais particularmente, nas periferias urbanas que vão ter que assumir, de uma forma protagonista, as consequências destes impactos. A periferia, neste sentido, tem sido e é a parte da cidade mais receptiva às mudanças e mais versátil às adaptações a novas formas de produzir e de distribuir e, portanto, às transformações que vão ocorrer. Este vínculo da periferia ao crescimento económico está intimamente relacionado com a competitividade como razão justificadora da forma urbana.

A articulação entre a *sociedade de serviços e o fenómeno periférico* estabelece-se como consequência da manifestação de um processo que se vincula ao desenvolvimento de uma economia orientada pelo consumo e que exige serviços para a aquisição e manutenção de bens.

O primeiro paradoxo que se instala na actual regulação dos problemas urbanos está no facto de que, hoje, o desenvolvimento que se verifica é resposta à implantação de políticas económicas e sociais de carácter claramente neoliberal. Isto implica que a regulação dos novos problemas urbanos se faça de um modo coerente desde os próprios

Esta apropriação do espaço tornando-o habitável é idêntica à transformação de um não-lugar em lugar, defendida por Marc Augé.

²¹⁰ Vejam-se pp.217-224, deste trabalho.

fundamentos neoliberais onde há que inscrever estes mecanismos reguladores. A fragmentação da cidade, por razões de oportunidade, vem impor uma lei nem sempre explícita perante certos interesses também nem sempre explícitos verificando-se, em muitas ocasiões, as zonas mais privilegiadas da cidade verem sacrificadas as suas expectativas em relação a falsas necessidades criadas pela economia de mercado.

Os novos espaços periféricos, que surgiram como resultado dos acelerados processos de dispersão, funcionaram como cenário natural e próprio de uma nova sociedade pós-industrial relacionada com uma cultura da pós-modernidade, que tem a sua explicação não só nas transformações do território, mas também na forma de entendê-lo, percebê-lo e utilizá-lo. A título de exemplo gostaríamos de referir que a partir da pós-modernidade, acabaram os relatos, as viagens épicas, as epopeias: partir já não significa um desvanecimento da existência, já não implica morrer um pouco na singularidade restringida da modernidade. Segundo Lyotard, a atitude pós-moderna define-se, entre outros aspectos, como a incredibilidade frente aos grandes relatos²¹¹.

Pode-se então referir que a paisagem periférica é o testemunho das mudanças que a nova sociedade desenvolvida introduziu no território. Também os espaços intersticiais das hiper-cidades da sobre-modernidade adquirem, assim, um novo olhar: a ligação psicológica permite fazer-se consciente da sua constante disponibilidade para o seu uso em qualquer momento. O realmente importante não parece que seja tanto a sua utilização, como o facto de poder ser utilizados, uma vez que a tecnologia e os meios de comunicação actuais o permitem instantaneamente. É a sua condição de disponibilidade permanente que representa um primeiro passo até ao entendimento dos *super-lugares*. Os vazios intersticiais *sobre-modernos* entendem-se, então, como polimorfos, indiferentes, moduláveis, neutros, donde se desprendem livremente mensagens

²¹¹Lyotard descreve deste modo as mudanças que se produzem através do que chama *crise dos relatos*:

...o recurso aos grandes relatos está excluído...o pequeno relato mantém-se como forma por excelência que se apoia na invenção imaginativa e, desde logo, na ciência". "Originalmente, a ciência está em conflito com os relatos. Medidos pelos seus próprios critérios, a maior parte dos relatos revelam-se fábulas. Mas, uma vez que a ciência não se reduz a enunciar regularidades úteis e procura o verdadeiro, deve legitimar as suas regras do jogo. É então quando se mantém sobre o seu próprio estatuto um discurso de legitimação, e se chama filosofia.

Lyotard, J. (1994). *La condición postmoderna* (p. 109). Madrid: Ediciones Cátedra. (a tradução é nossa).

informativas, polivalentes, sem emitir significados autónomos, sem evocar atmosferas concretas, sem poesia nem beleza aparentes, despojados de qualquer carácter individual ou próprio, transformáveis e preparados para acolher a transitoriedade.

Os fenómenos de dispersão urbana e a sua estabilização como novo lugar para habitar estão a fazer com que surja o que se designou como cultura da pós – modernidade, onde o espaço da periferia se pode considerar a representação da desmaterialização da história. O espaço periférico, de uso imprescindível, nasce onde a memória histórica da cidade não tem validade, numa envolvente que podemos dizer estar abolida. Acerca da memória, refere Penelas (1997) que “os vazios residuais urbanos, entendidos como arquitectura, deixam de ser lugares porque, simplesmente (ainda que de maneira desconcertante), não se recordam ou o que se recorda é tão efémero, que nem sequer parecem existir razões para que sejam recordados”²¹². Se, por um lado, este facto pode sugerir uma situação de inusitada estranheza, por outro parece lógico na positivista colectividade social contemporânea, em que as cidades mudam a uma grande velocidade. Nesta perspectiva toda a cidade se poderá entender configurada como uma grande abertura, como um grande interstício contínuo, sem solução de continuidade, onde se produzem anónimas deslocações. Não há entradas, mas há chegadas. Não há portas, mas há filtros contínuos de deslocações, como se de uma cidade de Italo Calvino se tratasse²¹³.

A sua estruturação produz-se por leis diferentes das que até agora configuravam a cidade. O entendimento destes espaços é, para o indivíduo, um ponto de referência com que forçosamente deve conviver. Um dos factores que mais polarizou as peculiaridades da nova sociedade emergente é o que produz, pelo seu vínculo com um facto determinante entre todos os que terão tido influência: o consumo como ideologia e princípio de vida.

²¹² Penelas, J. L. (2007). *Superlugares – Los Espacios Inter-Media* (p. 21). Madrid: Editorial Rueda S.L.

²¹³Veja-se a descrição de Italo Calvino:

Em Maurflia, o viajante é convidado a visitar a cidade e ao mesmo tempo a observar certos velhos postais ilustrados que a representam como era dantes: a mesma idêntica praça com uma galinha no lugar da estação dos autocarros, o coreto da música no lugar do viaduto, duas meninas de sombrinha branca no lugar da fábrica de explosivos ...

Calvino, I. (2002). *As Cidades Invisíveis* (p. 33). Lisboa: Editorial Teorema.

É do conhecimento geral que a cultura do espaço periférico está intimamente relacionada com a actual cultura de consumo. Se o programa moderno contemplava como paradigma o trabalho, o ócio, as deslocações e a residência, o programa contemporâneo aglomera todas estas actividades em volta do *shopping*. Não só a cidade, mas também os seus limites e o seu espaço público converteram-se num objecto de consumo. Sierra (2003) afirma que o consumo sempre existiu mas nunca com o carácter dos tempos actuais constituindo o padrão de vida das nações desenvolvidas. Também Failla (2002) refere que o convite ao lazer, ao descanso ou ao percurso, não demonstra qualquer interesse aos olhos de uma sociedade que começa a acostumar-se a olhar a cidade como se fosse um catálogo de produtos de consumo.

Um utilizador comum não espera sentar-se numa praça e nada fazer, o seu objectivo para estar ali deve ser concreto. Justifica-se então que muitos espaços públicos indeterminados programaticamente durante as 24h do dia se tenham transformado em lugares sórdidos, onde o único programa é a violação, o vandalismo, o tráfico e o consumo de drogas. Portanto, nos limites da cidade, o espaço público coincide com a amplitude horária e espacial dos *shopping centers*, sem que nenhuma outra alternativa seja capaz de atrair, pelo menos, uma parte da sua afluência. Ainda porque a sua estrutura reforça-se, frequentemente, com novos programas, nomeadamente cinemas, discotecas, bares, piscinas, ginásios e campos de golfe que atraem inúmeros utilizadores.

Se nos apresentam a nova sociedade como a *sociedade do ser* frente à sociedade do *estar* e do *ter*, esta sociedade significa, por necessidade, um compromisso com a implantação do ócio. De facto, o ócio enquanto valor significa uma conquista irrenunciável; inclusivamente o aparecimento forçado do ócio em massa deveria situar-se, também, numa dimensão económica rumo à estabilização da sociedade de consumo. Este vai ser, em dúvida, um dos compromissos a assumir pela nova cidade da dispersão. Entre as razões que incidem nos fenómenos de dispersão urbana, é quase inevitável referirmo-nos aos processos de globalização económica no mundo. O termo *globalização económica* designa um fenómeno de nova divisão do trabalho à escala mundial, não se baseando no produto mas sim no processo de gestão. A descentralização como princípio para diminuir custos é uma constante.

No mundo da globalização, as periferias vão assumir funções de produção e gestão nas quais se vai fundamentar a base económica da cidade; no entanto, o valor desta cidade, dentro dos sistemas urbanos, vai estar na imagem e no prestígio da qualidade que as suas áreas centrais podem oferecer.

A globalização propicia uma distribuição dos processos produtivos que coloca determinadas actividades nuns locais, enquanto limita o crescimento de outras. O certo é que não coloca todas as actividades a um mesmo nível territorial, selecciona sim cada situação dentro das leis económicas. A globalização está a criar *modelos de segregação à escala transnacional, à escala planetária*²¹⁴. A escala planetária tem a sua origem no conceito de globalização: não significa medida, nem dimensão (unívocas), mas sim capacidade de relação (ambivalente). O conceito de planetário associa-se ao universal, aos acontecimentos que se desenvolvem no âmbito globalizado: *A globalização do sistema financeiro* (dentro do que se denominou *capitalismo avançado*) é um dos factores mais incertos e determinantes das novas organizações urbanas contemporâneas: nelas o capital pode operar instantaneamente à escala global resultando dela a desvalorização progressiva das delimitações espaciais da actualidade.

De forma paralela a este processo de deslocalização das estruturas produtivas, as cidades evoluem, então, de uma forma dinâmica e escorada (esquinadas, direccionadas, enviesadas ou desaprumadas), convertidas em pólos de atracção mais ou menos eficazes cujo êxito depende da capacidade e da qualidade da oferta de determinadas facilidades, que possibilitam, assim, o desenvolvimento da actividade cultural e produtiva. Esta tendência constitui um dos maiores factores de reinterpretação da disciplina urbana e ilustra o caminho de uma compreensão *hermética* da cidade centrada na sua materialização física e na sua morfologia para uma compreensão mais holística (e

²¹⁴ Veja-se a ideia e a dimensão de escala avançadas por Penelas:

Do mesmo modo que os sistemas dinâmicos que regem o universo (e as geometrias complexas das estruturas a eles associadas) propiciam possíveis relações de zoom entre si (como fenómenos recursivos de aumento e desenvolvimento). Interessam aqui aquelas configurações (ou disposições) abertas que não se inscrevem em nenhuma escala: ou melhor, que alteram a ideia de escala remetendo, assim, para a própria natureza difusa das envolventes contemporâneas soando flexíveis e sem prejuízo com e entre as suas surpreendentes (e ambíguas) manifestações. Também, desde este ponto de vista, a escala é a acção e o efeito de uma arquitectura que distingue limites, que se dissolve. Todo o espaço desta arquitectura seria um espaço intermédio.

Penelas, J. (2007). *Superlugares – Los Espacios Inter-Media* (pp.68-69). Madrid: Editorial Rueda S.L. (a tradução é nossa).

estratégica) capaz de abarcar essa dimensão sistemática, não linear e plural da sua actual complexidade.

O conceito vertiginoso de escala planetária está incrustado hoje na simultaneidade generalizada, na superabundância de acontecimentos, nas múltiplas deslocções, nas transformações aceleradas do mundo contemporâneo. É a impregnação da presença da velocidade na definição das nossas vidas. O conceito do planetário, aqui, associa-se aos sinónimos relativos ao universal e ao mundial. Aos acontecimentos que se desenvolvem no âmbito do nosso planeta. Também o conceito de superescala planetária, proposto por Penelas (1997) instalou-se na concepção dos vazios residuais das cidades de hoje reproduzidas no planeta. Estas características, no conglomerado da planetarização, fazem com que as cidades desenvolvam perfis e evoluções semelhantes: são clones de clones. Todos os espaços parecem repetir-se. Qualquer cidade, qualquer arquitectura, qualquer parque ou jardim, poderia desenvolver-se em qualquer sítio do planeta: super lugares em processo de planetarização? Intervenções como o parque, em Arteplage Yverdon-Les-Bains de West 8, realizado para a Expo Suíça (2002), falam de dunas artificiais, materiais têxteis com flores impressas, instalações audiovisuais, dentro do conceito de uma paisagem temporal em que se falaria de uma *naturarquitectura* - Códigos sobrepostos à codificação da natureza (Figura 22).

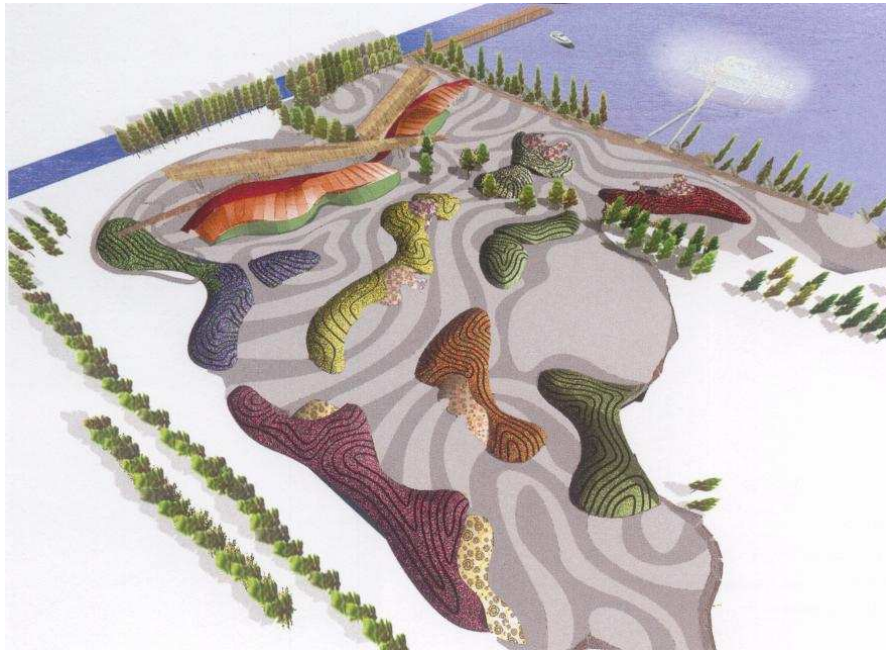


Figura 22 - Expo 02 - Yverdon-les-Bains. Plano de modelação do terreno. Fonte: West 8. (2007). p. 51.

A cidade futura poderia, em teoria, situar-se entre duas tendências extremas, e adotar também situações centradas entre as duas situações limites, partindo da capacidade de adaptação que os distintos desenvolvimentos urbanos tiveram perante os novos reptos tecnológicos:

- Num extremo estaria o que convencionalmente se entende como *Cidade Dispersa*, onde se supõem uns resultados de descentralização económica, em profundidade. Descentralização que não só ficaria referida às economias de grande escala mas também, graças à microelectrónica, às economias de pequena escala²¹⁵. Como sabemos a equação *actividade económica – dimensão urbana* pode já não ser tão decisiva. Interessa sim a oferta de melhores condições a mais baixo custo. A velha equação onde pesavam economicamente os factores de acumulação e as economias externas vai perder o seu enorme poder no novo mundo das redes de informação e comunicação.

Dentro deste novo panorama parece-nos evidente que as periferias vão *ganhar* esta guerra de competências, pelas suas melhores condições de adaptação a todo o tipo de novidades e a sua menor exigência de custos de implementação/localização. A cidade contemporânea significa, em muitos casos, a prática da dissolução das estruturas urbanas compactas e um crescimento periférico tanto suburbano como de *campo urbano*, que constrói uma paisagem territorial muito característica que já começa a definir-se em determinadas áreas especialmente desenvolvidas. Esta linha de pensamento onde se aposta num futuro de *rururbanização* e de dispersão periférica, é particularmente forte nos Estados Unidos, onde se pode ver com clareza, o efeito prático deste processo, e onde se verifica, em certos sectores altamente qualificados, uma especial aversão a situações que não admitem localizações que não ofereçam *standards* ambientais elevados e que permitam uma alta qualidade de vida. Desta forma os efeitos desagregadores e descentralizadores produziriam um campo tecnológico sub-urbanizado onde, apesar de se verificar uma menor tradição, as empresas

²¹⁵ Pequenos estabelecimentos, produtivos ou de serviços, podem descentralizar-se com facilidade graças à informática sem perder acesso aos fluxos de informação necessários à sua actividade.

tenderiam a situar-se nos lugares das periferias pela sua melhor qualidade ambiental.

- No outro extremo e a partir de considerações muito distintas, está o modelo que se centra na expressão que Gottman (citado em Sierra, 2003) estabeleceu, nos anos 80, como *Cidade Invisível*, no âmbito de uma reflexão sobre os valores da cidade compacta e a sua permanência numa dimensão de centralidade para as funções económicas de alcance metropolitano. Do ponto de vista de uma economia baseada na informação, a centralidade na rede terá um valor estratégico que fica reforçado nesta nova situação.

Segundo este princípio, não devemos esperar fenómenos generalizados de declínio urbano. Supondo que se verificava este declínio em alguma cidade, seria por razões mais instrumentais que de fundo, ligadas ao facto de não se ter dado tempo às novas funções relacionadas com a informação. Em princípio, nem todas as cidades estariam preparadas para este modelo. No entanto, a parte da cidade mais preparada para esta mudança seria a *Cidade Central*.

Neste modelo de re-urbanização o problema da perda da qualidade de certas periferias, por incapacidade de competir na produção de riquezas, permitiria que acontecessem degradações muito específicas que requereriam especial atenção.

3. OS ESPAÇOS INTERSTICIAIS URBANOS

Ainda que a sociedade continue a associar a ideia de cidade à sua imagem tradicional, há mais de dois séculos que a cidade extravasou as suas muralhas na direcção de uma dispersão de limites indefinidos. A cidade já não é definida pelo seu centro individualizado, nem corresponde a um conjunto de elementos harmonioso e coerente. A contínua construção de espaços conferiu à cidade formas múltiplas e complexas cujos limites já não são precisos, como vimos anteriormente.

Claramente determinada pela evolução dos modelos de organização industriais, desde o século XVIII, o espaço urbano é, hoje, uma amálgama de espaços, cujas diferentes configurações mostram a acumulação temporária de diferentes histórias urbanas.

Segundo Girot (2006) “the urban landscape is the multifaceted mirror of our epoch”²¹⁶. Inevitavelmente a metrópolis contemporânea, no seu processo infinito de expansão centrífuga, vai deixando o produto obsoleto dos modelos urbanos falhados que já não correspondem às necessidades de produção e consumo. O planeamento das cidades funde-se, quase imperceptivelmente, com os problemas das cidades, e estes, por sua vez, com toda a vida socioeconómica e político-cultural da época (Hall, 2007). Também Portas, Domingues e Cabral (2003) referem que a cidade tem sido quase exclusivamente transformada num objecto de especulação económica e política. Esta especulação criou um tipo de cidade que já não se relaciona com a especificidade de uma cultura ou geografia.

No caso das cidades médias portuguesas, tornou-se quase impossível determinar configurações espaciais e sociais. A imprevisibilidade da sua evolução formal, social e espacial aliada à dificuldade em individualizar os constituintes do tradicional *continuum* especializado, nomeadamente a cidade, a periferia e o campo, têm introduzido na linguagem conceitos que procuram consensualizar a sua descrição, da metrópole à cidade região, da cidade histórica, contida ou compacta, à cidade explosão ou difusa, da cidade genérica à exopólis. Esta instabilidade do léxico é inerente, necessária e sublinha a mutabilidade da configuração nova, bem como da extensão espacial e temporal da morfologia da cidade. (Taborda, 2006).

Da análise da cidade contemporânea constata-se, então, que nas últimas décadas surgiu algo que não era a imagem da cidade a que estávamos habituados, à qual alguns autores não hesitaram em definir como *não-cidade* ou *caos urbano* - uma desordem generalizada dentro da qual parecia impossível compreender qualquer coisa excepto alguns fragmentos sem ordem justapostos na paisagem, uma colagem urbana, um corpo composto por caóticos segmentos residuais, que surgiam ao longo dos trajectos e que a velocidade se encarregava de integrar (Penelas, 2007). Estes fragmentos assemelham-se ao conceito de *inacabado*, um *work in progress*, uma *performance*, um fluido, um processo contínuo em permanente transformação, um objecto e não parte de outro. O

²¹⁶ Girot, C., (2006). Vision in motion: representing landscape in time (p. 91). In: C. Waldheim (Ed.). *The Landscape Urbanism Reader*. New York: Princeton Architectural Press.

inacabado – em transformação – considera que a forma é consequência de um processo contínuo em que cada instante pode converter-se em provisoriamente definitivo. O *inacabado* não requer uma ordem anterior à qual se refere ou se enfrenta. Os fragmentos, quase passageiros, permanentemente inacabados e flutuantes interstícios das cidades contemporâneas, evoluíram de forma radical desde a cidade clássica. Alguns destes fragmentos foram planeados por profissionais, outros por especuladores, enquanto outros, ainda, resultaram de intervenções espontâneas (Portas, Domingues & Cabral, 2003).

Do ponto de vista da história da cidade pensou-se que era necessário repor a ordem; o que estava a acontecer era inaceitável; era necessário intervir, requalificar, impor qualidade. Verificou-se também que, mais uma vez, paralelamente à cidade dita histórica, na periferia, existiam espaços intersticiais, sem qualquer utilização e que poderiam ser usados para operações de cirurgia urbana, de grande escala. Arquitectos, arquitectos paisagistas, urbanistas e outros profissionais trabalharam sobre estas áreas tentando trazer ordem ao caos da periferia: para recompor e *colar* os fragmentos, para saturar e suturar os interstícios com novas formas de ordem, muitas vezes extraídas da *qualidade* dos centros históricos. Inclusivamente, ainda hoje, vários profissionais abordam o caos da periferia com as mesmas intenções e modos operativos.

Com a queda das certezas positivistas, o debate sobre a cidade contemporânea seguiu outras categorias de interpretação. Tentou-se perceber o que efectivamente aconteceu e perguntou-se qual a origem. O primeiro passo foi perceber que este sistema de pulverização se estendia muito para além dos limites do que se pensava ser a cidade, formando um verdadeiro sistema territorial – a cidade difusa: um sistema de assentamentos suburbanos, de baixa densidade, que se estendia para fora dos limites tradicionais, formando um vasto tecido descontínuo (Matos, 2009).

Observando esta nova paisagem que se estendeu por todas as direcções, com variadas versões, tornou-se cada vez mais evidente que, simultaneamente com o desenvolvimento de objectos anónimos edificados, se sentia uma presença, que após muito tempo com um papel secundário, tinha vindo progressivamente a crescer adquirindo no urbanismo actual uma escala e uma importância tal que surgia agora

como um protagonista na paisagem urbana - o espaço urbano intersticial²¹⁷, vazio, vulnerável e descontínuo, criado pela disfunção e disjunção da matriz da cidade, em termos da sua estrutura física, ecológica e social, resultado da perda da compreensão da multifuncionalidade da paisagem que lhe subjaz.

Segundo vários autores, estes espaços podem hoje ser reconhecidos e integrados como um verdadeiro potencial para o desenvolvimento da cidade. Concordamos com os autores que defendem que a possibilidade da reconstrução da cidade, de ordem social, económica, cultural e política e também a de ordem ecológica, pode ter a sua origem nos interstícios urbanos. Estes constituem espaços de articulação urbana que deveríamos considerar como fundamentais no futuro das nossas cidades.

No discurso sobre forma urbana os espaços intersticiais remetem, quase sempre, para o espaço não edificado, aquele que no modelo da cidade como *corpo* ou *imagem* constitui o sistema de espaços de uso colectivo, constituído por tipologias mais ou menos definidas: estradas, avenidas, praças, jardins, etc. A sua análise centrava-se, até hoje, por um lado, em características meramente físicas, mensuráveis, conhecidas e analisadas exaustivamente desde a pós-modernidade²¹⁸ (Penelas, 2007). Por outro lado, também numa visão pós-moderna, fixava-se na sua relação com as características inerentes ao lugar e ao contexto (*genius loci*). Gazapo (2000) coloca um acréscimo à análise do conceito de habitar dos espaços abertos públicos – praças, parques, jardins – desde as violentas, intermitentes, instáveis, artificiosas e vertiginosas mutações do tempo e do espaço, na sua relação com aqueles:

A cidade ultramoderna ou a metacidade impossibilita, definitivamente, a apreensão de lugares onde tradicionalmente a sociedade realizava uma série de intercâmbios fundamentais para o seu desenvolvimento. O tempo, o espaço, a forma viram-se submetidos a uma mutação tão violenta, que muitos dos elementos definidores da estrutura clássica da cidade perderam a capacidade de provocar o mais mínimo sentimento de “habitar”. Os tradicionais espaços públicos como praças, parques, jardins, que no melhor dos casos logravam conferir uma

²¹⁷ De acordo com Penelas (2007) as cidades contemporâneas podem entender-se como formadas fundamentalmente por interstícios ou entendidas como um enorme interstício. O espaço intersticial adquire hoje tal magnitude que alcança uma escala territorial em primeiro lugar, derivando até outra escala planetária, ultrapassando, desta forma, o âmbito da própria cidade.

²¹⁸ A praça, o parque, a rua, a avenida, o jardim; a leitura estereotipada do anteriormente já comentado *espaço público* ou por outras palavras, a cidade segundo Aristóteles.

identidade aos núcleos urbanos, sofreram uma forçada “despromoção” perdendo importância na hora de compor o sistema urbano.²¹⁹

Conceitos como virtualidade, aleatoriedade ou incerteza colapsam no espectro do espaço público aberto numa multiplicidade de interferências e aparências, quase impossíveis de nomear e por conseguinte de controlar e assumir. Tentar referenciar-se, localizar-se neste espectro resulta incerto mas, resulta ainda mais difícil conseguir trazer soluções que não só ofereçam formas eficazes de uso mas que também surjam alternativas temáticas aos espaços abertos da cidade.

As acções participam do risco de incorporar-se nesta cadeia de acontecimentos, insinuando geometrias e topologias que resumem os movimentos próprios da instabilidade da paisagem urbana. Poderíamos dizer que tentam ser projecções das estruturas invisíveis que dominam estes territórios definidos pelas intermitentes sequências de luz ou pelas continuidades arrítmicas do ruído-som.

Na cidade explodida e fragmentada, este esquema formal e mental perde a sua definição. Segundo Domingues (2006), os novos traçados da infra-estrutura rodoviária arterial desenham corredores e barreiras, produzem rupturas de escala e de uso que quebram a relação urbana convencional entre o edificado e a rua. Quebram-se as continuidades e a fluidez da mobilidade pedonal, perde-se a percepção da cidade vista como um todo.

O espaço residual já não é o excedente: adquire o valor da presença do intersticial. O interstício adquiriu tal escala e desenvolvimento, que já não pode considerar-se como algo secundário: tem que ser entendido como residir, como habitar. Por outro lado temos o conceito de residual enquanto interstício carente de significado, que, segundo Gausa, Guallart, Muller, Soriano, Morales e Porras (2001) se poderá relacionar com a reciclagem urbana:

A noção de reciclagem introduz a necessidade de idealizar novas respostas para aqueles conjuntos urbanos hoje obsoletos. Velhos tecidos ou novos bairros; um imenso parque imobiliário, umas vezes decadente e outras, precocemente envelhecido por ter sido aceleradamente construído, apresentam hoje importantes patologias espaciais, construtivas e ambientais que precisam ser abordadas e reavaliadas através de operações de cirurgia funcional. Velhas fábricas anacrónicas, bairros residenciais, megalópoles turísticas, periferias não funcionais, seriam alguns dos possíveis cenários susceptíveis de acolher projectos de

²¹⁹ Gazapo A., D., (2000). Espacio público (p.8). In: A.A.V.V. *Metáforo Madrid*. Madrid: Ministerio de Fomento. Editorial Rueda. (a tradução é nossa).

assistência e reactivação – operações, em suma, de renovação e de re-informação – destinados a refrear processos crescentes de desgaste e inadaptação, mediante actuações globais de reestruturação e redefinição (espaciais, iconográficas e urbanas) a fim de proporcionar novas relações entre a construção e uma envolvente em mudança.²²⁰

Os interstícios urbanos são enunciados como espaços residuais da cidade dita tradicional, ou histórica, com o seu perímetro bem definido, ou como espaços marginais da cidade difusa, constituídos pelos subúrbios da metrópole (Rodeia, 2007).

Os espaços residuais da cidade tradicional ou histórica, incluem áreas urbanas cujo vazio é devido a uma espécie de absentismo, principalmente quando confrontado com a matriz sócio-urbana da cidade de que faz parte. Quando estão enquadrados em áreas urbanas cuja evidência de vazio decorre de algum tipo de ausência, sobretudo quando confrontadas com a matriz ou matrizes socioeconómicas da cidade em que se inscrevem. São áreas que, por determinada razão, deixaram de ter um propósito só por si. Elas existem de um modo residual – latente ou expectante – na sua inconsequência urbana. Surgiram, por exemplo, com o desuso de determinadas funções, nomeadamente quintas abandonadas²²¹, equipamento público abandonado ou antiga utilização industrial. Estas áreas incluem novas oportunidades para uma renovação e sustentabilidade urbana, para a resolução de conflitos e problemas que surgiram das novas áreas de expansão urbana e dos seus novos requisitos, assim como para a revitalização e melhoramento da competitividade cultural e socioeconómica da cidade.

No caso das cidades perimetradas, esta questão começa com a destruição provocada pela II Guerra Mundial e é continuada com o abandono da indústria ou com a caducidade de áreas portuárias e aeroportos, entre outras, o que leva ao surgimento de grandes áreas sem uma função definida.

Após 1945, com a maior parte da Europa e muito da Ásia em ruínas, as cidades apresentavam áreas esvaziadas, como há muito não acontecia e como ninguém alguma vez teria imaginado possível. Na Europa, foi o destino destes espaços, entre preenchimento e balanço de resultados obtidos, que gerou muita da reflexão sobre a

²²⁰ Gauza, M., Guallart, V., Muller W., Soriano F., Morales, J. & Porras, F., (2001). *Diccionario Metápolis de Arquitectura Avanzada* (p. 155). Barcelona: ACTAR. (a tradução é nossa).

²²¹ Apesar destas quintas terem uma função produtiva, se bem que muitas vezes associada ao recreio, elas são de facto urbanas no verdadeiro sentido da palavra, tanto pela forma como integram o tecido urbano como, tanto pelo modo como eram vividas e experienciadas.

cidade – e sobre a arquitetura – até aos nossos dias, desde o inicial optimismo e eficácia positivistas, e a urgência da reconstrução e da habitação para todos, até à emergência patrimonial e à compatibilização da nova cidade com as lógicas, matrizes, modelos e temas da cidade histórica. Com a progressiva rarefacção deste tipo de interstícios ou com o surgimento de outros decorrentes da caducidade de usos (indústria pesada e áreas portuárias, por exemplo), as intervenções revelaram-se, cada vez mais exigentes, enquadrando, em particular, novas oportunidades de cicatrização, qualificação e sustentabilidade urbanas, de resolução de conflitos e problemáticas decorrentes dos novos habitares e de novas circunstâncias civilizacionais, ou de revitalização e competitividade cultural e socioeconómica destas urbes.

O segundo caso, mais complexo e diverso, inclui áreas metropolitanas cujo vazio não é tanto devido a um absentismo, mas a uma espécie de persistência ou conflito causado pela expansão urbana. São, entre outras, áreas que mantiveram vestígios de uma paisagem onde ainda é possível reconhecer o seu sentido ancestral, ou áreas que, por determinada razão, não foram ainda ocupadas, mas onde já não é possível reconhecê-lhes qualquer sentido. São, geralmente, áreas anónimas ou fragmentadas, tanto porque foram fisicamente urbanizadas, mas não construídas, como por terem surgido devido à construção de novas infra-estruturas ou grandes equipamentos. São áreas marginais – resistentes ou devastadas – na sua inconsequência urbana.

De acordo com Girot (2006) todos os dias viajamos através de uma série de espaços intersticiais, que se tornaram dominantes nas periferias e nos países mais urbanizados. Também quem sobrevoar alguma das nossas cidades verá a quantidade de telhados abatidos nos centros históricos, reveladores de esvaziamentos dispersos que se confundem com o espaço público, espaços simplesmente residuais e abandonados (Grande, 2002). Se continuar o voo para a periferia notar-se-á que muitos destes espaços foram *construídos* nos interstícios apertados de muitas vivendas que ocupam campos, ao longo de caminhos rurais que há muito deixaram de ser.

Contudo, segundo Portas *et. al.* (2003), a história da cidade tem demonstrado que os interstícios urbanos têm sido, quase sempre, espaço de experimentação e recriação, nos quais a sua resiliência os torna espaço de diferença e permanência, estabelecendo a prioridade e a continuidade dos processos para a sua reconstrução.

Estes espaços devem ser encarados de um modo tão significativo como as paisagens mais fantásticas que conhecemos²²². Para isso requerem um longo processo de aceitação que se pode adquirir através da experiência estética como defende Careri (2002). Para se poder operar uma mudança efectiva na nossa apreciação deles, precisam talvez de mais tempo e memória para decantar as suas identidades específicas. Numerosos artistas tentaram integrar estes espaços no seu trabalho e é pelo menos irónico que estas paisagens não planeadas e sem-nome tenham adquirido, de repente, um tão grande protagonismo na arte actual. Estudos fotográficos dos subúrbios desenvolvidos por artistas e fotógrafos contemporâneos²²³ contribuem para o interesse e integração destes espaços. No entanto, estes trabalhos artísticos implicam dois riscos consideráveis: o primeiro é a consagração estética da produção urbana das últimas décadas que, de facto, nega a ideia da composição espacial; a segunda é a estaticidade da fotografia que nega as noções de movimento e fluxos inerentes às paisagens.

Chegamos a um ponto em que podemos aprender bastante a partir destas novas *tipologias*; no entanto, devemos questionar se a nossa visão contemporânea de paisagem, dentro do pitoresco e estático interesse destes espaços, não deverá antes reinventar uma gramática de sensações visuais e outras, que nos capacitará para melhor os entender e conseqüentemente agir de uma forma preventiva.

No que se refere a Portugal e à semelhança do que aconteceu nos anos 80, as cidades portuguesas necessitam, agora, de uma estratégia de intervenção para as suas periferias, que relacione a cidade com a envolvente rural, integrando estruturas ecológicas e edificadas, contribuindo para que a fragmentação e a descontinuidade não sejam encaradas como algo negativo mas como uma potencialidade.

²²² Uma vez que a Convenção Europeia da Paisagem reconhece:

...que a paisagem é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana...

Convenção Europeia da Paisagem. Decreto n. 4 de 14 de Fevereiro de 2005. (2005). Preâmbulo.

²²³ Os artistas suíços Peter Fischli e David Weiss, o fotógrafo suíço Georg Aerni, o fotógrafo português Daniel Blaufuks, o artista francês Jean-Marc Bustamante e a artista portuguesa Susana Anágua com a sua exposição *Paisagens Invisíveis*, que decorreu no Centro de Arte Moderna, em 2008, entre outros.

Já neste século surge o Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Polis)²²⁴, com o objectivo de tentar corrigir o caos urbanístico que se faz sentir em Portugal. No entanto, segundo Luísa Schmidt, e com o que facilmente concordamos, a eficácia do Programa Polis “está refém de factores obscuros que devem ser corrigidos”²²⁵, nomeadamente a sua gestão por um gabinete plenipotenciário, a falta de discussão pública dos projectos e a falta de requalificação ambiental de alguns projectos, contrariando o que era inicialmente previsto²²⁶, entre outros. As dúvidas e os erros persistem e não se verifica a existência de uma estratégia capaz de promover o equilíbrio das periferias, tanto com o centro da cidade como com a sua envolvente rural.

A estratégia deverá consistir na intervenção sobre os espaços intersticiais implantando um tecido estruturante contínuo (Nunes, 2003). Este tecido deverá integrar uma visão sistémica da paisagem, abordada e defendida actualmente pelos *landscape urbanists* e implícita na arquitectura paisagista desde há muito: desde os primeiros sistemas de parques públicos projectados no séc. XIX, por Olmsted, ao conceito de *continuum naturale*, introduzido em Portugal pelo Prof. Caldeira Cabral em meados do século XX, e que está na base do desenvolvimento de todos os trabalhos que envolvem conceitos de corredor verde, estrutura ecológica, estrutura verde, sistemas de espaços abertos e planos verdes, essenciais, uma vez que permitem que ocorram processos ecológicos, fundamentais no processo de crescimento e desenvolvimento sustentável da cidade (Magalhães, 2001). Esta estrutura de paisagem deverá assegurar a ocorrência dos processos e fluxos dos vários sistemas que constroem a paisagem, assim como se deverá desenvolver de acordo com a visão holística e inclusiva que a paisagem exige no seu

²²⁴ A ideia principal deste programa é “melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que assumem um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional.” Schmidt, L. (2007). *País (In) Sustentável. Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal* (p. 206.). Lisboa: Esfera do Caos.

²²⁵ Schmidt, L. (2007). *Ob. cit.* (p. 206).

²²⁶ Continuação da utilização massiva do betão e do vidro nos projectos de construção por exemplo o edifício *transparente* da frente marítima de Matosinhos, da autoria de Solà-Morales; continuação da promoção da carga edificada no litoral, por exemplo o paredão em betão armado na Costa da Caparica.

entendimento e na sua multifuncionalidade. Nela deverão ser contempladas a componente ecológica, estética, social, económica e cultural, uma vez que é o conjunto destes sistemas que permite a existência de uma paisagem integradora e multifuncional. Actualmente, a necessidade de conferir identidade a novos espaços é simultânea com o desejo de devolver à cidade o sentido ecológico de natureza; alguns arquitectos paisagistas estão precisamente a trabalhar no sentido de conferir às áreas *esquecidas* da cidade, características ecológicas que possam ser utilizadas por gerações futuras. Esta preocupação comum entre teóricos e práticos conduz-nos à ideia que esta descontinuidade construída e ecológica, causada pela presença dos interstícios urbanos, pode ser reconsiderada com uma nova abordagem projectual.

A necessidade de requalificação urbana conduziu à produção de estudos onde os espaços intersticiais urbanos são o tema central. Autores com as mais diversas formações têm investigado e produzido estudos críticos sobre a importância destes espaços na cidade. Os nomes de Alfaiate (2000), Corner (1999), Donadieu (1998), Galofaro (2003), Girot (2006), Magalhães (2001), Ribeiro Telles (1994), Sabaté (2000) e Waldheim (2006) entre outros, constituem uma referência neste âmbito. Estes autores consideram estes espaços como material de trabalho, detentores de potencial e valor para a criação de novos espaços ecológica e esteticamente viáveis. Defendem também a importância da visão dos sistemas da paisagem na abordagem aos interstícios urbanos, opinião que partilhamos veementemente.

O nosso principal objectivo é a proposta de uma nova abordagem projectual que proporcione a criação de uma estrutura de paisagem produtiva e de recreio. Nesta perspectiva, estes vazios podem e devem ser uma expressão actual do *continuum* da paisagem, uma vez que permitem a ocorrência dos processos ecológicos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento sustentável da cidade.

3.1. OS ESPAÇOS INTERSTICIAIS COMO LUGARES DE MEMÓRIA

Vários foram os autores que se debruçaram sobre a questão da relação do espaço com a memória fazendo referência à sua importância na construção e na percepção das paisagens logo, na sua apropriação e vivência.

Halbwachs (1925), no seu livro *Modelos Sociais da Memória*²²⁷, defende a ideia segundo a qual a memória não pode ser associada ao íntimo da consciência individual, onde cada indivíduo conserva a sua reserva de recordações próprias, mas a um processo de reconstrução que funciona, essencialmente, a partir de referências socialmente elaboradas. Jorge Gaspar faz referência à importância de *sentir o lugar ou as paisagens da memória* salientando que, através de um processo de selecção da informação, a memória é um modelador da paisagem, justificando esta ideia a partir da noção de paisagem de Vidal de La Blache - através dos sentidos, *das paisagens da memória*, é possível recordar a variabilidade do território no tempo (Gaspar, 2002).

Por sua vez Schama (1996)²²⁸ defende um modo de olhar, de redescobrir o que já possuímos, mas que, de alguma forma, se escapa ao nosso reconhecimento e apreciação para, deste modo, apresentar não uma explicação do que perdemos mas sim do que ainda podemos ter. Para isto o autor selecciona três sistemas constituintes da paisagem: a mata, a água e a rocha (geologia) e, através deles, procura desvendar o seu conteúdo mítico, indo de um lugar para outro, de uma época para outra, através de transições planeadas, onde percebemos o que se mantém inalterado ou com a mínima transformação, o que surge de novo e o que desaparece, impelindo-nos a encarar velhos cenários com um novo olhar e a reconhecer a quantidade de memória acumulada que está presente na paisagem.

Nora (1984) considera que os lugares de memória são aquilo que resta: um resíduo e uma perpetuação. Os testemunhos de um outro tempo que conferem um ritual a uma

²²⁷Halbwachs refere que:

De cada época da nossa vida guardamos algumas recordações reproduzidas sem cessar, e através das quais se perpetua, como por efeito de uma filiação contínua, o sentimento da nossa identidade. Mas, precisamente porque são repetições, porque estas recordações têm sido conduzidas a sistemas de noções muito diferentes, nas distintas épocas das nossas vidas perderam a sua forma e o seu aspecto de então. Não são as vértebras intactas de animais fósseis as que permitiriam só por si reconstruir o ser do qual do qual elas formaram parte do passado; mas antes se comparariam com as pedras que encontramos encastradas em algumas casas romanas, que entraram como materiais em edifícios de idades muito distantes, e que, apenas porque têm os vestígios de velhos caracteres, certificam a sua antiguidade que nem a sua forma nem o seu aspecto deixariam adivinhar.

Halbwachs, M. (1925). *Los Marcos Sociales de la Memoria* (p. 111). Madrid: Fondo de Cultura Económica. (a tradução é nossa).

²²⁸ Schama (1996) no livro *Paisagem e Memória* reforça uma ideia semelhante à de Halbwachs a respeito da memória.

sociedade desritualizada²²⁹. Na sua génese, enquanto lugar de memória, deve, encontrar-se inequivocamente inscrita *uma vontade de memória*. É essa intenção de memória que constitui a garantia da sua identidade, e que permite que os lugares de memória não sejam meros lugares da história. Isto é, nem tudo o que foi segregado pelo passado e nem tudo o que através dos tempos se foi sedimentando na área de determinada cultura, se inscreve na categoria de *lugar de memória*.

Sendo o lugar da memória, a realidade onde se imbricam e implicam a memória e a história, para Nora, é fundamental distingui-las:

Memória, História: longe de serem sinónimos, temos consciência que em tudo se opõem. A memória é a vida, presente nos grupos vivos e assim está em evolução permanente, aberta à dialéctica da recordação e da amnésia, inconsciente das suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, susceptível a longos períodos de latência e a revitalizações repentinas. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não é. A memória é um fenómeno sempre actual, uma ligação viva ao eterno presente; a história uma representação do passado... a memória é absoluta e a história relativa²³⁰.

Distinção absolutamente clara. Com base nela podemos afirmar, de acordo com Nys e Mosser (1995), quando se refere à arte dos jardins, que os lugares da memória são simultaneamente lugares *in situ* e lugares *in visu*. Ou seja, que os lugares de memória constituem-se a um tempo enquanto *coisa em si* e enquanto experiência *para nós*: uma realidade material e mental. Também Halbwachs estabelece uma nítida distinção entre memória e história. Para este autor o que guardamos nas nossas lembranças está ligado à memória, distinguindo-se da história. A dimensão dos factos, dos acontecimentos, das situações, apesar de se constituírem elementos fundadores da história, representa a área da memória. Enquanto à memória pertencem as reacções ou o que está embutido no desejo e na vontade individual e colectiva, a história relaciona-se com o que se torna público ou surge na sociedade, sempre em sintonia com o que foi estabelecido no

²²⁹ Nora descreve deste modo os lugares de memória:

Les lieux de mémoire, ce sont d'abord des restes. La forme extreme où subsiste une conscience com-mé-morative dans une histoire qui l'appelle, parce qu'elle ignore. (...) Musées, archives, cimetières et collections, fêtes, anniversaires, Tristés, procès-verbaux, monuments, sanctuaires, associations, ce sont les buttes témoins d'un autre age, des illusions d'éternité. D'où l'aspect nostalgique de ces enterprises de piété, pathétiques et glaciales. Ce sont les rituels d'une société sans rituel; des sacralités passagères dans une société qui rabote les particularismes; les différenciations de fait dans une société qui nivelle par principe; des signes de recon-naissance et d'appartenance de groupe dans une société qui tend à ne reconnaître que des individus égaux et identiques.

Nora, P. (1984). *Les Lieux de Mémoire* (Vol. 1, p. XXIV). Paris: Editions Gallimard.

²³⁰ Nora, P. (1984), ob cit. p, XIX. (a tradução é nossa).

momento em que ocorreu, traduzindo a cultura, a metodologia e a contextualização a partir do trabalho que o historiador desenvolveu.

Sobre o espaço da paisagem quer seja ou não relativa ao espaço urbano, vão-se acumulando camadas das distintas marcas dos seus utilizadores, de todos os que nela vivem, a visitam, a cruzam, de todos os que nela se movem.

De acordo com Martinez e Daniele (2008) e, sobre o espaço urbano, cada habitante ou visitante habita o espaço da cidade, apropria-se dela através dos seus movimentos, deixando marcas visíveis (exteriores) ou invisíveis (interiores) que são a prova da sua existência. As marcas invisíveis são as que não existem como marcas físicas reais, mas sim na memória das gentes. O que não quer dizer que por isso sejam menos perceptíveis nem menos importantes que as visíveis. Apesar da ausência de matéria palpável as marcas invisíveis existem porque os habitantes da cidade recordam acontecimentos relacionados com determinados lugares. A vivência destes acontecimentos deixa na memória do habitante uma impressão forte, uma informação gravada na sua mente, uma marca invisível. Estas marcas (visíveis e invisíveis) que deixamos e trazemos ao percorrer a cidade deixam um sistema de traçados onde se sobrepõem e justapõem trilhos quotidianos com outros mais excepcionais, ou singulares, de milhares de pessoas. Este complexo sistema sugere-nos valores que não são visíveis nem nos mapas da cidade, nem nas estatísticas ou diagramas sobre os residentes. A leitura da cidade através das marcas que vão deixando os seus habitantes, revela aspectos da sua identidade e intimidade, das marcas do privado no espaço público e de como se projecta o interior no exterior. A cidade contém um espaço público de grande importância na sua existência, mas é igualmente importante a expressão do espaço privado, a exposição das cenas quotidianas que interferem na vida urbana. A cidade é criada pelos seus habitantes, pelos momentos das suas vidas, pelas suas recordações e, sobretudo, pela sua memória.

Fazendo, novamente, referência a Halbwachs para quem a memória é sempre *uma memória de memória* que representa o passado a partir de sistemas de classificação que vêm do exterior, enquanto para outros corresponde a padrões da inteligência, em geral. Assim, estes modelos ou cenários sociais são sistemas de lógica, de sentido, cronológicos, topográficos, que antecipam a recordação, que põem à sua disposição *um*

sistema geral do passado designando o papel e a posição da recordação particular. O que Halbwachs demonstra muito bem é que, vindos do exterior, estes modelos não possuem,

(...) uma natureza distinta das próprias recordações, pelo contrário, são eles mesmos feitos de recordações estáveis e dominantes (...) estáveis, porque servem de lugar permanente de organização durante muito tempo (...) dominantes porque cada recordação estará vinculada a eles na sua lógica e na sua visão do mundo, como num centro de organização²³¹.

Estes modelos distintos, eles próprios submetidos a uma evolução lenta, têm na cidade e no espaço ordenado, em geral, não só a sua imagem ou a sua metáfora mais expressiva, aquela a que Halbwachs recorre quando se trata de representar o funcionamento da memória colectiva, mas que, sobretudo, são em si próprios os modelos mais completos e eficazes²³².

Segundo Steiner (2004), “na Europa, a reconstrução de realidades passadas procura, muitas vezes, materializar a memória, valorizar acontecimentos, lugares, personagens que viveram em tempos”. Pese a inquestionável habilidade de relembrar, a soberania da recordação, “da auto-definição da Europa” como lugar da memória, “tem o seu lado obscuro. Diante de uma realidade actual cada vez mais contraditória, corremos o risco de caminharmos por cidades inteiras que se repetem no tempo, imersas na atmosfera melancólica das pedras”²³³, sobretudo porque vivemos num tempo em que a memória corre o risco de ser esquecida, por paradoxal que possa parecer.

Actualmente, as cidades evoluem a tal velocidade que não se reconhecem ao longo do tempo: somos obrigados a acreditar na nossa intermitente memória passada. Penelas (2007) refere que nos espaços intersticiais das cidades (à escala planetária) produzem-

²³¹ G. Namer (citado em M. Halbwachs, 1925, ob. cit., p. 378). (a tradução é nossa).

²³² Aldo Rossi na sua obra *Arquitectura da Cidade* também refere, que a cidade é o *locus* da memória colectiva:

Alargando a tese de Halbwachs, direi que a cidade é a memória colectiva dos povos; e como a memória está ligada a factos e a lugares, a cidade é o locus da memória colectiva. Esta relação entre o locus e os cidadãos chega a ser a imagem preeminente, a arquitectura, a paisagem; e como os factos tornam a entrar na memória, novos factos crescem na cidade. Neste sentido completamente positivo as grandes ideias recorrem à história da cidade e dão-lhe forma. (...) Assim a união entre passado e futuro está na ideia da cidade que a produz, como a memória tem influência na vida de uma pessoa.

Rossi, A. (2004), *La arquitectura de la ciudad* (pp. 226-228). Barcelona: Editorial Gustavo Gili. (a tradução é nossa).

²³³ Steiner, G. (2004). *La idea d'Europa* (p.26). Barcelona, Editorial Arcadia. (a tradução é nossa).

se, cada vez com maior velocidade, mudanças e transformações, tão vertiginosas que não é possível fixar estas mudanças permanentes na memória. Recordam-se no seu estado antigo, de igual modo como se recordam vivências passadas: no trânsito pelos interstícios flutuantes das cidades, as recordações produzem o sentimento vago de uma felicidade, construindo recorrências alternantes de espaços de memória e ficções. Seja qual for a rapidez ou a violência com que os bairros ou as cidades tenham sido destruídos ou reabilitados,

O lugar que ocupa um grupo não é como um quadro sobre o qual se escrevem e se apagam símbolos e figuras (...) Assim se explica que permaneçam alguns vestígios materiais dos edifícios demolidos e das vias abandonadas, ainda que seja apenas na toponímia de uma rua, de uma praça, ou do nome de uma loja²³⁴.

De acordo com Failla (2002) para o mero observador, a cidade apresenta-se como um texto escrito a partir de fragmentos, onde só pode distinguir os capítulos que ficam na sua memória visual e aqueles que não pode captar. Tal como um turista, o observador reconhece, sem problemas, a planície, o mar ou o deserto, a extensão da planura ou da estepe. O seu problema é que não se recorda os capítulos carentes de imagens, entre os quais sempre se encontram o prólogo e o epílogo da cidade.

Também Portas *et. al.* (2003) refere que a cidade consolidada é um palimpsesto de memórias sobrepostas e estratificadas que condicionam ou limitam as possibilidades de transformação das suas áreas obsoletas ou espaços intersticiais.

Por vezes temos a sensação que certos lugares ou bairros são amnésicos, enquanto outros, pelo contrário, guardam a memória fechada na imagem impregnada de um passado apresentando-se como tal. Se experimentamos este tipo de sentimento estamos a experimentar uma forma de elasticidade espaço-temporal, onde nos basta efectivamente “mudar a direcção do nosso olhar ou a posição que ocupamos”²³⁵ para deixar que a memória navegue por prazer²³⁶.

²³⁴ Halbwachs M. (1997 como citado em Marot, 2003, p. 57). Marot, S. (2003). *Suburbanismo y el arte de la memoria*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. Land&ScapeSeries. (a tradução é nossa).

²³⁵ Marot, S. (2003), ob. cit, p. 59. (a tradução é nossa).

²³⁶ De acordo com Marot (2003) também é possível que certos lugares das cidades, por exemplo os jardins, tenham sido designados e concebidos expressamente a partir de determinado momento da nossa história, para satisfazer a nossa consciência e imaginação retrospectiva.

As imagens da cidade são desenhadas para ser apreciadas sendo a memória do espectador evocada por estas imagens. Como espectadores viajamos através da cidade observando os seus espaços abertos e edificados, inconstantes, contemporâneos mas também reflexões do passado que reforçam uma visão personalizada. A nossa memória da cidade é especialmente cénica e teatral: viajamos no tempo através de imagens que lembram pedaços de uma cidade anterior, projectando estas representações anteriores, posteriormente, em encenações recompostas e unificadas que, por momentos, reflectem ficções significantes sobre a cidade. Boyer (1996) refere que a experiência da cidade, tida pelo espectador, é inseparável das imagens representativas; para ele (espectador) tanto ajudam como desapontam a produção de uma percepção pessoal e de uma visão da cidade cuja forma física actual está constantemente e sucessivamente a ser mudada e reorganizada.

Segundo este autor, na *cidade da memória colectiva* encontramos diferentes níveis de tempo histórico impondo-se uns aos outros, ou diferentes estratos arquitectónicos (que se tocam mas que não se influenciam necessariamente) já não geram uma forma estrutural para a cidade mas apenas culminam numa experiência de diversidade. Especialmente nas últimas décadas do século XX, tanto os espaços intersticiais das cidades como os resíduos arquitectónicos de épocas anteriores tornaram-se o centro das atenções e muitos deles viram-se transformados em importantes locais de lazer.

Talvez seja a qualidade ilusória, ou não, destes espaços fora de moda, ou não, ou o seu estado de existência precário, que oferecem ao espectador, prazer. Ou o prazer pode existir porque estes fragmentos recordam histórias há muito adormecidas, ou ainda porque a sua função e propósito iniciais foram apagadas, permitindo ao observador substituir tradições inventadas e narrações imaginárias.

Talvez sejam apenas estes traços do passado a interromper a supervelocidade do tempo da vida na cidade e a funcionar como contra-corrente no fluir de acontecimentos, por exemplo na subversão e das direcções e planos dos viajantes. O que quer que sejam estes interstícios, fragmentos e resquícios provocam uma tomada de atenção inesperada permitindo um maior protagonismo na sua presença na cidade.

Muitas vezes, a construção dos espaços intersticiais da cidade consolidada faz-se a partir da memória ou memórias, individual ou colectiva, fazendo com que a *terra não*

esqueça, de modo a torná-lo relacional e referencial. A partir de determinado acontecimento as pessoas que nele participaram ou observaram, directa ou indirectamente, terão sempre uma história sobre aquele lugar.

É interessante pensar que, tal como, na perspectiva de Augé, o lugar que implica uma apropriação, e a paisagem que implica a vivência (na perspectiva de Assunto), também a memória (na perspectiva de Boyer) implica uma experiência. Lugar, memória e paisagem necessitam então da vivência para o seu entendimento.

Da importância da memória colectiva na construção dos vazios urbanos da cidade consolidada, é exemplo a proposta vencedora da competição para o *World Trade Center Memorial*. Relativamente à memória individual optamos por fazer referência ao projecto do Parque de Lancy, em Génève, de Georges Descombes (ver Anexo 1).

3.2. A QUESTÃO TERMINOLÓGICA

A importância crescente dos espaços intersticiais urbanos fez com que esta temática se estendesse, hoje, muito para além das questões arquitectónicas. Estes espaços constituem um dos temas centrais da agenda de vários profissionais, nomeadamente, arquitectos, urbanistas, arquitectos paisagistas, geógrafos e sociólogos. Consequentemente encontramos variadas definições que tentam definir este tipo de espaços, ajustando-se ou adaptando-se consoante a perspectiva do seu autor:

Vazios urbanos, espaços intersticiais, espaços vazios, land-between, brown-fields, in-between, terrains vagues, entre outros são definições comuns atribuídas a estes espaços. *Vazios urbanos* parece ser a definição mais comum para este tipo de espaços: Eduard Bru institucionaliza a presença do vazio como um paradigma da cidade contemporânea, e portanto como fundamento do fazer projectual (Bru, 2001) “no vazio se percebe a escala, se materializam as distâncias, se reconhece a forma do lugar e do que está construído.”²³⁷ Também Failla (2002) refere que no vazio se percebe o tamanho, se materializam as distâncias, se reconhece a forma do lugar e do que está construído. *Vazios urbanos* foi também o termo utilizado para definir os lugares degradados,

²³⁷ Bru, E., (2001). *Coming from the South* (p.31). Barcelona: Ed. ACTAR.

obsoletos ou marginais, que se encontram disseminados desde o tecido urbano consolidado, às periferias, pela comissão organizadora da trienal de Arquitectura de Lisboa de 2007.

Gilles Clément defende que se deixarmos de olhar a paisagem como se fosse o objecto de uma indústria poderemos descobrir de repente uma grande quantidade de espaços indecisos, desprovidos de função, aos quais é difícil dar um nome. Este conjunto não pertence nem ao domínio da sombra nem ao da luz. Está situado entre as duas margens: nas orlas dos bosques, junto às estradas e aos rios, nos recantos mais esquecidos da cultura, ali onde as máquinas não podem chegar. Cobre superfícies de dimensões modestas, tão dispersas como as esquinas perdidas de um bairro. São unitários e vastos como as turfeiras, os terrenos baldios e certos terrenos ermos surgidos de desprendimentos recentes. Entre estes fragmentos de paisagem não existe nenhuma semelhança na forma. Só têm uma coisa em comum: todos eles constituem um território de refúgio para a diversidade. Em todas as outras partes a diversidade foi expulsa. “Este facto justifica que nos reunamos sob uma só expressão. Proponho Terceira paisagem²³⁸, o terceiro término de uma análise que agrupou os dados principais da aparência debaixo da sombra, por um lado, e debaixo da luz, por outro”²³⁹.

Segundo Mateus (2007) *Vazios Urbanos, Brownfields, Terrain Vague* ou *Espaços Banais* são designações comuns para estes lugares. O arquitecto espanhol Solà-Morales (2002) definiu com precisão estes espaços: *Uma área sem limites claros, sem uso actual, vaga, de difícil compreensão na percepção colectiva dos cidadãos, constituindo normalmente um rompimento no tecido urbano*²⁴⁰. Penelas (2007) refere que os vazios residuais, urbano/territoriais, das hiper-cidades pós-industriais de hoje, reproduzidas por todo o planeta (igual ao que ocorre com a arquitectura), são espaços rizomáticos líquidos, espaços de felicidade transitória, espectaculares e simultâneos; âmbitos da

²³⁸ Terceira paisagem remete a terceiro estado (não a terceiro mundo). É um espaço que não expressa nem o poder nem a submissão ao poder.

²³⁹ Clément, G., (2007). *Manifiesto del Tercer paisaje* (p. 10). Barcelona: GG mínima. (a tradução é nossa).

²⁴⁰ Solà-Morales, I. (1995). *Terrain Vague* (pp. 118-123). In : *Anyplace*. Cambridge, Massachussets : MIT press. (a tradução é nossa).

velocidade, da aleatoriedade, do desenraizamento: cenários polivalentes, preparados para ser observados com múltiplos olhares polissémicos. Estas características fazem com que as cidades desenvolvam perfis e evoluções semelhantes: clones de clones. Todos os espaços parecem repetir-se e tudo parece suceder, de forma comprimida, na simultaneidade de acontecimentos de hoje. Qualquer cidade, qualquer arquitectura, pode desenvolver-se em qualquer sítio do planeta. Como clones multiplicados do urbanismo moderno. Koolhaas (2000) utiliza a metáfora dos *espaços imundos*, para designá-los como as sequelas depois que a modernização seguiu o seu curso²⁴¹.

Terrains vagues é a expressão francesa para denominar os vazios urbanos. Esta expressão remete, genericamente, para o espaço não construído onde também se incluem as construções obsoletas; mas, acima de tudo, remete para o seu carácter vago, não definido ou codificado. Parece ser uma denominação adequada, ajustada ao carácter indefinido, ou definido de múltiplas formas, destas paisagens por vezes tidas como lembranças, as *amnésias urbanas* citadas no discurso de Careri (2002) que não estão à espera de serem preenchidas com objectos, mas espaços vivos a serem preenchidos com sentido. A leitura dos espaços intersticiais que nos é proposta pelo termo *transurbance*

²⁴¹ Koolhaas define, desta forma os interstícios urbanos:

Chama-se lixo espacial aos desejos humanos que sujam o universo, o 'espaço imundo' é o resíduo que a humanidade deixa sobre o planeta. O produto construído da modernização não é a arquitectura moderna, mas sim o espaço imundo. O espaço imundo é o que fica depois que a modernização seguiu o seu curso ou, mais concretamente, o que se coagula enquanto a modernização está a ocorrer, a sua sequela ... O espaço imundo é a soma total da nossa arquitectura actual; construímos tanto como toda a história anterior, mas não se recordará a essa mesma escala ... O espaço imundo é a contra figura do espaço, um território de uma ambição desmedida, expectativas limitadas e uma sinceridade reduzida ... Substitui a hierarquia pela acumulação e a composição pela adição. Mais e mais e mais. O espaço imundo está verde e maduro ao mesmo tempo; é um colossal manto de segurança que cobre a terra ... A continuidade é a essência do espaço imundo; este aproveita qualquer invenção que permita a expansão, incorpora qualquer recurso que fomenta a desorientação, desenvolve uma infra-estrutura de não interrupção ... O espaço imundo está selado, mantém-se unido não pela estrutura, mas pela pele, como uma borbulha ... Se a arquitectura é o que separa os edifícios, o ar condicionado é o que os une ... O espaço imundo é aditivo, estratificado... Verbos desconhecidos na história da arquitectura (pegar, pregar, descarregar, colar, duplicar, fundir) tornaram-se indispensáveis ... O espaço imundo é um espaço quente. Há duas classes de densidade no espaço imundo: a primeira, óptica; a segunda, informática. As duas competem entre si. O espaço imundo muda sempre ... o seu conteúdo é repetitivo e estável; multiplica-se como clones ... O espaço imundo pode ser absolutamente caótico ou espantosamente estéril e perfeito, indeterminado e excessivamente determinado ao mesmo tempo ... O espaço imundo está para além da geometria, para além dos traçados. Como não pode captar-se, o espaço imundo não pode recordar-se: é empolado mas pouco memorável, como um protector de luz, cuja negação a ficar quieto assegura uma amnésia instantânea.

Koolhaas, R. (2000, Set-Out), *El Espacio Basura: La Modernización y sus Secuelas. Arquitectura Viva*, 74. pp. 23-31. (a tradução é nossa).

de Careri relaciona-se com o termo *espacements* de Choay (2003), coincidindo na ruptura de escala, de espaço e de tempo que caracterizam a condição da cidade contemporânea.

Também para Solà-Morales (2002) os lugares urbanos que se denominam com a expressão francesa *terrain vague*, são lugares aparentemente esquecidos onde parece predominar a memória do passado sobre o presente. São lugares obsoletos onde só certos valores residuais parecem manter-se, apesar da sua completa desafecção da actividade urbana. São lugares externos, estranhos, que ficam fora das estruturas produtivas. Terão sido áreas industriais, estações ferroviárias, portos, áreas residenciais inseguras, lugares contaminados e áreas agrícolas que se converteram em áreas às quais já não se podem chamar cidade. As suas fronteiras já não têm uma integração eficaz; são ilhas interiores esvaziadas de actividade, são restos que permaneceram fora da dinâmica urbana. Converteram-se em áreas simplesmente *des-habitadas*, *in-seguras*, *in-produtivas*. Inicialmente lugares estranhos ao sistema urbano aparecem agora como contra imagem do mesmo, tanto no sentido da sua crítica como no sentido de uma possível alternativa.

Segundo Rodeia (2007), convém precisar, desde logo, que a palavra *vazio* não é utilizada para designar algo que nada contém, dada a inevitabilidade de que, quando associado ao urbano, a tudo quanto é próprio e material da cidade, implica sempre algo (algum suporte) que contém. Ou seja, o vazio não é tanto associado a este algo (algum suporte), mas antes ao contido nele. E é este contido que resulta desconsiderado porque desocupado, desprovido ou destituído em face do que é próprio e material da cidade.

Mateus (2007), refere que se entendermos a cidade como um texto, os vazios urbanos são vocábulos em falta ou que, temporariamente, parecem desajustados do texto global. Neste sentido, estes vazios não devem ser avaliados isoladamente, pois é com a sua clarificação que o texto global, a cidade, ganha consistência e uma nova dimensão. Também Italo Calvino e Ovídio²⁴², segundo Carapinha (2007), sustentam que o vazio é tão concreto como os corpos sólidos, sustentando que a leveza e o vazio são essência da realidade, da matéria e do espaço. Esta autora considera que os vazios da cidade, isto é,

²⁴² Carapinha, A. (2007, Abril). Da leveza da cidade. In: *Monumentos 26*, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, pp. 180 – 183.

os espaços abertos, são tão concretos, significantes e identitários como os cheios, isto é, os volumes edificados que os delimitam. São eles que garantem a liberdade dos ciclos da água, do ar, do solo e dos seres vivos, na cidade, constituindo um sistema indissociável do tecido edificado, completando-se e reforçando-se mutuamente.

Outros preferem falar de interstícios. Zardini (como citado em Bru, 2001), por exemplo, advoga que o conceito de vazio se mostra completamente inadequado, e que a ideia de vazio inclui, debaixo da mesma redutora classificação, muitos e diversos tipos de espaço (ou melhor dizendo, paisagens): espaços públicos, espaços abertos da cidade histórica, e da periferia e vastas áreas industriais em processo de abandono (os vazios urbanos). Para além disso, a palavra vazio, igual ao termo espaço, tem um valor absoluto: faz ressaltar o elemento por si mesmo, isolando-o do denso sistema de relações onde está inserido, e anula as suas características e a sua especificidade. De acordo com este autor, com o qual concordamos, a ideia de vazio já não se pode utilizar: devemos falar, antes, de interstícios; isto é, de intervalos – que se percorrem - entre edifícios e que podem proporcionar uma continuidade. E um edifício, por sua vez, pode-se definir como um intervalo, um interstício, entre outros dois interstícios. Como consequência, este processo determina uma debilitação do valor do edifício. Neste jogo de relações, o edifício adquire um valor relativo; já não constitui o elemento predominante, mas passa a formar parte de um jogo mais complexo, onde elementos considerados até agora secundários adquirem uma presença cada vez maior.

Este processo põe em crise a própria unidade do edifício, que perde a sua integridade e que vê algumas das suas partes ou elementos, como a fachada, ou melhor ainda, o volume, adquirirem papéis e significados completamente independentes.

O termo interstício, tal como o termo paisagem, não se refere à escala. Isto indica um novo sistema de relações entre os edifícios. Propõe, ainda, uma correlação diferente entre espaço-paisagem exterior e espaço-paisagem interior, uma correlação onde o limite, a distinção entre os dois aspectos, se debilitou. Trata-se de uma paisagem única, onde os filtros, os elementos de separação ou de contacto, adquirem um novo significado, muito diferente do das fachadas tradicionais. Portanto, com a palavra interstício já não indicamos o vazio, mas sim o vazio entre as coisas ou dentro das coisas. Um interstício é um espaço não isolável por si mesmo, mas que adquire um

significado próprio pelo facto de ser um intervalo entre elementos diferentes, e daqui derivam as suas qualidades. Baseia-se no conceito de distância, daquela *distância interessante* (quer dizer, dotada de características e qualidades específicas), à qual se refere Solà-Morales nos seus textos e nos seus projectos. Todos estes processos de substituição de palavras e de conceitos proporcionam pontos de vista, certamente não novos, os quais não têm sido utilizados suficientemente, e que são úteis para uma possível transformação da cidade contemporânea. Quanto a nós, o conceito de interstício tem ainda subjacente a ideia de estrutura, de continuidade, tal como a paisagem e como o conceito de *continuum naturale*, fundamental na coesão do espaço urbano.

Neste contexto, o espaço que fica entre os edifícios da cidade tem a sua própria vida, não se trata de um vazio entre sólidos. O todo da cidade é mais do que a soma dos seus edifícios ou a soma dos seus habitantes. O conjunto dos elementos é capaz de criar algo de novo, o espaço não edificado é muito mais que um vazio. Pelo contrário estabelece o mais importante de uma cidade: o espaço público, onde se encontra toda a vida da cidade, onde se define o seu carácter e onde a cidade, enquanto comunidade, se revela.

De acordo com Augé (1998) o lugar antropológico é a construção concreta e simbólica do espaço que, por si só, não poderia dar conta das vicissitudes e das contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela atribui um lugar, por mais humilde e modesto que seja. O lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para aquele que o observa. O lugar antropológico tem uma escala variável. Estes lugares têm, pelo menos, três características comuns: pretendem ser identitários, relacionais e históricos. Segundo o mesmo autor, um espaço que não possa definir-se como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um espaço de anonimato ou um *não-lugar*, conceito já utilizado por Melvin Webber, em 1963, ao referir que as novas tecnologias da comunicação tinham deitado por terra a ultrapassada ligação entre comunidade e vizinhança e que o lugar urbano está a ser substituído pelo domínio do não-lugar urbano (Webber, 1963). Augé (1998) considera como espaços de anonimato, as experiências que sentimos habitualmente nas grandes áreas comerciais, nos aeroportos, ou ao transitar na periferia das grandes cidades. Nesta visão, são então *não-lugares*, entre

outros, os transportes, os espaços de trânsito, espaços de comércio, espaços de lazer e também os interstícios urbanos.

Também Failla (2002) se refere aos interstícios como *não-lugares*²⁴³ e que este tipo de vazio não é uma produção da natureza como o deserto, mas uma construção completamente artificial, que na actualidade chamamos *não-lugar*, questionando se será a arquitectura capaz, ou não, de colonizar um *não-lugar*. Propõe que se deva actuar em duas frentes: o uso e a forma, de um modo atento e sensível. Para a forma propõe uma opção aberta e relacional, com base nas infra-estruturas físicas de suporte. Relativamente ao uso ou programa propõe acções capazes de gerar estratégias de ocupação do interstício aumentando a proporção de acontecimentos efémeros ou permanentes, donde a arquitectura do *não lugar* se define como uma estrutura de sucessos.

À semelhança de Augé (1998), também Failla (2002) refere que quem percorre os interstícios/*não-lugares* são os que têm como objectivos tanto a busca de identidade e aqui a procuram, como a sua anulação. Estes últimos deslocam-se de automóvel, cuja velocidade somada com o ar condicionado, o rádio, a sinalética do trânsito, a publicidade e o telemóvel, anulam qualquer possibilidade de diálogo com a envolvência. O *telespectador* transita não para descobrir mas para se evadir, pela forma mais imediata na sociedade de *hiper-consumo* actual²⁴⁴: a sua percepção do mundo é reduzida ao ecrã da televisão, à lente da câmara fotográfica ou à janela do automóvel. Resultado deste comportamento será o atrofiamento da sua percepção táctil, uma vez que evita qualquer forma de relacionamento directo com a envolvência. Como

²⁴³ Lembramos que o *não-lugar* é um conceito antropológico e apenas como tal é aqui considerado.

²⁴⁴ Recorde-se a forma de evasão utilizada por David Thoreau quando, em 1845, decide construir a sua própria casa, nos bosques de Walden Pond, onde vive durante dois anos e dois meses, longe da sociedade, que o autor já criticava pelo excesso de consumo. David Thoreau afirma que as necessidades básicas do homem são a alimentação, o abrigo, o aquecimento e o vestuário, adiantando, no entanto que as três últimas serão dispensáveis se o clima for favorável. Thoreau constrói então o seu próprio abrigo, alimenta-se do que cultiva, vendendo o excesso da produção que não consome, aquece-se com a madeira que corta no bosque e veste-se fora dos círculos da moda, de uma forma básica, suficiente para se manter confortável relativamente ao clima. Demonstra assim que é possível viver, de uma forma digna e sustentável, fora dos hábitos de uma sociedade de consumo que considera escravizadora. Thoreau, D. (1995). *Walden; Or Life in the Woods*. Boston : Dover Thrift Edition.

consequência será a impossibilidade de reconhecer identidades, não se identificando com nada que não seja produto de uma imagem e não demonstrando interesse em mostrar a sua identidade.

Independentemente de todas as questões e discussões que se possam levantar com a existência, ou não, de *não-lugares*, interessa-nos fundamentalmente, neste conceito, a questão da *apropriação de...*, isto é, interessa-nos a ideia da apropriação, da experiência e da vivência enquanto acções transformadoras de conceitos. À semelhança de paisagem enquanto espaço vital, de Assunto, que implica a vivência, e da memória de Boyler que implica a experiência. Do ponto de vista arquitectónico e do espaço em si, enquanto valor, consideramos que os não-lugares não existem.

Interessa-nos mais a perspectiva de Careri (2003), com a qual concordamos, que considera que estes espaços se constituem como as *costas* da cidade, possibilitando o acontecimento de uma vida autónoma e paralela à que acontece na *cidade organizada*. Espaços abertos distintos dos espaços abertos entendidos *tradicionais*, nomeadamente as praças, os jardins, os parques, entre outros, que permitem uma enorme liberdade de acção e apropriação.

Parece-nos interessante, em Failla, o facto de apesar de considerar o *não-lugar* como um interstício compreendido a partir dos parâmetros quantitativos do lugar, reconhece a possibilidade da mudança se forem considerados parâmetros qualitativos de leitura. Isto é, a acção táctil de um observador activo poderá fornecer uma infinidade de novas informações acerca de um *não-lugar*, que a atitude de um observador passivo não permite. A diferença está que, enquanto este último tenta abarcar a realidade desde um ponto de observação (às vezes demasiado longe), o reconhecimento do observador activo implica o acontecimento do percurso²⁴⁵. Mais uma vez estamos perante a necessidade da experiência, da vivência.

Também para Penelas (2007), o ponto de arranque da arquitectura dos espaços intersticiais sem significado das cidades situa-se na evolução tida desde a sua

²⁴⁵ Podemos então referir, nesta perspectiva, que o *não-lugar* é um espaço de representação cujo significado se capta por meio da percepção óptica e o *lugar* relaciona-se com um aspecto mais táctil, mais interactivo, representando uma impossibilidade trágica para a contemplação: a impossibilidade de converter espaço em lugar só por meio de observação passiva.

transformação em *não-lugares*, do ponto de vista de Augé. A partir desta posição, estes espaços *não-lugares* (desde uma metáfora entendida como máquina poética) adquirem outra leitura, mais complexa, mais ampla, menos ortodoxa e evoluem até ao conceito de *super lugares*²⁴⁶ - o *super lugar* como metáfora viva. Uma das justificações para o surgimento deste conceito vem do entendimento de *super lugar* a partir da sua leitura como uma *Máquina Poética e Metafórica* onde se efectuou uma reflexão em volta destes espaços que se vieram a chamar de *espaços residuais, intersticiais, vazios sem significado ou vazios sem função*, da nebulosa que conforma as nossas cidades actuais.

Através do sentimento produzido no mecanismo poético dos *super lugares*, a imutabilidade (até agora) inerente aos espaços intersticiais das cidades contemporâneas torna-se velocidade e silencioso movimento. Na metáfora interposta da velocidade os *super lugares* podem deformar a imagem dos interstícios da cidade de tal forma, que transformam a realidade negativa da sua existência em formas substanciais. Tal como os outros sem significado adquirem sentido através da metáfora do intervalo ressonante: o reconhecimento individual – o estar em todos e em nenhum de cada vez – produz-se na acção, no estar permanentemente no espaço intermédio. Estes interstícios esvaziados de significado (desentendidos e desejados pelo Movimento Moderno) reclamam um novo olhar mediante o conceito de *super lugar*, sentido como máquina poética e metafórica: aberturas pelas quais fluem num gigantesco silêncio (igual aos rios das cidades) e que originam novas, espectaculares e insólitas relações.

Os espaços intersticiais que constituem articuladas próteses através das quais se estendem e repetem as cidades, reclamam agora a atenção sobre a sua potencialidade de constituir espaço de paisagem estruturante e contínuo. Velozes, mutáveis, capazes de qualquer transformação, de adoptar infinitas aparências, cenários globais onde se podem

²⁴⁶ Os *super lugares* tornam-se polimorfos, neutros, indeterminados, dos quais se desprendem com inusitada liberdade mensagens informativas. Polivalentes, sem emitir significados autónomos, sem evocar atmosferas concretas, despojados de qualquer carácter individual. Móveis, transformáveis, preparados para acolher a transitoriedade. São produtos da não permanência, âmbitos do tornar-se, onde a sociedade implode, onde se configura uma nova linguagem que abre caminho através da linguagem desfalecida da arquitectura do momento, onde o pensamento conduz a sítios infinitos, onde as cidades deixam de ser simplesmente cenários (tornando-se diferentes em cada novo instante e com cada nova luz), onde se dilui a ideia proteica, nilista e desmesurada de ansiar construir um lugar (Houllebecq, 2000).

planificar estratégias, buracos crepusculares *superlugarizados* por onde se infiltra a vertigem da exaltada existência de agora, fragmentados mas cosidos inevitavelmente pelo destino insondável dos milhares de fragmentos formados, por sua vez, pelos azares inconscientemente fabricados pelas desmultiplicadas multidões: uma doce (e necessária) representação do mal, o simulacro da anónima existência colectiva do presente.

A ligação dos *super lugares* com os espaços intersticiais *sobre modernos* produz-se no seu significado. Estes são, seguindo a relação de Houllebecq (2000), polimorfos, indiferentes, moduláveis, neutros, donde se desprendem livremente mensagens informativas, polivalentes, sem emitir significados autónomos, sem evocar atmosferas concretas, sem poesia nem beleza aparentes, despojados de qualquer carácter individual ou próprio, móveis, transformáveis e preparados para acolher a transitoriedade, criados pela visão monofuncional do modernismo. No entanto, os *super lugares* participam também do que Houllebecq (2000) chama a *poesia do movimento suspenso*, uma poesia paradoxal, uma flutuação, uma incerteza, onde tudo fica suspenso, uma vacilação, um instante de incerteza metafísica, um momento de interrupção: centros históricos das cidades; parques temáticos; *shoppings*; aviões; aeroportos; transatlânticos; hotéis de alojamento temporário; hotéis multinacionais de cadeias hoteleiras; estádios virtuais; museus interactivos e por extensão, os museus actuais; arquitecturas efémeras; feiras e recintos de feiras; exposições universais; parques; jardins e praças contemporâneas e, mais em concreto, os espaços urbanos de transição com as tramas urbanas contemporâneas; nós de circunvalação; rotundas; esplanadas; mercados; lojas; auto-estradas urbanas de circunvalação e as vastas superfícies de terreno que as rodeiam²⁴⁷; ruínas históricas²⁴⁸; ruínas urbanas contemporâneas²⁴⁹; ruínas reconstruídas²⁵⁰; cenários cinematográficos; edifícios históricos invadidos pelo

²⁴⁷ Tanto entre elas e os limites da cidade – *terrain vague* – como até ao seu exterior.

²⁴⁸ O *Parténon*, os foros romanos.

²⁴⁹ Berlim por trás da queda do muro.

²⁵⁰ Castelos, a *stoa* de Atenas.

turismo²⁵¹; vivendas contemporâneas que perderam a sua função de habitar²⁵²; exteriores de estúdios cinematográficos e de televisão; parques florestais suburbanos; áreas que rodeiam as estações de serviço; áreas de descanso nas auto-estradas e urbanizações surgidas sobre aterros de infra-estruturas, entre outros. Mais uma vez se reclama a possibilidade do mesmo espaço oferecer múltiplas funções podendo ser apropriado de modos diferentes. Mais uma vez se invoca a multifuncionalidade para o espaço que deverá ter, segundo Morin (2001) uma “multiplicidade de identidades”²⁵³, característica do sistema complexo que constitui.

Relativamente à discussão lugar - *não-lugar* - *super lugar*, pode-se dizer que se a atenção se centra em considerar os interstícios entre os edifícios como arquitectura e se associam ao lugar e à discussão *lugar* - *não-lugar* (uma discussão psicológica, de desenraizamento), o vínculo com o *não-lugar* e, posteriormente, com o *super lugar*, produz-se inevitavelmente na cidade de hoje, devido à perda de raízes. Isto é algo que se deve ao ser humano, aos parâmetros e às circunstâncias da vida em geral, e não à cidade enquanto comunidade.

Do mesmo modo que a arquitectura os interstícios fragmentados das *meta-cidades* actuais parece que se entendem já desde uma óptica de subjectividade e de mobilidade, de multiplicidade sinérgica (onde a componente de uma percepção fenomenológica surge fundamental) como elemento de interpretação destas soltas áreas *superlugarizadas*: espamódicas redes sinérgicas, ambivalentes, ambíguas e minuscilamente partidas, dentro de um positivismo absoluto.

A época actual *sobre moderna* parece que deriva deste entendimento ontológico dos espaços intersticiais das cidades, uma vez que se está a dar: o desaparecimento do espaço público circunscrito aos limites meramente urbanos; a desfiguração e a ruptura destes limites; a repetição cumulativa dos devires *lugares-superlugares* em todo o planeta; a globalização; o desaparecimento das distâncias; a inter-relação cada vez

²⁵¹ O Panteão de Roma.

²⁵² Casa da Cascata de Wright, Villa Savoie e Casa La Roche de Jeanerette e Le Corbusier.

²⁵³ Morin, E. (2001). *Introdução ao Pensamento Complexo* (3. ed., p 86.). Lisboa: Instituto Piaget. (a tradução é nossa)

maior entre o privado e o público e a extrapolação da cidade configurada como tela de fundo, com base em limites fixos e claramente definidos, até uma cidade ampliada enormemente com enormes interstícios urbanos e vastas áreas obsoletas com novas configurações até agora não colocadas. Isto deve-se à influência da velocidade da mudança e da sua configuração pela influência dos fluxos de informação e pelas aceleradas transformações do mundo contemporâneo. Também Baudrillard (1988) refere acerca do desaparecimento do espaço público:

A paisagem como cena, o tempo como cena, desaparece progressivamente. O mesmo ocorre com o espaço público... a publicidade invade tudo à medida que desaparece o espaço público (a rua, o monumento, o mercado, a cena, a linguagem). Ordena a arquitetura e a realização de super-objects como Beaubourg, les Halles ou La Villette.²⁵⁴

Relativamente aos espaços intersticiais no interior da cidade consolidada, se a ecologia luta por preservar os espaços incontaminados de uma natureza mitificada como matriz inalcançável, também a arte contemporânea parece lutar pela preservação destes espaços *outros* no interior da cidade. A reacção da arte é preservar estes espaços alternativos, estranhos à eficácia produtiva da cidade. Os realizadores, os fotógrafos, os escultores da *performance* instantânea procuram refúgio nas margens da cidade precisamente quando esta cidade lhes oferece uma identidade abusiva, uma homogeneidade amassada, uma liberdade controlada. O entusiasmo por estes espaços intersticiais, expectantes, imprecisos, flutuantes é, na chave urbana, a resposta à nossa estranheza perante o mundo, perante a nossa cidade e perante nós mesmos.

De acordo com Koolhaas (2002) deixar uma área vazia é muito mais fácil do que utilizá-la e construí-la. É também uma opção alheia ao abuso, bombardeio e ataque do consumismo aos sentidos, significados e mensagens. O vazio é uma qualidade importante completamente ignorada, especialmente pelos arquitectos. O vazio cria uma aversão ao nada, no entanto, é muito importante que este seja permitido e enfrentado.

Também Penelas (2007) defende o interstício urbano como arquitectura. A capacidade de estimulação que se *encontra* e que se *lê* nestes espaços intersticiais emocionantes,

²⁵⁴ Baudrillard, J. (1988). *El outro por si mismo* (p.16). Barcelona: Ed. Anagrama. (a tradução é nossa).

densos, em tensão, das metacidades de hoje poderá ser valorizada a partir do ponto de vista da sua grande potencialidade arquitectónica. Os interstícios constituem os pontos de arranque do discurso. O interesse da investigação surge da preocupação pelos interstícios, por estes espaços residuais sem significado e sem função nas metacidades de hoje, espaços ignorados pela história da arquitectura e que poderiam ser considerados tão arquitectónicos como os próprios edifícios. Se partimos do princípio que os edifícios são arquitectura, também o são os espaços que ficam entre eles. No entanto, não tem havido uma atenção ao intersticial e, em última instância, ao que se denominou espaço *verde*, do ponto de vista arquitectónico. A actuação nos espaços intersticiais deverá ser feita, segundo Caldeira Cabral, Ribeiro Telles, Solà-Morales e Távora, entre outros, e com os quais concordamos, através da continuidade. Não da continuidade da cidade planeada, eficaz e legítima, mas sim, e pelo contrário, através da escuta atenta dos fluxos, das energias, dos ritmos que o tempo e a perda dos limites estabeleceram. Como exemplo de uma intervenção de sucesso num interstício urbano da cidade consolidada podemos referir *Schouwburgplein* de West 8.

Como vimos e apesar destes interstícios urbanos serem localizados, naturalmente, entre tensões: sociais, económicas, espaciais e temporais, e serem vistos como problemáticos, especialmente nas periferias, principalmente por causa da sua falta de funcionalidade, ausência de tipologia e de nome, estes espaços de articulação urbana poderão ser fundamentais no futuro das nossas cidades. Segundo Careri (2002) constituem um sistema complexo de espaços públicos que podem ser percorridos sem necessidade de limites ou fronteiras. Representam os últimos lugares onde é possível perdermo-nos dentro da cidade, os últimos lugares onde nos podemos sentir para além da vigilância e controle, parques espontâneos que não constituem uma recriação ambientalista de uma natureza falsa, nem uma orientação consumista de tempos livres. Constituem lugares reais de descompressão. Entrando no sistema de espaços intersticiais e começando a explorá-lo, podemos perceber que o que estamos acostumados a chamar de *vazio* não é assim tão vazio. Pelo contrário, contém um grande leque de utilizações: espaços onde os habitantes das periferias cultivam vegetais, passeiam o cão, fazem um piquenique, ou,

ainda, utilizam como *atalhos* de um bairro para outro. Constituem ainda espaços de liberdade que as crianças procuram para dar largas à sua imaginação²⁵⁵ (Matos, 2009).

Mateus (2007) refere que na cidade contemporânea um dos maiores recursos para a sua reavaliação reside nos lugares degradados, obsoletos ou marginais, que encontramos disseminados desde o tecido urbano consolidado até às periferias. Formam uma verdadeira rede de hipóteses que, quando avaliadas em conjunto, podem produzir um profundo impulso reformador da cidade.

Também Solà-Morales (2002) refere o verdadeiro potencial destes espaços no seu discurso: “É também uma área disponível, cheia de expectativas, forte em memória urbana, com potencial original: o espaço da possibilidade, do futuro”.²⁵⁶ Isto conduz-nos à ideia da memória de alguns destes espaços, por vezes de grande importância no imaginário colectivo, fazendo-nos encará-los muito para além de uma visão meramente pragmática. O seu valor reside não só na sua disponibilidade, enquanto espaço, para transformações físicas ou infra-estruturais, ou pela sua localização estratégica na cidade, mas também nos sucessivos factos que ali terão ocorrido. Por vezes, a memória destes espaços torna-os irrepetíveis. Daqui a fascinação que provocam e, também a sua força.

A possibilidade da reconstrução (de ordem cultural, social, económica, ecológica e política) da cidade poderá ter a sua génese nos espaços intersticiais urbanos²⁵⁷. Deverão

²⁵⁵ Em Lisboa, por exemplo, estes interstícios, cheios de *verde*, são espaços no interior da cidade, com poucos ou nenhuns edifícios e predomínio de solo permeável coberto por vegetação (nem sempre verde). Alguns estão só à espera de outra ocupação: edifícios para habitação, para escritórios, estradas por acabar, armazéns, parques urbanos (...) e enquanto se espera, a vegetação instala-se, espontânea ou pela mão do homem, neste caso principalmente para a produção de alguns alimentos.

Representam também pequenas (grandes) oportunidades para melhorar o ambiente da cidade e dar mais consistência à estrutura ecológica urbana.

²⁵⁶ Solà-Morales, I., (2002). *Territórios* (p. 187). Barcelona: Gustavo Gilli. (a tradução é nossa).

²⁵⁷ Veja-se o caso da Ribeira das Jardas, no Cacém, onde a disponibilidade e o potencial que este espaço intersticial ribeirinho oferecia, mas cuja acessibilidade era fisicamente negada aos habitantes, foi utilizado pelo *atelier* de arquitectura paisagista NPK que o reabilitou transformando-o num parque linear cuja multifuncionalidade permite a apropriação deste espaço de inúmeras maneiras: adolescentes que jogam à bola, pessoas que passeiam os cães, idosos que conversam, apanham sol ou lêem, gente que toma aqui as suas refeições desfrutando da ribeira e do espaço aberto. A apropriação do espaço foi imediata, mesmo antes do parque ser inaugurado, demonstrando assim a necessidade da existência de espaços de paisagem multifuncionais e multiculturais.

constituir uma expressão actual do *continuum* da paisagem. Aqui poderão ter origem projectos de várias geometrias tornando-se, contudo, essencial uma estrutura que os articule, nomeadamente de carácter ecológico, que, do ponto de vista do método, cada vez mais constitui um *layer* que se assemelha ao da infra-estrutura²⁵⁸ (Portas *et. al*, 2003). A requalificação destes espaços poderia ser, de certo modo, um projecto de reinvenção de interstícios que nasceram como fragmentos, independentes dos espaços de proximidade e relação imediata, baseada em estratégias que, com a integração de estruturas ecológicas e edificadas, assegurasse a continuidade dos sistemas culturais, ecológicos, estéticos e éticos da paisagem.

Também o conceito de paisagem global de Ribeiro Telles (1994) constitui uma estratégia que representa uma proposta alternativa de intervenção no espaço. Por um lado torna o processo de planeamento num processo conjunto de concepção que considera o espaço total da paisagem e promove a permanência das estruturas fundamentais (ecológicas, culturais e de energia), a sua funcionalidade e sustentabilidade, atribuindo aos espaços intersticiais uma maior importância na articulação das diferentes estruturas e elementos e uma maior flexibilidade no que diz respeito aos seus usos potenciais. Por outro lado, amplia a definição de paisagem metropolitana com o modo de construir a paisagem através, não da hibridação de características rurais e urbanas, mas antes da convivência e ligação de espaços de características distintas mas de identidade própria (individual e do conjunto), de forma a reaproximar os modos de vida rural e urbano, considerando que há que estabelecer o *continuum naturale* e o *continuum culturale* no espaço urbano e rural, como articulação entre as respectivas paisagens permitindo, deste modo, a afirmação das duas culturas ancestrais.

4. A MOBILIDADE NOS PROCESSOS DE DISPERSÃO URBANA

No seu livro *A Imagem da Cidade*, Lynch (1998) engloba nos seus modelos de urbanização a imagem *dispersa*, que se oferece mais como um modelo (americano) do

²⁵⁸ À semelhança da Estrutura Ecológica proposta por Ribeiro Telles no Plano Verde de Lisboa.

que como um paradigma inevitável num processo de expansão suburbana, que se define nas suas características morfológicas ideais: baixa densidade, espaços livres, dispersão de actividades e a região metropolitana como uma vasta superfície contínua. Como aqui já foi referido²⁵⁹, é também muito conhecido o modelo de Wright (1961) que estabelecia a visão profética de uma cidade dispersa como futuro irremediável, segundo um critério doutrinal benéfico para o desenvolvimento humano. É certo que existe um valor profético na exposição de Wright, mas também é certo que o fenómeno que nos surge não corresponde em nada aos seus ideais do ponto de vista do modelo social que o inspira e que parte de pressupostos éticos e de valores radicalmente diferentes.

O primeiro desencadeamento do crescimento das periferias suburbanas surgiu como consequência do aparecimento dos meios de transporte colectivos, fundamentalmente os caminhos-de-ferro, pelo que a sub-urbanização massiva começou depois da Primeira Guerra Mundial.

O conceito de *Cidade Dispersa* vai situar o homem e a cidade numa nova dimensão que surge, não tanto como um resultado que se dá dentro de um *processo de evolução* mas sim como uma *mutação* que, de forma espontânea e não prevista, constitui um *salto genético* de carácter qualitativo. É possível que este conceito de *mutação* se manifeste com mais clareza se considerarmos a dependência existente entre o desenvolvimento das tecnologias vinculadas às comunicações e os fenómenos de dispersão urbana no território. O vínculo entre o conceito de *Cidade Dispersa* e o progresso nas comunicações é mais directo do que o que se refere às tecnologias de transporte. A dispersão da cidade, como nova dimensão do espaço urbano, é o resultado de mudanças e inovações tecnológicas, não só na indústria mas em todos os campos da actividade humana, unicamente acessíveis através de mecanismos de informação. Enquanto as novas formas de transporte e comunicação, que põem em rápido contacto as pessoas de modos diversos, criaram as mudanças iniciais, *o desaparecimento das distâncias*, segundo Bell (1994) não corresponde só ao encurtamento do tempo e do espaço ou o estar em comunicação instantânea por internet, televisão ou rádio com qualquer parte do globo, mas também consiste, quando se considera o tempo experimentado de uma

²⁵⁹ Veja-se p. 118-119, deste trabalho.

pessoa, num desaparecimento equivalente ao da distância social, estética e psíquica. A mobilidade, social e espacial, dos indivíduos não tem precedentes na história.

A mobilidade está fortemente relacionada com os ciclos económicos, vendo-se potenciada pelas condições favoráveis de mercado. Implica uma maior celeridade relativamente à duração das estadias, sendo estas cada vez mais reduzidas. As estadias nos espaços públicos reduzem-se cada vez mais a visitas fugazes, das quais se extraem visões e sensações fragmentadas. Isto influenciou, fortemente, a mudança de significado dos espaços públicos, que passaram de lugares de encontro a espaços relacionais, atravessados por fluxos informativos²⁶⁰.

Por isso a mobilidade configura-se numa nebulosa, com um limite impreciso: uma envolvente sedutoramente viscosa, através da qual os espaços intersticiais carentes de conotações, das cidades contemporâneas, re-localizam a sua permanente capacidade de mudança de lugar.

A velocidade tem uma procedência semelhante à simultaneidade. Todos os acontecimentos parecem poder ter lugar em qualquer lugar do planeta. Isto é, tudo pode estar relacionado com qualquer âmbito. As guerras actuais, a fome, a morte, já não nos afectam como acontecia antes dos meios de comunicação nos manterem diariamente informados, principalmente através de imagens à velocidade da luz. O acontecimento deixou de produzir em nós o efeito de choque e de surpresa que produzia outrora. Vivemos na sociedade do tédio e contudo nunca antes a sociedade foi tão cheia de acontecimentos. A nossa sociedade existe à escala global, onde permanentemente somos informados de tudo o que de supostamente relevante se passa em qualquer coordenada geográfica da Terra. Mas esta velocidade e quantidade de informação que chega até nós vacinam-nos contra a própria essência do conceito *acontecimento*. Este deixou de o ser porque se encontra desvirtualizado da sua própria definição.

²⁶⁰ No *Jardim de Bambus* do Parque de la Villette em Paris, as sensações complementam-se com sons guturais que se elevam desde o seu interior. No projecto do jardim mineral proposto, também para este parque, pelo filósofo desconstrutivista Derrida e pelo arquitecto Peter Eisenman (e que poderia denominar-se como *proto-superlugar*, segundo Penelas (2007), onde não se colocava vegetação, o conceito de jardim transcenderia e codificaria as suas sensações através de meios colocados por códigos filosóficos e arquitectónicos: neles, a estadia teórica reduzir-se-ia a um mero sinal.

Neste jogo de velocidade a que se geram os acontecimentos, gera-se uma hierarquia de poderes. Segundo Virilio (1986) o que se move rapidamente ganha poder sobre o que se move lentamente. A posse e o poder, dizem mais respeito a questões de controlo de circulação e de movimento, do que de contratos e escrituras. Quem se move rapidamente adquire o poder. Pelo contrário quem está parado, perde-o. E quem domina a velocidade igualmente adquire o poder e vice-versa. Esta é a grande explicação para que os meios de comunicação possuam o poder actual. Eles dominam o poder de transmitir o *acontecimento* à velocidade da luz.

A velocidade impregna as decisões espaciais do Parc de La Villette, de Bernard Tschumi, mas também subjaz nas quase invisíveis orlas e sulcos do Parque do Tejo e Trancão, em Lisboa de João Nunes/George Hargreaves. Mas a supervelocidade (Penelas, 2007) também aprisiona – a outra escala – as sedutoramente áreas vazias das envolventes das cidades actuais, surgidas em redor das auto-estradas e dos nós de circunvalação, concentrando e ligando imensas e fractalizadas áreas *verdes* desconfiguradas.

A velocidade unifica e homogeneíza os acontecimentos mas, por sua vez, também os fracciona. Na arquitectura ocorre um processo análogo. Este fenómeno atingiu a sua máxima expressão nos *malls* ou nos últimos produtos de Las Vegas. Sem entrar na valorização como arquitectura, parecia indubitável a potenciação do apego que produz nos utilizadores esta fragmentação, esta homogeneização, em espaços reproduzidos, em todos os continentes. A quotidianidade e a familiaridade instalaram-se, assim, na multiplicidade de referências icónicas baseadas na sistemática fragmentação dos edifícios e dos espaços intersticiais das cidades.



Figura 23 - Bijlmeer Memorial. Testemunhas silenciosas do acidente: "as árvores", no centro do memorial. Uma pequena fonte marca o ponto onde o Boeing 747 se terá despenhado. Fonte: Weilacher, U. (2005), p. 45.

Esta implementação de vazios redesenhados adquiriu a sua máxima acepção em megacidades como Los Angeles, mas também em intervenções em parque e jardins. Por exemplo, a fragmentação como recurso projectivo que originaria uma unidade interna, aparece no Bijlmermeer Park de Amsterdam, de G. Descombes e Hertzberger (1998) (Figura 23), ou no Interpolis Garden em Tilburg, de West 8 e A. Geuze (1998) (Figura 24). Em ambos os casos, a super fragmentação destes desenhos espaciais aparece sobreposta à super fragmentação das cidades superlugarizadas onde se instalam (Penelas, 2007).

A sedução e a perversão (que estabelecem relações subtis) da velocidade (junto com a mobilidade) configuram um alucinante fenómeno que se incrustou na pluralidade caótica da existência actual e do quotidiano, transformando-se em algo consubstancial a elas. Para a arquitectura, a velocidade e o movimento são articuladores e, simultaneamente, causadores das fractalizadas cidades do presente. Encadeiam as heterotopias surgidas dos interstícios submergidos nelas, nos seus espaços públicos sem significado.

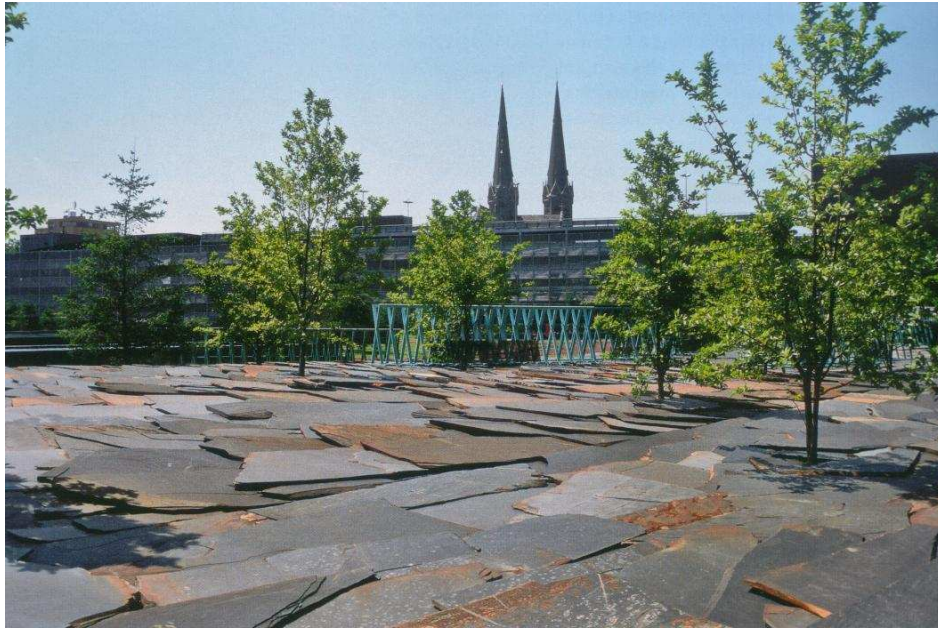


Figura 24 - Interpolis Gardens - Tilburg. Espelhos de água, relevados, lajes de xisto e fragmentos de tijolo vermelho caracterizam a imagem geral do parque. Fonte: Weilacher, U. (2005), p. 39.

Também os novos fluxos e canais de informação podem constituir os fundamentos para um novo e dinâmico sentido da urbanidade. As novas redes de informação e a possibilidade de agilizar e descentralizar a actividade económica são os factores primários nos quais se fundamentariam os novos processos de dispersão urbana.

A velocidade que impregna as comunicações transforma a cidade (e os espaços intersticiais entre as cidades) num descomunal e inabarcável objecto *duchampiano*²⁶¹, mas que possibilita alcançar a ubiquidade na sociedade do presente.

Segundo a visão da arquitectura, as cidades actuais produzem colagens de vazios intersticiais bastante dinâmicos formados, por sua vez, por fragmentos informes, troços, traços. Através deles, decorrem ao mesmo tempo as existências deslocadas e *deslocalizadas* dos seus habitantes. Os espaços *sobre-modernos* das cidades são transparentes e estão atravessados pela flutuante informação e formados por ela.

Podem então entender-se as cidades actuais (e os seus interstícios residuais) no seu fascinante caos em movimento e transformação (sedutoras capas sobrepostas em

²⁶¹ Penelas, J. (2007). ob. cit, p. 67.

constante flutuação) como espaços do tornar-se, como lugares *especializados* no sentido de Derrida²⁶², até aos que parece que, inevitavelmente, derivam.

O subjugante fenómeno do desaparecimento dos espaços associados a determinado tipo de função, ligado à velocidade e às flutuantes e espectaculares transformações do mundo contemporâneo, que encontra o seu novo cenário nos espaços intersticiais cosidos das cidades actuais, está fortemente ligado aos fascinantes e quase mágicos fluxos de informação. O desaparecimento é sinónimo de ocultação, de aniquilação, de fuga, de evanescente, de ausência, de volatilização, de fulminação.



Figura 25 - O conceito de jardim botânico foi re-interpretado por Lothar Baumgarten na Fundação Cartier em Paris - galeria de arte contemporânea projectada por Jean Nouvel em 1994. Fonte: Hill, P. (2004), p. 56.

O super desaparecimento (Penelas, 2007) está vinculado às vertiginosas mudanças originadas pela influência da velocidade das comunicações em breves ciclos de

²⁶² Acerca do que vincula a desconstrução à escrita: a sua espacialidade, o pensamento do caminho, da abertura de um percurso onde se inscrevem rastros sem saber onde levará. Pode-se então dizer que abrir um caminho é como escrever que não pode atribuir-se nem ao homem, nem a Deus, nem a um animal, já que remete para um sentimento muito amplo que excede esta classificação: homem/Deus/animal. Tal escrita é, na verdade, labiríntica, pois não tem início nem fim. Está-se sempre a caminho. A oposição entre tempo e espaço, entre o tempo do discurso e o espaço de um templo ou de uma casa carece de sentido. Vive-se na escrita...escrever é um modo de habitar. (Derrida, 1999).

vigência. Neste sentido, a arquitectura assemelha-se, cada vez mais, aos ciclos da moda. Surgem assim edifícios e intervenções na cidade que têm implícitas a vontade do desaparecimento. Por exemplo, o quase imperceptível edifício Cartier de Jean Nouvel, em Paris (Figura 25), que parece difundir-se ou, no âmbito urbano, os jardins da Biblioteca Nacional de Paris de Perrault (1995) - um bosque literalmente transplantado das Landes de França para o centro do interstício fundido em torno do qual se organizam as quatro torres de depósito e arquivos de livros que não se percebem do exterior (Figura 26). O desaparecimento analisado daqui, desde o conceito de *super-lugar*, assemelha-se, também, a uma vontade de *super-abstracção*.



Figura 26 - Biblioteca Nacional de Paris - Os pinheiros foram transplantados, já adultos, para criar um jardim fechado evocando a imagem de uma floresta verde densa e profunda. Este jardim pode ser visto dos apartamentos dos edifícios mais altos que envolvem a Biblioteca, assim como das suas torres de vidro. Fonte: Hill, p. (2004), p. 136.

A complexidade da produção da arquitectura na cidade *sobre-moderna* densifica os seus significados e, assim, desmaterializa-a: as numerosas tramas sobrepostas da informação, dos fluxos, da publicidade, dos meios de comunicação, dos múltiplos centros, das

periferias, originam que a cidade não possa entender-se já, exclusivamente, como um facto unicamente abarcável sob o ponto de vista físico. Surgem então os novos mapas da arquitectura híbrida da mobilidade, libertos de toda a indiferenciada densidade e de toda a gravidade.

Os conceitos de desenraizamento, nomadismo, não vínculo com o lugar, são produzidos actualmente na sociedade utilitarista a grande velocidade (como feixes de luz) de modo inevitável devido, por um lado, à perda de raízes e, por outro, à grande velocidade de mudança: isto em conjunto, produz *o não sentir-se identificado no ultra-protegido sonho da ultra-moderna identidade*.

A simultaneidade de acontecimentos, a instantaneidade, a produção, o espectacular, a noção de deslize, a globalização, a sustentabilidade, o simulacro, são aspectos característicos e configuradores da epidérmica multiplicidade efervescente da sociedade actual.

Redhead analisa estes temas sob as ópticas do controlo, da identidade, da mudança e da velocidade²⁶³. Os aspectos relativos ao controlo, ao consumo e à mudança estão a reproduzir-se de forma multifacetada – como invisíveis teias de aranha que reproduzem traçados urbanos – nos espaços intersticiais das nossas cidades, como características adicionadas ao processo de transformação destes vazios da mobilidade, do intercâmbio e da ubiquidade.

A lógica das novas tecnologias e a abertura de novos factores de localização como consequência de uma globalização dos processos de decisão económica à escala mundial abrem o problema do espaço urbano a decisões de localização não só entre distintas áreas periféricas mas também a espaços *rururbanos* até agora fora dos possíveis mercados de solo.

A reflexão sobre um mundo dominado pela informação e, em grande medida, pela imagem, pode conduzir a paradoxos que é necessário assumir. De facto, hoje em dia, tudo o que está em canais da *rede global* não existe nem tem possibilidades de existir na

²⁶³ “Mais mudança, mais velocidade, mais consumo; estes são os ingredientes do progresso...num mundo regido pelas forças da globalização, a expressão pessoal e homogeneidade são sócios incómodos.” Redhead, D. (2000). *Products of our time*. UK: Birkhauser-publishers for Architecture. (a tradução é nossa).

consciência colectiva. O homem do nosso tempo não é preparado para pensar mas sim *só para ver e repetir*. É tal a saturação de informação a que é submetido que carece de tempo e de preparação para analisá-la e processá-la. Só pode e deve assumi-la dentro da hierarquia que se estabelece.

A chamada *Cibercultura* governa actualmente todos os tipos de evolução do planeta. Por isso, os efeitos da viagem, do sair do lugar e do movimento – que explodem no mutável e multiplicado rosto da fracturada, fluida e desmembrada cultura actual – cada vez se aproximam mais da velocidade de escape - o intercâmbio irreduzível gerado pela comunicação. Imaginemos que, durante uns dias, magicamente, uma máquina gigantesca deixava de funcionar. Haveria uma flutuação, uma incerteza; tudo ficaria suspenso, e certa calma se espalharia pelo mundo. Não há dúvida que a reacção do público frente a uma súbita interrupção das redes de transmissão de informação, uma vez superado o primeiro momento de contrariedade, está longe de ser completamente negativa.

5. AS QUESTÕES ENERGÉTICAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As melhorias sem precedentes no bem-estar humano ao longo dos séculos XIX e XX foram largamente produzidas pelos desenvolvimentos na engenharia, medicina, agricultura e tecnologia, e por desenvolvimentos políticos e económicos ligados ao consumismo. A consequência necessária destes sucessos foi um crescimento igualmente sem precedentes da população global. O século XXI é, e será, dominado pelos desafios colocados por uma população que rondará, em meados do século, os nove mil milhões de pessoas cujo objectivo é um padrão de vida elevado. Os ecossistemas, um elemento essencial para a continuidade do nosso bem-estar como espécie, estão já ameaçados, enquanto a nossa necessidade de produção alimentar, água fresca, fontes de energia e minerais, entre outros, cresce exponencialmente em resposta a uma procura ilimitada²⁶⁴ (King, 2009).

²⁶⁴ A mudança climática, produzida pelo uso de combustível fóssil e pela desflorestação, representa o maior desafio de todos, uma vez que requer uma resposta colectiva da população global para mitigar o efeito e gerir os crescentes impactos nas nossas sociedades.

De acordo com Desai (2009), Domingos (2009), Guattari (1989), Larson (2009), Paquot (2006), Porritt (2009), Schmidt (2007) e Soromenho Marques (2008), entre outros, habitamos hoje, quer como indivíduos, quer como membros das mais diversas comunidades políticas e culturais, um período particularmente perigoso e exigente da história da humanidade. O conceito de *crise* tem-se transformado progressivamente numa palavra equívoca, perdendo a necessária clareza conceptual tanto para descrever com rigor a multiplicidade de acontecimentos relevantes que ocorrem simultaneamente em diversas situações, como para identificar as linhas de fuga que constituirão os factores decisivos na urgente formação de novas e adequadas políticas públicas tanto ao nível local como global.

A crise ambiental remete-nos para duas atitudes distintas: uma assume-se como uma crítica ecológica do impulso utópico. A outra mantém com a crise uma relação ambígua e insegura que conduz a uma reflexão vacilante e contraditória, não sendo assim surpresa que nos círculos mais próximos das preocupações ambientais, as visões do futuro não se traduzam tanto em utopias ecológicas alternativas, mas em verdadeiras *distopias* ecológicas²⁶⁵ (Soromenho Marques, 2008).

Se pensarmos nas declarações das Nações Unidas sobre o aquecimento do planeta, as tempestades inesperadas e violentas, os incêndios cada vez mais difíceis de controlar, as doenças habitualmente restritas a climas tropicais, ondas de calor, chuvas torrenciais,

²⁶⁵Veja-se a posição de Soromenho Marques relativamente a estas questões:

Nalgumas situações, o discurso do crescimento exponencial, uma das versões do utopismo moderno, transformou-se numa espécie de *double blind* amedrontado. Basta escutarmos o que hoje se escreve pelo mundo quando se fala na construção dos novos aeroportos. Quase em simultâneo, surgem as vozes dos grandes defensores das grandes estruturas, tendo em conta a rápida expansão do número de passageiros transportados ao longo da última década. Mas, mesmo ao lado erguem-se as observações envergonhadas, dos que chamam a atenção para o provável facto de termos já alcançado o *peak oil* (que se atinge no momento em que mais de metade de todas as reservas úteis existentes de petróleo já foram exploradas), sendo pouco risonha a possibilidade de alimentar indefinidamente um meio de transporte que se alimenta única e exclusivamente dessa fonte de energia. No mesmo campo semântico, está também o discurso oficial que promove o transporte aéreo e, ao mesmo tempo, pretende combater as alterações climáticas. Outro exemplo do *double blind* reside no discurso oficial sobre demografia. Na mesma frase é possível detectar informações que remetem para: a) a necessidade de controlar o crescimento da população, devido ao seu enorme impacto ambiental; b) chamar a atenção para o grande índice de desemprego juvenil nos países europeus; c) defender a promoção de políticas públicas de incentivo à natalidade...

Soromenho Marques, V., (2008). O Jardim como representação na(s) utopia(s) ecológica(s) (pp. 519-522). In: J. Franco, A. Gomes, A. Madeira (Coords.) *Jardins do mundo. Discursos e práticas*. Lisboa: Gradiva.

cheias catastróficas, calotes polares a derreter, picos de poluição nas cidades obrigando a alertas públicos, entre outros (Schmidt, 2007)²⁶⁶, verificamos que para garantir um futuro sustentável para a humanidade, vamos já com bastante atraso. O enorme crescimento da população e das actividades económicas prejudiciais para o ambiente destes últimos cinquenta anos alimentou uma *destruição maciça*. No entanto, os políticos parecem ignorar que a aceleração das alterações climáticas é só o pior dos inúmeros sintomas de um crescimento económico intrinsecamente insustentável.

Seja consequência da actividade humana, seja devido a ciclos naturais, a terra está a atravessar um período de fortes e rápidas mudanças atmosféricas: aquecimento e grande instabilidade climática. O clima passou a um regime de alto contraste de uma forma generalizada. O fenómeno é incontroverso. As causas não. As consequências, sem dúvida, poderão pesar dramaticamente.

Também ao nível financeiro e económico a presente crise revelou a insustentabilidade dos modelos de crescimento europeu, norte-americano e chinês. Governantes e políticos enfrentam agora um desafio pelo menos tão grande como o da década de 1940, quando se viram perante a intimidante tarefa da união para a paz e da reconstrução para a prosperidade.

Para Desai (2009), Larson (2009) e Porritt (2009), existem hoje quatro desafios: salvar o sistema financeiro e reformar a regulação; voltar a pôr em marcha a economia e reequilibrar a economia global, procurando resolver os enormes desequilíbrios entre a Ásia e os Estados Unidos em matéria de poupança e de consumo. Por fim, reestruturar os sistemas energéticos globais com vista a uma sustentabilidade de longo prazo.

Esta sustentabilidade requer que o governo a todos os níveis de jurisdição tenha em conta: a importância da precaução perante a incerteza; os interesses das outras jurisdições; o bem-estar das futuras gerações, que não corresponde aos eleitores de hoje, e a necessidade de ligar preocupações económicas, ecológicas e éticas. Também Guattari (1989) refere a necessidade de uma articulação ética/política entre o que

²⁶⁶ A nível nacional estes fenómenos também têm sido verificados, nomeadamente ao nível das cheias, marés vivas, incêndios e derrocadas no litoral. Segundo o estudo referido anteriormente Portugal tem aumentado as suas emissões poluentes a um nível alucinante, num processo que aponta para projecções dramáticas nos próximos 10 anos. Soromenho Marques, V., (2008), ob. cit, p.78.

designa como os *três registos ecológicos*: o ambiental, o das relações sociais e o da subjectividade humana, a que dá o nome de *ecosofia*²⁶⁷.

Este tipo de preocupações não deve ser deixado à responsabilidade de mercados ilimitados ou à democracia maioritária. Podem existir limites vindos da ideologia do Estado social ou da economia social de mercado, dos direitos humanos e da protecção das minorias. Mas é um facto que os limites, actualmente reconhecidos, não incluem adequadamente os direitos das gerações vindouras (Desai, 2009).

A equidade no desenvolvimento sustentável não é apenas entre Estados mas também entre actuais e futuras gerações. A interacção de interesses nas políticas nacionais e nas relações internacionais pode lidar com a integridade no primeiro sentido, mas não no segundo.

As actuais estruturas de governo são limitadas por horizontes temporais curtos, compartimentação e negociações entre grupos de interesse. No entanto, a um nível nacional o governo baseia-se no reconhecimento da supremacia do Estado e da sua capacidade para interferir em todas as matérias do interesse público. Isto não se verifica a um nível global. A não interferência nos assuntos de outros Estados é a norma.

Todas estas preocupações se juntam no caso dos riscos de alteração climática e, a actual preocupação global, pode ser o início de um sistema mais eficaz de governação para o desenvolvimento sustentável. Mas, para isso acontecer, a mitigação e a adaptação têm de ser integradas com as outras preocupações de desenvolvimento.

Temos que aceitar a necessidade de uma profunda alteração do modelo de progresso actual – neste momento em que se procura reunir as condições para descarbonizar radicalmente a economia. Para os políticos, as perspectivas não são animadoras, dado que implica uma mistura complexa de ciência, tecnologia, psicologia económica,

²⁶⁷ Guattari refere, assim, o princípio comum às três ecologias, por si propostas:

O princípio comum às três ecologias consiste em que os territórios existenciais com os quais nos confrontamos não se dão como em si, fechados sobre eles próprios, mas como para si precário, finito, acabado, singular, singularizado, capaz de bifurcar em reiteraões estratificadas e mortíferas ou na abertura processual a partir da praxis permite de torná-la habitável por um projecto humano. É esta abertura prática que constitui a essência da arte da “eco”, subsumindo todas as maneiras de domesticar os territórios existenciais, relacionados com maneiras de ser íntimas, com os corpos, o ambiente ou os grandes conjuntos contextuais relativos à etnia, à nação ou mesmo aos direitos gerais da humanidade (...)

(...) Em conclusão, as três ecologias devem ser conhecidas, numa mesma exploração, como relevante de uma disciplina ético-estética comum e como distintas umas das outras do ponto de vista das práticas que as caracterizam.

Guattari, F. (1989). *Les Trois Écologies* (p. 49). Paris: Galilée. (a tradução é nossa).

filosofia e valores humanos – numa altura em que a confiança nesses mesmos políticos desceu para níveis incrivelmente baixos (Porritt, 2009).

Parece ser do consenso geral que é inevitável que, até começar a melhorar, a situação ainda se agrave muito (nomeadamente, em termos climáticos). Não há no entanto, segundo os autores referidos, motivos para que as sociedades não consigam enfrentar os seus problemas estruturais profundos e, passado um período de descontinuidades profundas, emergir com expectativas para um futuro sustentável muito mais optimistas do que aquelas que é hoje possível ter.

Ao nível local o desafio é articular objectivos múltiplos em políticas e programas integrados, reforçar a responsabilidade no uso dos recursos e a responsabilização dos poluidores e limitar as escolhas actuais para proteger as opções futuras.

Ao nível global o desafio é ultrapassar a perspectiva *westfaliana*²⁶⁸ e aceitar que a interdependência vence a não interferência, que os deveres globais podem estender-se a áreas de competência nacional e que a cooperação global não é possível sem uma consideração explícita da justiça global.

De acordo com King (2009), responder a estes desafios vai requerer uma transformação cultural e tecnológica global a uma escala muito semelhante à da Renascença Europeia ou da própria Revolução Industrial e, um claro entendimento por todas as sociedades da necessidade de adaptar e reforçar os processos de governo global.

Os aparelhos institucionais para a cooperação global terão de mudar, de tratados baseados em concessões recíprocas, para um regime baseado em normas. A emergência da sociedade civil global, tribunais internacionais para crimes contra a humanidade e mecanismos formais para a resolução de conflitos podem conduzir a uma componente parlamentar e judicial.

Numa análise final, a mudança terá de vir do impacto epistémico dos problemas globais, cuja compreensão requer uma mudança de uma perspectiva sectária para uma humanista.

²⁶⁸ O adjectivo histórico *westfaliano* refere-se aos esquemas de reconhecimento recíproco da soberania exclusiva e excludente dos Estados-nações participantes de um sistema de relações internacionais.

5.1. AS QUESTÕES ENERGÉTICAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES

Como já referimos anteriormente, em 2030, a Terra terá completado a sua revolução urbana. A população mundial será então cerca de 8,5 mil milhões, entre os quais mais de três mil milhões serão pobres²⁶⁹. A Ásia completará por essa altura perto de 5 mil milhões de habitantes (onde a maioria estará na China e na Índia), a África terá 1,5 mil milhões, a América Latina mais de 700 milhões, a América do Norte mais de 3610 milhões, a Europa 5501 milhões e a antiga União Soviética 340 milhões.

De acordo com Paquot (2006) existem três tempos distintos e individualizáveis na história das cidades: o primeiro corresponde ao surgimento das cidades pela comercialização do excesso de produção agrícola, por altura da revolução neolítica. O segundo relaciona-se com o desenvolvimento da economia ao nível mundial devido à abertura de novos canais marítimos depois da chegada às Índias Orientais. O terceiro momento surge como consequência da industrialização e acompanha a implantação do *mundo moderno* e a urbanização generalizada em todos os continentes. Este último momento faz-se acompanhar da aparição de megalópoles gigantescas e da perda dos limites administrativos das cidades históricas que se diluem no processo de dispersão e difusão urbana, cuja consequência é o surgimento de uma reorganização do tempo ligado à transformação dos modos de vida, das famílias e do trabalho²⁷⁰, como já anteriormente mencionamos.

O automóvel ocupa um lugar de destaque nos modos de vida contemporâneos que não constitui apenas um meio de transporte, mas também uma distinção social, a marca de um *status* social que, já não seduz apenas as sociedades ocidentais, mas também as

²⁶⁹ Segundo os critérios do Banco Mundial, é “pobre o indivíduo que dispões de menos de dois dólares por dia para viver”. Paquot, T. (2006), ob. cit, p. 11. (a tradução é nossa).

²⁷⁰ Acerca da urbanização generalizada refere Schmidt:

Em Portugal 80% da população portuguesa vive hoje em espaço urbano. Esta situação aconteceu subitamente pois, Portugal, manteve-se essencialmente rural até ao final dos anos sessenta. Em trinta anos o processo de urbanização e de concentração suburbana tornou-se exponencial. Hoje só nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, concentra-se quase metade da população portuguesa.

Schmidt, L. (2007). ob. cit, p.225.

orientais, nomeadamente chineses e indianos, que se convencem cada vez mais da supremacia do automóvel e do modo de vida ocidental.

Do ponto de vista ecológico, o crescimento do parque automóvel e da sua circulação conduziu a um agravamento da poluição. As emissões de CO₂, um dos gases que conduz ao aumento do efeito de estufa, não são provenientes apenas dos automóveis mas também dos restantes veículos motorizados, dos sistemas de aquecimento, da energia utilizada para as indústrias, à base de carbono. As auto-estradas sobrepuseram-se e cresceram a uma velocidade estonteante, assistindo-se a uma invasão de betão que esventrou bairros antigos e hectares de terras cultiváveis, na construção das periferias que constituíram as novas cidades.

Todos os países do mundo aspiram a uma rede viária mais do que eficaz não hesitando a sacrificar algumas áreas edificadas, as suas paisagens rurais ou, até mesmo os seus monumentos. Esta *automobilização* gera um urbanismo de certo modo funcional e racional teorizado pelo movimento moderno que ainda hoje perdura. Esta situação levou a que a dependência do automóvel se generalizasse, contribuindo para que a crise do petróleo se perfilasse irremediavelmente²⁷¹.

Como já foi referido²⁷², a mobilidade, juntamente com a comunicação, tornou-se característica incontestável da urbanização planetária. Não foram só as pessoas que se tornaram móveis mas também os objectos e a informação. Movendo-se, o cidadão e os objectos familiares reconfiguram o seu território existencial. A viatura transporta-os mas é também transportada por eles. A interacção permanente entre o que transporta e o que é transportado traduz-se pelo imaginário da fluidez, dos fluxos, da corrente, do trajecto. A urbanização planetária impõe um divórcio do tempo e do espaço e atribui a cada um uma autonomia completa que reposiciona o princípio que nos faz mover e que

²⁷¹ Schmidt menciona sobre a automobilização:

Segundo um estudo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, coordenado por Júlia Seixas, em Portugal, o consumo energético com os transportes duplicará daqui por 10 anos, as emissões de CO₂ aumentarão cerca de 88%, e o potencial de aquecimento global ultrapassará, em muito, aquilo que o Protocolo de Quioto estabeleceu para Portugal. Sobretudo devido à circulação rodoviária que neste momento já bate os 43,5 milhões de km/ano e que em 2010 estará próximo dos 106 milhões de km/ano.

Schmidt, L. (2007). ob. cit, p.40.

²⁷² Veja-se pp. 169-182, deste trabalho.

nos faz parar. Estamos aqui e ao mesmo tempo ali. A nossa mudança é múltipla e, simultaneamente de nível, natureza, efeito e importância, variáveis. Cada cidadão situa-se neste novo contexto técnico-cultural segundo a sua história, o seu ritmo, as suas expectativas e as suas crenças. Inegavelmente é um mundo que se desloca, (des)sincroniza e nomadiza permanentemente. Nestes tempos (des)integrados e nestes territórios decompostos e reconfigurados o *homo urbanus* tem que encontrar um sentido.

Como efeito desta procura, cada vez mais se verifica uma atenção particular relativamente às questões ambientais, por parte dos profissionais relacionados com o urbanismo e com a cidade, consequência tanto da crise que se faz viver que tem como resultado o aparecimento de algumas convicções sinceras adquiridas nos últimos tempos e que se tornaram uma *questão social* que se impõe pouco a pouco, primeiro num grupo de simpatizantes e que se vai estendendo à generalidade dos cidadãos.

O tímido surgimento da noção de *desenvolvimento sustentável*, em 1980, num relatório da União Internacional da Conservação da Natureza, vai transformar-se, com o relatório de Brutland, em 1988 e com a Cimeira do Rio, em 1992, numa palavra-chave da *Organização das Nações Unidas* (ONU).

O ingresso generalizado da cidade e do urbanismo no *desenvolvimento sustentável* verifica-se a partir da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro. De facto, a Comissão das Nações Unidas preocupada com o *desenvolvimento sustentável das cidades* criou, em 1990, o *International Council for Local and Environmental Initiatives* (ICLEI), a fim de *capitalizar* as experiências locais, na Agenda 21²⁷³.

A Comissão Europeia redige *O livro verde sobre o ambiente urbano* (1991) que denuncia a expansão urbana, o funcionalismo, a multiplicação de deslocações e apela a uma maior miscigenação social e económica. Desde 1986, a *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico* (OCDE) tem um grupo de acções urbanas que publica um primeiro relatório: *O ambiente urbano: que políticas para os anos 90?*

²⁷³ Também a *Conférence des Nations Unies sur l'Environnement et le Développement* - CNUED elabora um documento chamado *Agenda 21*, que compreende 40 capítulos, onde o 7º promove os "estabelecimentos humanos duráveis" e o 28º estipula que a "participação dos habitantes e a cooperação dos poderes locais" são duas condições determinantes para uma cidade ecológica. (a tradução é nossa).

Realiza também um colóquio, em 1992, sobre o ambiente urbano (as actas, *As cidades para o século XXI*, surgiram em 1994) e, em 1996, a OCDE faz parte das *boas práticas* em matéria urbana (*Políticas inovadoras para um desenvolvimento urbano durável. A cidade ecológica*²⁷⁴). Os seus redactores reclamam uma legislação mais estrita contra a delapidação dos recursos naturais, quer sejam renováveis ou não, uma simplificação administrativa e, sobretudo, uma concordância entre os vários serviços municipais ou regionais²⁷⁵, uma participação activa dos cidadãos e uma abordagem de género às questões urbanas. Convidam os poderes públicos a inspirarem-se no Canadá que utiliza a *pegada ecológica*²⁷⁶ para desenvolver a sua política ecológica urbana.

No caso português, por exemplo, nem as Câmaras Municipais, nem as empresas públicas ou privadas estão verdadeiramente envolvidas, com entusiasmo, no combate ecológico. Frequentemente, os técnicos, os promotores e as empresas privadas, submetem-se ao que está *institucionalizado*. Falta o vasto movimento de opinião e os incansáveis combates locais para modificar hábitos, articular os serviços de um mesmo município e retomar as decisões a tomar a partir de uma preocupação ambiental comum. Em Portugal, Ribeiro Telles e Delgado Domingos, entre outros, debatem-se, desde há muito, pela redução da utilização dos combustíveis fósseis e pela promoção das energias renováveis em todas as suas formas. Domingos (2009) acrescenta que, mais importante é ainda promover a eficiência energética em todas as suas vertentes, de entre as quais importa realçar a organização espacial das actividades, a edificação, o urbanismo, e as consequências no clima urbano, na saúde e na qualidade do ambiente. Para este cientista o CO₂ e os gases com efeito de estufa são tão importantes nas questões climáticas e energéticas como as alterações do uso do solo produzindo um efeito muito maior, estas

²⁷⁴ A definição de cidade ecológica proposta é a seguinte: “Uma cidade ecológica distingue-se pelo grau de integração das preocupações relativas ao ambiente na tomada de decisão, quer ela seja do sector público quer do privado.” Paquot, T. (2006), ob. cit, p. 116. (a tradução é nossa).

²⁷⁵ Os transportes públicos e o urbanismo, a construção de habitação ecológica e o tratamento dos resíduos, a distribuição de água e a gestão de parques e jardins, entre outros.

²⁷⁶ É o *World Wildlife Fund* (WWF) que cria a *pegada ecológica*. Esta indica, por unidade de superfície e por habitante, a pressão das actividades humanas sobre os ecossistemas. Este indicador foi elaborado em 1994 por M. Wackernagel e W.E. Rees. Definiram a pegada ecológica de uma população como a superfície terrestre e aquática biologicamente produtiva necessária à produção dos recursos consumíveis e à assimilação dos resíduos produzidos por essa população, independentemente da localização dessa superfície.

últimas, ao nível das cidades. Em Lisboa, por exemplo, as diferenças entre diversos locais podem atingir vários graus centígrados que podem ultrapassar os 10°C entre o solo e o ar. Nestas assimetrias locais há vários mecanismos, em simultâneo, bem conhecidos dos arquitectos paisagistas desde a sua primeira geração, divulgados nomeadamente por Caldeira Cabral e por Ribeiro Telles e, posteriormente, por Magalhães.

Um dos mais importantes reguladores é a troca de calor entre o solo e a atmosfera por evaporação da água (calor latente). A impermeabilização do solo, não só impede a infiltração da água da chuva e baixa a humidade do solo, como altera as trocas de energia que recebe do Sol e do meio circundante. Este efeito é reforçado ou atenuado consoante a geometria dos edifícios, a sua posição relativa, a sua inércia térmica e o seu revestimento exterior.

No caso do solo, a evaporação directa e a que é promovida pela vegetação, constitui um regulador fundamental. Alterar a mata ou a cobertura arbórea, é alterar o clima. A escolha dos materiais, tanto dos edifícios como dos pavimentos provoca alterações locais de temperatura que por sua vez induzem movimentos do ar. Os movimentos do ar, induzidos localmente, atenuam ou reforçam a circulação de maior escala, com reflexos directos na qualidade do ar e na sua temperatura e humidade.

Segundo Domingos (2009) o problema central está na maneira como se planeiam as cidades. Se forem plantadas árvores nas cidades as temperaturas podem baixar na ordem de 1°C, 2°C ou 3°C, melhorando a qualidade do ar. Quando se está na área de conforto, baixar 1°C ou 2°C significa muita energia que não é gasta no ar condicionado.

Muitos projectistas têm ainda o hábito de sobredimensionar o equipamento. Nalguns casos justifica-se, pois os condicionantes externos são diferentes de edifício para edifício e de andar para andar, facto que a regulação térmica não tem, muitas vezes, em conta. Os próprios técnicos raras vezes dão a devida importância às condicionantes climáticas, devido à facilidade tecnológica com que se produz um clima para um edifício em vez de um edifício para o clima.

O próprio ar condicionado do edifício aumenta a temperatura do ar exterior, pesando imenso quando utilizado massivamente. A arquitectura tem de ser adaptada ao clima

para que se obtenha um aumento na eficiência do uso da energia nos edifícios e se reduzam as emissões dos gases de efeito de estufa²⁷⁷.

É então um facto que a urbanização planetária constitui uma revolução que faz com que nada seja como dantes, tanto no que diz respeito aos modos de vida, ao modo de habitar, como às paisagens, às temporalidades do quotidiano urbano, às modalidades do exercício do poder sobre determinado território, às expressões do contra-poder resultado da inclusão ou da exclusão, aos comportamentos individuais e às relações com os outros.

Com efeito, questões relacionadas com o solo, com a *natureza*, com as mobilidades, a democracia e com a alteridade, surgem em todas as *sociedades*, articulando-se entre elas de acordo com esquemas, muitas vezes improváveis e jamais inalteráveis. Não é possível isolá-los, excepto artificialmente para os expor. Daí a dificuldade para definir o que, na realidade, é apenas transitório e não formal. Tudo é, tudo se constitui como um corpo, tudo faz sentido. Este *tudo* não resulta de uma totalização de elementos dispersos, mas de uma *unidade* situacional. Assistimos à urbanização planetária que o mundo urbano realiza perante nós sob qualquer forma e em tempo real. Unidade no processo e diversidade nas configurações.

Será então necessária uma *revolução urbana* para procurar contrariar esta tendência: criar obstáculos, impedimentos, que têm como objectivo a realização de uma urbanização congratulante, equilibrada e regrada, que não destrua a *natureza*, nem a vida, que não prejudique nem o homem, nem as condições para a sua existência futura. O apelo a esta *revolução* deverá ser lançado pelo homem ao homem, de modo a resolver os problemas de forma pacífica. Deverão ser tomadas atitudes de bom senso e não de poder, interdependentes (intervir num sistema, implica abordar outro e, assim, modificar o conjunto que constituem). Nenhuma será prioritária relativamente a outra. Todas serão importantes para os homens e para a natureza²⁷⁸.

²⁷⁷ Por exemplo em Lisboa, se for tido em conta o consumo de energia primária e as emissões induzidas, verifica-se que mais de 50% se deve aos edifícios, sendo que os edifícios de serviços consomem mais do dobro dos edifícios de residências. Logo a seguir vêm os transportes.

²⁷⁸ Intervir por exemplo sobre a mobilidade, nomeadamente através da redução da automobilização, terá efeitos sobre as alterações climáticas, sobre a concertação entre os decisores políticos e os moradores, sobre os utilizadores e os seus eleitos, o respeito pelos outros, o humor

Nada é automático, nada é certo, nada é adquirido. Não devemos desencorajar perante a inegável diferença da tomada de consciência entre os homens: uns são atentos aos efeitos nocivos do consumo sobre os ecossistemas, enquanto os outros lhes é totalmente indiferente. Este facto poderá retardar, mas não contrariar o processo em marcha. Esta *revolução urbana* provocará uma indispensável revolução nas ideias e nos métodos de análise

dos condutores e sobre a serenidade dos peões, entre outros. Consciencializar os habitantes sobre a triagem selectiva, o controle dos ruídos, a troca de serviços entre a vizinhança, as coisas da vida que parecem sem importância resulta, também, em dotá-los de um espírito cívico e incitá-los a tornar-se mais exigentes relativamente à expressão da democracia local, a serem participativos na elaboração das grandes orientações nacionais e na discussão das decisões internacionais.

CAPÍTULO III
AGRICULTURA URBANA

1. O QUE É A AGRICULTURA URBANA?

Onde existem seres humanos existe um mercado de alimentos associado. Aos olhos de planeadores, arquitectos, políticos e investidores, praticar agricultura na cidade foi por todo o mundo, sobretudo no século anterior, considerada uma prática a desencorajar ou a ignorar. Contudo, a produção de alimentos local foi sempre bastante praticada surgindo, frequentemente, em espaços confinados pois quem procurava rendimentos praticava-a se tivesse acesso a terra e a água, independentemente das restrições políticas. Recentemente, investigadores, políticos, urbanistas e arquitectos paisagistas têm vindo a atribuir-lhe cada vez mais importância – transformando uma actividade negligenciada, nos últimos setenta anos, num grande potencial para criar formas de subsistência sustentáveis.

Se olharmos para a história da agricultura, no contexto europeu, muitos têm considerado a agricultura e a cidade de uma forma distinta. No entanto, segundo vários autores isto não corresponde à realidade²⁷⁹, aliás como vimos no subcapítulo *A Promiscuidade da Paisagem*²⁸⁰. A agricultura urbana sempre existiu. Como se sabe os primeiros assentamentos humanos localizaram-se próximo de terra fértil e arável para assegurar uma fonte de alimentos próxima. À medida que as cidades cresceram, foram ocupando essa terra agrícola, necessitando, conseqüentemente, de mais fontes de alimentos.

A definição de agricultura urbana de Mougeot, clássica e largamente utilizada, refere que,

Agricultura urbana é uma indústria localizada dentro ou na franja da cidade, cujo crescimento, processa e distribui uma diversidade de alimentos e outros produtos, reutilizando largamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e nos arredores da área urbana, e fornecendo, por sua vez, recursos materiais e humanos, produtos e serviços para aquela área urbana²⁸¹.

²⁷⁹ Henri Bava, Joaquin Sabaté, Pablo Arias Sierra, Pierre Donadieu e Ribeiro Telles, entre outros, defendem a co-existência e o desenvolvimento simultâneo de ambas.

²⁸⁰ Veja-se pp. 65-79 deste trabalho.

²⁸¹ Mougeot, L. (2000). Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks (pp. 1-42). In Bakker, Dubbeling, Gundel, Sabel-Koschella & Zeeuw, (eds) *Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda*, Feldafing: German Foundation for International Development (DSE). (a tradução é nossa).

Esta definição articula produção em espaços confinados, actividades económicas relacionadas, localização, mercados de destino (ou de consumo caseiro) e os tipos de produtos realizados numa interacção dinâmica que pode variar de uma área urbana para outra. A agricultura urbana não só apresenta investigação associada às ciências naturais (agronomia, poluição, água e qualidade do solo, entre outros), mas também a questões importantes de natureza social e económica (mercados da terra, migração do espaço rural para o urbano e integração social, entre outros²⁸²).

Também de acordo com Veenhuizen (2006), a agricultura urbana pode ser definida como o cultivo de plantas e a criação de animais para alimentação, dentro e nos arredores das cidades podendo, todavia, incluir outros usos e actividades relacionadas tais como a produção e entrega de *inputs* e o processamento e a comercialização dos produtos. A agricultura urbana localiza-se dentro ou na franja da cidade e compreende uma variedade de sistemas de produção, diferentes da produção de subsistência processando, ao nível do agregado, uma agricultura completamente comercializada²⁸³.

Esta actividade é geralmente caracterizada: pela proximidade aos mercados, por uma alta competitividade pela terra, por ser um espaço limitado, pela utilização de recursos orgânicos nomeadamente resíduos sólidos orgânicos e águas residuais, por ter um baixo grau de organização, pelos seus produtos serem predominantemente perecíveis, e por terem alto grau de especialização, entre outros. Devido ao fornecimento de produtos perecíveis tais como vegetais, leite fresco e produtos avícolas, a agricultura urbana complementa, em grande parte, a agricultura rural e aumenta a eficiência dos sistemas nacionais de alimentação (Figura 27).

Mougeot (2005) refere que a característica mais importante que distingue a agricultura urbana de outros tipos de agricultura, não é tanto a sua localização, mas o facto de constituir parte integral da economia urbana e dos sistemas ecológicos e sociais: utiliza

²⁸² Actualmente, a pesquisa sobre agricultura urbana justifica-se também para o estudo da política e oferece-se como resposta à visão tecnocrática da forma de planeamento e legislação.

²⁸³ A capacidade da população para gerar rendimentos é necessária e profundamente satisfatória. Usando a superfície, a própria terra, é uma das mais arcaicas formas de gerar rendimento, principalmente sob a forma de produção de alimentos. Também permite o largamente desejado trabalho em e com condições naturais.

recursos urbanos (terra, trabalho, resíduos sólidos orgânicos e água); produz para os cidadãos; é fortemente influenciada pelas condições urbanas (políticas, competição pela terra, mercados e preços urbanos) e causa impacto no sistema urbano (os efeitos na segurança alimentar, na pobreza, na ecologia e na saúde).



Figura 27 - Agricultura Urbana na cidade de Lisboa – cultivo de vegetais. Fonte: Foto cedida pela Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla Comissária para a Agricultura Urbana na Câmara Municipal de Lisboa.

Também para Viljoen (2005) a agricultura urbana pode ter lugar em qualquer espaço da cidade - em espaços de distintas topografias, de tipologias definidas, ou não, *brown-fields*, espaços *verdes*, parques, bermas das estradas, taludes das auto-estradas, em espaços amplos ou escondidos em esquinas²⁸⁴. Pode surgir onde quer que seja dentro do contexto urbano, levando a que muitas cidades estimulem o seu uso múltiplo mantendo os espaços, dentro da cidade, simultaneamente valorizados e livres de edificação. Na maior parte dos casos são hortas de alto rendimento onde cresce fruta e vegetais e, se as

²⁸⁴ *As Paisagens Urbanas Produtivas e Contínuas* - CPULs poderão surgir em qualquer espaço de formas, dimensões e escalas variáveis. Veja-se definição na p. 212 deste trabalho.

condições económicas forem difíceis, podem incluir pequenos animais e/ou aquacultura (Figura 28).

Já a agricultura periurbana é a agricultura que ocorre na franja urbano-rural ou dentro das áreas sub-urbanas de baixa densidade, semelhante à agricultura urbana apesar da dimensão das parcelas ser frequentemente maior (Figura 29).



Figura 28 - Horta urbana em Lisboa relação entre as hortícolas e o espaço edificado. Fonte: Foto cedida pela Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla Comissária para a Agricultura Urbana na Câmara Municipal de Lisboa.



Figura 29 - Agricultura periurbana no Sul de Itália. Fonte: Donadieu, P. (2006). p. 81.

Apesar desta vasta abrangência da agricultura urbana, em termos tipológicos e espaciais, queremos aqui destacar três tipos teoricamente distintos mas, perfeitamente compatíveis e complementares em termos morfológicos e práticos :

- O primeiro é referente às hortas urbanas, desde sempre e ainda hoje, tipologia protagonista da agricultura urbana no espaço da cidade e cuja importância deverá ser crucial sob o ponto de vista produtivo, económico, ecológico, social e de lazer.
- O segundo refere-se ao conceito de *Continuous Productive Urban Landscape* - CPULs pela sua analogia com os conceitos de *Contínuo Natural e Contínuo Cultural*, perfeitamente inclusivos da arquitectura paisagista em Portugal e que nos parece importante do ponto de vista de uma possível estratégia de desenho de paisagem para o espaço urbano.
- O terceiro é o conceito de *campo urbano* de Pierre Donadieu que implica uma dualidade entre ecologia e identidade constituindo, necessariamente, uma ruralidade urbana, à semelhança do que se terá passado com as Quintas de Recreio, em Portugal. Dentro deste conceito está implícita uma intencionalidade projectual que consideramos fundamental enquanto estratégia a implementar.

1.1 AS HORTAS URBANAS

As hortas urbanas são uma contribuição única para o espaço urbano. Contribuição esta que desafia a noção convencional de espaço urbano e de desenho de espaço aberto. Estes espaços são um eco, uma memória do que o campo terá sido – uma *paisagem* humanizada, ainda acessível no coração da cidade, um espaço para construir a ilusão de estar no *campo*, mais confortável e acessível para as pessoas que desejam trabalhar com a terra que o campo genuíno dos negócios agrícolas, a exclusividade social da cultura do *range-rover* e o *modo de vida rural* fora da cintura verde, o sistema natural que assegura a respiração da cidade. Uma *paisagem* humanizada, mas com um sentimento tranquilo, um espaço partilhado com um toque de silêncio recolhido. Em comum com outros tipos de agricultura urbana, as hortas urbanas desafiam as noções convencionais de cidade e de campo como espaços urbanos produtivos em crescimento.

O conflito entre o urbano e o rural tem sido uma fonte consistente de dificuldades para os projectistas urbanos porque contradiz categorias impostas acerca do que é, ou do que deveria ser, o espaço urbano – expresso em noções particulares de ordem e de controlo, pureza da forma e limites claros. Ainda assim é esta contradição de normas que os utilizadores e o público em geral aparentam valorizar. O sentimento de muitas pessoas relativamente ao viver, trabalhar, passear e andar de bicicleta pelas hortas é testemunho não apenas do seu valor vital, psíquico e físico mas também da necessidade de envolver mais população na discussão do futuro destes espaços.

Como já foi referido, a agricultura urbana refere-se a actividades relacionadas com a produção de alimentos na cidade e está associada à história das cidades desde a sua origem²⁸⁵: a ausência de um sistema de transporte eficiente e de técnicas de preservação de alimentos sofisticadas antes da Revolução Industrial significava, inevitavelmente, que a população tinha que produzir os alimentos próximo do local onde habitavam. Consequentemente, espaços edificados e cultivados co-existem há milhares de anos. Edifícios de habitação, mercados, edifícios públicos e lugares sagrados conviveram, durante séculos, com hortas familiares, explorações agrícolas e pastagens comuns, com o objectivo de assegurar a alimentação das povoações.

A existência das hortas urbanas com carácter intencionalmente social surgiu, pela primeira vez, no início do século XVIII para compensar a população rural que havia migrado para a cidade. O objectivo destas hortas era providenciar uma rede de segurança nutricional e económica contra o desemprego ou, para suplementar rendimentos reduzidos. A necessidade de hortas urbanas depressa cresceu, ocupando a cidade. Por esta altura a disposição e o aprovisionamento das hortas era largamente privado e *ad hoc*.

No fim do século XIX o poder e as responsabilidades crescentes dos governos locais reflectiram-se no surgimento da primeira legislação para hortas urbanas, em Inglaterra, que requeria que as autoridades locais providenciassem hortas para os trabalhadores que

²⁸⁵ As primeiras cidades no Crescente Fértil, na China, na América Central e na América do Sul, referem a presença da produção local de alimentos, componente essencial da segurança alimentar em tempos de conflito e insegurança militar (Southall, 2001).

mostrassem necessidade. Procedimentos comparáveis ocorreram noutras partes da Europa, por exemplo a introdução dos *Schrebergarten*, na Alemanha (Viljoen, 2005).

Até quase ao primeiro terço do séc. XX, o cultivo urbano de alimentos significou uma parte importante do consumo da cidade. Os produtos frescos, legumes e vegetais, procediam de hortas que se cultivavam ao longo das ribeiras e dos rios da cidade. A importância destes vínculos *rurais-urbanos* ultrapassavam o plano puramente económico e as considerações ambientais que hoje sobressaem.

As antigas zonas de hortas começaram então a ver-se ocupadas por auto-estradas, áreas residenciais, carris de tráfego e outras infra-estruturas necessárias ao crescimento da cidade²⁸⁶. Ao longo dos tempos foram-se verificando contínuos retrocessos e alguns avanços na actividade agrícola nas áreas urbanas resultado, respectivamente, da nova cultura industrial das cidades assim como de interesses especulativos associados à melhoria dos transportes que permitia um abastecimento mais rápido e económico dos mercados centrais. Ao mesmo tempo a contaminação das águas dos rios pela indústria representou uma das maiores catástrofes ecológicas tendo como resultado o abandono da actividade agrícola nas áreas urbanas.

Não obstante, em períodos de crise, o valor estratégico das hortas urbanas voltou a pôr-se em evidência. Entre 1900 e 1945 o maior estimulante à produção de alimentos, na Europa, foi a Guerra: a ameaça real da fome causada pelos bloqueios, originou campanhas para aumentar a produção alimentar local, muita dela vinda da agricultura urbana (Figura 30).

²⁸⁶ A metropolização é a causa principal da perda da agricultura na cidade. Atesta a supremacia da função terciária urbana: comercial, financeira, de decisão e de comando; depende de uma modalidade de crescimento urbano fundada sob o automóvel, sob o consentimento da administração pública urbana e, conseqüentemente, sob a forma de governo local. Uma segunda série de motivos é relacionada com uma visão negativa por motivos de higiene e saúde pública. Uma terceira série tem a ver com as desvantagens a que são sujeitos os agricultores (incompatibilidade dos tractores com o tráfego urbano, falta de água para rega(...)) (Mininni, 2006).

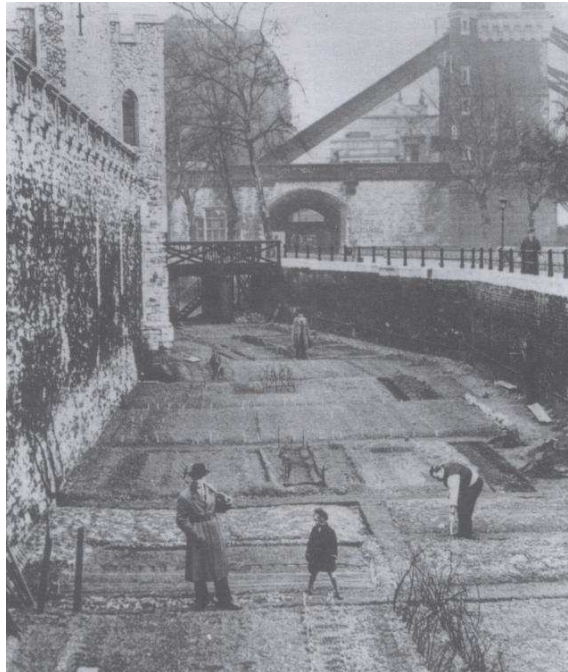


Figura 30 - Agricultura Urbana em Londres, por altura da Guerra, entre 1939 e 1945. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 102

Na Primeira Grande Guerra, com receio de prejudicar a moral civil, as campanhas do governo britânico para aumentar a produção alimentar, tal como o racionamento, começaram a partir de 1917. Apesar disto, os resultados da campanha foram estrondosos. Segundo Viljoen (2005), o número de lotes de 250 m² cada aumentaram, aproximadamente, de 450000 para 600 000 em 1913, e de 1 300 000 para 1 500 000 em 1917, tendo sido produzidos 2 000000 de toneladas de vegetais.

Entre guerras, o interesse nos lotes e noutras formas de produção urbana de alimentos declinou na Europa, apesar de nunca ter decrescido para níveis inferiores aos encontrados em 1914. O desemprego em massa, verificado desde 1920, suscitou um revivalismo no interesse nas hortas como um meio valioso de ajuda. Grupos filantrópicos de várias origens, nomeadamente a *Society of Friends*, em Inglaterra, desenvolveram planos providenciando fertilizantes, sementes e ferramentas. Actualmente mecanismos de suporte semelhantes são utilizados em Cuba, no seu programa nacional de agricultura urbana.

Durante a II Guerra Mundial a produção de frutas e vegetais dentro das cidades do Reino Unido demonstrou deter um valor importante em épocas de necessidade. A

produção em hortas familiares, aproveitando jardins em espaços públicos e privados, superou mais de 10% das necessidades totais do país em frescos (Sierra, 2003).

Segundo os dados de Hough em *Ciudad y Naturaleza*²⁸⁷, durante os anos de guerra, não só as actividades agrícolas mas também a produção de gado e de aves atingiram valores elevados. Em 1942 estavam registados, em zonas urbanas de Inglaterra, mais de 90 000 criadores de aves com uma produção de 16 000 000 de exemplares. Em 1944 as hortas, juntamente com jardins e outras parcelas de terra incluindo parques transformados em campos agrícolas, perfaziam 10% das necessidades alimentares do país e metade das necessidades em fruta e vegetais. O fim da campanha *Dig for Victory*, em Inglaterra, foi seguido de um declínio acentuado na produção urbana de alimentos. O novo estado de bem-estar, a existência de emprego e uma prosperidade crescente fizeram com que a produção de alimentos não fosse já uma necessidade. Também um problema de imagem afectou negativamente as hortas: as pessoas associavam-nas à guerra e a uma época de austeridade que não se coadunava com uma época destinada aos progressos científicos (Viljoen, 2005).

Os anos 70 marcaram uma viragem no destino das hortas urbanas trazendo novas formas de produção de alimentos. A principal razão pareceu ser a nova ética ambiental, desenvolvida nos anos 60 como um estilo de vida alternativo e uma noção de auto-suficiência suportada pelo uso de energias renováveis que conduziu a uma revalorização da produção de alimentos nas cidades. O efeito desta nova postura reduziu a taxa da perda de hortas em Inglaterra (desceu 84%, de 1970 a 1977), (Viljoen, 2005) e, aumentou consideravelmente a procura pelas hortas urbanas. Esta preocupação ambiental florescente também deu origem ao desenvolvimento de novas formas de actividade de produção de alimentos – notavelmente as quintas urbanas e o movimento das hortas comunitárias²⁸⁸.

²⁸⁷ Hough, M. (1998). *Naturaleza y ciudad. Planificación urbana y procesos ecológicos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. Coleção Arquitectura y Diseño+Ecología.

²⁸⁸ Dentro deste princípio, foram desenvolvidas e implementadas diversas propostas no sentido de recuperar e explorar novos espaços abertos para espaços urbanos já consolidados, sendo disto exemplo a contribuição de Liz Christy que, em 1973, juntamente com um grupo de jovens activistas iniciaram uma missão de recuperar as zonas de Manhattan abandonadas, com fortes índices de delinquência, para a criação de zonas verdes e hortas urbanas. Apesar de terem enfrentado fortes resistências no processo de ocupação dos terrenos ocupados, este grupo, baptizado *Green Guerilla*,

Superadas as épocas de crise a dinâmica urbana da sociedade de desenvolvimento, com as suas novas técnicas de congelamento de produtos, permite que seja possível encontrar qualquer produto em qualquer estação do ano a uma distância muito reduzida. Ainda que os mercados agrícolas locais permaneçam nas cidades a realidade é que a competência das multinacionais de distribuição está a comercializar, com técnicas e métodos industriais, a totalidade dos alimentos vegetais - fruta e hortaliças. Inclusivamente, a chamada agricultura orgânica ou ecológica também caiu dentro destas cadeias multinacionais de distribuição. No entanto, a presença destes velhos mercados urbanos no interior das cidades é importante para restabelecer as pontes entre os cidadãos e um sentimento mais directo dos seus vínculos com a natureza, podendo impulsionar uma adesão à horticultura como actividade compensadora do encapsulamento artificial do homem²⁸⁹ (Figura 31). Isto requer um novo sentido na forma e na intenção da concepção dos espaços abertos da cidade que têm que ser

consumou os seus intentos com a criação do primeiro jardim comunitário de Nova Iorque, o *Liz Christy Bowery-Houston Garden*, que se tornou num jardim de referência para os cerca de 700 jardins que hoje podemos encontrar em Nova Iorque.

Estes jardins, para além de representarem um manifesto político e social significativo, de contribuírem visualmente para a criação de ambientes urbanos mais agradáveis, de terem a capacidade inata para contrair os índices elevados de CO₂ e funcionarem como reguladores térmicos naturais, constituem-se ainda como centros de horticultura, áreas para actividades pedagógicas para crianças ou de integração de excluídos, permitindo o usufruto por parte da população de produtos hortícolas frescos, sem custos de transporte e a pretexto da ocupação e convívio dos residentes. Legalizado em 1978, o *Green Guerillas* conta actualmente com 200 voluntários e cerca de 800 membros efectivos, oferecendo cursos para ensinar a cultivar as hortas.

²⁸⁹ A *Earth Pledge Foundation*, fundada em 1991 com o intuito de promover o desenvolvimento sustentado, apresentou dois programas de sucesso e que, de certo modo, fizeram ressurgir alguns dos temas passados para o contexto da actualidade do debate da sustentabilidade. Um deles, o *Farm to Table* (2001), promove a criação de novos laços comerciais entre os consumidores e os agricultores locais, fomentando novos tipos de sinergias enquanto incentiva a manutenção dos espaços verdes e das tradições agrícolas, reduz os custos ambientais dos transportes de longa distância e providencia alimentos frescos aos utilizadores finais.

Nos Estados Unidos Ben Benepe fundou a *Organização de Mercados Verdes* quando obteve permissão para formar a *Union Square Green Market*, temporariamente, em 1976. O *Farmers' Market, Broadway na 114th Street*, está agora aberto três dias por semana e atrai 200 agricultores locais e os seus produtos, dos arredores do estado de Nova Iorque. O bairro da *Union Square* inclui vários restaurantes que se especializaram na cozinha destes produtos frescos locais. O *Green Market Organization* é também agora patrocinador dos mercados de agricultores em Nova Iorque, tendo sido também legalizadas outras iniciativas *bottom-up* como o Parque *High Line* em Chelsea e seiscentos *Green Thumb* (pequenos parques) espalhados pelas áreas mais pobres de toda a cidade²⁸⁹ (Shane, 2007).

repensados nas suas funções e objectivos, permitindo incluir estas *novas actividades urbanas*.



Figura 31 - Farmer's Market, Broadway e 114th Street em Nova Iorque. Fonte: Spens, (2005), p. 32.

É evidente que a nova cidade difusa comporta, de alguma forma, um certo desejo de relação do cidadão com a natureza e, parece claro que neste contexto, é fisicamente mais fácil de estabelecer este vínculo através da agricultura urbana.

É também significativo que as povoações de onde as grandes áreas metropolitanas surgiram, no ocidente, procederam de âmbitos rurais. A vontade de manter esta velha herança cultural teve efeitos importantes em certos subúrbios operários, tanto em grandes áreas urbanas europeias como americanas (Sierra, 2003). A variedade étnica e cultural na união europeia, formada com populações provenientes de culturas rurais fez com que se utilizassem ao máximo, em certas áreas suburbanas, os pátios e espaços abertos da moradia com o cultivo de vegetais mantendo vínculos às origens e, ao mesmo tempo, ajudando a economia familiar. Esta prática poderá ser um exemplo para os espaços abertos da cidade que, frequentemente, com o seu tratamento *standartizado*, mantêm o cidadão e a cidade de costas para a *natureza*.

Em Portugal os fortes movimentos migratórios dos anos 60 e 70, de populações provenientes de âmbitos rurais em direcção às grandes cidades (Carvalho, 2003), levaram também ao surgimento de certas formas de agricultura urbana e suburbana que respondiam a um novo tipo de *espaço urbano*, denominado por Remy e Voyé (1992)

como *terceiro espaço*, que demonstrava um vínculo da nova população industrial à memória dos seus velhos hábitos rurais.

Ainda hoje, nas nossas grandes áreas metropolitanas existem pequenas explorações agrícolas nos espaços intersticiais ou de difícil utilização, em áreas suburbanas que, dentro da sua precariedade, têm um interesse excepcional como fenómeno sociológico, e que acreditamos exceder o que seria um mero mecanismo de transição enquanto adaptação de populações migrantes à nova cultura do espaço urbano²⁹⁰.

As hortas sub-metropolitanas aparecem nas grandes cidades (veja-se o caso de Lisboa) como lugares bastante representativos, inclusivamente a partir do ponto de vista sociológico, geográfico e antropológico, que as tem estudado com interesse evidente. Estes estudos demonstram-nos o que significam como expressão de uma forma de compreender o espaço urbano como *habitat* do homem: as hortas sub-metropolitanas significam mais que pontes para a adaptação, sendo expressão do que a cidade poderia ser como forma definitiva e que esta forma de ser era fácil e possível.

No caso concreto da área metropolitana de Lisboa, eram importantes as áreas agrícolas periurbanas de significativa capacidade de produção que, a partir dos anos 60, começaram a perder progressivamente importância como consequência da destruição do solo agrícola, não só pelos novos desenvolvimentos industriais e residenciais que invadiram estes espaços periféricos, mas também pela construção de potentes infra-estruturas e redes de serviço que destruíram o espaço produtivo de um sector primário que, por outro lado, também estava a perder a sua mão-de-obra perante as novas oportunidades de emprego.

Hoje, é frequente que a natureza e origem das hortas submetropolitanas, quer pela sua proveniência, quer pela sua situação, não tenham relação com a actividade agrícola

²⁹⁰ Áreas institucionais (pertencentes a hospitais, escolas e igrejas), margens de rios e bermas das estradas, parques, terrenos debaixo de linhas de alta tensão, áreas que não podem ser utilizadas para edificação e os seus arredores constituem grande parte do território municipal. O planeamento do uso e a exploração destes espaços requer o levantamento da sua localização, como um primeiro passo, e depois a avaliação do seu potencial. É importante avaliar a disponibilidade da terra para a agricultura urbana em determinada cidade a curto, médio ou longo prazo. A terra poderá não estar disponível devido ao rápido crescimento da cidade e expansão das áreas edificadas (Veenhuizen, 2006).

convencional que existiu ou ainda existe em determinada zona. Tratam-se, muitas vezes, de actividades à margem dos circuitos comerciais, em pequenas parcelas ou hortas que se justificam, como actividade, com razões próprias mais vinculadas ao mundo urbano do que ao rural. Por outro lado, a prática agrícola por parte da classe trabalhadora tem sobrevivido à custa da disponibilidade generalizada dos alimentos a baixo custo.

Actualmente, a agricultura urbana continua a ser útil como um meio de fornecer alguns alimentos e rendimentos financeiros para os cidadãos, mas tem também outros benefícios importantes (Cook, Lee & Perez-Vasquez, 2005):

- Sociais (lazer; fomentando grupos locais; terapia para indivíduos com necessidades especiais, reabilitação para jovens).
- Ambientais (renovação de espaços urbanos abandonados, diversificação do uso da terra urbana, aumento da biodiversidade, preservação do ciclo da água, do solo e do ar, redução da pegada ecológica).
- Humanos (promoção da sociabilidade através do encorajamento das qualidades pessoais como o altruísmo, melhoria da qualidade de vida pelo contacto social, benefícios para a saúde através de exercício físico, melhor qualidade e mais diversidade alimentar).
- Económicos (estímulo das economias locais).
- Emocionais (pela pausa que pode constituir no quotidiano monótono e cinzento dos cidadãos, possibilitando que se apercebam da dimensão real do tempo).

Em Inglaterra e no Norte da Europa, em geral, uma horta comunitária ou uma quinta urbana são projectos locais geridos por e para grupos de comunidades locais. Algumas vezes são geridos numa parceria com as autoridades locais mas, a sua característica essencial é o forte envolvimento local. Estas hortas existem sobretudo em áreas densamente edificadas onde a sua criação tem sido a resposta da comunidade à falta de um projecto e/ou gestão adequada para e dos espaços abertos.

As quintas urbanas são também conhecidas por quintas pedagógicas ou quintas comunitárias. Os lotes agrícolas não são geralmente geridos por uma comunidade, mas há um movimento crescente para a formação de uma associação de grupos de lotes com

o objectivo de praticar uma gestão descentralizada da Autoridade Local que se deslocará do sector *estatutário* (embora com protecção legal) em direcção ao sector *conduzido pela comunidade*. Dentro do movimento dos lotes verifica-se também um número crescente de grupos que estão conscientemente a estabelecer trabalho gerido pela comunidade com esquemas inovadores para obter mais apoio comunitário (Iles, 2005). A maioria dos projectos incide sobre actividades de produção de alimentos, cursos de formação na área, visitas de escolas a lotes comunitários e empreendimento de negócios comunitários relacionados com a prática agrícola urbana. Alguns avançam com a proposta de equipamentos de recreio e desportivos, de actividades de tempos livres e de esquemas de férias.

As hortas comunitárias²⁹¹ e as quintas urbanas são extremamente flexíveis e adaptam-se às exigências de mudança da comunidade local. Têm em comum o encorajamento da participação social e da criação de comunidades sustentáveis. Os projectos contribuem directamente para o desenvolvimento da comunidade gerando participação social e promovendo regeneração urbana através de:

- Mais espaços abertos construídos com vegetação, no ambiente urbano;
- Mais oportunidades educacionais, formais e informais;
- Mais informação pedagógica relativamente à produção de alimentos e de animais;
- Formação de adultos num leque de assuntos variados, nomeadamente jardinagem, horticultura e pecuária.
- Visitas escolares e actividades educativas;
- Actividades pré-escolares ;
- Equipamentos de jogo e desportivos;
- Tempos livres e esquemas de férias;
- Integração de pessoas com dificuldades de aprendizagem e/ou outras necessidades especiais;
- Desenvolvimento da prática de empresas comunitárias, tais como cafés, centros de equitação, centros de jardinagem e/ou outros negócios comunitários.

²⁹¹ Relativamente à localização e traçado do lote é necessário ter em conta se o seu objectivo é terapêutico ou recreativo, comercial, para auto consumo ou de uso misto. Os lotes de jardinagem são dos mais populares para lazer e tempos livres em Inglaterra. De facto a gestão dos lotes é considerada por muitos como uma actividade de lazer mais do que um meio de produzir alimentos.

Thorpe (1975) considera que a expressão *lote agrícola* devia ser substituída pelo conceito de *jardins de recreio* porque a primeira tem um estigma histórico de baixo rendimento e relativa pobreza. Adicionalmente, o traçado e a localização dos lotes devem considerar não apenas as parcelas individuais mas também as áreas comunais, abrigos, áreas recreativas e até alguns espaços ocasionais para pomares e bosques. Os *jardins de recreio* devem ser estrategicamente localizados próximos das exigências e o mais longe possível de fontes de contaminação conhecidas, tais como antigas linhas de caminho-de-ferro e alguns espaços vazios resultantes de indústrias poluentes.

Urruela (1988) entende a presença destas hortas submetropolitanas como resultado de uma ocupação marginal de solos que surge como resultado dos problemas da crise e da paragem industrial que na década de setenta afectou a economia operária. A exploração destas pequenas parcelas serve para conferir algumas verbas adicionais às economias familiares e dar trabalho a jovens desempregados sem expectativas.

Este diagnóstico, quanto à origem e justificação da existência das hortas submetropolitanas, não é integralmente compartilhado por Carrasqueno (1996) depois de analisar em profundidade as componentes sociológicas das hortas existentes em zonas suburbanas da cidade.

Segundo Carrasqueno (1996), a origem das hortas metropolitanas não poderá estar relacionada com o problema da paragem industrial, uma vez que a origem das hortas é-lhe muito anterior. Assim sendo, a sua origem terá que ser fundamentada em variáveis de outra natureza.

Também não parece válido, segundo a mesma autora, relacionar estas hortas com factores de benefício económico para os seus cultivadores. De facto, as verduras e hortaliças que se produzem não entram em nenhum tipo de comercialização. Os únicos ganhos serão o ocasional consumo familiar ou a satisfação de oferecer os produtos a amigos ou chegados.

A mesma autora refere que as parcelas cultivadas carecem de valor no mercado. Estão ocupadas de forma transitória, estando os seus utilizadores conscientes de que podem ser desalojados em qualquer momento. Nunca se compraram ou venderam e, se quem as cultiva não pode já desfrutá-las pela idade ou por razões familiares, cede-as a alguém que mostre interesse em cultivá-las. Também não parece comum a presença de jovens

no cultivo das hortas; quem ali trabalha, de forma ocasional, são homens, de idade madura, de 50 a 70 anos, na sua maioria reformados, que utilizam o seu tempo livre, para preencher o vazio da sua ociosidade. Esta dedicação nunca é muito intensa nem com expectativas económicas, facto quase impossível por se tratar de terras de má qualidade, por utilizarem ferramentas elementares e por não terem apoios adequados.

Relativamente à realidade portuguesa, em 2004 a Culturgest lançou um concurso para atribuição de hortas urbanas, em Lisboa. Os concorrentes eram todos (ou quase todos) reformados e migrantes na cidade. Segundo a Comissária da Câmara Municipal de Lisboa (CML) neste concurso, a Arquitecta Paisagista Rosário Salema, os filhos dos concorrentes não iriam dar continuidade a esta actividade, em parte produtiva (pois vendem os produtos que cultivam) em parte lúdica. Relativamente às hortas sociais, verificou-se que abrangiam quadros técnicos (população activa qualificada), pelo menos nos bairros de classe média, por exemplo Telheiras.

Segundo a Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla, comissária actual para a legalização das hortas urbanas, da Câmara Municipal de Lisboa, a *Divisão de Património e Investimento* da Câmara Municipal de Lisboa (CML) está finalmente a cadastrar as hortas urbanas de Lisboa, não se encontrando esta informação ainda disponível. Relativamente às faixas etárias e situação profissional dos hortelãos, depende das áreas em questão: nas zonas mais marginais, em termos sociais, tem-se um leque muito mais variado de hortelãos sendo difícil estabelecer um padrão global para as hortas urbanas - as hortas estão muito ligadas ao aspecto social e económico na cidade, pelo menos as que surgiram espontaneamente, pelo que estão também directamente relacionadas com a tipologia social da área em que estão inseridas.

A Comissária referiu dois exemplos distintos: a Quinta da Granja, em frente ao Centro Comercial Colombo e o Parque Hortícola de Chelas, junto ao bairro da zona J em Chelas: no primeiro predominam reformados, na razão de 60 a 70%, que já cultivam a área há muito tempo. O mais antigo fá-lo há 38 anos e tem hoje 95 anos. Neste caso são poucos os hortelãos que iniciam o cultivo das hortas já na reforma. Muitos ocupam estas áreas há já muito tempo e, entretanto, reformaram-se. A razão principal para cultivarem as hortas é o gosto pelo cultivo da terra, e também para distração e ocupação de tempos livres (Figura 32).



Figura 32 - Hortas urbanas na Quinta da Granja, em Lisboa. Fonte: Foto cedida pela Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla Comissária para a Agricultura Urbana na Câmara Municipal de Lisboa.

No Parque de Chelas a situação é completamente distinta. A faixa etária vai desde os 30 até aos 70 anos e predominam os indivíduos activos profissionalmente ou, pelo menos, dentro desta faixa etária, uma vez que muitos estão desempregados. Aqui a principal razão do cultivo das hortas é o complemento ao rendimento familiar. Estes hortelãos vendem os produtos ilegalmente, ao contrário dos da Quinta da Granja que cultivam apenas para consumo próprio (Figuras 33 e 34). Neste caso surge um problema grave que é a rega das hortas, no Verão, com água do esgoto, imprópria para tal uso. Estão, no entanto, para ser iniciadas as obras da 1ª fase de um Parque Hortícola, nesta área, que consiste precisamente em dotar a área com acessos e água para rega.



Figura 33 - Hortas Urbanas de Chelas – vista panorâmica Este. Fonte: Foto cedida pela Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla Comissária para a Agricultura Urbana na Câmara Municipal de Lisboa.



Figura 34 - Hortas Urbanas de Chelas – vista panorâmica Oeste. Fonte: Foto cedida pela Arquitecta Paisagista Maria José Fundevilla Comissária para a Agricultura Urbana na Câmara Municipal de Lisboa.

Quanto às políticas camarárias, em Lisboa, ultimamente têm vindo a ser promovidas as hortas urbanas, o que até agora, ainda não tinha acontecido, apesar dos esforços continuados por parte de alguns técnicos, para tentar avivar esta prática.

Há cerca de quatro anos, foi criada uma Comissão, com o objectivo de legalizar as hortas urbanas. Foi então proposto um regulamento (ver Anexo 2) que legitima a existência destes espaços conferindo alguma segurança aos hortelãos que, nos últimos 12 anos, já receberam duas ordens de despejo. Esta proposta ainda não está revista juridicamente mas, no entanto, já está a ser aplicada. Consiste basicamente numa classificação, de modo a proteger as hortas de cariz social e económico que correspondem a 90% das hortas existentes.

À margem de toda a expectativa económica, as hortas submetropolitanas têm um interesse indubitável como fenómeno urbano já que se trata de uma forma de actividade situada à margem da *oferta de espaço* que a cidade proporciona aos cidadãos. Significam uma forma de *passar o tempo* que a cidade não tinha previsto. Neste sentido, constituem um espaço intermédio entre a casa familiar e o *café* como lugar de reunião e ócio para os habitantes. Os sociólogos Remy e Voyé (1992) referem-se ao *terceiro espaço*, interpretando as hortas como lugar de ócio, sem equivalente com o que é oferecido de forma *standard* pelas cidades.

Carrasqueno (1996) vincula as hortas submetropolitanas ao trânsito do espaço rural para o urbano, como uma manifestação de persistência de uma socialização rural-agrária enquistada num *habitat* urbano, entendendo que constituem um símbolo carregado de valores, enraizado no interior do novo cidadão. Neste sentido, coloca-as dentro de esquemas de resistência e protecção contra a hostilidade que a cidade transmite a grupos étnicos ou culturais não adaptados. Esta assimilação das hortas submetropolitanas no contexto de bairros marginais não nos parece de todo ajustada. O problema que subjaz nestes espaços urbano-rurais não é só a criação de um *espaço de segurança* e de reencontro com a própria identidade e com a terra de origem. Também é expressão de uma vontade de permanência, uma intenção de integrar no espaço urbano algo que, sem razão aparente, terá desaparecido da cidade.

Ribeiro Telles, que tem sido desde sempre um acérrimo defensor da existência de hortas urbanas, refere que os novos *agricultores da cidade* trazem uma mensagem inteligente,

de uma forma espontânea e ingênua e, sem dogmas nem imposições, mostram a evidência do possível, conseguida sem apoio político nem manifestações públicas. A nova seiva de energia e sabedoria, que o âmbito rural traz, é resultado, não só de recordar valores rurais, mas também de reconhecer e sentir as carências urbanas. As hortas suburbanas não são formas de sociabilidade contrárias e opostas ao modo de vida urbano, mas sim paradigmas de carências que não se justificam no espaço urbano.

O espaço intermédio, equidistante entre o doméstico e o simplesmente lúdico, considerado por Remy e Voyé (1992), é algo que a cidade já teve, de alguma forma e, que hoje, a nova cidade neoliberal do pós-modernismo perdeu definitivamente, permitindo como única opção a comercialização de aparatos virtuais. Mas este *terceiro espaço* de vida não é comercial nem tão pouco um mero passatempo alienante tendo por trás de si tudo o que a cidade e o homem precisam da natureza. Isto significa a relação Homem/Natureza e inclui o entendimento da paisagem com toda a sua multifuncionalidade.

Carrasqueno (1996) adverte que existe um confronto entre as hortas submetropolitanas e política de planeamento. A insensibilidade do planeamento a este espaço é algo mais que ignorância: é resultado de um receio dos próprios fundamentos do planeamento que pretende, definitivamente, uma imagem de ordem, do ponto de vista social, funcional e também estético. As hortas têm pouco significado no mundo virtual de hoje enquanto forma de estar e de relacionar-se, uma vez que o entendimento cidade-natureza não se cotiza no mercado urbano do consumo.

1.2 *CONTINUOUS PRODUCTIVE URBAN LANDSCAPE* (CPULS) - PAISAGEM URBANA CONTINUA E PRODUTIVA

Viljoen avança com o conceito de *Urban and Peri-Urban Agriculture* – Agricultura Urbana e Periurbana (que inclui, simultaneamente a agricultura urbana e a periurbana, e com o conceito de CPULs *Continuous Productive Urban Landscape* (CPULs) – Paisagem Urbana Contínua e Produtiva²⁹², em 2005, e que nos parece muito

²⁹² *Continuous Productive Landscape*(CPUL) é um conceito de desenho de projecto que advoga a introdução coerente de paisagens produtivas, articuladas, dentro da cidade, como um elemento

interessante, dada a sua proximidade em termos conceptuais com os conceitos de *Contínuo Natural* e *Contínuo Cultural*, profundamente enraizados na arquitectura paisagista em Portugal, como já referimos²⁹³, e com os conceitos de *Paisagem Global* e de *Landscape Urbanism*, pela sua forte carga estrutural, tão influente nos projectos e teorias da arquitectura paisagista actual: consiste numa combinação coerentemente planeada e concebida de *Paisagem Contínua*²⁹⁴ com *Paisagem Urbana Produtiva*²⁹⁵.

Corresponde a uma paisagem aberta e urbana, produtiva em termos económicos, socioculturais e ecológicos, situada dentro de uma estratégia de paisagem à escala urbana, construída para incluir elementos vivos e naturais; pensada para encorajar e permitir os habitantes urbanos a ter contacto com actividades e processos tradicionalmente associados ao campo e, conseqüentemente restabelecer uma relação entre a vida e os processos necessários ao seu suporte (ver Anexo 3).

Sobrepondo o conceito sustentável de *Paisagens Urbanas Produtivas* com o conceito espacial de *Paisagens Contínuas* é possível propor uma nova estratégia de desenho

essencial, uma infra-estrutura urbana sustentável. Central no conceito de CPUL é a criação de uma rede de espaços abertos multifuncionais, que inclui a agricultura urbana como complemento e suporte do ambiente construído.

Este conceito cresceu dentro da investigação do desenho de projecto e explora o papel que a agricultura urbana poderá desempenhar dentro do desenho urbano. Foi pensado e articulado pela primeira vez em 1998 pelo *atelier Bohn e Viljoen – Architects*, tendo-se seguido a publicação do livro *Continuous Productive Landscapes : Designing Urban Agriculture for Sustainable Cities*. Este conceito foi alvo de atenção internacional e, actualmente, faz parte do discurso contemporâneo de projecto. André Viljoen e Katrin Bohn estão actualmente a desenvolver este conceito na Universidade de Brighton – Faculty of Arts e através do *atelier Bohn& Viljoen Architects*.

²⁹³ Veja-se p. 197, deste trabalho.

²⁹⁴ Paisagem Contínua, à semelhança do conceito introduzido por Caldeira Cabral, em Portugal, nos anos 50 – *Continuum naturale* – é uma ideia actual nas teorias da arquitectura e do urbanismo que já se começou a implementar, não de uma forma global mas em troços, em algumas cidades do mundo. Consiste numa rede de espaços abertos, predominantemente permeáveis e construídos por vegetação, nomeadamente parques, ou espaços abertos inter-ligados, muitas vezes referidos como uma eco-estrutura ou uma infra-estrutura. São libertos da circulação automóvel, permitindo o movimento pedonal no espaço aberto urbano. São uma alternativa ao uso do espaço aberto se a compararmos com as qualidades espaciais existentes dos pedaços dispersos utilizados e subutilizados dos espaços abertos urbanos. Deverão constituir uma enorme (infra)estrutura de paisagem percorrível que atravessa a cidade. Exemplo deste *continuum* é o corredor de Monsanto.

²⁹⁵ Paisagem Urbana Produtiva é um espaço aberto construído por vegetação e gerido de forma a ser económica e ecologicamente produtivo, por exemplo, providenciando alimentos através da agricultura urbana, a absorção da poluição, o efeito refrescante das árvores ou o aumento da biodiversidade nos corredores *verdes*.

urbano que mudará a aparência das cidades contemporâneas em direcção ao entendimento da cidade como sistema natural, à semelhança do que é pretendido com o *Plano Verde de Lisboa* e com a sua *Estrutura Verde*²⁹⁶ (Figura 35).



Figura 35 - Projecto do corredor verde Parque Eduardo VII - Monsanto - Plano Verde de Lisboa.
Fonte: Ribeiro Telles, G. (1997), p. 96.

As CPULs difundirão as paisagens produtivas em termos económicos, sociológicos e ambientais. Serão posicionadas dentro do conceito de paisagem à escala urbana e, que no contexto actual se pode transpor para a escala territorial, oferecendo à cidade uma variedade de vantagens, estilos de vida e poucos, senão nenhuns, inconvenientes insustentáveis. Este sistema de continuidade atravessará a cidade através do espaço edificado, ligando todos os espaços abertos no seu interior articulando-os, finalmente, com o espaço rural envolvente.

Segundo Bohn e Viljoen (2005), as CPULs irão expandir-se até ao campo, enriquecendo o tecido urbano e os estilos de vida e contribuindo activamente para a resolução de problemas ambientais (Figura 36). Quer se afastem quer sejam semelhantes, estas paisagens produtivas existirão a par com outros espaços abertos

²⁹⁶ Incluída na *Estrutura Verde Urbana*, Magalhães (2001) defende, a existência de uma *Estrutura Ecológica Urbana*, na qual se pretende assegurar uma maior riqueza biológica e salvaguardar os sistemas fundamentais para o equilíbrio ecológico da cidade. Com esta Estrutura pretende-se a criação de um *continuum naturale* integrado no espaço urbano, tal como foi consagrado na *Lei de Bases do Ambiente*, de modo a dotar a cidade, de uma forma homogénea, de um sistema constituído por diferentes biótopos e por corredores que os interliguem, representados quer por ocorrências naturais, quer por espaços existentes ou criados para esse efeito, que sirvam de suporte à vida silvestre. A esta estrutura ecológica acrescentamos uma estrutura produtiva, também subconjunto da Estrutura Verde.

urbanos. As CPULs funcionarão como uma estratégia do desenho urbano e, desta forma: podem agir como moderadores entre os desejos dos utilizadores locais e a estratégia do planeamento urbano; entre viabilidades económicas e sociais, entre ideias sustentáveis e produtividade urbana; entre vantagens a curto prazo e benefícios a longo prazo.



Figura 36 - Agricultura Urbana em Cuba. Pueblo Grifo Nuevo, Cienfuegos. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 138.

Formalmente, podem ser muito semelhantes aos parques urbanos na medida em que ambos apresentam uma materialidade e espacialidade predominantemente natural e são desenhados com determinados critérios espaciais e funcionais (Figura 37). São também, por várias razões, semelhantes às matas urbanas. Os parques urbanos e as matas, sendo agricolamente menos produtivos permitem, no entanto, uma maior liberdade de utilização do espaço, uma vez que não existem as condicionantes da protecção das culturas. No que se refere ao campo as CPULs podem-se considerar semelhantes aos jardins uma vez que ambos seguem sequências e padrões de plantação.



Figura 37 - CPUL em Victoria Park. Este é um CPUL modesto adjacente ao Victoria Park no Norte de Londres. Intervenções como esta mantêm o carácter dos CPUL mais extensos e podem, no futuro, ser alargados. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 241.

Em comparação com outros tipos de espaço aberto urbano Bohn e Viljoen (2005) basearam-se em três critérios que abrangem as qualidades mais importantes de um CPUL:

- Amplitude temporal e espacial - como património, legado e identidade
- Utilização - como realidade presente
- Ecologia - como o seu dom para o futuro.

A amplitude descreve o espaço, a sua extensão, a sua largura e respiração. Significa mais que tamanho, mas o tamanho é o seu elemento básico, o seu começo. Não há julgamento qualitativo ligado à dimensão²⁹⁷. O tamanho é considerado como influente da designação do espaço e na sua capacidade para proporcionar determinados programas e ocupações. A noção de dimensão é muito manipulável pelo desenho,

²⁹⁷ Um pequeno espaço aberto não é um mau espaço aberto, nem um grande espaço aberto o é. Valem por serem abertos.

envolvendo a topografia, vistas axiais, vegetação e elementos construídos. O sentido de abertura²⁹⁸, uma vez ligado ao tamanho, reflecte esta manipulação providenciando uma medida mais sensitiva para o sucesso qualitativo do espaço aberto urbano.

A utilização/ocupação do espaço é uma das primeiras preocupações quando se planeia o espaço aberto contemporâneo. Significa então, frequentemente, perspectivar o sucesso dos novos desenhos de projecto com critérios, também quantificáveis, como por exemplo, o número de pessoas que se reúne durante um acontecimento, ou pelo volume financeiro obtido pela capacidade de oferta do sítio (por ex. centros de lazer, lojas, restaurantes, spas, entre outros). Uma visão mais holística da corrente ocupação dos espaços abertos pode incluir critérios mais estáveis e qualitativos, nomeadamente a educação, a saúde, o potencial para integração ou enriquecimento pessoal, a satisfação sobre acções individuais e a sua importância para uma comunidade urbana mais ampla²⁹⁹.

A ecologia, neste caso, dá peso ao espaço aberto urbano pela ligação do presente desenho de projecto ao programa para um futuro mais desejável e sustentável, propondo, também, uma estratégia para a gestão deste processo. Alguns conceitos de ecologia e de ecologia da paisagem podem também fornecer informação sobre o tema do movimento. O conceito ecológico de gradiente, em particular, clarifica a ideia da gradualidade no processo de formação e transformação da forma e dos processos naturais, da organização dos materiais da natureza dentro de regras mais rígidas seguindo o dispositivo formal criativo, mas coerente com o princípio ecológico de

²⁹⁸ Embora relacionado com o sítio, o sentido de abertura reflecte manipulação promovendo uma medida qualitativa mais consensual para o sucesso dos espaços abertos urbanos. Relaciona-se com a ocupação e função do espaço assim como com a sua posição na malha urbana, reforçando a importância do espaço aberto na rede urbana. O potencial para este movimento encoraja a ocupação e os ocupantes assim como modela a forma e a aparência dos espaços abertos urbanos. Também introduz mudança e renovação no espaço, com isso oferecendo um particular estímulo visual. O estímulo pode ser extraído de uma variedade de fontes (acontecimentos, actividades, movimento, etc.), mas está, predominantemente, ligado ao material e processos naturais: à vegetação submetida a uma variação sazonal, ao crescimento e mudança de padrões de plantação, à água, ao vento, ao sol, à chuva, etc.

²⁹⁹ Dependendo dos seus programas e da tolerância à mudança, um espaço aberto fornecendo interacções locais irá certamente acomodar uma grande variedade de ocupantes, que parecem menos interessados na dimensão do espaço ou na sua localização e mais interessados no seu potencial para os integrar e participar.

limite. Um segundo tipo de movimento é o do desadaptado, que muda continuamente de forma, posição e aspecto.

1.3 O CAMPO URBANO

Como já foi referido neste trabalho, Donadieu (2006) surge com o conceito de *campo urbano*³⁰⁰, em que aceita como válida a definição do código rural francês, que define como agrícola toda a actividade de controlo e gestão de um ciclo biológico de natureza vegetal ou animal, juntamente com a actividade desenvolvida por um agricultor na prossecução do acto de produção ou sustentada pelas empresas. O conceito de *campo urbano* coloca-se na relação de movimento entre processo e produto, entre agricultura do espaço urbano e *desagricultura* do espaço rural (Figura 38).

Considerado como um projecto de sociedade, capaz de melhorar as condições da vida urbana, o *campo urbano* não se reduz a um processo socioeconómico que varia em função da grandeza ou da riqueza da cidade. Não querendo renunciar ao seu objectivo - alimentar os cidadãos - faz parte do espaço da cidade sem se transformar necessariamente num *espaço verde* ou *parque natural*, a menos que o parque assuma o conteúdo e deveres de lugar de experimentação do *campo urbano* (ver Anexo 4). Neste caso, falar-se-á de uma ruralidade urbana - diferente da ruralidade agrícola - à semelhança da Quinta de Recreio, em Portugal, onde a produção do espaço não renuncia a agricultura mas deve ser coerente entre dois possíveis paradoxos: perder a agricultura mas não a forma da horta, ou conservar o campo sem agricultura à semelhança da ideia de um jardim que evoca a imagem agrícola, sem produzir.

³⁰⁰ Veja-se pp. 130-132 deste trabalho.



Figura 38 - *Campo urbano*, no sul de Itália, que se coloca entre a agricultura do espaço urbano e a *desagricultura* do espaço rural. Fonte: Donadieu, P. (2006), ob. cit., p. 77.

Campo urbano (*campagne urbaine*) - cunhado por Donadieu (2006) e título de uma das suas obras mais conceituadas³⁰¹ - duas palavras que aparentemente se opõem e criam movimento combatendo a sedentariedade do pensamento. Mas, *campo urbano* são também duas palavras coordenadas num único conceito através do qual é mais fácil promover o projecto e promover uma acção.

O espaço do campo infiltrado na cidade dispersa, pode fazer parte do espaço urbano assumindo regras para o projecto da cidade contemporânea a partir de novos valores culturais, ecológicos e sociais que construam uma sociedade habitável (Figura 39). Donadieu (2006) não o propõe como uma tipologia inédita de espaço, como um novo *standard de verde*, mas aspira a criar espaço habitável, uma vez que, juntamente com a agricultura, propõe-se uma nova ecologia, novos mitos e novos símbolos a partilhar com os seus habitantes – uma nova paisagem.

³⁰¹ Donadieu, P. (2006). *Campagne Urbaine, Una Nuova Proposta di Paesaggio della Città*. Roma: Donzelli Editore. (obra original em francês publicado em 1998).



Figura 39 - O *campo urbano* faz parte da cidade sem constituir um parque de recreio. Fonte: Donadieu, P. (2006), ob. cit., p. 66.

O objectivo de Donadieu é que o espaço agrícola periurbano, que tenderá nos próximos anos a ser mais extenso, não volte a estar sujeito à fatalidade de uma próxima transformação, mas que seja um testemunho da história, uma vez que lhe sobreviverá. Este campo, habitado por uma sociedade que combina a prática da cidade com camponeses de várias origens, pede para participar na definição do espaço urbano dado que os seus habitantes não querem renunciar à cidade, confirmando uma escolha de vida onde se privilegia um maior contacto com a natureza³⁰².

Pode-se pôr a hipótese que a nova cidade do *campo urbano* se organize em volta de um projecto de habitabilidade, ou melhor, de urbanidade sustentável. No entanto, para que este novo campo possa tornar-se paisagem e, por consequência, adquirir uma perenidade relativa, é evidente que deve ser criado com a qualidade de que não é actualmente dotado³⁰³. É a função de um projecto de paisagem - a de construir e

³⁰²O risco que corre a sociedade periurbana é o da alienação, da perda de um horizonte de sentido e de sentimento de pertença a uma comunidade confusa com o lugar, a atribuição de uma categoria social a um contexto estável e imutável.

³⁰³ Burckardt (1991) sublinhou que, sem o esquema cultural da paisagem, o cidadão não pode compreender o campo:

desenhar a estrutura da paisagem que vai constituir os eco-símbolos. A inovação consistirá em associar o vazio agrícola e o plano construído, num projecto que os una para sempre. A cidade habitável será construída a custo da imaginação criativa, sobre as ruínas do conformismo e das ideias pré-concebidas. O conceito multicultural da natureza e a nova atribuição de senso natural aos objectos naturais pode criar o fundamento do projecto político do *campo urbano* (Figura 40).

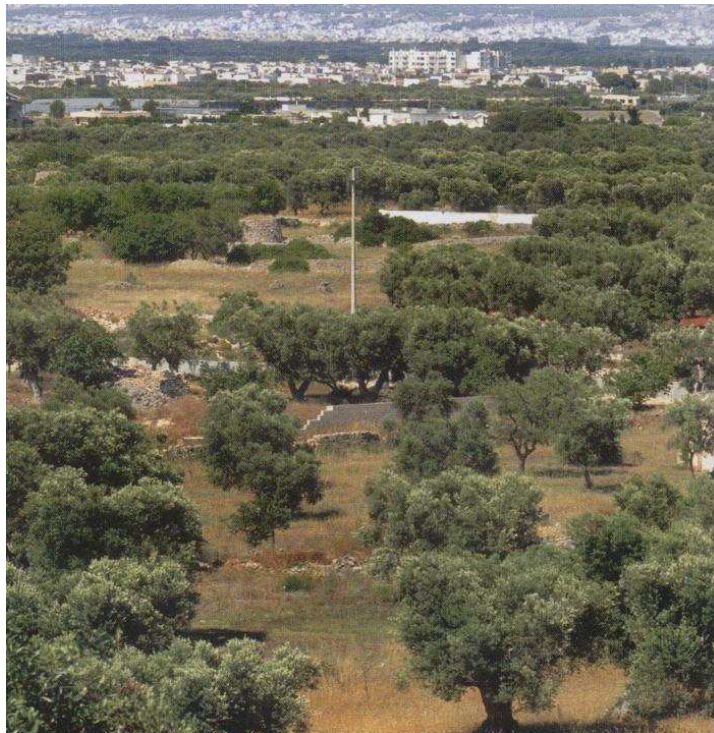


Figura 40 - *Campo urbano* no Sul de Itália. Fonte: Donadieu, P. (2006), ob. cit., p. 78.

Como poderá compreender a lógica agrícola se é desconhecedor na matéria de trabalho do campo e da pecuária? E olhando o pensamento ecologista, como se pode aceitar que a protecção absoluta permita a conservação da biodiversidade, quando todos sabem que a segunda natureza, uma vez abandonada, pode deixar o local muito menos diversificado do que pensam os ecologistas? E como não protestar contra o academismo hortícola que propõe cobrir de flores países e cidades para produzir depois apenas lugares-comuns. O que dizem, sem fazer concessões, os estetas, é que as ciências ecológicas devem preocupar-se com os processos naturais, do inventário e da perenidade do ambiente e das espécies viventes, enquanto a natureza e a paisagem têm em atenção a percepção deste ambiente e a sua representação.

Burckhardt, L., (1991). Esthétique et Écologie. In : L. Burckhardt (Ed.). *Le Design au-delà du Visible* (pp – 53-60). Paris : Éditions du Centre Georges-Pompidou. (a tradução é nossa).

O campo é, de facto, a segunda natureza tornada espectáculo, em território onde a urbanidade e a ruralidade estão intimamente ligadas e ainda opostas. Segundo Donadieu (2006), o campo é um conceito que temos necessidade de representar mentalmente para poder alcançar a realidade.

Segundo Donadieu, a utopia realística do *campo urbano* atribui voluntariamente ao espaço uma condição espiritual, mais do que reduzi-lo a um suporte inerte de equipamento e de práticas sociais. Alguns participarão e reconhecer-se-ão neste projecto, outros não, pois a tensão construtiva do projecto é essa mesma fonte de diferenciação social, de adesão, de expectativa ou de recusa.

Quanto a nós, consideramos que o desafio de apropriação territorial é notável: primeiro inclui no território social em questão alguns espaços exclusivos dos habitantes uma vez que, através de um trabalho de envolvimento dos principais actores – agricultores, associações ou funcionários comunais - interroga o ideal de organização social e discute a escolha estética. As virtudes do diálogo são seguramente conhecidas mas, a sua realização depende, em grande parte, da capacidade da sociedade reconhecer os seus próprios horizontes míticos, antigos ou modernos.

É indispensável reclamar os mitos da natureza que, no projecto do *campo urbano*, remetem para os valores fundadores da sociedade. Os mitos e os ritos mantêm o grupo junto, reúnem-no quando se fragmenta, seja o problema de ordem pública seja de saúde colectiva ou do futuro do planeta. Agindo de tal forma, os interlocutores do projecto reúnem-se em torno de rituais – reuniões, exposições, mensagens mediáticas – indicando os símbolos, espaços ou objectos, terra ou produtos agrícolas, estimulando os processos de socialização onde a dispersão individualista é regra.

Dizer que a habitabilidade de um território passa através da apropriação social dos lugares públicos e privados, significa enunciar uma condição necessária mas provavelmente não suficiente pois a criação dos legados sociais através de mitos fundadores – como a solidariedade ou os benefícios do campo na saúde – obriga o sistema regulador sociopolítico a reconhecer o projecto colectivo e a acompanhá-lo; de outro modo não passará de uma pura fantasia. Segundo Donadieu (2006) a administração comunal deverá, por exemplo, comprar terrenos agrícolas para garantir a continuidade do cultivo, sistematizar percursos de lazer nos parques agrícolas ou subsidiar os agricultores no caso de queda de preços prolongada. Não é raro que os administradores locais subscrevam as opiniões comuns, fazendo próprias as aspirações

da sociedade: viver no campo, por exemplo, é um *slogan* que acompanha a política das quintas e do revivalismo local.

A localização pode ser enunciada sobre forma de um paradoxo: quanto mais grupos sociais encontrarem no *campo urbano* os atributos da natureza, mais complexos deverão ser os processos sociais e técnicos para produzir esta forma de *natureza* ligada de uma forma dialéctica à área urbana central. Quanto mais este campo se tornar habitável, oferecendo prazer e conforto aos seus utentes, mais os mitos colectivos deverão ser renováveis.

Podemos então considerar, como sendo de consenso geral que, apesar de poder ser considerado dentro da agricultura urbana, uma vez que se refere a actividades relacionadas com a produção de alimentos na cidade, podendo ocorrer em situações diversas, o *campo urbano* permite outras actividades para além desta, nomeadamente novas práticas sociais e económicas (viveiros, turismo rural, venda de produtos alimentares de qualidade, produção de cavalos, entre outras) portadoras de uma proposta inovadora de sustentabilidade e de novas formas de espacialidade. O *campo urbano* poderá ser o da construção de uma cidade mais urbana e mais rural que, resultará da articulação dos sistemas *natural*, urbano e rural, resultando por sua vez numa nova ideia de espaço onde a sua apropriação o torna habitável e identitário.

Se recordarmos o conceito de *rururbia*, abordado no capítulo anterior podemos, eventualmente, encontrar algumas semelhanças com o *campo urbano*. No entanto enquanto o conceito de *campo urbano* (Donadieu, 2006) estabelece a complementaridade entre o centro denso e activo e a periferia pouco densa e habitável - uma cidade multipolar numa natureza rural feita mais para ser habitada que para produzir agricultura e alimentos - a característica específica da *rururbia* é a ausência de vínculos de dependência quotidiana com o espaço urbano, localizada em zonas puramente agrícolas sem valores formais de paisagem urbana. Áreas que carecem de serviços urbanos e de equipamentos próprios, ainda quando possam ter um sentido de pertença mais alto que os próprios limites municipais em que se instalam.

Campo urbano e rururbia - representam uma situação específica da nossa sociedade, uma alternativa válida e competitiva perante outros espaços urbanos, oferecendo valores como, por exemplo, o menor custo do solo dentro de uma boa acessibilidade e de

melhores condições ambientais. Ambos serão também condicionados e/ou induzidos, de modo geral, por factores económico-sociais e, em concreto, como resultado de processos de desenvolvimento tecnológico especialmente dos transportes e comunicações³⁰⁴. Ambos são providos de um forte sentido de sustentabilidade. Ambos ainda são considerados periferia urbana, mais ou menos distantes do centro da cidade, mas parte integrante dela; não só utopia desejável mas também possível sem forçar o comportamento natural dos agentes económicos.

Acerca da *rururbia*, Sierra refere que nesta nova paisagem da dispersão, atenção especial deverá ser dada aos factores ambientais, uma vez que serão dos mais activos neste *habitat disperso*. Para o conceito de sustentabilidade deverão convergir propostas de equilíbrio em âmbitos distintos, nomeadamente no consumo de energia, reciclagem de resíduos, a auto-produção de alimentos e, conseqüentemente, a minimização dos efeitos contaminantes. O movimento dos *Urban-Farmers*³⁰⁵ poderá ser parte do objectivo da auto-sustentabilidade, tanto quanto a minimização dos consumos energéticos (Sierra, 2003).

A utilização de recursos naturais e fontes alternativas de energia, juntamente com as inovações eco-tecnológicas cada vez mais eficazes permitem também aumentar a possibilidade de novas formas de habitar. A ideia de aproveitar ao máximo as possibilidades da energia solar, ou eólica, ou da própria biomassa constituída pelos resíduos urbanos é uma das ocorrências que mais influência vai ter nas novas formas de habitar, não só pelo que significa na redução do consumo de energias fósseis mas também pela importância que este facto vai ter em novas formas de comportamento relativamente ao território na sua expressão como paisagem.

Ainda dentro dos actuais conceitos de sustentabilidade urbana e de equilíbrio ambiental é cada vez mais evidente que se mantenham espaços metropolitanos vinculados a *explorações agrárias protegidas* dentro das periferias urbanas. O espaço do campo

³⁰⁴ Já nos últimos séculos os gradientes de densidade de população em volta das grandes cidades industriais expressavam a existência de áreas periféricas rurais fundamentadas em necessidades próprias do aglomerado, que precisavam da utilização ao máximo dos recursos agrícolas e matérias-primas da envolvente.

³⁰⁵ Os *Urban-Farmers* produzem alimentos para fornecer a população urbana. Esta figura é facilitada pela descontinuidade das tramas urbanas que permitem a sua apropriação por parte deste movimento.

infiltrado na cidade dispersa pode fazer parte do espaço urbano, assumindo a definição de regras para o projecto de cidade contemporânea a partir da riqueza de uma distância justa como espaço mas, também como selecção de novos valores culturais, ecológicos, sociais que construam uma sociedade habitável, isto é uma paisagem.

A área agrícola continua a ser o campo activo e produtivo que propõe a forma e a economia do mundo rural, mas é atravessada por uma actividade inovadora e criativa que depende da proximidade urbana, resolvendo as necessidades de natureza, de espaço de lazer e de tempos livres da cidade. No entanto, também é possível que em zonas com solos de alto valor agrícola, em áreas urbanas, existam terrenos que mantêm activas as suas explorações não só por razões económicas, mas também culturais, como é o caso da horta lisboeta, o que não quer dizer que estejamos em âmbitos *rururbanos*³⁰⁶ propriamente ditos.

Ponderadas as semelhanças e diferenças cabe-nos interpretar o *campo urbano* como um conceito operativo, uma forma de estar e o espaço *rururbano* como um espaço físico, como uma designação para um facto existente. Consideramos, também, que uma não invalida a outra se bem que o espaço *rururbano* seja mais facilmente alcançável, dada a sua objectividade. No conceito de *campo urbano* estão envolvidas mais variáveis para a sua concretização, nomeadamente as subjectivas que implicam um modo de estar e uma filosofia de vida.

2. O PORQUÊ DA AGRICULTURA URBANA

Como já referimos anteriormente, actualmente, metade da população mundial vive nas cidades prevendo-se, segundo o *State of the World Cities*, da *United Nations Human Settlements Program* - UN-Habitat 2004 que, em 2030, esta condição se estenda a 60% da população mundial³⁰⁷.

³⁰⁶ É frequente confundir espaços de dispersão metropolitana com fenómenos de *rururbia* ainda quando, em casos bem definidos, as paisagens metropolitanas como habitat de dispersão e as áreas *rururbanas* como fundamentalmente agrícolas são claramente diferenciáveis.

³⁰⁷ A extensão da urbanização varia por região. A América Latina, que é a região em vias de desenvolvimento mais urbanizada do mundo, tem mais que 75%, isto é 391 milhões, da sua população a viver nas cidades, sendo que a população urbana da região se aproximará dos 539

O crescimento das cidades deve-se ao crescimento natural da população urbana e à migração das zonas rurais para as cidades, com o primeiro a tornar-se gradualmente mais importante que o último (Jaquinta & Drescher, 2000). É também de consenso geral que as populações urbanas vão continuar a crescer rapidamente na maior parte dos países em vias de desenvolvimento, nas próximas décadas³⁰⁸.

Muitas cidades não podem suportar este crescimento massivo da população. As autoridades enfrentam enormes desafios na criação de empregos suficientes, no fornecimento de serviços básicos tais como água potável, cuidados sanitários, serviços básicos de saúde e educação; no planeamento e manutenção de espaços abertos, na gestão de resíduos urbanos e águas residuais e na descentralização e criação de uma autonomia local eficiente. Também o aumento da pobreza acompanha este processo de urbanização concentrando-se, gradualmente, nas áreas urbanas (Baud, 2000)³⁰⁹.

De acordo com o UN-Habitat, as populações dos bairros pobres nas áreas urbanas dos países em vias de desenvolvimento foram estimadas em 870 milhões em 2001 e espera-se que aumentem para uma média de 29 milhões por ano até 2020. O crescimento da pobreza urbana anda de mãos dadas com a crescente insegurança alimentar e má nutrição nas áreas urbanas. Tanto no Sul como no Norte, especialmente nas cidades maiores, os cidadãos mais pobres encontram uma dificuldade crescente em aceder à comida. Os gastos na alimentação, que constituem uma parte substancial das despesas domésticas (60%-80% para agregados pobres)³¹⁰, e a falta de rendimentos traduzem-se

milhões, isto é 81% da projecção da sua população total, em 2020. Na Ásia e no Pacífico as áreas urbanas contam, actualmente, com 35% do total da população de 3,515 milhões, e espera-se que cresça para 1,970 milhões, ou seja 46% nos próximos 15 anos. Consequentemente, um número crescente de pobres vive nas áreas urbanas (UN-Habitat, 2004).

³⁰⁸ Na maior parte do mundo desenvolvido, a ideia da produção de alimentos na cidade, soa ingénuo ou até mesmo perversa, para muitos. No entanto, e por contraste, a produção de alimentos noutras partes do mundo é uma característica central na vida de todos os dias. Para muitos países pobres em vias de desenvolvimento a agricultura urbana é mais um assunto de possibilidade económica do que de preferência estética ou recreativa.

³⁰⁹ Por exemplo, 40% da população da Cidade do México e um terço da população de S. Paulo está no limiar ou abaixo do limite de pobreza (Baud, 2000).

³¹⁰ Talvez o argumento mais dramático a favor da agricultura urbana venha da proporção de rendimentos que os habitantes da cidade gastam em alimentação. A necessidade de encontrar fontes mais razoáveis de alimentação é um forte argumento para a prática da agricultura urbana como um suplemento para os agregados podendo contrariar os efeitos mais nefastos da pobreza.

directamente em escassez de alimentos e malnutrição no contexto da cidade (Mougeot, 2005).

O humanismo e o espírito colectivo de comunidade dão lugar ao individualismo e a cidade deixa de ser cidade. Isto indica que as cidades estão a tornar-se rapidamente os principais territórios para intervenção e planeamento de estratégias que têm como objectivo a erradicação da fome e da pobreza e a melhoria da subsistência, requerendo formas inovadoras para estimular o desenvolvimento da economia local em conjunto com o reforço da segurança alimentar e nutrição. Consideramos que a agricultura urbana é uma destas estratégias.

O crescimento da pobreza urbana, da fome e do desemprego, assim como as oportunidades especiais que a cidade proporciona aos agricultores³¹¹, estimularam o desenvolvimento de uma diversidade da produção dos sistemas agrícolas dentro e nos arredores da cidade, frequentemente especializados em produtos perecíveis como os frescos, leite, ovos e carne, tirando partido dos interstícios dentro e nas periferias das cidades. Ainda que algumas formas de agricultura urbana e periurbana se baseiem num uso temporário destes vazios, a agricultura urbana é uma característica permanente de muitas cidades quer em países em vias de desenvolvimento, quer em países ditos desenvolvidos.

Também o significado da agricultura urbana dentro do espaço aberto contemporâneo varia de acordo com a cidade em questão. Os benefícios ambientais da agricultura urbana só agora começam a ser identificados e reconhecidos, sendo o seu significado muito diferente em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, a agricultura urbana é largamente orientada pelas necessidades económicas enquanto nos países desenvolvidos dá, sobretudo, resposta a desejos e necessidades sociais e de recreio. Para além das razões sociais apresentadas, a agricultura urbana reflecte e compreende a dimensão multifuncional que é inerente ao conceito de paisagem, como vimos anteriormente.

No entanto, não se limita apenas a esta redução da pobreza ao nível dos agregados, criando também benefícios económicos, emprego e a melhoria do ambiente urbano (Moskow, 1999).

³¹¹ Nomeadamente a crescente exigência de alimentos, legumes e vegetais, a proximidade aos mercados e a disponibilidade de recursos baratos, nomeadamente os resíduos sólidos urbanos e as águas residuais.

Na Europa, o interesse pela exploração agrícola urbana – qualquer que seja a sua tipologia - tem aumentado constantemente nos últimos anos, tendo como resultado uma ressurgência da crescente produção de alimentos no espaço urbano.

De acordo com Hagan (2005) a agricultura tende a definir-se como uma actividade *bottom-up*, um movimento de raízes atemporais para o elitismo *top-down* dos profissionais de desenho de paisagem. A política – as questões e as práticas - seja qual for a perspectiva com que são encaradas, requerem iniciativas *top-down* e *bottom-up*. Libertar ou reclassificar a terra para a agricultura urbana requer mais do que o simples desejo de dar as mãos e plantar vegetais. Requer uma intervenção *top-down*, por parte dos planeadores e das autoridades locais. Se a agricultura urbana é vista como um dos vários caminhos para possibilitar uma paisagem ambientalmente produtiva dentro, em volta e fora das cidades, então os profissionais da área do projecto urbano - espaços abertos e tecido edificado - são aliados vitais neste projecto.

A agricultura urbana na Europa Ocidental não pode ser reproduzida nos mesmos moldes que em países como a China, com uma ligação à agricultura tradicional muito mais enraizada e generalizada, ou mesmo até como nos Estados Unidos, com a sua nova população imigrante, proveniente de economias agrárias. Para a agricultura urbana na Europa Ocidental passar a fazer parte da sua própria cidade-campo, necessita uma coligação mais ampla dos grupos de interesse: precisa não só de ser tolerada, mas bem-vinda. Qualquer interesse na promoção de modelos de desenvolvimento mais complexos, inclusivamente modelos de desenvolvimento já apresentados por Geddes e McHarg, deve passar por encontrar um lugar para a agricultura urbana.

Como aqui já foi referido, a agricultura urbana nunca deixou de estar presente na cidade, adaptando-se às diferentes situações. Os habitantes das cidades desenvolveram estratégias diferentes para melhorar a sua subsistência tendo sido a agricultura urbana uma delas. Segundo Veenhuizen (2006) a agricultura urbana responde de três formas às dinâmicas urbanas:

- A primeira é a resposta da população economicamente desfavorecida e dos desempregados à pobreza urbana, à insegurança alimentar e à má nutrição. Por vezes deve-se a uma crise temporária como por exemplo um desastre natural (o furacão Mitch nas Honduras ou a seca na Bolívia), uma crise económica temporária

(a Rússia depois da transição do regime), uma guerra (Este do Congo) ou uma epidemia (Malawi). No entanto, muitos destes problemas relacionados com a fome e a pobreza tornaram-se correntes e estruturais mostrando que a agricultura urbana terá um prazo mais longo enquanto rede de segurança social para agregados urbanos pobres e em desvantagem.

- A segunda é a resposta da população economicamente desfavorecida, assim como de outras classes sociais, às oportunidades e relativas vantagens que o ambiente urbano proporciona aos produtores agrícolas³¹²: acesso directo aos pontos de consumo e mercados, disponibilidade de *inputs* baratos tais como os resíduos sólidos urbanos e águas residuais, proximidade a instituições que providenciam informação sobre os mercados, crédito e conselhos técnicos e novas solicitações urbanas, entre outras.
- A terceira adaptação da agricultura urbana é uma resposta directa dos agricultores urbanos às políticas e programas urbanos, estimulando e possibilitando a agricultura urbana a preencher certas funções requeridas para o desenvolvimento sustentável da cidade nomeadamente: o equilíbrio do ciclo da água, do ar e do solo, o desenvolvimento económico local e o fornecimento de alimentos, assim como a reciclagem de resíduos, a promoção e manutenção de espaços abertos urbanos, a promoção de serviços de recreio e lazer, a inclusão social de grupos minoritários.

Enquanto algumas destas funções poderão ser avaliadas em termos financeiros, outras serão dificilmente avaliáveis tais como os valores estéticos ou emocionais. A sustentabilidade da agricultura urbana está relacionada com esta dimensão multifuncional. A agricultura urbana adapta-se e desenvolve-se juntamente com a cidade de acordo com os desejos dos intervenientes que representam funções diferentes.

³¹² As cidades acumulam nutrientes através da concentração da população humana e dos seus resíduos orgânicos, quer sejam na forma sólida quer líquida. Estes nutrientes podem frequentemente ser adquiridos sem custos ou a um preço baixo e podem ser convertidos em produtos comestíveis, vegetais ou animais. Por outro lado, à medida que as cidades se desenvolvem, há uma crescente exigência de edifícios de habitação e de serviços, que compete com o espaço agrícola. Os produtores precisam de se adaptar a estas condições mais constrangedoras, enquanto tentam manter a produtividade através de técnicas de produção intensivas.

Então, novas formas de governo, instituições e políticas necessitam ser implementadas através de processos que procuram sinergias e envolvem múltiplos intervenientes (Berg & Veenhuizen, 2005).

Outras dinâmicas da cidade nomeadamente o tráfego urbano e industrial (que influenciam negativamente a qualidade dos solos e da água de rega), as novas exigências dos cidadãos (necessidade de espaços de recreio e de novos produtos), mudanças no planeamento urbano, nas suas normas e regulamentos e, mudanças no mercado de trabalho urbano, entre outros, influenciam directamente o desenvolvimento da agricultura urbana e o modo como e onde é praticada.

Estas dinâmicas têm lugar num mundo cada vez mais aberto e global mas que, ao mesmo tempo, procura uma maior focalização local, uma maior descentralização e uma maior manutenção da identidade sociocultural (Baud, 2000). Ambas as tendências influenciam a agricultura urbana - a globalização leva a que novos produtos entrem no mercado, a que haja mais informação disponível, de um modo geral, e a transformações nas preferências de consumo, o que conduz a um aumento do consumo nos supermercados; a focalização nas tendências locais conduz a preferências pelos alimentos frescos produzidos localmente e às relações directas do produtor/consumidor.

Desde 2005 que os preços dos alimentos dispararam para valores alarmantes. Vários factores contribuíram para esta situação nomeadamente: a ideia que os produtos agrícolas surgem como fontes alternativas de combustível; a necessidade crescente de alimentos dos países em vias de desenvolvimento, como a China ou a Índia; um maior custo do transporte dos produtos; e ainda as secas e as cheias.

Josette Sheeran, directora executiva do United Nations World Food Program, afirmou que o interesse dos Estados Unidos nas fontes de combustível alternativas, também conhecidos como bio-combustíveis, teve como consequência a privação das nações menos ricas de alimentos, nomeadamente de milho³¹³.

A emergência da ideia de sustentabilidade, em torno da qual girou a cimeira do Rio, em 1992, foi fundamental para o despertar das preocupações ambientais, promovendo a

³¹³ A quantidade de milho necessária para produzir um tanque de combustível é equivalente à quantidade necessária para alimentar uma criança durante um ano, aproximadamente 90 kg.

reavaliação do desenho de projecto de paisagem contemporâneo e as estratégias de desenvolvimento.

No âmbito da arquitectura, a maior estratégia/ inovação foi encontrar caminhos de forma a reduzir o consumo de energia dos edifícios e das suas emissões de gás, devido ao efeito de estufa³¹⁴.

Ao contrário do que seria de esperar, os benefícios ambientais do desenho de paisagens sustentáveis receberam menos atenção e publicidade nesta cimeira do que o desenho da arquitectura dos edifícios propriamente ditos. No entanto, as publicações neste campo começaram a surgir, cada vez mais frequentemente, à medida que a importância de uma visão integrada do desenvolvimento urbano era assumida. Também na maior parte das cidades europeias, movimentos no sentido da revitalização da cidade colocaram a importância do espaço aberto urbano na frente das preocupações públicas.

A atenção dada à agricultura urbana aumentou consideravelmente durante as duas últimas décadas. O número de actividades para promover a agricultura urbana ao nível internacional, nacional, e local, cresceu, mas os agricultores urbanos ainda lutam, em muitas cidades do mundo, para ter a sua principal estratégia de sobrevivência reconhecida pelas autoridades da cidade. Também a exigência, por parte de políticos e praticantes locais, de exemplos inspiradores de políticas e acções de sucesso está a crescer. A agricultura urbana tem influência numa grande variedade de temas urbanos à medida que vai sendo aceite e utilizada como um instrumento para o desenvolvimento sustentável da cidade. Actualmente, o desafio está na sua integração no planeamento da cidade e na facilidade dos seus múltiplos benefícios para os habitantes urbanos (Veenhuizen, 2006).

A atenção crescente dos decisores políticos e dos praticantes locais e nacionais está também reflectida na exigência crescente (por exemplo aos membros da - *Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security - RUAF*) de exemplos inspiradores de políticas e programas de sucesso ao nível da agricultura urbana, assim como de práticas

³¹⁴ Como resultado do investimento no *marketing*, publicações, competições e projectos demonstrativos - apresentados por exemplo pela União Europeia, Organismos Profissionais, Instituições Nacionais e Investidores - muitos arquitectos tornaram-se mais conscientes dos factores que contribuem para o desenho de projecto sustentável de edifícios.

e co-financiamentos de programas de acção de investigação. Este facto pode ser atribuído a vários factores, nomeadamente :

- Ao processo de urbanização rápido e à descoberta de que tanto a pobreza urbana como a insegurança nos alimentos urbanos estão a aumentar. As paisagens de consumo, resultado de rápidos processos de urbanização criaram grandes problemas às autoridades urbanas. A maior parte das cidades não foi capaz de criar suficientes oportunidades de emprego para a sua população conduzindo a um desenvolvimento rápido de ocupações informais das quais fazem parte a agricultura urbana.
- Ao crescente corpo de investigação em agricultura urbana que providencia dados sobre a sua presença e persistência nas cidades, a sua importância para a segurança dos alimentos urbanos e, futuramente, para as classes urbanas economicamente desfavorecidas. Desde o início dos anos 90, o *Cities Feeding People Programme* encorajou uma acção de investigação em agricultura urbana. No ano 2000, as organizações de pesquisa internacionais que pertencem ao *Consultative Group on International Agricultural Research*, incluíram a agricultura urbana na sua agenda de investigação e iniciaram um programa de investigação alargado, no âmbito da agricultura urbana sob o nome de *Urban Harvest* com actividades em vários países. A partir dessa data, várias organizações de investigação incluíram a agricultura urbana nos seus programas regulares (Argentina, Quénia, Senegal e Nigéria).
- À crescente atenção dada à agricultura urbana e à segurança alimentar urbana pelas organizações internacionais como a *Food and Agriculture Organization (FAO)* e a UN – Habitat e a crescente atenção dada a estes assuntos em Cimeiras Internacionais. Em 1996 quarenta organizações internacionais envolvidas com agricultura urbana criaram o *International Support Group on Urban Agriculture (SGUA)* para estabelecer uma agenda conjunta e para coordenar actividades. A *United Nations Development Programme (UNDP)* e a UN-Habitat incluíram a agricultura urbana no *Urban Management Programme* (na secção da América Latina) e têm estado a trabalhar com municípios da região para a integração da agricultura urbana em políticas urbanas e planeamento. Recentemente, esta iniciativa foi também levada a cabo pela *African Network of Urban Management Institutions (ANUMI, 2005)*. A FAO integrou a agricultura urbana na sua agenda e

criou um grupo de trabalho inter-departamental em agricultura urbana e segurança alimentar (agora chamado de *PAIA Food for the cities*).

- Às capacidades crescentes, a nível local e regional, de pensar a agricultura urbana. A RUAF estabeleceu centros de pesquisa regionais em agricultura urbana e segurança alimentar que têm sido instrumentais em ajustar interesses e a disseminar o corpo de conhecimento crescente nesta matéria, facilitando o trabalho em rede e a capacidade de desenvolvimento aos níveis da cidade e da região.

Como resultado destes desenvolvimentos, assim como da pressão dos grupos locais economicamente desfavorecidos, os agricultores urbanos, as *Organizações não Governamentais (ONGs)* e várias autoridades das cidades reconheceram o potencial da agricultura urbana e estão a colaborar com outros intervenientes num esforço para maximizar os benefícios da agricultura urbana enquanto reduzem os riscos a ela associados. (Veenhuizen, 2006).

Para Viljoen, a produção de alimentos no local onde se querem consumir, estabelece um balanço sustentável e saudável entre produção e consumo. É uma forma efectiva e prática mas ao mesmo tempo benéfica de reduzir a energia actualmente gasta na produção de alimentos no Ocidente.

Esta redução da energia gasta na produção de alimentos é crucial por diversas razões: a energia – maioritariamente não renovável – é correntemente utilizada para a produção convencional de alimentos; por exemplo a Europa excede grandemente a energia recebida do consumo dos alimentos produzidos. O ilimitado uso diário de energia não-renovável contribui significativamente para a diminuição dos recursos globais, através das emissões de gás das estufas que contribuem para o aquecimento global.

No ano de 2025, 83% da população global viverá em países em vias de desenvolvimento. A agricultura terá que enfrentar este desafio. Serão necessários grandes ajustes na agricultura, nas políticas ambientais e macroeconómicas, ao nível nacional e internacional, para criar, simultaneamente, condições para uma agricultura sustentável e para o desenvolvimento rural (*Agenda 21*).

A agricultura urbana poderá resultar em benefícios ambientais, sociais e económicos, nomeadamente no combate à crise que se tem vindo a verificar na Europa.

Relativamente aos benefícios ambientais podem ser referidos três principais benefícios na agricultura urbana biológica (Viljoen & Bohn, 2005) – a preservação da biodiversidade; o combate a resíduos e a redução da quantidade de energia usada para produzir e distribuir alimentos.

2.1 OS BENEFÍCIOS E OBSTÁCULOS DA AGRICULTURA URBANA

Há pelo menos 50 anos que as políticas *verdes* se opõem ao crescimento da cidade, ou limitam os seus inconvenientes conservando espaços *de natureza* no interior da cidade. Na Europa esta política sacralizou, na cintura verde, espaços de bosque, tornados intocáveis, manifestando um interesse sempre maior pelos espaços agrícolas, em virtude dos serviços que prestam à cidade. Não só porque a sua gestão pública custa menos que a dos parques e jardins, mas porque os cidadãos procuram bens e serviços específicos – produtos frescos, centros pedagógicos, capacidade de reciclar resíduos urbanos e ambiente de vida favorável.

No entanto, a agricultura periurbana é afectada por problemas reais: em primeiro lugar um velho preconceito de insegurança e insalubridade, fundado sobre o risco que é, comparado com as vantagens que procuram os cidadãos. Esta imagem negativa é sempre menos verdadeira enquanto o campo periurbano criar ambiente de vida aprazível onde se constrói uma urbanidade rural inédita. Sobre estes territórios funda-se um projecto de sociedade que não pode, simplesmente, como diz Alphonse Allais³¹⁵, *construir a cidade no campo* mas, cuja ambição, talvez utópica, é a de transformar as zonas urbanas marginais em novas áreas centrais habitáveis e desejáveis.

Considerada como um projecto de sociedade capaz de melhorar as condições da vida urbana, a agricultura não se reduz, todavia, aos processos económicos que variam em função da riqueza da cidade, mas dispõe de importantes motivações para convencer os construtores e os organismos de gestão da cidade do terceiro milénio.

³¹⁵ Jornalista, escritor e humorista francês. Célebre na *Belle Époque* como um homem do humor ácido e especialista da teoria do absurdo.

A agricultura urbana pode e deve alimentar e nutrir os cidadãos destinados a ser cada vez mais numerosos. Contudo, não do mesmo modo em todos os países³¹⁶. Nas nações em via de desenvolvimento não é necessário demonstrar a importância desta função, condicionada, todavia, pela pressão imobiliária que coloca sempre mais longe dos centros urbanos a cintura agrícola produtiva dos jardins, hortas e pomares. A agricultura praticada nas cidades africanas suporta até a concorrência da agricultura rural e a do comércio a grosso.

Nos países desenvolvidos, pelo contrário, ao lado da agricultura rural, indiferente à cidade, estão a aparecer de modo evidente novas formas de produção hortícola, pomares e cultivo de flores que respondem directamente às necessidades dos cidadãos, em particular à exigência de comprar produtos alimentares frescos, dos quais se conheça a proveniência e qualidade, ou de procurar produtos ornamentais, sobretudo árvores, plantas perenes e sementes. São novos modos de vida urbana.

É esta a diferença fundamental entre países ricos e pobres. Uma vez satisfeitas as necessidades alimentares cede lugar a uma nova questão: a qualidade do ambiente da vida individual e colectiva que nunca devia ter sido separada. Isto é, gera urbanidade no sentido de viver melhor a cidade.

A agricultura urbana, tal como outras actividades urbanas, tem simultaneamente impactos sociais, ambientais e económicos, positivos e negativos e exterioridades³¹⁷. Relativamente aos obstáculos mais frequentes à agricultura urbana, são eles o vandalismo, o roubo e a falta de recursos, frequentemente de dinheiro e de informação.

³¹⁶ A agricultura urbana é frequentemente tabelada por *standards* ocidentais. Na totalidade das cidades chinesas, 85% dos vegetais consumidos pelos residentes são produzidos dentro das cidades - Shangai e Pequim são auto-suficientes na produção de vegetais. Esta informação pode parecer irrelevante para os países europeus ricos. No entanto, as atitudes relativas à produção de alimentos são mais baseadas em aspectos culturais que em aspectos de saúde, por exemplo, como demonstra o caso de Hong-Kong. Aqui, os vegetais para satisfazer 45% das exigências locais são produzidos em 5-6% do total da área de terra (Hagan, 2005). No entanto a agricultura urbana na Europa Ocidental, altamente urbanizada, não pode ser reproduzida da mesma forma que tem sido feito na China, com uma muito maior, mais generalizada e mais directa relação com as suas raízes na agricultura tradicional; ou até mesmo nos Estados Unidos, com as suas novas populações imigrantes provenientes de economias agrárias. Para a agricultura urbana na Europa Ocidental obter a sua própria cidade-jardim, necessita uma coligação mais abrangente dos grupos de interesse para que a agricultura urbana não seja apenas tolerada mas bem-vinda.

³¹⁷ Exterioridades são transformações do ambiente físico ou social causado, neste caso, pela agricultura urbana para além dos limites do seu sistema produtivo (Fleury & Ba, 2005).

Os benefícios da agricultura urbana podem ser multifacetados – proporcionam melhorias no ambiente e desenvolvimento de áreas ecologicamente equilibradas no território, assim como benefícios socioeconómicos significativos, saúde e desenvolvimento comunitário.

Os espaços onde se pratica agricultura urbana funcionam frequentemente como pontes entre áreas de ocupações diferentes, estabelecendo uma ponte física e visível entre dois espaços. Com esta atitude definem, frequentemente, espaços *escondidos* ou esquecidos dentro da cidade mas que respondem, indubitavelmente, à multifuncionalidade da paisagem.

A agricultura urbana também confere *escala à paisagem*. O modo como estas superfícies para cultivo são transformadas para acomodar uma superfície plantada, articula e torna visível a topografia subjacente. A actual dimensão das culturas, e das suas sementeiras providenciam outra bitola para medir a paisagem permitindo a um indivíduo localizar-se e posicionar-se a ele próprio dentro de um território particular. Esta capacidade para ler a paisagem e localizar-se a si próprio torna-se crítica à medida que a globalização contemporânea produz paisagens mais uniformes, compactas e sem tempo.

As vantagens da agricultura urbana representam um enorme recurso inexplorado. Michaels (2005) demonstrou que, no Canadá, a área disponível nos quintais urbanos em Vancouver, por exemplo, é equivalente à área ocupada por actividade agrícola na província. Apesar da diversidade dos projectos de agricultura urbana, quer sejam incluídos no *campo* urbano, quer nas *CPULs*, quer simplesmente referentes às hortas urbanas, há alguns aspectos comuns que devem ser identificados em termos de planeamento, desenho e imagem, assim como do seu impacto no carácter das paisagens. São eles:

- Uma actividade intensa: a agricultura é geralmente uma actividade de trabalho intensivo criando um espaço vivido e amado.
- Uma transformação constante: a agricultura proporciona uma grande variedade de padrões de cultivo e colheita, criando paisagens que constantemente mudam e evoluem.

- Uma interiorização: a focalização é feita essencialmente no crescimento e produção que todavia poderá estar centrado ou integrado no contexto da paisagem.
- Uma cultura do fazer não planeada: que resulta em parcelas agrícolas por vezes em desalinho e o uso de elementos reciclados para criar estruturas temporárias ou semi-permanentes.
- Uma imagem fértil, amena e prazerosa: a imagem verde e viçosa de uma parcela agrícola contrasta fortemente com outras formas de imagem urbana.
- Uma textura fina: o padrão do crescimento à pequena-escala e o contrastante carácter personalizado da maior parte dos projectos de agricultura urbana criam um padrão de textura urbana fina.

Apesar da inegável existência destes benefícios, o impacto positivo da agricultura urbana no carácter e na qualidade da paisagem não parece ser partilhado por todos. As paisagens que resultam de projectos de agricultura urbana tendem a partilhar algumas características comuns, que não se incluem nas abordagens dominantes ao desenho de projecto do espaço urbano tidas pelos arquitectos paisagistas, arquitectos e urbanistas.

Estas características incluem uma subtilidade, um carácter introvertido e frequentemente não planeado e a transformação constante da paisagem. Para alguns elas são percebidas como depreciadores da qualidade da paisagem urbana. Mas para outros são algumas das paisagens mais desejadas e necessárias.

É um facto que a agricultura urbana é central para a existência de várias cidades pobres do mundo. Contudo, só recentemente, as nações industriais ricas do mundo e os seus políticos começaram a considerar os benefícios potenciais da agricultura urbana. Hoje em dia, em todas as cidades europeias, a produção de alimentos enfrenta uma severa competição com outros usos da terra, nomeadamente a habitação, comércio e indústria que, frequentemente, têm um alto perfil e retorno financeiro.

Enquanto uma grande quantidade de informação sobre o desenho dos edifícios de baixo consumo de energia está disponível, incluindo exemplos que têm em conta os impactos no ciclo da vida devido à energia concretizada e operacional, pouca bibliografia é comumente disponibilizada relativamente à agricultura urbana. Não é assim surpreendente que as profissões relacionadas com o ambiente edificado tenham pouco a

ver com assuntos alimentares. Se o planeamento é para ser relacionado com a coordenação do uso e desenvolvimento da terra e com o interesse público, então o valor da produção de alimentos necessitará de ser mais publicitado e, inclusivamente incluído nos currícula de estudos relacionados com esta temática.

Os riscos da agricultura urbana estão, fundamentalmente, relacionados com a saúde humana e com o ambiente, se não forem tomados em consideração, e se, conseqüentemente, medidas preventivas e orientadoras não forem implementadas. As principais potencialidades e riscos associados podem ser sumariados do seguinte modo:

2.1.1 Segurança alimentar e nutrição

A contribuição da agricultura urbana para a segurança alimentar e nutrição saudável é, provavelmente, o seu ponto mais importante. A produção de alimentos na cidade é, em muitos casos, uma resposta da pobreza urbana a um acesso inadequado, irregular e inseguro aos alimentos, assim como à falta de poder de compra. Nos meios urbanos a falta de rendimento traduz-se mais directamente numa falta de alimentos que nos meios rurais (o rendimento económico é necessário para comprar alimentos). Os custos do fornecimento e da distribuição dos alimentos das áreas rurais para as áreas urbanas, ou a importação de alimentos para as cidades, estão continuamente a aumentar e, a sua distribuição dentro das cidades é irregular. Como consequência, a insegurança alimentar urbana continuará a crescer (Argenti, 2000), como o demonstrou recentemente a greve dos camionistas em Portugal, e mais recentemente ainda a erupção do vulcão na Islândia cuja consequência foi a paragem do tráfego aéreo em toda a Europa afectando, conseqüentemente, vários países no mundo.

A adicionar ao reforço da segurança alimentar e da nutrição dos próprios produtores urbanos (Nugent, 2000), a agricultura urbana produz grandes quantidades de alimentos para outras categorias da população. Foi estimado que 200 milhões de residentes urbanos produzem alimentos para o mercado urbano providenciando 15 a 20% dos alimentos do mundo (Armar-Klemesu, 2000).

2.1.2 Saúde

O acesso melhorado a alimentos frescos está directamente relacionado com a melhoria da saúde. A produção de alimentos nas cidades pode e deve ajudar a melhorar a dieta alimentar da população possibilitando-lhe o acesso a fruta e vegetais frescos, particularmente aquela que tem rendimentos baixos. A adicionar à dieta, a agricultura urbana pode providenciar uma útil saída para o aumento da quantidade de exercício regular que os profissionais de saúde argumentam que é necessário para evitar problemas de saúde como a obesidade. Também a prática da jardinagem ou da horticultura tem sido amplamente reconhecida pelos seus efeitos benéficos no tratamento das doenças mentais.

No entanto, na maioria das discussões, os riscos para a saúde são referidos num contexto negativo. Uma revisão da literatura (Birley & Lock, 2000; Danso, Drechsel, Akinbolu & Gyiele, 2003) indica que, os potenciais riscos para saúde humana, causados pela agricultura urbana, têm vindo a crescer sendo, a informação detalhada sobre este tema, ainda escassa. No entanto, os riscos de saúde associados à agricultura urbana devem ser seriamente tidos em consideração, devendo ser feita uma avaliação dos impactos de saúde, estabelecidos regulamentos adequados e tomadas medidas preventivas. Contudo, o medo dos alimentos contaminados e de outros riscos de saúde não devem ser exagerados, devendo ser comparados aos da agricultura rural (Veenhuizen, 2006).

Os principais riscos de saúde associados à agricultura urbana estão agrupados nas seguintes categorias:

- Contaminação das culturas com organismos patogénicos como resultado da rega com água proveniente de cursos de água poluídos, de água residual insuficientemente tratada ou da falta de higiene no manuseamento dos produtos durante o transporte, processamento e mercado dos produtos frescos;
- Propagação de doenças humanas através dos mosquitos e animais atraídos pelas actividades agrícolas;
- Contaminação das culturas pelo uso intensivo e prolongado de agro-químicos;

- Contaminação dos solos e dos produtos com metais pesados pelos emissores do tráfego e dos efluentes industriais;
- Propagação de doenças transmitidas aos humanos por manter a pecuária próxima das culturas sem precauções adequadas.

2.1.3 Desenvolvimento económico local

A agricultura urbana é uma fonte importante de rendimento para um número substancial de agregados. A adicionar ao rendimento das vendas dos excedentes, as famílias dos agricultores poupam em despesas domésticas ao cultivar os seus próprios alimentos. Uma vez que as classes economicamente desfavorecidas gastam geralmente uma parte substancial dos seus rendimentos em alimentos (60-80%), (Mougeot, 2005), as poupanças podem ser substanciais. A agricultura urbana também estimula o desenvolvimento de microempresas para a produção dos *inputs* agrícolas necessários (por exemplo forragem, composto e minhocas); para o processamento, embalagem e mercado dos produtos e para outros serviços (por exemplo serviços de saúde animal, contabilidade comercial, transportes). Nos países em vias de desenvolvimento pode proporcionar uma orientação de vida económica.

O valor económico da agricultura urbana não pode ser simplesmente comparado ao tipo de fluxo financeiro causado pela troca de dinheiro por produtos agrícolas nos supermercados. De pequena ou média produção, preferivelmente orgânica e sazonal e com o objectivo do mercado local, a agricultura urbana é uma abordagem diferente à vida e aos alimentos que, mais do que competir, suplementa os produtos existentes nos supermercados.

Em Inglaterra existem numerosos exemplos onde os projectos de agricultura urbana são associados com os cursos práticos da *National Vocational Qualification* (NVQ)³¹⁸

³¹⁸ Os NVQs são trabalhos baseados em prémios que ocorrem no Reino Unido, e que são adquiridos através de formação e avaliação. Para adquirir um NVQ os candidatos têm que provar que são capazes de cumprir o seu trabalho ao nível requerido. Os NVQs são baseados em *standards de ocupação nacional* que descrevem as competências esperadas em cada trabalho. Tradicionalmente, os candidatos trabalharão para obtenção de um NVQ que reflecte o seu papel numa posição voluntária ou remunerada. Por exemplo, alguém que trabalhe em serviços administrativos pode ter um NVQ em Negócios e Administração. Existem cinco níveis de NVQ, desde o nível um, que se focaliza em trabalhos práticos, até ao nível cinco, vocacionado para uma gerência senior.

(Howe & Wheeler, 1999). Estes cursos podem proporcionar habilitações através, por exemplo, da prática em temas como horticultura comercial. As habilitações e qualificações ganhas a partir daqui podem ser usadas na procura de emprego em qualquer lugar no sector hortícola ou outro. As actividades ligadas à agricultura urbana também são recursos válidos nas escolas relacionadas com temas tradicionais relativos à ciência, à geografia e a novos currículos, por exemplo, estudos ambientais.

As vantagens comerciais da agricultura urbana têm sido tradicionalmente inibidas pela proibição geral de vender alimentos provenientes de lotes agrícolas (Howe, Bohn & Viljoen, 2005). No entanto, estas restrições não se verificam no caso das quintas urbanas ou de algumas hortas comunitárias.

O crescimento de retalhistas gigantes de alimentos e a tendência recente na colocação de supermercados fora da cidade tem sido enorme nas últimas décadas. O declínio das lojas locais de alimentos, de pequena escala, tem sido igualmente dramático. Entre 1976 e 1987, mais de 44 000 retalhistas de alimentos fecharam (31.2% do total) e em 1988, 90% de todas as vendas relativas a alimentos, apenas 2% foram provenientes dos armazéns. O encerramento de armazéns de alimentos locais deixou algumas áreas, particularmente nos bairros urbanos pobres, sem acesso a venda de alimentos à excepção das que praticam preços altos (Howe, Viljoen, Bohn, 2005).

2.1.4 Socioculturais

A agricultura urbana pode funcionar como uma importante estratégia para a atenuação da pobreza e integração social dos grupos em desvantagem (como os imigrantes, famílias afectadas pela sida, pessoas com deficiências, agregados liderados por mulheres com crianças, idosos sem pensões, jovens sem emprego) proporcionando-lhes uma mais forte integração na rede de trabalho urbana, uma subsistência decente e prevenindo problemas sociais (Gonzalez & Murphy, 2000)³¹⁹. As quintas urbanas e

³¹⁹ É um mérito que os habitantes atribuam à agricultura vizinha da cidade, a permissão da existência de jardins familiares, a integração de grupos sociais marginais, como por exemplo os operários emigrantes ou os desempregados. Nestas hortas domésticas desenvolvem-se formas originais de sociabilidade, em particular aos fins-de-semana e nas férias. Aos jardins vai-se, por motivos sobretudo alimentares, mas também pelo encontro regular com outras pessoas e com as suas famílias, criam-se laços, fala-se, troca-se, convida-se.

periurbanas também podem ter um papel importante providenciando funções de lazer e educativas para os cidadãos, tendo um papel na biodiversidade e gestão da paisagem, uma maior proximidade com os ciclos naturais, assim como o desenvolvimento perceptivo de uma dimensão diferente do tempo.

Também enfatizada na bibliografia relativa à agricultura urbana é a sua importância em termos de desenvolvimento da comunidade e como agente para a regeneração social, reduzindo a discriminação, combatendo o crime e gerando benefícios económicos. Em termos da regeneração urbana, um dos pontos fortes da agricultura urbana, identificado tanto na bibliografia relativa à Europa como à do Norte da América (Howe, Bohn & Viljoen, 2005), é a sua capacidade de fazer uma diferença altamente visível e prática na qualidade de vida das pessoas.

Hynes (1996) vê o combate ao crime como uma das primeiras aquisições do movimento das hortas comunitárias nos Estados Unidos. Frequentemente situadas em áreas urbanas com elevados níveis de crimes, as hortas comunitárias têm sido bastante positivas na reabilitação de indivíduos pela oferta de alternativas ao uso e venda de drogas, prevenindo também outras actividades criminais.

Garnett (1996) sugere que a produção de alimentos urbanos providencia um meio excelente de envolver grupos que são frequentemente discriminados, nomeadamente as mulheres, minorias étnicas e idosos, numa actividade produtiva e sociável. A agricultura urbana também proporciona, frequentemente, meios válidos de expressão de identidade étnica local, por exemplo através da produção de bens culturais significativos.

2.1.5 Gestão ambiental urbana

A eliminação de desperdícios tornou-se um problema sério em várias cidades. A agricultura urbana pode contribuir para resolver este problema transformando os desperdícios urbanos num recurso produtivo através da produção de composto, cultura de minhocas e rega com águas residuais.

A agricultura e floresta urbana também podem ter um impacto positivo nos espaços abertos das cidades, na melhoria do microclima urbano (quebras de vento; redução de pó, existência de sombra) e na manutenção da biodiversidade assim como na redução da

pegada ecológica da cidade pela produção de alimentos frescos próximo dos consumidores reduzindo, conseqüentemente, o consumo de energia causada pelo transporte, embalagem, refrigeração, etc.

Investigação desenvolvida na Holanda mostrou que a existência de espaços agrícolas, e portanto construídos com vegetação, junto às residências, tem um efeito positivo na saúde das pessoas (Veenhuizen, 2006).

No entanto, a agricultura urbana pode contaminar as fontes de água locais se grandes quantidades de fertilizantes químicos forem utilizadas. A descarga de água residual de quintas com produção de aves intensiva pode ter, por exemplo, teores altos de microrganismos e pode contaminar o fornecimento de água potável. Práticas agrícolas inapropriadas podem – em certas circunstâncias – conduzir à redução da vegetação ou ao assoreamento dos cursos de água.

Devido à subavaliação da agricultura urbana e da competição severa pela terra, a agricultura urbana é frequentemente empurrada para áreas marginais dentro da cidade tais como áreas pantanosas ou com declives acentuados, onde ecossistemas frágeis podem ser prejudicados se a actividade não for conduzida apropriadamente³²⁰.

2.2 POLÍTICA E AGRICULTURA URBANA

Quando as autoridades, a várias escalas, entenderem o papel que os agricultores urbanos podem desempenhar nas várias áreas da política urbana, mais do que apenas proibir ou (temporariamente) tolerar a agricultura urbana, procurarão formular políticas que facilitem e regulamentem a agricultura urbana³²¹ com o objectivo de maximizar os seus benefícios enquanto previnem ou reduzem os riscos associados.

³²⁰ Um dos meios mais efectivos de avaliar o impacto ambiental de um processo particular ou produto é encontrar quanta energia não renovável é requerida para o produzir ; esta quantidade de energia é referida como energia concretizada. O consumo desta energia resulta na emissão de gases das estufas, contribuindo para o aquecimento global e para as mudanças climáticas. Assim a energia concretizada pode ser pensada como um meio para avaliar a potencial mudança do processo.

³²¹ Aceitar a agricultura como uma componente do crescimento urbano, depende talvez de uma decisão política, sensível seja à questão agrícola seja à dos cidadãos.

Dubbeling (2004) e Cabannes (2004), descrevem três principais dimensões da política relativa à agricultura urbana que podem ajudar a focalizar e a distinguir opções e intervenções.

- A primeira – a *dimensão social* da política refere-se principalmente (mas não exclusivamente) a tipos de agricultura urbana de *subsistência orientada* que fazem parte das estratégias de subsistência, especialmente das classes urbanas menos favorecidas e dos que estão principalmente focalizados na produção de alimentos e de plantas medicinais para consumo caseiro. Desta forma, também as despesas da família em alimentos e medicamentos serão reduzidas e um menor rendimento será gerado pelas vendas ou excessos. Estes agregados necessitam, para além da agricultura, de rendimentos adicionais provenientes de outras fontes para sobreviver. Podem por exemplo incluir jardinagem, hortas comunitárias, jardins institucionais em escolas ou hospitais, e agricultura em espaços abertos numa micro-escala com baixos níveis de investimento. Estes sistemas mostram pouco lucro directo mas têm importantes impactos sociais como a inclusão social, a diminuição da pobreza e o desenvolvimento comunitário, entre outros.
- A segunda – a *dimensão económica* da política está mais relacionada com tipos de agricultura urbana *orientados para o mercado*. As actividades são realizadas (principalmente) por empresas familiares de pequena escala e (algumas) quintas empresariais de grande escala geridas por investidores privados ou associações de produtores (Veenhuizen, 2006). As actividades não se referem apenas à produção de alimentos (por exemplo produção de vegetais de regadio, produção diária de forragem), mas também de produtos não alimentares (plantas medicinais e aromáticas, flores e plantas ornamentais). Estas *quintas comerciais* estão incluídas numa cadeia de empresas de pequena e grande escala, envolvidas na entrega dos *inputs* (por exemplo de composto ou forragem), processamento e mercado. Estes tipos de agricultura urbana têm mais impacto económico e maior lucro, mas as suas exterioridades para a cidade e para a população urbana, especialmente aquelas intensivas e de grande escala, tendem a ser mais altas (por exemplo o risco de contaminação de solos, água de rega contaminada e riscos de zoonoses).

- Por fim, mas não menos importante - a *dimensão ecológica* da política refere-se a tipos de agricultura urbana que apresentam um carácter *multifuncional* : paralelamente à produção de alimentos que geram rendimentos desempenham um papel na gestão ambiental e providenciam outros serviços exigidos pelos cidadãos : compostagem descentralizada e reutilização de resíduos orgânicos e águas residuais (incluindo nutrientes)³²², espaços abertos urbanos e melhoramento do microclima urbano (sombra, oxigénio, redução de poeiras), gestão da paisagem (parques, zonas tampão, leitos de cheias e áreas propensas a tremores de terra ou zonas ecologicamente valorizadas, que devem ser mantidas livres de edificação), provisionamento de oportunidades para lazer e actividades de recreio e armazenamento de água, entre outros. Para permitir tal combinação de funções, a agricultura urbana terá que adoptar métodos de produção agro-ecológicos, ligados à eco-sanidade e à gestão de resíduos sustentável e descentralizada, assim como ao planeamento e à gestão de parques, da natureza e do recreio.

Outras opções políticas, que defendemos particularmente, incluem o uso temporário dos espaços intersticiais públicos e privados para a agricultura urbana. Os municípios poderiam permitir que os terrenos expectantes fossem utilizados para agricultura urbana ou sujeitos a negociações entre os proprietários e os utilizadores. Posteriormente, poderiam optar por promover o uso multifuncional da terra. Estas acções poderiam ser fomentadas através do encorajamento da participação da comunidade na gestão dos espaços abertos, onde a agricultura urbana poderia ocorrer simultaneamente com outras funções urbanas tais como o recreio e o lazer, à semelhança do que é proposto acontecer num CPUL, no *campo urbano*, ou num Plano de Estrutura Verde.

A análise dos sistemas agrícola-urbanos actuais e a discussão de medidas de política alternativas podem estar directamente ligadas com uma ou mais áreas da política acima

³²² De um modo geral, o fluxo de alimentos e dos nutrientes é unidireccional, do campo para a cidade, nunca retornando à terra.

mencionadas, dependendo da situação actual na cidade e das prioridades da política existentes.

Um governo local preocupado com o aumento da insegurança alimentar ou com a exclusão de certas categorias da população irá certamente focalizar a sua acção na *dimensão social* da agricultura urbana. Outra cidade – mais interessada no desenvolvimento económico local – focalizará a *dimensão económica* da agricultura urbana ou procurará estimular os agricultores subsistentes a dirigirem-se para o sector do mercado. As autoridades locais mais preocupadas como vivem as classes economicamente desfavorecidas, com os crescentes problemas relativos à gestão dos resíduos ou com os efeitos negativos no ambiente e na saúde, no mercado orientado da agricultura urbana, podem concentrar-se na *dimensão ambiental* da agricultura urbana ou promover uma mudança de elevados *inputs* comerciais da produção agrícola em direcção a uma agricultura sustentável e multifuncional.

Devido à natureza multifuncional e improvisadora da agricultura urbana, o desenvolvimento da política e as acções de planeamento devem envolver vários sectores e disciplinas : agricultura, saúde, gestão de desperdícios, desenvolvimento da comunidade, gestão de parques e da natureza, entre outros.

Também os agricultores urbanos, assim com as organizações que os suportam, têm que ser envolvidos no processo de planeamento. De acordo com Allen (2001), o aspecto mais importante do planeamento estratégico urbano está relacionado com a participação das classes economicamente desfavorecidas na análise da situação, na definição de propriedades e na acção de planeamento e implementação. Tais processos consultivos constituirão os resultados da política de desenvolvimento e das acções de planeamento não só compreensivas, mas também sustentáveis. Cada vez mais estes factos são reconhecidos e incluídos nas abordagens ao planeamento urbano como metodologias do planeamento dos multi-actores adoptados pela *Agenda 21* e pelo *Sustainable Cities Programme*.

O poder público tem muitas razões para querer manter os espaços agrícolas e os agricultores nas regiões urbanas. Primeiro, por motivos de segurança alimentar nos países onde as áreas agrícolas são raras (Egipto, Líbano, Israel) depois, por motivos de segurança civil (riscos de incêndio da vegetação seca). Existem também as razões

económicas e sociais: a distância geográfica dos produtores pede (por motivos de custo, mas também de segurança alimentar local em caso de crise) que os circuitos comerciais sejam curtos; a diversidade dos produtos agrícolas e da sua origem geográfica convida o poder público, por exemplo na Europa, a distinguir marcas de qualidade em territórios demarcados - denominação de origem controlada (DOC), produtos de fábrica ou produtos biológicos; nos países europeus, o agro-turismo representa um modo de venda para fazer conhecer os produtos.

Os outros motivos são de origem ambiental e paisagística: o desenho de paisagem, o uso multifuncional e a preservação da identidade, entre outros. Os agricultores urbanos, em condições controladas, devem reciclar uma parte da água e do lixo orgânico urbano. A estrutura paisagística agrícola como os lotes de terra produtivos, as sebes para o vento, os poços, os canais, a construção de apoios, os percursos, são formas que quebram a densidade edificada do aglomerado. Outras superfícies vegetais ou de água contribuem também para a purificação do microclima urbano; os espaços agrícolas oferecem espaços para percorrer e desfrutar. Permitem sobretudo pôr à disposição da população espaços públicos de recreio realizados pelos agricultores, com a condição que seja garantida a segurança dos bens e das pessoas. Esta figura, que corresponde ao *campo urbano* de Donadieu (2006), não nasce espontaneamente, mas é o produto da acção conjunta dos agricultores, do poder público urbano e dos habitantes.

Estes espaços começam a aparecer sob a forma de parques agrícolas no sul de Milão, de pomares junto a Palermo, no cultivo de frescos e pomares no Baix Llobregat (ver Anexo 5), na comunidade de Aubagne, não longe de Marselha, em Delft, na Holanda (ver Anexo 6), e sob a forma de um sistema de parques agrícolas em Almada e, também previsto na Estrutura Verde de Lisboa. Isto é, em todas cidades onde se retoma o reconhecimento da multifuncionalidade da paisagem.

Apesar da pertinência já referida da existência das práticas agrícolas urbanas, a sua integração na economia urbana contemporânea é ainda uma falha nas políticas e planeamento urbanos.

A agricultura urbana é uma actividade económica praticada, por razões comerciais, por um número estimado de 200 milhões de pessoas e, informalmente por 600 milhões de pessoas à volta do mundo. O livro inovador das *United Nations Development*

Programmes (UNDP), *Urban Agriculture ; food, jobs and sustainable cities*, identifica três benefícios económicos na agricultura urbana: emprego para a geração futura e desenvolvimento empresarial; melhoria do sector da agricultura nacional e o fornecimento de alimento urbano; e a economia do uso da terra.

Apesar da agricultura urbana contribuir significativamente para as necessidades alimentares de várias populações urbanas, a United Nation's Food and Agriculture Organisation (FAO) informou que, no futuro, as 12 megacidades (mais que 10 milhões de população) experienciarão um aumento de dificuldade na sua alimentação. (FAO, 1998).

A porção de terra que é necessária para as actividades da agricultura urbana comercialmente viáveis dependerá de um número de factores que incluem (Petts, 2005): a qualidade da terra; o uso de microclimas naturais e artificiais incluindo estufas e túneis de polietileno; o tipo de crescimento das culturas; a combinação de plantas e animais; o preço dos produtos nos mercados, incluindo os produtos das áreas rurais e ultramarinas; os níveis dos seus *inputs* incluindo trabalho e fertilizantes; e a distância do sítio aos mercados urbanos.

Os produtores urbanos podem obter uma maior eficiência com a utilização de recursos subutilizados na cidade tais como os espaços intersticiais, o composto da cidade e a mão-de-obra proveniente dos desempregados. A produtividade da agricultura urbana pode ser 15 vezes maior que a da agricultura rural embora os rendimentos possam sofrer *inputs*, e apoios municipais insuficientes (FAO, 1998).

Os efeitos macroeconómicos da agricultura urbana podem ser ao nível de uma melhoria na segurança alimentar e de uma diminuição dos preços dos alimentos, induzir o aumento de emprego e contribuir para as indústrias relacionadas com a actividade. Oferece-se assim como uma saída para os problemas socioeconómicos actuais.

3. A AGRICULTURA NA CIDADE

3.1 OS PRECURSORES DA AGRICULTURA URBANA OU A PERMANÊNCIA DE UMA NECESSIDADE

Se recuarmos até à Antiguidade ou à Idade Média, os textos que se encontram são testemunhos de uma reconquista hortícola sobre a *silva*. Estes textos não se referem obviamente à paisagem nem tão pouco se podem considerar tratados da arte dos jardins (Dantec, 1996). Mais do que prescrever uma ordem espacial ou ornamental, assim como as técnicas hortícolas de acordo com um plano fundamentado, eles descrevem enumeram e compilam. Apresentam um carácter híbrido.

O mundo romano antigo deixou, em toda a Europa Ocidental e na bacia mediterrânica, uma civilização muito própria onde se destacavam as *villae* urbanas, as quais funcionavam como articulação do binómio cidade/campo.

Alimentados pela poesia, pela literatura e pelas técnicas agrícolas gregas, estas *villae* são celebradas pelos maiores autores da Antiguidade Clássica: Plínio, o Antigo (23-79) na sua história natural e Plínio, o Jovem (61-114) no seu legado epistolar. Todos estes textos têm lugar na tradição poética de celebração das belezas da natureza e das delícias da vida rural fundada por Virgílio (70-19 a.c.) e por ele levadas ao auge nas *Bucólicas* e *Geórgicas*.

Existem, no entanto, textos que, pelo seu carácter prescritivo se distinguem da referida literatura, essencialmente descritiva e poética. Destacam-se entre outros, o *De agricultura* de Catão (234-149 a.C.), o *De re rústica* de Varrão (116-27 a.C.), a *Materia medica* (séc. I d.C.) de Dioscoride, o *De re rústica* de Columelle (séc. I d.C.) e o tratado em treze livros de Paladio – *Opus Agriculturae* (séc.IV d.C.). Estas obras são práticas e didácticas e têm como objectivo explicar como se gere e como se faz produzir um terreno agrícola com regras económicas, morais e sociais e com regras técnicas relativas aos edifícios, aos solos, ao estrume, às estações, à selecção de sementes, às plantações, ao enxerto e tamanho das árvores, ao fabrico do vinho, do óleo ou do mel, às doenças das plantas e dos animais, etc.

Assim verifica-se, ao longo dos séculos, que a agricultura e a horticultura são indissociáveis da arte da paisagem e dos jardins, até ao Renascimento, quando a arte dos

jardins se afirma de maneira autónoma, como o confirmam os textos de Francis Bacon, *Essai sur les Jardins* (1625) de Claude Mollet, *Théâtre des Plantes et Jardinages* (1652) de Jacques Boyceau de La Bareaudière, *Traité du Jardinage selon les raisons de la nature et de l'art*, (1638), entre outros.

Todos eles se baseiam na teoria das três naturas: a principal - a natureza propriamente dita, a segunda – a útil (agrícola e urbana) e a terceira - o recreio (jardim).

Esta teoria sustem que a paisagem agrícola europeia está no centro de um processo de mudança e transformação: os espaços agrícolas foram conquistados à primeira natura e estas duas naturas criaram a terceira, refinando o vocabulário da sua linguagem simbólica. Da pradaria, ao prado e às pastagens, do bosque ao bosquete, da caverna à gruta e ao ninféu, da bacia de irrigação à fonte, do canal de rega ao canal do parque. Assim, o valor atribuído ao campo mudou quando uma parte da sociedade começou a considerá-lo para usos diversos daqueles exclusivamente agrícolas.

No século XVIII o agricultor inglês ultrapassou o homem da corte, os fisiocratas eliminaram os cortesãos e os viajantes botânicos Cook e Bougainville deram luz nos confins do mundo. O sentimento nacionalista emergia e nascia o romantismo enquanto em Inglaterra começava a desenvolver-se a periferia operária. No século XVIII, o retorno dos intelectuais às fontes antigas, gregas e latinas, voltou às celebrações virgilianas dos prazeres da natureza, antídoto contra os horrores da cidade depravada. O botânico Haller³²³ criou o fascínio pelas paisagens alpinas onde “a fértil montanha se cobria de pastagens abundantes, a ligeira pendente brilhava com o esplendor do grão maduro e as colinas estavam cobertas de rebanhos”. As montanhas acidentadas tornaram-se pastoris, doces à vista e acessíveis no caminho.

Paralelamente, surge a corrente do jardim paisagista, que se fundava numa ideia simples: a riqueza dos prazeres do campo reinventado, onde se podiam encontrar cenas exóticas, capazes de estimular a mente e os sentidos, como se tratasse de um teatro onde os espectadores eram as personagens. Segundo Donadieu (2006), o projecto paisagista sobre o campo atinge a sua máxima aspiração com Jean-Marie Morel, co-autor com Girardin do jardim de Ermenonville. Distinguindo a terra e as quintas do espaço

³²³ Dantec, (1996). *Jardins et Paysages. Textes Critiques de L'Antiquité à nos Jours* (p. 157). Paris : Larousse, Textes Essentiels.

destinado à habitação – o jardim e o parque - estabelece limites para a paisagem abrindo, ao mesmo tempo, os horizontes do projecto. Neste projecto de criação de um campo aprazível, a quinta deveria situar-se no lugar onde fosse possível o maior número de cultivos, entre planícies e colinas, não se privando da vizinhança de prados e riachos. No século XIX, quando o espaço urbano se torna soberano, a segunda natureza foi praticamente esquecida, lentamente esvaziada pelo êxodo rural, sendo introduzida a *terza* natureza na cidade para curá-la, embelezá-la e suavizá-la.

Com Humboldt e Reclus, o conhecimento científico dos processos sociais, económicos e naturais impõe-se como condição necessária para o progresso agrícola e rural, desacreditando a visão totalitária dos utopistas do Século das Luzes e dos seus sucessores. Fechada na cidade e relegada à protecção dos sítios pitorescos, no século XX a cultura paisagista cai num longo sono do qual começa a acordar muito mais tarde. Reclus denuncia bastante cedo os danos causados pela exploração dos recursos minerais e naturais e pelo crescimento selvagem das cidades, mas o seu projecto não foi tão explícito quanto o de Ebenezer Howard³²⁴.

Uma relação mais próxima entre as populações urbanas e a produção de alimentos foi amplamente vivida durante a Revolução Industrial Vitoriana. Numa primeira fase, apesar do dramático crescimento populacional, o sistema de transportes deficitário fez com que a expansão das cidades fosse bastante condicionada. Facto que mudou em meados do século XIX, com a construção do caminho de ferro que permitia que as pessoas vivessem longe dos seus locais de trabalho. No final do século XIX a dimensão das grandes cidades industriais com o seu denso desenvolvimento urbano e a falta de espaços *verdes*, afastou bastante população de qualquer contacto imediato com a produção de alimentos. As condições de vida insalubres e desesperantes dos operários das fábricas e a alienação da natureza constituíram causas de grande preocupação. Uma das tentativas de reintrodução de espaços abertos no espaço urbano foi o desenvolvimento dos parques municipais, adoptado, por exemplo, em Inglaterra, na segunda metade do século XIX. Outra das medidas foi o desenvolvimento de hortas urbanas.

³²⁴ Donde surge a publicação póstuma de *L'Homme: géographie social* de Reclus (Donadieu, 2006).

Os pequenos aglomerados urbanos enfrentavam, frequentemente, problemas espaciais durante a industrialização não desenvolvendo, como consequência, parques urbanos de escala significativa no seu interior. Nestas vilas e pequenas cidades foi a sua periferia que providenciou espaços abertos urbanos para a cidade, tanto sob a forma de parques (muitas vezes agricultados) adjacentes aos aglomerados, como sob a forma de hortas, nos subúrbios em desenvolvimento.

A produção de alimentos urbanos, no geral, e as hortas urbanas, em particular, tiveram um grande protagonismo no livro de Ebenezer Howard – *Garden Cities of Tomorrow* - constituindo elementos chave. Em cada cidade, 5/6 da área eram destinados à produção de alimentos. A área residencial era dividida em lotes que Howard pensava serem suficientes para alimentar uma família de, pelo menos, cinco elementos. As hortas de maiores dimensões circundavam os bairros periféricos.

Em 1908, o arquitecto paisagista e urbanista Jean-Claude Forestier não recusou o modelo das cidades-jardim que se andava a difundir no Novo Mundo (Donadieu, 2006). Pelo contrário, inspirando-se nos trabalhos de Howard e na sua experiência acumulada em cidades de todo o mundo, criou o sistema de parques que está descrito na sua obra *Grandes Villes et Systèmes des Parcs*³²⁵. No entanto, a referência explícita à vida rural desaparece deste projecto que classificava hierarquicamente os tipos de espaços, desde as grandes reservas florestais ou usadas para pastagem, até às vias arborizadas e aos pequenos jardins de quarteirão³²⁶. Forestier, contemporâneo de Olmsted, não mostrava sentimentos de nostalgia virgiliana tendo sido defensor de uma urbanização *verde* que permanece ainda hoje (Stéfulesco, 1993).

³²⁵ Forestier, J. (1997). *Grandes Villes et Systèmes des Parcs* – France, Maroc, Argentine. Paris : Institute Français d'Architecture. Norma Editions.

³²⁶ O vocabulário paisagista de Forestier atribuíva funções a uma determinada tipologia de espaço: os grandes espaços naturais longe da cidade, matas e vales, teriam atributos dos sítios de lazer hoje equivalentes aos parques naturais regionais; os parques suburbanos, caracterizados pela existência de bosques e prados e pela vantagem da proximidade urbana; os grandes parques urbanos, lugares para o passeio e o lazer no interior da cidade; os jardins de quarteirão, de uso adaptado às famílias e às crianças; os espaços destinados às crianças onde se podiam fazer a aprendizagem da agricultura e da horticultura com fins alimentares e decorativos; os pequenos espaços de estadia que exerciam a função de ligação entre parques e também de valorização de pontos de vista sobre a paisagem ou elementos de interesse. Nesta obra de Forestier reflecte-se o movimento da *Beautiful City*, onde o *belo* e o bem-estar se procuram enquanto benefício da comunidade e não a título individual.

Também com Le Corbusier, e apesar de não a designar como tal, a agricultura urbana e periurbana tiveram um papel central no seu pensamento urbano. No capítulo 13 do seu livro *The City of Tomorrow*³²⁷, no capítulo *Concerning Garden Cities*, Corbusier descreve precisamente como a agricultura pode existir sem reduzir o total da densidade dos subúrbios. Analisando uma parcela de habitação suburbana de 400 m², propõe destinar 150 m² para um mercado comum onde haveria um agricultor encarregado de cada 100 parcelas onde seria feito um cultivo intensivo. Os pomares encontrar-se-iam entre as casas e a terra cultivada (Corbusier, 1947). Mais tarde Le Corbusier escreveu sobre o que hoje se pode chamar agricultura periurbana.

Por volta de 1945 definiu *Três estabelecimentos urbanos*³²⁸: *A Unidade da Quinta, a Cidade Industrial Linear e a Cidade Rádio-Concêntrica, em transformação*. O que é interessante nestas propostas, actualmente, é a forma como apresentam uma série de redes sobrepostas. Dentro deste conceito de cidade, a superfície proporciona uma espécie de *tapete* sobre o qual as cidades lineares, que têm entre 50 a 200 km de comprimento, formam longas vertentes, numa rede, cujos nós se transformam em cidades rádio-concêntricas. Os limites claros entre as cidades e as unidades-quinta são sintomáticos de um interesse prevalecte no zonamento.

Se revirmos, hoje, estas propostas, a unidade-quinta de Corbusier pode também ser considerada agricultura periurbana. A rede triangular das cidades lineares proposta por Le Corbusier resultaria em produção de alimento para as cidades nos limites normalmente estabelecidos pelos gestores do Mercado dos agricultores de Londres.

Com uma posição diferente de Corbusier, surge Frank Lloyd Wright, já referido no capítulo anterior, que publicou, em meados do século XX e até ao fim da sua vida, uma série de ensaios publicados em *The Living City*³²⁹.

Tal como a visão de Le Corbusier, a cidade viva de Wright celebra a variedade na unidade de uma forma original. Na proposta de Wright encontramos uma visão que

³²⁷ Corbusier. (1947). *The City of Tomorrow and its Planning*. London: Architectural Press.

³²⁸ Corbusier. (1997). *Les Trois Etablissements Humains*. Paris : Editions de Minuit. Collection Forces Vives.

³²⁹ Wright, F. (1961). *La Ciudad Viviente*. Buenos Aires: Compañía General Fabril Editora.

ecoa no pensamento arquitectónico actual acerca da essência e do poder gerador do conceito de paisagem³³⁰. Esta noção de *Arquitectura e Terra Agrícola* é talvez a maior contribuição de Wright para os arquitectos, urbanistas e arquitectos paisagistas actuais. Como ideia, liberta-nos de distinções entre urbano e suburbano, ajudando a articular uma visão da cidade conduzida pela intensificação ecológica, onde as paisagens produtivas podem igualar o desenvolvimento tradicional do espaço edificado. Os arquitectos começam a lidar com a paisagem e tecido edificado, um informando o outro, à escala da arquitectura e à escala da cidade; estes assuntos estavam apenas no início de serem os protagonistas.

Durante a reconstrução da Europa, depois da Guerra, Mumford (como citado em Dantec, 1996), e também já referido no capítulo anterior, apresentou uma crítica à política *verde* urbana, recusando o modelo urbano liberal defendendo a protecção das regiões rurais, fora da cidade.

Mumford reintroduz o uso rural nas cinturas verdes atribuídas ao território regional, servido por uma rede viária adequada, desempenhando o papel de parque público de lazer para o fim-de-semana. Foi, portanto, o projecto de uma sociedade de *lazer* a fundamentar a visão *mumfordiana* de uma sociedade distribuída sobre todo o espaço disponível que, depois de ser protegido, deveria estar preparado para receber esta nova função do arquitecto paisagista. Seriam propostas pistas cicláveis e pedonais, áreas de piquenique, faixas contínuas de terrenos públicos serpenteando ao longo de toda a paisagem, para aceder às ribeiras, à beira-mar e às clareiras.

Com este modelo urbano de *campo-lazer*, Mumford tencionava limitar a fuga da cidade apoplética, com benefício dos subúrbios, deixando todos os espaços não-urbanos para o divertimento das massas, convertendo a cidade dormitório em cidade jardim, esvaziando o centro demasiado denso de uma parte da sua população e transformando os espaços supérfluos dos jardins da periferia em espaços de encontro social. Enfrentou concretamente a questão do restabelecimento da habitabilidade da cidade, insistindo sobre a funcionalidade dos espaços abertos (espaços de jogo, espaços de encontro) e,

³³⁰ Arquitectura e acres (terra agrícola) serão vistas em conjunto enquanto paisagem, como aconteceu no melhor da antiga arquitectura, e tornar-se-ão cada vez mais essenciais uma à outra. (Wright, 1961).

tentou encontrar a um nível local, uma resposta adequada às necessidades de cada cidade.

Todos estes precursores, capazes de promover pensamento e prática de planificações duradouras não puderam prever as reacções dos movimentos ambientalistas, ecologistas ou, até mesmo, *verdes*, a partir dos anos setenta do século XX, na Europa, que começaram a influenciar cada vez mais as decisões em matéria de política urbana. Provavelmente, Mumford não faria ideia quando insistia sobre a importância da atribuição das funções biológicas dos espaços abertos; mas a esta questão ele ainda sobrepôs as funções sociais: *Retomar a posse da paisagem para retomar a posse de nós mesmos*³³¹.

Vimos que no decorrer dos tempos, a presença das práticas agrícolas na cidade, tanto de uma forma ideológica como funcional é uma constante. Esta prática verificou-se, quer nos quintais e pequenos hortos no interior da cidade consolidada, quer nos espaços agricultados da sua envolvência (*villae* e quintas) (em Portugal nas quintas de recreio), onde a componente da produção nunca se perdeu, tendo-se verificado uma transformação a partir do renascimento onde a ludicidade impera sobre a componente produtiva.

A essência das *villae*, ou das quintas de recreio está enraizada no contraste e na dicotomia entre o campo e a cidade, onde as virtudes e as delícias do campo estão tão presentes como os vícios e os excessos da cidade. Tanto uma como a outra são símbolo de urbanidade, de viver melhor a cidade. Esta expressão é perfeitamente explícita, como vimos, em Plínio, na literatura da Roma antiga, e em Paladio, seiscentos anos mais tarde. Já no século XX, e apesar de todas as suas divergências, Wright e Corbusier foram os actores mais influentes para a permanência das *villae* na época moderna. A sua atenção, tal como as dos arquitectos que pensaram e construíram as *villae* ao longo dos tempos, focou-se na criação e manutenção de um equilíbrio entre a natureza e a cultura, responsável pelas suas e pelas coetâneas convicções e sentimentos. Frank Lloyd Wright, antagonista da urbanização, abordou a relação da habitação com a terra encontrando

³³¹ Mumford, L. (1964) Paysage naturel et paysage urbain (p. 429). In : Le Dantec (Ed.) 1996. ob, cit. (a tradução é nossa).

vocabulários e sintaxes independentes dos da história da arquitectura ocidental. Le Corbusier, nas suas *villae* quis cumprir a promessa da industrialização conjugando-a com os ideais da tradição clássica europeia. Enquanto divergiam nas suas abordagens programáticas, estes dois arquitectos, estiveram sempre muito próximos, inconscientemente, pois ambos acreditavam, e queriam desesperadamente persuadir os outros a acreditar, que através do desenho se podia viver um mundo melhor, física e espiritualmente (Ackerman, 1985).

Expressão da dialéctica da natureza e do artifício, a *villa* constitui um paradoxo cultural. O que distingue a *villa* de uma quinta agrícola no seu processo construtivo, ao longo de toda a história da arquitectura ocidental, desde os tempos de Horácio e Plínio é o investimento programático intensivo nos objectivos ideológicos. Esta questão foi sempre mais evidente no desenho das *villae* do que em qualquer outro tipo de construção, pois a imagem deste refúgio no campo foca-se, não tanto na acomodação das funções rurais claramente definidas, como na existência de valores que não estão na cidade. A cidade como local de interacção social é inevitavelmente mundana e temporal, enquanto o campo, no confronto com as forças brutas imanes e os sensuais encantamentos da natureza, solicita respostas inspiradas.

Nesta brevíssima incursão pela história das *villae*³³², verificamos que o mesmo repertório dos benefícios da presença do campo na cidade está nelas presente ao longo dos séculos: as vantagens das práticas agrícolas, o bem-estar físico e psíquico conferidos pelo ar puro e pelo exercício físico – particularmente a caça, e a descontração dada por actividades como a leitura, o convívio e a contemplação da paisagem onde se integra.

Podemos então considerar a *villae*, ou a quinta de recreio portuguesa, como a permanência, em espaço urbano, desta necessidade do recreio associado à produção, da utilidade associada ao prazer que se propõe agora neste trabalho, sob a forma de uma estrutura. Não são as quintas agrícolas, dedicadas exclusivamente à produção que

³³² Para desenvolvimento do conhecimento sobre as *villae* veja-se a obra, já clássica mas completamente actual, de James Ackerman. Ackerman, J. S. (1985) *The villa. Form and ideology of country houses*. Princeton: The A.W. Mellon Lectures in the Fine Arts, 1985. Bollingen Series 35.

asseguram esta necessidade. Estas mantiveram-se ao longo do tempo sem grandes alterações assegurando a função produtiva e de abastecimento da cidade. São sim as *villae* que acompanham a evolução e as transformações culturais no decorrer dos tempos, pois a sua ideologia de natureza mítica liberta-a de qualquer tipo de restrições mundanas de utilidade e de produtividade, tornando-a ideal para as aspirações criativas de proprietários e arquitectos, ainda que limitada pelo gosto ou pela moda (Figura 41). As *villae* prendem a nossa atenção porque, através dos séculos, articularam conceitos e emoções de culturas diferentes no que diz respeito ao diálogo entre a cidade e o campo, entre artifício e natureza, formalidade e informalidade. A *villa* dá forma às preocupações humanas universais. Sendo periférica e por isso considerada por vezes rural, é urbana por fundação, função e vivência.



Figura 41 - Palácio Pitti, em Florença, tal como seria no século XV.
Fonte: Bibliothèque Nationale, Paris, não datado.

3.2 A AGRICULTURA NAS PERIFERIAS

O rápido processo de urbanização, verificado ao longo da última metade do século XX, conduziu a uma expansão contínua da cidade em direcção aos subúrbios rurais, deixando grandes áreas sob a influência directa dos centros urbanos. No entanto, a

actual problemática do espaço periurbano, entendida como nova forma, dispersa, de construção da cidade, corresponde a um fenómeno que começou a desenvolver-se há dois séculos atrás³³³.

O processo da progressiva democratização trouxe a destruição do sistema tradicional do valor simbólico e a contínua colocação de novos valores e referências no imaginário colectivo. Relativamente ao espaço urbano, à sua periferia e ao território da cidade difusa, a democracia trouxe não tanto a destruição dos lugares ou do seu contexto mas, a banalização da forma do espaço público e a repetição e reprodução da forma do espaço privado, favorecendo o surgimento de uma desafecção da ideia de bem comum³³⁴.

É do conhecimento geral que as cidades estão num processo constante de construção e decadência. Os espaços abertos são edificados e os seus usos temporários, formais ou informais, são eliminados³³⁵. Entretanto, como já foi visto no capítulo anterior, áreas residenciais, de escritórios ou industriais, degeneradas são demolidas, criando novos espaços abertos que podem ficar vazios por bastante tempo até encontrar um novo uso e correspondentes investimentos. Continuam a construir-se novas vias e linhas de comunicação, criando novos espaços abertos como reservas para estas estruturas. Frequentemente, estes novos espaços são gradualmente ocupados por investidores urbanos (informalmente ou através de arrendamentos temporários) (Veenhuizen, 2006). Face a esta crescente periurbanização, opinam alguns que,

³³³ De recordar que mesmo as cidades muralhadas procuravam, na medida do possível, integrar no seu interior uma área para o efeito. Por exemplo, a cerca fernandina de Lisboa, construída no século XIV, abrangeu uma vasta área (um pouco superior a 100 ha), exactamente para assegurar alguma autonomia de abastecimento em caso de cerco prolongado.

Também o modelo de Ebenezer Howard, de criação de cidades novas, previa que cada uma delas integrasse uma zona agrícola envolvente.

Contudo, e como vimos anteriormente, se considerarmos que começa na procura do campo por parte dos cidadãos podemos então afirmar que terá existido desde sempre, não só pelas necessidades de abastecimento agrícola, mas também pelo lazer e contacto com a natureza e, por razões higiénicas e de saúde. (Mumford, 1964, pp. 522-526).

³³⁴ Uma perspectiva da defesa do bem comum vale de maneira particular quando se fala da paisagem do mediterrânico, sobretudo do mais marginal, onde mais forte é a necessidade de uma solidariedade social e impensável uma política de valorização ambiental sem a reconstrução de uma tradição cívica que estabeleça ligação de uma sociedade com o lugar.

³³⁵ Frequentemente vários agricultores urbanos são forçados a encontrar espaços alternativos ou desistir da actividade agrícola.

A dualidade urbano-rural, que se julgaria historicamente resolvida a favor da dominação urbana, passa a ter significado quando a concentração urbana e as megalópolis constituem contextos de degradação e de ineficácia e quando as novas tecnologias de transportes e comunicações, assim como os novos modelos de organização da actividade económica revalorizam os espaços rurais.

e que, em consequência, “a dicotomia cidade/campo deve dar lugar à integração espacial, cujo processo não deve ser visto como o campo que se urbaniza ou como a cidade que se ruraliza, mas como uma nova forma de reorganização social, que deverá reflectir complementaridades”³³⁶.

No mesmo sentido - o da integração espacial e da reorganização social – Secchi (2003b) revaloriza as periferias, afirma que “é cada vez menos certo que a periferia seja o lugar de actividades subordinadas de degradação representando melhor o lugar de intercâmbio entre a cidade e o resto do mundo”³³⁷.

Tais opiniões reflectem desde logo a realidade da relação cidade-campo que, com a crescente dispersão, vai ocorrendo na envolvência dos aglomerados urbanos. Esta nova organização territorial e as relações sociais específicas a ela associadas indicam uma nova forma de organização de cidade. Nos seus arredores verificam-se zonas dinâmicas em expansão, de interacção entre as áreas urbanas e rurais. Esta inter-face periurbana (Brook & Dávila, 2000) é caracterizada por rápidas transformações no uso da terra e no modo de vida das populações.

Os tradicionais sistemas de agricultura local e de distribuição da terra são interrompidos por novos cidadãos que procuram adquirir terra³³⁸ conduzindo a um aumento do seu preço. Em resposta, alguns agricultores *tradicionais* desistem da sua actividade³³⁹ e vendem a terra procurando actividades mais rentáveis e lucrativas.³⁴⁰

³³⁶ Carvalho, J., (2003), ob. cit, p. 189.

³³⁷ Secchi, B. (2003b). Urban scenarios and policies (pp. 275-283). In: N. Portas, A Domingues, J. Cabral (Eds.). *Políticas urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (a tradução é nossa).

³³⁸ Para especulação: para exploração de areia e pedra, para desenvolvimento de infra-estruturas, para edificação ou para instalação de tipos de agricultura mais urbanizados.

³³⁹ A desvalorização generalizada da agricultura é um facto e, Portugal é disso um bom exemplo.

³⁴⁰ Empregos na cidade; intensificação dos seus sistemas de produção agrícola para maior adaptação às novas condições urbanas – mudança de culturas, orientação de mercados, uso de

A interdependência entre as áreas urbanas e as envolventes rurais cria a necessidade da existência de abordagens de desenvolvimento integradas (Sangeetha, P., Brook R. & Purohit, S., 2004) apelando a áreas de interesse repensadas, mudanças institucionais e abordagens de planeamento inovadoras.

A ruralidade era caracterizada pela dependência dos actores em relação aos processos naturais, pela influência das relações de proximidade e conhecimento na forma e processo dos principais actos sociais e ainda pela unidade familiar com a antiga unidade de produção e consumo,³⁴¹

Nada disto se passa no actual espaço periurbano. Os antigos habitantes ainda terão alguma ligação à agricultura, cada vez menor, e manterão relações sociais de proximidade, mas os novos habitantes são essencialmente urbanos. Muitos deles vêm da cidade, de áreas de habitação colectiva; trabalham na cidade, nos serviços ou na indústria e vivem dependentes do automóvel; o seu lazer e realidades de referência estão centrados na televisão e no hipermercado; quando muito praticam alguma jardinagem; prezam a individualidade e estabelecem poucas relações de vizinhança; por vezes chegam a ocorrer problemas relacionais entre novos e velhos residentes.

A decomposição económica, social e demográfica do espaço rural torna o campo cada vez mais orientado para a cidade e pela cidade. O campo em volta da cidade é, quase sempre, o lugar mais instável do território e mais propício a processos de transformação - o solo da futura periferia, condicionador dos próximos votos no processo de valorização imobiliária, das auto-estradas, área intersticial difícil de interpretar. Na maior parte dos casos, o destino do campo é o de ser definido pela dinâmica de transformação da cidade (Mininni, 2006)³⁴².

As relações dos novos residentes com o espaço que ocupam pouco têm que ver com ruralidade (embora por ela possam ter simpatia). Mesmo os antigos residentes, com o

novas tecnologias, nomeadamente produção em estufa, mercado directo, uso de desperdícios urbanos ou água residual, entre outros.

³⁴¹ Carvalho, J., (2003), ob. cit, p. 190.

³⁴² Quando a cidade contemporânea infringe as regras de construção do seu crescimento interrompendo a continuidade e a contiguidade com o tecido urbano pré-existente, simplifica as regras de construção do espaço limítrofe, o espaço *in-between*, isolando as novos assentamentos dentro de uma paisagem cada vez menos reconhecível como campo, mas já alterada por acção de uma transformação cujos objectivos são a valorização imobiliária, destino a que aspira o seu proprietário, quer seja agricultor ou cidadão.

crescente abandono da agricultura, novos empregos e deslocações, vão-se eles próprios transformando em cidadãos desta *cidade alargada*, desta *cidade território*. O espaço periurbano, muitas vezes apresentado como um retorno ao campo, é antes de mais um novo processo de urbanização.

Esta inter-face periurbana é definida como terra num estado avançado de transição de uso rural para urbano – terra em construção, terra para qual os planos de subdivisão foram aprovados – enfim, terra onde existem poucas dúvidas acerca da sua orientação para e conversão em usos urbanos, onde não se prevê um uso multifuncional da paisagem, mas onde é fundamental (Bryant, Russwurm & McLellan, 1982).

Muitas vezes a periferia urbana é mais referida como uma fase do que como um lugar (Qvistrom, 2007); as actividades rurais são consideradas como actividades a desaparecer em poucos anos, enquanto as actividades urbanas são simplesmente entendidas como precursores da cidade. A substituição de um espaço rural inclusivo por uma área completamente urbanizada é estipulada e, as paisagens desordenadas da periferia, caracterizadas por uma mistura de actividades rurais e urbanas, são olhadas de acordo com esta sucessão determinada e estabelecidas como lugares em transição que em breve desaparecerão³⁴³. A noção que o desenvolvimento urbano é o melhor uso para a terra não urbana está escrita no léxico de qualquer urbanista. A ignorância do conceito de multifuncionalidade e do conceito de paisagem levou a que o cenário em transformação da periferia e a noção de *sem lugar* que o acompanha se transformasse num campo de batalha entre os esforços para preservar a terra rural e as forças implacáveis da urbanização.

A periferia pode ser então, por muitos, caracterizada simplesmente como a sepultura para o campo e um berço para a cidade, enquanto as fases intermédias da paisagem e da vida têm sido ignoradas. A paisagem da periferia, complexa e ligeiramente caótica é meramente descrita como um vazio temporário. Por causa das paisagens em transição

³⁴³ Hough (1990) refere que a periferia da cidade tem sido, há muito tempo, o destino da paisagem rural da periferia da cidade o material natural para a subdivisão para lotes residenciais, industriais e parques para caravanas.

serem descuidadas e simplificadas de acordo com o conflito urbano-rural o carácter transformador da paisagem é posto de lado ou severamente reduzido³⁴⁴.

Espaços híbridos da cidade e do campo, ou *espaços fora da ordem* (Qvistrom, 2007) são comuns na periferia. Vastas áreas da periferia esperam por projectos, muitas vezes durante muito tempo, que contribuam para a qualificação da paisagem. O planeamento, o desenvolvimento e a *reabilitação* de espaços fazem parte da sociedade contemporânea; uma fase intermédia de abandono é então um estágio inevitável da cidade contemporânea, assim como do campo (Jakle & Wilson, 1992), que também se transforma³⁴⁵; o território periurbano está manifestamente em vias de reabilitação social. O uso de definições semelhantes, que referem a transição/indefinição de um uso rural/urbano (e muitas vezes o conflito entre agricultores e a população da cidade dispersa) são há muito tempo referidos na literatura sobre planeamento, assim como a discussão em torno da velha questão de considerar este espaço como *campo urbanizado ou cidade rural*.

É certo que em ambas as definições está inclusa a ideia de que este espaço deverá contribuir para o abastecimento de alimentos à cidade. Trata-se de uma realidade evidente em países em vias de desenvolvimento, mas muito mais complexa em torno da cidade ocidental, onde há um tipo de agricultura que fornece os grandes supermercados e centros comerciais, com o qual a agricultura urbana não pode competir. Nos espaços agrícolas periurbanos existem formas de agricultura muito diversificadas, da intensiva à extensiva, da comercial à produtiva, da tradicional à dos tempos livres. Esta profusão de formas é bastante positiva porque indica que, independentemente de qualquer projecto global, são estes os processos de diferenciação que estão a acontecer e que os agricultores estão a reagir às exigências dos novos mercados.

Os rápidos avanços da tecnologia agro-alimentar e a moderna gestão da economia rural permitiram obter benefícios capazes de transformar e tornar competitivo o espaço

³⁴⁴ Allen (2003) refere a divisão artificial entre urbano e rural como a principal razão para as dificuldades existentes em gerir a periferia.

³⁴⁵ Testemunho deste processo são as hesitações dos administradores locais, a incredulidade dos agricultores, as pressões dos novos habitantes e de diversos *lobbys*, como os defendidos pelos ecologistas e caçadores.

periurbano como forma de organização da Nova Cidade Difusa. Esta nova geração de paisagem da difusão está relacionada com o território da periurbanidade. Dentro desta figura, através da sua descontinuidade, um novo espaço agrícola infiltra-se com forma e função inéditas. Se considerarmos este espaço como parte da nova paisagem, então território e paisagem devem convergir na direcção de uma noção inovadora de valores, não mensuráveis como valores de troca ou bens económicos, mas como valores de uso, que atribuem peso às práticas implicando uma familiaridade através dos lugares que habitam, fazendo-se portadores de valores retóricos e estéticos, como premissa para uma construção identitária ou simbólica de uma sociedade renovada.

A capacidade de resistência do espaço agrícola perante a pressão absorvente da cidade neoliberal vai depender quase exclusivamente dos seus próprios meios e da forma de gerir os seus recursos e possibilidades³⁴⁶. Da revitalização dos seus níveis de equipamento e da eficácia dos seus transportes vai depender também esta capacidade de resistência.

A solidariedade intermunicipal no reagrupamento de serviços e a melhoria dos seus níveis urbanos podem contribuir para atrair populações como consequência desta inversão na qualidade de vida. O aperfeiçoamento e a criação de novas técnicas e, em muitos casos, a fragmentação das unidades de cultivo, inclusivamente para além do aspecto comercial como é o movimento das *Hobby Farm* ou certas hortas familiares significam uma dinâmica onde a *agricultura a tempo parcial* vem englobar uma dupla ocupação como realidade social e económica que permite estabilizar a presença do espaço agrícola numa convivência com a economia do espaço urbano³⁴⁷. Por outro lado,

³⁴⁶ É evidente que se a exploração agrícola se quer sobreviver nas periferias urbanas, vai estar submetida a pressões que modificam a sua estrutura interna e as suas formas de produção. Dentro desta situação está demonstrada a tendência à fragmentação de explorações ainda que também ocorram, simultaneamente, reorientações produtivas assim como a incorporação de inovações tecnológicas visando aumentos de produtividade. Inclusivamente em áreas já imersas nas próprias descontinuidades urbanas, vão permanecer, frequentemente, unidades agrícolas em exploração dirigida ao auto-consumo, ou inclusivamente micro-fúndios de estufas, ou explorações industriais de gado, rentáveis para a inversão de capital.

³⁴⁷ A possibilidade de abastecer um mercado citadino próximo e inclusivamente mercados regionais exteriores é hoje frequente. Neste sentido a agricultura urbana poderá aumentar a sua competitividade igual a qualquer outra actividade económica, ao poder beneficiar da proximidade dos centros de consumo e de decisão urbanas. O aproveitamento de uma reserva de mão-de-obra, de centros financeiros e da fácil distribuição e adaptação às exigências de mercado são factores

e para além dos aspectos económicos, a convivência do espaço agrícola com o espaço urbano tem hoje, também, motivações sociais enraizadas em certos sectores da população urbana que, inclusivamente de forma marginal e independentemente da sua rentabilidade, mantêm minifúndios e pequenas hortas familiares que indicam uma tendência de reencontro entre formas de vida que não querem viver distanciadas como até agora tem sucedido. Hoje em dia, do ponto de vista ecológico mantém-se que esta aproximação agrícola e urbana é, talvez, o vector mais eficaz para contribuir para uma cidade sustentável capaz de rentabilizar melhor a produção de resíduos e o crescente consumo de energia.

Uma política de redução máxima de incertezas da exploração agrícola, sob a influência dominante do espaço urbano, não se relaciona bem com a nova cultura neoliberal utilizada como prova convincente de atitudes pouco solidárias. Não obstante, a redução máxima destas incertezas para as explorações agrícolas está nas recomendações da OCDE. Perante este organismo a agricultura deve assumir um papel decisivo no ordenamento das áreas periurbanas.

A política de gestão do espaço europeu contida no Esquema de Desenvolvimento do Espaço Europeu - Postdam 1999 - teve o mérito de colocar entre os objectivos prioritários a orientação da estratégia territorial comunitária em direcção a um sistema urbano equilibrado, atingível através das novas formas de relação cidade-campo, apontando para a integração do espaço urbano policêntrico das áreas metropolitanas e do espaço agrícola periurbano, opondo-se à união do tecido edificado.

O desafio da cidade contemporânea deve partir do espaço agrícola periurbano, cuja superfície varia segundo a grandeza da cidade, e cuja urbanidade se reforça quanto mais o centro urbano se apresentar um espaço coeso, aproximando-se das periferias, incluindo trechos de campo.

A paisagem do campo periurbano, por muito tempo visto como agricultura produtiva, pode tornar a ser, como na imagem do campo inglês de Humphrey Repton e Capability Brown, um lugar de novos símbolos e valores estéticos renovados, sem intenção

expressivos neste sentido. As rendas e as economias externas de uma agricultura urbana bem gerida pode conseguir inclusivamente ser competitiva em circuitos internacionais dentro dos mercados mais exigentes.

nostálgica e comemorativa, mas fazendo-se portadora de novos valores colocados entre a memória e o futuro. Nestes lugares devem-se concentrar, sempre, mais serviços urbanos e novas centralidades periféricas mas, desenvolvendo-se sob formas de agricultura mais criativas e actividades inovadoras, sejam da cidade sejam da agricultura, que não refutem a cidade mas que recebam sim as vantagens desta proximidade.

A periferia urbana poderá ser simultaneamente um espaço de uso predominantemente rural que assume algumas funções urbanas sem perder o seu sentido e a sua economia agrícola. Espaço transformado que teve e tem, quase de forma permanente, a necessidade de se adaptar a inovações tecnológicas e a aumentos de produção, estando nesta capacidade de melhoria a sua possibilidade de sobrevivência. Nesta sequência, pode incluir não só pequenas ou médias explorações mas também a exploração de maior dimensão, que tem sido e é protagonista do *metamorfismo* das periferias, importante para entender a sua evolução no tempo.

A história da agricultura periurbana demonstra que, no início do século XIX, ela era responsável pela produção de alimentos da própria cidade. No final do mesmo século com o grande desenvolvimento dos transportes, a agricultura periurbana é responsável pela produção de alimentos da própria cidade e das cidades vizinhas (idade de ouro da periferia hortícola).

No mercado europeu dos anos 60 dá-se uma enorme especulação imobiliária com a agricultura periurbana. A partir do final dos anos 90 o quadro da agricultura periurbana varia muito de região para região, tendo-se vindo a verificar, contudo, uma maior preocupação neste sentido devido, em parte, ao enorme aumento da população urbana e à crise económica que se faz sentir, de uma forma global.

O espaço periurbano é hoje, sem dúvida, a paisagem mais representativa da nossa cultura pós-industrial, configurando uma nova expressão que, na Europa, ocupa praticamente a totalidade dos espaços cultiváveis, como se fosse já a forma natural de expressão dos espaços agrícolas que necessitam de um alto nível tecnológico e de convivência com certas populações e actividades (Sierra, 2003).

Hoje a cidade exige uma nova cultura em relação à paisagem. As expectativas que os espaços rurais estão a despertar relativamente à localização de actividades ultrapassam

já as situações periurbanas e o debate cidade/periferia/espço rural, revelando o retomar crescente da multifuncionalidade da paisagem e, exigindo uma nova forma de compreender o que poderão significar como suporte do espaço urbano. O importante é *superar* o carácter de dependência com que se entende o espaço rural relativamente ao espaço urbano. Acreditamos que assumir o espaço agrícola como categoria do mesmo valor que qualquer outro uso de solo, é o grande *aport* que o nosso tempo há-de deixar como herança ao futuro da cidade.

À semelhança do que o *landscape urbanism* propõe relativamente à relação entre a paisagem e a cidade – a paisagem enquanto (infra)-estrutura que determina o planeamento e desenvolvimento da cidade – Donadieu, tal como de Ribeiro Telles, propõe que - em vez de tentar, em vão, controlar o crescimento da cidade através de redes, cinturas, frentes e espaços verdes – se construa o tecido urbano a partir do espaço agrícola e florestal. Propõe a agricultura periurbana como um instrumento de urbanização capaz de organizar o território da cidade.

É um facto que o espaço periurbano é o lugar das novas práticas profissionais de planeamento do território: o arquitecto paisagista é hoje chamado a dar-lhe uma coerência perdida ou a oferecer-lhe uma nova. São dois mundos que se afastam tanto quanto se atraem: o do agricultor e o do cidadão. É possível o cruzamento desta cultura e quais são as condições de actuação que permitirão trazer maior vantagem a uma cidade mais vivida.

À semelhança de muitos outros autores, nomeadamente Corner, Donadieu, Hargreaves, Waldheim, entre outros, também Marot³⁴⁸ (1999) refere que o contexto contemporâneo pôs os arquitectos paisagistas na convergência das tradições agrícolas e urbanas, o que quer dizer que estão no centro de uma sensibilização que está direccionada, por um lado a considerar espaços públicos (projectos urbanos) como paisagens e, por outro lado a ver paisagens (extensões rurais) como espaços públicos e, conseqüentemente como objectivos possíveis dos projectos.

Há actualmente, no entanto, uma terceira condição, que está cada vez mais prevalecente e que questiona as distinções tradicionais entre cidade e campo. É o que chamamos

³⁴⁸ Marot, S. (1999). The Reclaiming of Sites (pp. 45-57). In: J. Corner (Ed.), *Recovering Landscape*. New York: Princeton Architectural Press.

subúrbio, conceito de espaço vasto que experiencia transformações tão profundas que nos esquecemos que possui a sua própria história, uma história que não conduz à cidade nem ao campo. E ainda, quando procuramos a tradição do desenho de projecto para lá da arte dos jardins e da paisagem, geralmente somos forçados a voltar ao estudo do desenho suburbano. Quase todos os pontos das referências históricas na arquitectura paisagista derivam da tradição suburbana, e são estes pontos que têm, em grande parte, contribuído para a invenção e formação destes espaços, como os parques dos subúrbios de Paris : parques e áreas pitorescas, passeios fora das muralhas da cidade, corredores verdes, cinturas verdes e sistemas de parques. Todos eles resultado de esforços feitos para juntar a estrutura urbana mais suavemente à do campo e para estreitar a ligação entre a cidade e uma região tão vasta quanto a necessária para a expansão suburbana; isto é, conferir urbanidade do ponto de vista social, de viver melhor a cidade. Versalhes, com a sua extensa geometria radial, pode ser lido como um exemplo marcante da estratégia para colocar simultaneamente a cidade e o campo em perspectiva, efectivamente mediador entre *pars urbana and pars rustica*, tal como as *villae* romanas e renascentistas e assim como as Quintas de Recreio em Portugal (Figura 42).



Figura 42 - Versalhes. O laranjal e a *escadaria dos cem degraus*. Fonte: Martin des Batailles, Musée National du Chateau de Versailles et de Trianon, não datado.

3.3 A AGRICULTURA NOS ESPAÇOS INTERSTICIAIS

O processo de crescimento da cidade, quase sempre em detrimento do espaço do campo, produziu novas periferias, ocultando com novas frentes urbanas a vista sobre o campo,

introduzindo neste os vocábulos da cidade, as casas, as estradas, as infra-estruturas, substituindo a malha dos lotes de terreno agrícola pelo traçado regular das vias, por uma superfície dura e impermeável que se sobrepõe à superfície irregular e topográfica do campo.

As funções desempenhadas pelo campo na proximidade das cidades foram canceladas, modificadas ou apropriadas de acordo com as necessidades da cidade, entrando muitas vezes em conflito com as diversas lógicas de ocupação do espaço e com os métodos urbanos, reguladores da natureza.

A questão ambiental surgida na segunda metade do século XIX, na sequência da cidade industrial, foi, como já vimos, alvo de pensadores como Howard, Unwin, e Geddes, que reelaboraram uma cultura do habitar inovadora, encontrando inspiração na *poética do verde*.

A sociedade moderna interrompeu o diálogo com o território introduzindo a noção de *vazio* entendido como plano abstracto da estereometria urbana, imaginado isolado num espaço visto como isótropo. Newton foi o inspirador do espaço da sociedade moderna - espaço da abstracção, sem tempo, espaço que está entre os cheios mas que não é cuidado. Mas é a questão higienista, depois da Primeira Guerra, com a valorização da área livre e do sol que, paradoxalmente inspirou a espacialidade da cidade moderna anulando, de facto, os valores da composição ainda hoje preponderantes em muitas cidades ou partes delas.

A teoria do movimento moderno sobre a relação entre a cidade e o campo foi muitas vezes incompreendida. Com a imagem da *tábua rasa* acabou-se com uma reflexão articulada que propunha a recuperação do *verde urbano* como valor social da ruralidade. O jogo de palavras *country-cities in city-countries* com o qual Walter Gropius pretendia reconstruir a unidade urbana no campo; os operários desocupados que encontravam trabalho no campo; o meticuloso desenho das culturas das hortas de Adolf Loos das casas da Siedlung Huberg em Viena³⁴⁹; os programas de socialização do *verde urbano*

³⁴⁹ “É necessário começar do jardim. O jardim é de primeira importância, a casa é secundária”. Gravagnolo, B., (1991). *La progettazione urbana in Europa. 1750-1960* (p. 109). Roma-Bari: Laterza. (a tradução é nossa).

com vista à auto sustentabilidade dos núcleos familiares promovidos por Leberecht Migge e da *Gartenkultur* para a atribuição de terrenos anexos à casa; a estreita complementaridade entre a malha urbana e o espaço agrícola previsto por Fritz Schumacher para a área metropolitana de Hamburgo e Colónia; são apenas alguns exemplos que mostram as raízes da poética do *garden-city* no movimento moderno derrubando a relação tradicional de dependência entre o centro e a periferia (Figura 43). A possibilidade de aprovisionamento alimentar dos cidadãos na planificação do campo nas margens dos *Siedlungen* redescobria o espaço rural como parte da cidade e a horta como novo material urbano.

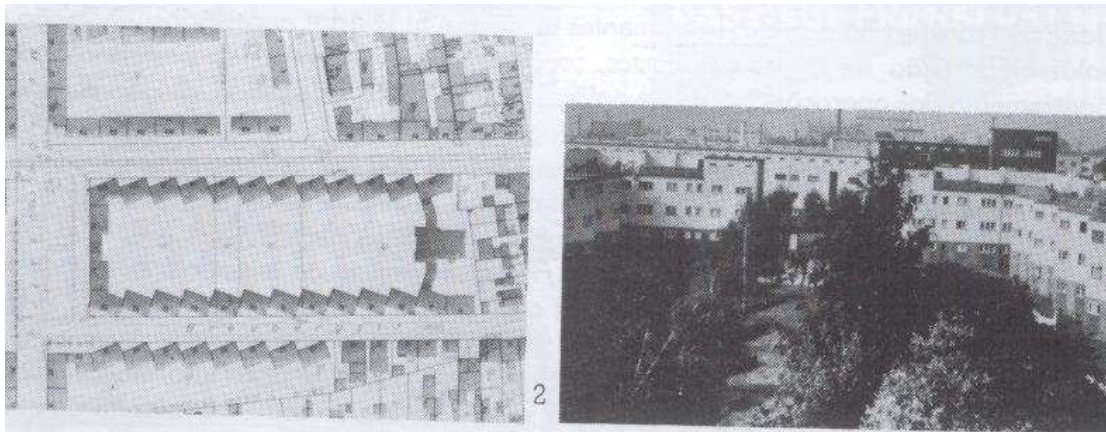


Figura 43 - Siedlung Niederrad – Plano e imagem do interior do quarteirão, com o logradouro colectivo. Fonte: Lamas, J. R. G. (2000), p. 332.

A cidade contemporânea recompõe a separação entre cidade e campo tornando a ocupar o território, densificando os lugares eleitos pela burguesia rica, no século passado - as casas de vilegiatura, o mar, o lago, a montanha - apropriando-se agora também do espaço rural, construindo uma enorme nova cidade no campo, continuando a deixar vazias grandes porções de terreno em que o projecto da cidade contemporânea pode e deve aproveitar a potencialidade destes espaços vazios intersticiais restabelecendo o seu valor histórico e topológico, englobando-os dentro de um novo espaço urbano (Donadieu, 2006b). A descontinuidade dos novos territórios urbanos pode partir do reconhecimento da génese destes espaços intersticiais que podem ser transformados em qualquer uso.

Como já foi referido, a categoria do espaço intersticial tem sido um problema emergente para a contemporaneidade: o vazio intersticial renega a urbanização, não é inserido num projecto e, ou se torna num novo produto, ou é rejeitado pelo campo e torna-se um espaço inculto e abandonado. Resulta, geralmente, da incúria que deriva da incerteza da forma e da indefinição da composição, deixado a uma arbitrariedade de uma pretensa flexibilidade tornada infracção do ponto de vista do interesse colectivo e de uma visão mono funcional. O espaço intersticial evoca um lugar vago, o abandono, podendo, contudo, conter uma promessa de valorização.

À semelhança da *Terceira Paisagem* de Gilles Clément, a ecologia aborda o espaço intersticial como um espaço onde a natureza aplica a sua projectualidade, devolvendo ao inculto a dinâmica evolutiva de um *habitat* natural, tanto mais eficaz se for próximo ou dentro da cidade, proporcionado a existência de uma série de espécies da flora e da fauna urbana que encontram alguma *naturalidade* no inóspito ambiente urbano.

A teoria de Gilles Clément tem o mérito de manter os espaços *vazios*, independentemente do seu destino ou uso, dissociando o valor do espaço da sua funcionalidade, fazendo *apressar* a *natureza* na área abandonada e educando uma nova estética do inculto (Figura 44).

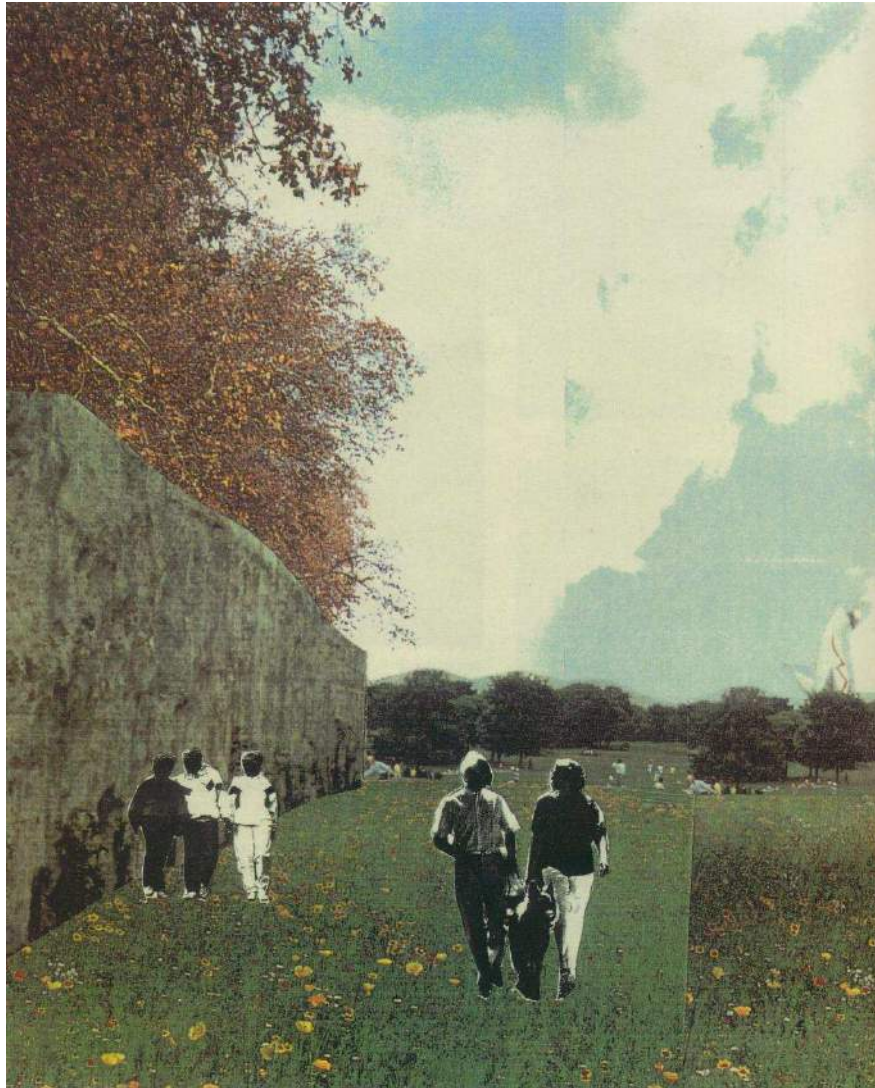


Figura 44 - Parc Henri Matisse. Gilles Clément. Fonte: Cerver, (2001). p. 136.

A proposta do *atelier* de Arquitectura Paisagista NPK para a Portela – *Utopia da Realidade* – reflecte uma incidência sobre a temporalidade das transformações espaciais, propondo um lugar com espaço e tempo para a espontaneidade se instalar (Figura 45).

Espaços vazios que aguardam possibilidades para que outras dinâmicas e estruturas se manifestem. Lugar de diversidade e justaposição que acolha novos dinamismos, constituindo um sistema de identidades espaciais complexas, que se ramifica a diferentes escalas, penetrando na cidade, sem dissolução da continuidade³⁵⁰.

³⁵⁰ NPK, N. Portas, (2007). *Utopia da Realidade* (p. 142). In: A. David (Coord.). *Vazios Urbanos. Trienal de Arquitectura de Lisboa*. Lisboa: Caleidoscópio.



Figura 45 – Proposta do Arquitecto Nuno Portas e do *Atelier NPK* para a Portela. Fonte: David, A. (Coord.). (2007). P. 143.

Também os estudos ecológicos sobre a cidade indicam a importância de salvaguardar margens e áreas intersticiais, contribuindo para definir regras e princípios fundamentais, nomeadamente para a construção do *campo urbano*³⁵¹ (Donadieu, 2006) ou das CPUL. A cidade emergente é desenvolvida através de múltiplos lugares de vida, públicos ou privados, onde o pulsar dos sistemas naturais constitui uma terceira dimensão da cidade. A hipótese da construção quer do *campo urbano*, quer de uma CPUL (estando a prática da agricultura urbana a eles subjacente) pode fundar-se sobre a nova ideia de cidade emergente, uma vez que convida a considerar o vazio intersticial como uma propriedade positiva do espaço e, conseqüentemente, a favorecer todos os modos de ocupação que dão valor a este vazio, assumindo-o como elemento estruturante da paisagem e como parte integrante do tecido urbano.

³⁵¹ Campo urbano ou cidade rural? Dois pontos de vista diversos para dois conceitos complementares indissociáveis - cidade-campo e campo-cidade: um campo que se constrói com a cidade ou uma cidade que toma forma com o campo. O campo periurbano deve aprovisionar a cidade. No campo urbano deve ser desenvolvida uma actividade múltipla (multifuncionalidade) que satisfaça simultaneamente as necessidades agrícolas do aprovisionamento da cidade e as actividades lúdicas necessárias à qualidade de vida das populações.

Para o cidadão, a *natureza* é primeiro que tudo o desejo de uma não cidade ou de uma outra cidade, de um refúgio providencial, de uma pausa. O projecto da *cidade-natureza* implica que o campo faça cidade, que a *natureza-campo* se urbanize e que a cidade se naturalize ou se ruralize.

De fora do espaço edificado, o território da *cidade-natureza* emergente é composto pelas três naturas, unidas por laços singulares, e que têm sido encontradas ao longo dos séculos, nomeadamente nas *villae* romanas e nas quintas de recreio portuguesas.

Interpretados segundo este modelo, os vazios que constituem os interstícios da cidade podem ser considerados como um sistema evolutivo e reversível, onde a sua forma natural assume uma importância espacial e social que varia em função da produção do espaço, das políticas locais e dos utentes – por exemplo o jardim familiar torna-se, por vezes, a fronteira de transição entre a segunda e a terceira natura; o espaço aberto que está ao longo da rede de estradas depende, quase sempre, da funcionalidade urbana e os parques públicos são, muitas vezes, palco de intenção decorativa.

Reforça-se então a ideia que os interstícios urbanos são espaços ideais para incluir projectos de espaço aberto que possam conter agricultura urbana e, simultaneamente, espaços de multifuncionalidade ecológica que se caracterizem pela continuidade, polaridade, diferenças de gradiente e diversidade social.

Segundo Bohn e Viljoen (2005), apesar da agricultura urbana poder ter lugar em qualquer espaço da cidade, os *brownfields*³⁵² são um dos principais recursos para o desenvolvimento da terra nas cidades existentes na medida em que são espaços flexíveis, prontos para receber o uso que se considere necessário ao desenvolvimento. Para que tal aconteça, os benefícios e inconvenientes do seu uso como *paisagem*, mais do que como espaço edificado, têm que ser avaliados. O primeiro passo para promover a agricultura urbana é aumentar o valor ecológico destes espaços, intensificando-os ecologicamente.

³⁵² *Brownfields* são espaços intersticiais que previamente tiveram uso industrial e que, por isso, estão frequentemente contaminados por produtos.

São geralmente considerados como uma fonte primária de terra para desenvolvimento, especialmente nas cidades pós-industriais e são correntemente utilizados como espaços para novas expansões urbanas. Apresentam-se ideais para agricultura urbana se os solos apresentarem condições apropriadas ou se os solos contaminados forem tratados ou renovados.

Como já foi referido, *agricultura urbana* é um termo que se refere a uma descrição do que se pretende fazer mas, pode ser, também, bastante condicionante. Numa ideia aparentemente radical continua a tendência ocidental para criar significado e tomar decisões através da criação de binários opostos (Hagan, 2005). A agricultura urbana é inovadora uma vez que se encontra em contraste com a agricultura rural. Os interstícios são deixados fora desta oposição – os anéis exteriores das cidades, frequentemente negligentes e rudimentares, assim como os subúrbios para além deles, são muitas vezes subutilizados produzindo um sentimento de inquietação que garante, uma vez mais, o depósito de lixo, a persistência de parques industriais com armazéns de baixa renda, de lotes abandonados e da existência de parques urbanos subutilizados e inseguros.

Se formos capazes de pensar nestes interstícios e noutros espaços como tão intensos, senão mais intensos que as áreas consolidadas com que estão relacionados e interligados, então a agricultura urbana torna-se uma das várias estratégias de intensificação, sem necessariamente ser exclusiva. É uma entre as muitas intervenções da arquitectura paisagista.

Para o sucesso da prática da agricultura urbana nestes espaços é vital que sejam pensados regulamentos simples que assegurem que a sociedade proteja os valores dos processos naturais e se proteja a si própria. Conceptualmente, estes espaços proporcionarão uma fonte de espaço aberto fundamental para as áreas metropolitanas, dada a forma totalmente irresponsável como têm ocorrido as urbanizações (no que diz respeito aos processos naturais e aos seus valores), geralmente através de um aumento de densidade edificada no interior das cidades e com a extensão das periferias, sempre à custa do espaço aberto.

4. A AGRICULTURA URBANA NO CONTEXTO DO *LANDSCAPE URBANISM*

Apesar do forte potencial estruturalista atribuído ao desenho e à prática da agricultura urbana quer pelo conceito das CPULs, quer pelo conceito de *campo urbano*, verifica-se que a questão da agricultura urbana não tem estado presente no discurso do *landscape urbanism*. As tipologias mais presentes nesta corrente referem-se à reabilitação de antigas infra-estruturas e *brownfields* cujo fim é, preferencialmente, a realização de

actividades ligadas ao recreio e lazer dos utilizadores e a forte reabilitação ecológica destes espaços.

No entanto, dadas as potencialidades da prática da agricultura urbana, aqui já referidas, e ao forte potencial que apresenta de integrar/suportar uma estrutura conceptual, objecto de desenho de paisagem, *referências* devem ser feitas à agricultura urbana e à sua inclusão no âmbito do *landscape urbanism*.

Importa no entanto referir que, após a crítica que fizemos ao *landscape urbanism*³⁵³ e, embora este não integre a dimensão produtiva da paisagem, tendo sempre presente o nosso objectivo de incluir o sistema produtivo na paisagem do espaço urbano e, acima de tudo, do retorno à multifuncionalidade da paisagem, interessa-nos considerá-lo, neste trabalho, por diversos motivos:

- Por alguns projectos de *landscape urbanism* terem resistido com sucesso às lógicas especulativas do sector privado e ao sector público altamente burocrático e tecnicamente orientado.
- Pela articulação que tem sido promovida entre a paisagem e as infra-estruturas, nomeadamente parques de estacionamento, espaços sob vias e espaços residuais. Esta relação entre os sistemas naturais e as infra-estruturas públicas da cidade, sugere uma forma de desenvolver redes de infra-estruturas de paisagem relacionados com os sistemas ecológicos e queremos acreditar que, futuramente, com os sistemas produtivos.
- Pelas estratégias utilizadas pelo *landscape urbanism* terem dado voz às sólidas e reparadoras formações sociais e culturais dos territórios – e ao poder evocativo das paisagens. Juntos, paisagem e infra-estruturas, enquadram e criam novos lugares possíveis para actividades urbanas. A sobreposição de estratégias ecológicas e urbanas oferece um meio através do qual os projectos criam novos sistemas de redes interligadas que complementam as estruturas existentes.
- Pela crítica feita pelo *landscape urbanism* ao compromisso do clássico desenho de projecto urbano e planeamento e a necessidade de uma alternativa a um novo urbanismo. Esta crítica relaciona-se com a incapacidade de articulação demonstrada pelo desenho urbano com o ritmo acelerado e a essencialidade do carácter

³⁵³ Veja-se pp. 79-101, deste trabalho.

horizontal da mobilidade contemporânea – no qual se baseou o processo de urbanização tanto no Norte da América como na Europa Ocidental.

- Pelo *landscape urbanism* ter surgido da arquitectura paisagista justificando assim, que as suas preocupações se estendam a processos que incluem o âmbito cultural e histórico, bem como o natural e o ecológico. Emergiu como uma disciplina de sensibilidade transversal, isto é um movimento que posiciona a paisagem como o dado a partir do qual se pensa criticamente a actual condição da cidade contemporânea (Weller, 2006). A associação da ecologia com a criatividade e, por sua vez, da criatividade com diferentes graus de instrumentalização, encontrados nesta corrente, era há muito esperada.
- Pelas práticas emergentes que envolvem o conceito do *landscape urbanism* oferecerem várias lições para os autores de desenho de projecto urbano que desejam ligar estruturas a fluxos específicos das populações, actividades, materiais de construção e tempo (Shane, 2006). Este facto origina a oportunidade de alargar o desenho de projecto urbano incluindo o sistema edificado existente e a paisagem, com igual peso. Os autores de projecto equipados com um sentimento de inconstância e de mudança das morfologias urbanas, criam novas e imprevistas (re)combinações e hibridações, libertando o desenho de projecto urbano do actual peso da falta de esperança, da oposição binária do passado e do presente, cidade e campo e dentro e fora.
- Por oferecer um programa complexo, a diferentes níveis, repleto de enquadramentos e mecanismos ambientais, urbanísticos, sociais, culturais, ecológicos, tecnológicos, funcionais e logísticos.
- Por requerer um novo modelo para práticas de espaços públicos flexíveis, adaptativos e enquadrados, apanhados na teia das correntes globais sociopolíticas, económicas e ecológicas em que operam. Neste sentido, a paisagem surge pois como o referente para representar e perceber os sistemas dinâmicos da cidade, sendo cada vez mais entendida como uma forma significativa para fazer cidade. Têm sido desenvolvidas, no desenho de projecto urbano, estratégias que tendem a

tornar operacionais os processos ecológicos, aproveitando os fenómenos naturais como a erosão, a sucessão ou os ciclos da água na construção da paisagem³⁵⁴.

- Por estes projectos serem detentores de potencial para unir a divisão entre a ecologia, a criatividade e o desenho de projecto, tão persistente desde o impacto do trabalho de Ian McHarg. É então possível ver paisagens conceptualizadas onde se desenvolvem processos naturais e fortalecem sistemas sustentáveis sem criar paisagens pitorescas. Permite também criar e, conseqüentemente apreciar a mais desafiante paisagem infra-estrutural e determinar uma nova atitude relativamente às infra-estruturas, que vai para além das considerações técnicas que abarcam questões de sustentabilidade ecológica, ligação com o lugar e o contexto e relações culturais.
- Por se opor à composição aleatória e oportunista do espaço que, frequentemente renega a estrutura orgânica da paisagem. Pelo contrário, baseia-se na superação da dicotomia urbano/rural intervindo em ambos os espaços promovendo a sua inter-relação indispensável e fundamental, considerando todos os espaços abertos como elementos activos detentores de qualidades e potencialidades próprias, quer ao nível biofísico, quer ao nível produtivo, quer estético, conferindo-lhes sentido e qualificando-os.
- Pelo *landscape urbanism* identificar os espaços intersticiais como um potencial do espaço urbano e, através de uma visão de convergência de leituras multidisciplinares, quer da ecologia da paisagem, quer da arquitectura paisagista, quer da arquitectura, quer da epistemologia, entre outras, sustentar as suas próprias teorias e práticas projectuais, assim como o modelo de cidade-região, considerando-o como um sistema de enorme complexidade em permanente dinamismo que absorve e incorpora os processos de transformação a que está sujeito sendo capaz de manter o seu estado de equilíbrio ecológico dinâmico³⁵⁵.
- E ainda por, em nossa opinião, o *landscape urbanism* constituir uma alternativa promissora disponível para a formação do desenho de projecto urbano nas próximas

³⁵⁴ A Arquitectura Paisagista parece bem posicionada para dar forma a uma estética ecológica, na medida em que está implicitamente relacionada com materiais e processos sujeitos a mudanças óbvias e que relacionam cultura com natureza (Weller, 2006).

³⁵⁵ Beigel, F. & Christou, P. (citado em M. Mostafavi, & C. Najle, C. (Eds.). (2004). *Landscape Urbanism: A Manual for the Machinic Landscape*. London: AA Publications.

décadas. Isto porque oferece um modelo culturalmente sedimentado, ecologicamente fundamentado e sustentado e, economicamente viável para a urbanização contemporânea como alternativa à nostalgia do desenho de projecto urbano pelas formas urbanas tradicionais. A evidência mais clara disto é o número de proeminentes arquitectos paisagistas internacionais que surgem como coordenadores de projectos de propostas de desenvolvimento de grande escala nos quais a paisagem oferece funções ecológicas e é referente autoridade cultural e marca de identidade. Entre estes exemplos de *landscape urbanists* podemos citar as práticas de Adriaan Geuze/West 8, Christine Dalnoky, Florian Beigel, James Corner/Field Operations, Joaquin Sabaté, McGregor+Partners, Michel Desvigne, Philip Christou e Teresa Galí como exemplos³⁵⁶.

Os projectos de paisagem surgem então como motores essenciais num desenvolvimento urbano e regional sustentável e, os arquitectos paisagistas, através da sua atitude holística e de síntese, deverão surgir como os principais actores na abordagem emergente ao sistema de espaços de uso colectivo. A estes espaços, o arquitecto paisagista reconhece as suas capacidades ordenadoras e estruturantes e as suas qualidades, que podem ser de flexibilidade, reversibilidade, inclusividade e, acima de tudo, de multifuncionalidade.

Partindo dos princípios acima enumerados podemos então referir que, actualmente, os projectos para os espaços abertos satisfazem uma imensa variedade de desejos e programas e os seus temas são tão diferentes quanto os seus utentes, ocasionais ou fixos, culminando numa multitude de abordagens e soluções. O espaço urbano está repleto das mais diversas tipologias de espaço aberto: fantásticas novas e velhas praças,

³⁵⁶ Os projectos de Field Operations para o re-desenvolvimento de “Delaware River Waterfront” em Filadélfia e o “Eastern Darling Harbor” em Sidney são indicativos desta linha de trabalho, tais como os projectos de West 8 para o “Inner Harbor”, em Amesterdão, e os seus recentes projectos para a “Central Waterfront” em Toronto, assim como o “Lyon Confluence” de Michel Desvigne com a integração paisagística dos espaços-canal de tráfego (rodovias e ferrovias) e das infra-estruturas industriais da cidade de Boston; Michel Desvigne e Christine Dalnoky (em colaboração com Richard Rogers) com o projecto de paisagem do Millenium Dome, em Londres; Florian Beigel e Philip Christou com o projecto da Paju Book City, próximo de Seul; Mc Gregor+Partners com o projecto British Petroleum Park, em Sidney; Teresa Galí com a reabilitação paisagística da lixeira do Garraf e Joaquín Sabaté com a coordenação do Parque Agrícola do Baix Llobregat, em Barcelona.

parques urbanos, frentes ribeirinhas, matas e praias urbanas. Contudo, é raro existir a ideia de *campo urbano* ou de uma *estrutura contínua e produtiva*. No entanto, ambos, assim como outros modelos de agricultura urbana, nomeadamente as hortas urbanas, comunitárias ou pedagógicas, permitem que se faça uma abordagem centrada na gestão de espaços urbanos de uma forma notável.

Wall (1999) refere que o facto de se descrever o espaço urbano como uma superfície urbana não quer dizer que seja relativo apenas ao espaço entre os edifícios, nomeadamente parques de estacionamento, áreas plantadas ou espaços residuais. Nem tão somente os parques ditos urbanos, os bairros ou os poucos espaços ainda naturalizados.

A paisagem presente no espaço urbano corresponde à estrutura viva e enérgica que organiza e suporta todo um leque de actividades fixas e transformáveis na cidade. A paisagem é dinâmica e literalmente faz acontecer eventos no tempo. Neste sentido, a superfície urbana pode ser considerada semelhante a um campo agrícola, assumindo diferentes funções e geometrias, regimes distributivos e aparências, à medida que as circunstâncias o exigem. Esta adaptabilidade será condicionada, em parte, pela topografia, para que se obtenha uma suave e ininterrupta continuidade, mas também pelo equipamento e serviços nela existentes. Deste modo se o objectivo do desenho de projecto da superfície urbana é aumentar o suporte e diversificar actividades no tempo – até actividades que não puderam ser determinadas à partida – então uma primeira estratégia de desenho urbano é alargar a sua continuidade enquanto se diversifica a sua gama de serviços. Isto é, menos desenho de projecto como melhoramento passivo e mais entendido como acelerador activo, estabelecendo e criando novas condições para a incerteza do futuro.

Pelo carácter apresentado pela agricultura urbana, pelas suas potencialidades e pela sua pertinência pensamos que podemos então considerar o espaço agrícola, no sentido mais vasto do termo, como uma *infra-estrutura natural de interesse público*, ao mesmo nível que as vias, as barragens, ou as redes eléctricas; ao mesmo nível de uma mata pública ou privada, por razões sociais, económicas e ecológicas. A estrutura da paisagem agrícola, nomeadamente os lotes de terra produtivos, as sebes para o vento, os poços, os canais, os caminhos, as superfícies vegetais e aquáticas, são outras formas que quebram

a compactidade mineral do aglomerado, contribuindo para a purificação do microclima urbano.

O espaço agrícola cria os vazios necessários para o conforto dos habitantes ou para a sua segurança por exemplo em caso de incêndio. A sua reversibilidade permite, sobretudo, a possibilidade de um projecto aberto, pondo à disposição espaços abertos públicos de lazer, com a condição que seja garantida a segurança dos bens e das pessoas. Põe ao dispor área cultivada na qual os habitantes podem fazer um uso colectivo, do mesmo modo que um parque público, mas que ainda produz alimentos, oferece percursos para passeio e serviços pedagógicos para as escolas; e permite reciclar os resíduos urbanos, nomeadamente uma parte da água e do lixo orgânico urbano.

Se não forem coordenados, estes usos e utilizações não são espontaneamente compatíveis e talvez se excluam. É importante pensar em articulá-los e aceitar uma justaposição por exclusão. O conceito de *infra-estrutura espacial agrícola*, *CPULS* ou, podemos referir, de *campo urbano* – como o entende Pierre Donadieu - não nasce espontaneamente, exige o envolvimento e a acção conjunta da administração pública, dos agricultores e dos habitantes. Estes serviços rendem à colectividade um preço que deve ser pago proporcionalmente aos objectivos de interesse público, das empresas privadas que o fornecem e dos agricultores. Na prática, os serviços públicos e privados desempenham um papel complementar para manter esta *infra-estrutura* no tempo e, sobretudo para atribuir a função considerada prioritária pelos administradores: área natural, espaço de lazer, terreno agrícola, etc. Para poder persistir, a cooperação entre organizações públicas e colectividades deve ser integrada num contrato.

Podemos então afirmar que a agricultura e a urbanização menos densa, em conjunto com as tendências infra-estruturais e ecológicas fazem parte do discurso contemporâneo da arquitectura paisagista. A analogia da agricultura com os jardins relaciona-se numa estrutura subjacente, quantificável, infra-estrutural, onde as culturas obedecem a movimentos e dinâmicas relacionadas com exigências de transferência de energia. Esta analogia da agricultura tem paralelos com o *landscape urbanism* que podem ser muito interessantes tanto ao nível teórico como na prática.

Richard Plunz e Inaki Echevarria³⁵⁷ escreveram sobre *o método do jardineiro* que constrói a partir do que existe e lida com a presente complexidade das cidades e dos territórios como entidades fluidas em constante movimento.

Andrea Branzi³⁵⁸, o arquitecto e teórico italiano que desde a Non-Stop City (1969-72) e os primeiros projectos do Archizoom tem procurado uma postura *avant-garde*, refere-se directamente ao processo contemporâneo da agricultura no seu apelo para uma situação de urbanização menos densa. O processo que promove é de uma arquitectura e urbanismo relacional que, como a agricultura, é capaz de um rápido ajuste às necessidades e mudanças.

Agronica, um projecto levado a cabo por Branzi através da Domus Academy para a Philips Electronics, avançou com a ideia de uma arquitectura baseada em componentes móveis de construção, estabelecidas num parque agrícola semi-urbanizado. A noção de *weak urbanization* de Branzi interpreta a agricultura como um sistema altamente evoluído, capaz de se adaptar aos ciclos produtivos que mudam ao longo do tempo e de utilizar modos reversivos de organização.

A metáfora agrícola foi também decisiva na *estratégia de infiltração* para o projecto Lyon *Confluence*, em França, pelo arquitecto François Grether e o arquitecto paisagista Michel Desvigne (Figura 46). O projecto é estruturado por um sistema de parques *disperso e móvel*, permitindo uma ocupação flexível à medida que as parcelas se tornam disponíveis para novos programas.

³⁵⁷ Plunz, R. Echevarria, I. (2001). Beyond the lake: A gardener's logic. Mexico City: *Praxis* 2, pp. 88-91.

³⁵⁸ Branzi, A. (2003). *Weak and Spread*. Comunicação apresentada em conferência proferida no Berlage Institute, Roterdão.

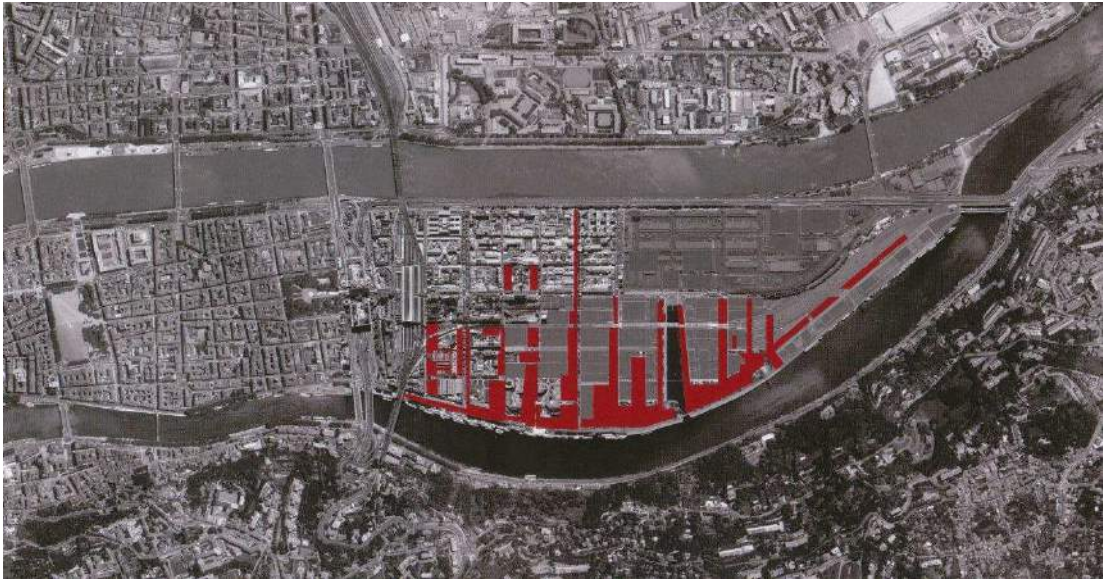


Figura 46 – Lyon Confluence. Fonte: Basdevant, M. (2009), p. 42

Em suma, e em vez de tentar em vão controlar o crescimento da cidade através de redes, cinturas, frentes e espaços verdes, deveríamos construir o tecido urbano a partir do espaço da paisagem, estando nela incluído, para além de outras tipologias de espaço aberto, o espaço agrícola e florestal.

Pensamos que à agricultura urbana se pode confiar o papel de ocupar passivamente o espaço não edificável, nomeadamente nas zonas condicionadas à edificação (zonas aluvionares, corredores de acesso a aeroportos, ou linhas de alta tensão), ou nas zonas sensíveis por exemplo bacias de recolha de água potável.

Segundo Donadieu (2006) o projecto que tende a preservar a agricultura como uma *infra-estrutura* verde da cidade é acolhido favoravelmente pelos habitantes e administradores locais, uma vez que a consideram fundamental no arejamento e animação da cidade, funcionando como uma agricultura intersticial como se dos dedos duma mão se tratasse. Também o Arquitecto Paisagista Bertrand Folléa demonstrou que a barreira da floresta, oposta ao crescimento da cidade, já não era um mito credível e que o vazio verde do espaço cultivado tinha o mérito de dever ser *o principal espaço estruturante da organização do território regional*³⁵⁹.

³⁵⁹ Folléa, B. (1995, Feverier). La ville régénérée à la source des ses vides. *Paysage et Aménagement*. n. 30. pp. 13-17. (a tradução é nossa).

5. CONCLUSÃO - A AGRICULTURA URBANA COMO UMA NOVA ABORDAGEM AO PROJECTO DE PAISAGEM NO ESPAÇO URBANO

À paisagem é inerente o indivíduo, a consciência e a experiência, o que a torna de ordem estética. É a tal *realidade estética que contemplamos vivendo nela*, que Rosario Assunto tão bem definiu. Retivemos então este conceito de ideia, de construção, resultado da acção do homem sobre o território. Holística e produto de um sistema dinâmico natural, em constante transformação e evolução, constitui-se como expressão da identidade de um povo.

Intrínseco a este conceito de paisagem é o conceito de multifuncionalidade, que vimos histórico, próprio da ideia do fazer e do sentimento e que se reflecte na apropriação simultânea do espaço para produção, protecção e recreio. Esta multifuncionalidade dilui-se com o movimento moderno e a segregação funcional que o caracteriza.

A perda da identidade do espaço aberto, o surgimento de espaços intersticiais, a falta de apropriação do espaço e, conseqüentemente, da sua vivência e experiência, decorrem do modernismo, o que levou, nas últimas décadas, à procura de novas estratégias, conceitos e metodologias.

Exemplo desta procura é a corrente do *landscape urbanism*, que surge no final do século passado, como crítica vigorosa ao desenho de projecto urbano praticado e, onde a paisagem e a reabilitação da qualidade de vida urbana e ecológica têm um significado e uma importância centrais. A perspectiva com que é encarada a paisagem no *landscape urbanism* aproxima-se do conceito de paisagem defendido pelo Professor Caldeira Cabral, desde os anos quarenta do século XX: sistema natural, em constante transformação, determinada pela dinâmica dos sistemas naturais e pela acção do homem; acontecimento natural, cultural, social, e suporte. Nestes princípios estão incluídas a contemplação, a vivência e a experiência que constroem a paisagem, sendo também estes princípios que têm produzido obra e corpo teórico na arquitectura paisagista, em Portugal.

Também nos últimos vinte anos, por toda a Europa, novas políticas de gestão e práticas de desenho surgiram, demonstrando que as preocupações relativas à paisagem

aumentaram. Exemplo desta mutação é a *Convenção Europeia da Paisagem* que reposiciona a essência ética e política da paisagem.

O entendimento da paisagem como um sistema contínuo, complexo e dinâmico, resultante de processos naturais e culturais em constante transformação, determina o retorno à dimensão multifuncional da paisagem. E é assim que a entendemos – holística, integradora, inclusiva, sistémica, dinâmica e multifuncional.

Esta paisagem, que desejamos e defendemos, encontramos-na na base da paisagem do Mediterrâneo, que surge unitária e identitária, dentro da multifuncionalidade e heterogeneidade que a caracterizam.

Desde as civilizações mais antigas do Oriente, passando pela época clássica, pela Idade Média e até aos novos impérios, diferentes culturas foram reencontradas e integradas nesta grande unidade. Desta sedimentação cultural complexa nasceu um sistema de paisagens duma qualidade formal extraordinária e a certeza que a organização dos espaços da paisagem e das cidades representam um património essencial para a cultura universal, não apenas porque foi cantada por Homero, ilustrada por Ticiano e descrita por Braudel ou por Cervantes mas, também, porque a sua construção e gestão foi sempre multifuncional, inclusiva, integradora e vital resultado do trabalho sábio e humilde quer do povo, quer dos técnicos e dos estudiosos que a analisaram e estudaram, quer do ponto de vista cultural quer natural, para além da experiência empírica.

A história da paisagem mediterrânica prova que a multifuncionalidade da paisagem é fundamental, não apenas para a manutenção de uma identidade histórica, ambiental e paisagística, mas também para assegurar a sobrevivência e a identidade de uma civilização.

Toda a problemática que surgiu nas últimas décadas do século XX, em volta das cidades, das suas periferias e dos espaços intersticiais, que as caracterizam, é reflexo da necessidade de reescrever e reintroduzir o conceito de multifuncionalidade da paisagem e do espaço urbano.

Na sociedade actual, dispersa e fragmentada, contraditória e imprevidente, a paisagem, pode e deve voltar a tornar-se multifuncional, constituindo-se como o tema unificador de um novo *contrato social* que torna compatíveis desenvolvimento e ambiente,

inovação e história, porque lhe são inerentes os valores da cultura e da qualidade de vida.

É verdade que a situação actual das cidades é resultado de grandes transformações. É urgente pensar as periferias das cidades e os espaços intersticiais urbanos. É urgente repensar a cidade. As cidades europeias contemporâneas apresentam, de um modo geral, realidades semelhantes ou mesmo iguais: periferias caóticas, em constante transformação, sem qualidade urbana, espaços informes, lúgubres, (des)urbanos e (des)humanos, resultado de um crescimento induzido pela sociedade de consumo. No entanto, estas periferias, também se tornam fundamentais pelos seus espaços não colmatados, que se apresentam como únicos locais possíveis para usos diversos que não têm hipótese de ocorrer no tecido urbano denso e consolidado. Também a sua acessibilidade fácil as torna atractivas para acolherem tanto os processos de crescimento e de densificação e coesão do tecido urbano, como para se manterem espaço de dispersão, enquanto valor e lugar de vida do homem. Acima de tudo as periferias devem ser consideradas não só lugar de crescimento e expansão da cidade mas também espaço de experiências de valor acrescentado, nomeadamente porque se podem permitir à instalação de uma nova ecologia de território e de sociedade, determinante simultaneamente de uma cultura urbana e rural, portadora de uma nova forma de sustentabilidade e de uma nova forma de espacialidade e de vivência.

Também os espaços intersticiais urbanos devem ser reconhecidos e integrados como um verdadeiro potencial no desenvolvimento da cidade, nomeadamente na sua reconstrução de ordem social, económica, cultural e ecológica. Acima de tudo constituem espaços de articulação urbana, intervalos que se percorrem por entre os edifícios, espaços de memória, mas também espaços de refúgio para a biodiversidade, espaços que garantem a liberdade dos ciclos da água, do ar, do solo e dos seres vivos no espaço urbano, constituindo um sistema indissociável do tecido edificado, completando-o e reforçando-o, fundamentais no futuro das cidades. É nossa pretensão que estes espaços sejam apropriados, vividos e experienciados, passando a constituir lugares, memória e paisagem, à luz dos conceitos de Augé, de Boyer e de Assunto, apresentados neste trabalho.

O espaço intersticial e o espaço da periferia surgem então como fundamentais para estabelecer uma continuidade de fluxos, de energias e de ritmos, que o tempo e a perda dos limites provocaram. Consideramos que aqui deve ser implantado um tecido contínuo e estruturante que integre a visão sistémica e multifuncional da paisagem e que permita a ocorrência de processos ecológicos. Nele deverão ser contempladas a componente ecológica, estética, social, económica e cultural, uma vez que é o conjunto destes sistemas que permite a existência de uma paisagem integradora e multifuncional. Um importante conjunto de autores, ao nível nacional e internacional, de distintas áreas disciplinares, tem reivindicado um novo modelo de planeamento urbano que, orientando a acção sobre a cidade na sua dimensão paisagística, procura, através da formulação de um novo desenho urbano, estabelecer dialécticas positivas entre as cidades, as periferias e entre estas e o espaço rural envolvente, entre os espaços edificados e os espaços abertos e, entre estes e os comportamentos e as necessidades das populações, contribuindo assim, para a sustentabilidade ambiental e equidade social da metrópole. Este novo urbanismo exigido pela evolução verificada nas últimas décadas na sociedade, na economia e no território apoia-se em novos princípios e num novo desenho urbano, à escala da paisagem, contemplando os efeitos e as exigências do desenvolvimento sustentável.

Consideramos pois que é possível intervir no espaço de uma forma mais atenta e mais racional, capaz de criar uma nova paisagem, sem destruir os valores existentes, e dar ao homem novas condições de vida sem renunciar aos valores semânticos do seu passado nem àqueles que dão um sentido à vida.

Neste contexto, é então necessário pensar a cidade cujo desenho, ao mesmo tempo que contribui para a definição da estrutura edificada e das infra-estruturas artificiais que ela exige, assegura a presença de uma estrutura natural e cultural indispensável à sustentabilidade ecológica e à estabilidade física da paisagem, ao conforto ambiental, ao recreio, cultura e imagem da cidade.

A reelaboração do conceito do projecto e da construção do espaço excede então os conteúdos funcionais do urbanismo, da ecologia, da ciência e da estética para chegar a uma síntese, subordinando todas as abordagens específicas a um objectivo geral – o da preservação da identidade cultural através do desenvolvimento sustentável da paisagem

e da sua multifuncionalidade. No planeamento da cidade a presença da *natureza* caracterizada pela diversidade e continuidade dos sistemas, obriga a um novo conceito de desenho urbano e de concepção do espaço aberto, bem como a uma nova relação com a paisagem onde a sua multifuncionalidade e sustentabilidade como espaço de produção, cultura e recreio, deverão ser asseguradas.

Tanto na leitura da bibliografia como nos exemplos práticos estudados, notámos a ausência de uma referência clara à prática da agricultura urbana como forma de estabelecer uma relação clara entre a produção, a protecção e o recreio, para além de constituir uma actividade fundamental perante a crise energética e alimentar que se vive e prevê. Isto levou-nos a olhar a agricultura urbana, não apenas como um factor de produção mas também como detentora de um grande potencial para o recreio sob o ponto de vista social, económico, ecológico, cultural e estético. Como tal considerámo-la como uma estrutura fundamental na re-conceptualização do projecto do espaço urbano. Segundo Donadieu (2006) o processo de reconstrução do campo europeu já não pode depender de uma lógica unicamente agrícola ou estreitamente urbanística. O projecto do todo urbano, de uma metrópole extensa de onde emergem pequenas ilhas de floresta ou de campo, assim como um projecto de contenção rígida da cidade frente a um campo moribundo e inanimado já não são realistas nem sustentáveis.

A antiga utopia da cidade-jardim já não é promissora do funcionalismo Mumfordiano, nem a cidade no campo, reflexo da ruralidade adaptada à necessidade do lazer urbano, constitui uma atracção. Surge então uma terceira via que se baseia em duas tendências comprometedoras e pouco modificáveis - por um lado a urbanização da cultura ocidental e a sua *necessidade de campo* como alternativa ao ambiente urbano³⁶⁰; e por outro, a diversificação da economia agrícola para responder a uma questão urbana que não é exclusivamente alimentar. Este projecto, onde a agricultura urbana é estruturante e análoga ao *campo urbano* ou a uma *CPUL*, pode reassumir-se com uma posição paradoxal e voluntariamente provocatória – a melhor forma para conservar um campo agrícola vivo e dinâmico, é fazer a paisagem para e com os cidadãos. Este projecto

³⁶⁰ A proximidade agrícola dá a ilusão de estar no campo e remete para um imaginário rural que o espaço *verde* não comporta, inspirado mimeticamente na forma do jardim.

pressupõe, primeiro que tudo, uma compreensão dos processos económicos que produzem o espaço rural e que o renovam.

Um projecto deste tipo entra, de facto e de um modo geral, em contradição com os princípios de planificação dos espaços abertos que normalmente eliminam a agricultura da área urbana para substituí-la por parques e jardins públicos. Entra ainda em contradição com os princípios da planificação que fragmenta o espaço urbano em tantas zonas especializadas quantas as funções consideradas incompatíveis (produção agrícola, lazer, actividade industrial e comercial, entre outros). A agravar esta situação, as entidades locais são sempre menos capazes de suportar os elevados custos para a criação e manutenção dos novos espaços *verdes* e, os danos sociais do zonamento urbanístico são amplamente demonstrados - segregação do espaço, *ghetos* sociais, incoerências funcionais, crises de identidade urbana, entre outros.

De acordo com a nossa convicção de que a agricultura urbana pode e deve integrar uma estrutura contínua de produção e recreio, Donadieu (2006), refere que os argumentos a apresentar aos administradores e técnicos de planeamento, para defender a causa da forma da cidade diversa de centro denso que inclua a prática da agricultura urbana de uma forma assumida, consistem em apresentar o espaço agrícola, no sentido mais vasto do termo, como uma *infra-estrutura natural de interesse público*, ao mesmo nível de uma estrada, de um dique, ou de uma rede eléctrica; ao mesmo nível de uma floresta pública e privada, por razões sociais, económicas e ecológicas.

O espaço agrícola e de pastoreio cria a área aberta necessária para o conforto dos habitantes, ou para a sua segurança, por exemplo em caso de incêndio. Põe ao dispor área cultivada na qual os habitantes da cidade podem fazer um uso colectivo, do mesmo modo que um parque público, mas que ainda produz alimentos, oferece percursos para passeio e serviços pedagógicos para as escolas e pode permitir reciclar os resíduos urbanos. O Parque Ribeirinho de Benavente, da autoria do *atelier* NPK, é um exemplo desta abordagem projectual (ver Anexo 7).

Se não forem coordenados, estes usos e utilizações não são espontaneamente compatíveis e talvez se excluam. É importante pensar em harmonizá-los e aceitar uma justaposição por exclusão. O conceito de *infra-estrutura espacial agrícola* exige a colaboração mútua entre a administração pública e os agricultores. Estes serviços

rendem à colectividade um preço que deve ser pago, proporcionalmente aos objectivos de interesse público, das empresas privadas que o fornecem, e dos agricultores.

Na prática, os serviços públicos e privados devem desempenhar um papel complementar para manter esta *infra-estrutura* no tempo e, sobretudo, para atribuir a função considerada prioritária pelos administradores: zona natural, espaço de lazer, terreno agrícola, etc. Para poder durar, a cooperação entre organizações públicas e colectividades deve ser integrada num contrato.

Tanto o conceito de *campo urbano* de Donadieu, como as *paisagens urbanas produtivas contínuas* de Viljoen se integram neste conceito de *infra-estrutura espacial agrícola* aproximando-se, por sua vez do conceito de *landscape urbanism* e, conseqüentemente, da filosofia e da prática da arquitectura paisagista.

As *paisagens urbanas produtivas e contínuas* podem consistir em várias parcelas pequenas, cobrindo uma área extensa, ou em pedaços isolados de horticultura dispostos com uma certa distância, ou ainda em grandes extensões de campo individualizadas³⁶¹.

Dedos de paisagem produtiva podem ligar, como pontes, actividades e áreas da cidade associadas mas fisicamente isoladas. Qualquer pedaço de terra que suporte agricultura urbana pode variar em tamanho desde vários metros quadrados a uma área de vários hectares. A implementação de paisagens produtivas pode começar a uma escala pequena todavia, o objectivo é desenvolver uma cidade urbana produtiva e contínua (Figura 47). Na sua maior extensão, deverá incluir uma rede de espaços abertos ao longo do tecido urbano que inclui, por sua vez, os campos agrícolas na paisagem contínua.

³⁶¹ Não é a dimensão de uma parcela de agricultura urbana que determina o seu sucesso enquanto paisagem urbana produtiva. A dimensão será significativa para determinar o rendimento e, conseqüentemente, o impacto ambiental dos sítios onde se pratica; mas não é crítica em relação às qualidades trazidas para a cidade. É necessário distinguir entre a dimensão do canteiro individual e a extensão e a articulação das paisagens urbanas produtivas. É a inter-ligação que conduz à continuidade da paisagem e que pode gerar uma nova infra-estrutura ecológica no espaço urbano, estabelecendo o *continuum culturale*.



Figura 47 - Plano Verde de Lisboa onde estão incluídos o sistema de recreio o sistema associado, o sistema misto e o sistema de protecção. Fonte: Ribeiro Telles, G. (1992), p. 90.

Elaborados principalmente sobre modelos de hortos e jardins, e influenciados nos últimos 20 anos pela ideia conjugada do paradigma da ecologia os espaços abertos, e o sistema que constituem, devem ser hoje a trama e a retícula sobre a qual se funda a organização das *paisagens urbanas produtivas contínuas* ou do *campo urbano*³⁶² (Donadieu, 2006). Não como espaços inertes mas como território agrícola e de mata, vivo, num lento ou rápido, cíclico ou contínuo porvir. O instrumento para realizar este devir é o projecto de paisagem que permite mobilizar a comunidade dos habitantes neste sentido.

Katrin Bohn e Andre Viljoen testaram o conceito de *paisagens urbanas produtivas contínuas* numa série de estudos de desenho de projecto, *Leisurescape*, por exemplo, é um estudo para uma das várias vertentes de paisagem contínua, a ser implementado em

³⁶² Os laços sociais e imaginários com a primeira natureza devem ser reconstituídos, em particular no *campo urbano*. O papel do Arquitecto Paisagista é recompor esta relação perdida.

Londres (ver Anexo 8). O estudo examina uma área que ocorre a sul da galeria de arte *Tate Modern*, no centro da cidade, continuando por cerca de 20 km até à periferia da Grande Londres, onde a paisagem contínua se dispersa pelo campo (Bohn & Viljoen, 2005) (Figura 48).

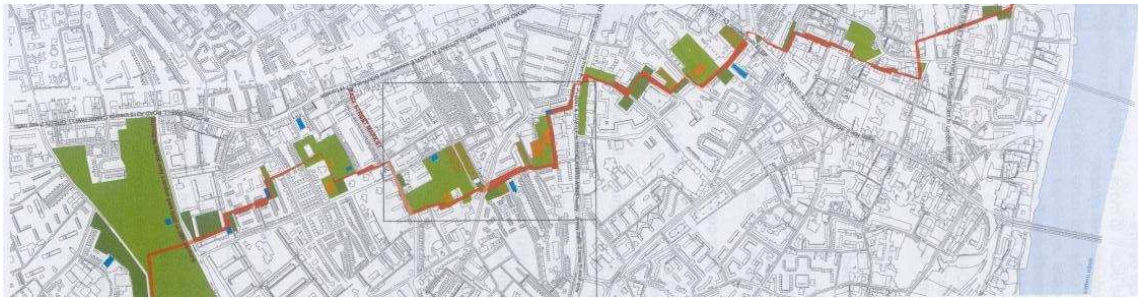


Figura 48 - Leisurescape. Articulação dos espaços abertos existentes, desde parques urbanos a parques infantis, incluindo também os espaços intersticiais urbanos. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 252.

É razoável esperar que durante os primeiros estádios de implementação desta *paisagem*, uma série de pequenas intervenções sejam feitas conduzindo, eventualmente, a uma extensa rede de espaço articulados. Tal abordagem irá, com o tempo, criar um sentido de abertura dentro de um espaço, de outra forma uniformemente edificado e ocupado. A implementação desta estratégia faz com que espaços subutilizados e/ou abandonados se tornem activos e utilizados de uma forma socialmente e ambientalmente produtiva³⁶³. Um novo significado e um sentido de abertura são introduzidos no sítio pela delimitação de vistas *para fora* e grandes panorâmicas, contrariamente à série de pedaços de terra isolados, desligados e largamente subutilizados que constituiriam.

Os benefícios ocorrem independentemente da escala de intervenção. Espaços lineares podem providenciar percursos que ligam diferentes espaços, públicos ou privados. Ao tornar a sua ligação visível encoraja o movimento entre eles. A relação dos percursos com a paisagem pode ser pensada como intervenções que a *sublinham* e *põem em evidência*. Percursos diários tornam-se adjacentes a espaços onde crescem os alimentos. Cada caminhada entre as culturas acentua a experiência da sazonalidade e intensifica a noção de tempo, devido à densidade do espaço onde a natureza é experienciada. O tempo é intensificado – mais *natureza* para o seu tempo.

³⁶³ As paisagens produtivas ocuparão os espaços intersticiais existentes no tecido urbano.

As *paisagens urbanas produtivas* serão parte da ideia de construção do *natural*, à semelhança dos parques e jardins, frequentemente entendidos como *naturais*. A agricultura urbana, em particular, representará a ideia do campo, da vida rural e, através desta imagem, também a *natureza* será representada.

Uma das importantes características destas paisagens é o modo como uma grande variedade de ocupações ocorre em simultâneo, tais como a jardinagem, a agricultura, o desporto, as actividades de lazer, nomeadamente festas e piqueniques, que são prática de uma grande variedade de ocupantes (crianças, hortelãos, habitantes da cidade, reformados). Esta variedade de ocupantes pode ser articulada com uma ou mais ocupações encontradas. A gama de permutações possíveis entre um ocupante individual e a sua actividade, ou várias actividades ou ocupações é, geralmente, maior que em vários equipamentos públicos, nomeadamente os centros de lazer. As *paisagens produtivas e contínuas* combinam as qualidades tranquilas de um parque com actividades físicas. Esperam ser ocupadas, tanto por alguém que procura um lugar para descansar e ler como por quem queira praticar exercício físico.

O retorno económico do uso da terra pode ser medido de duas formas: a primeira consiste em quantificar directamente os benefícios económicos, resultado dos novos empregos e empresas ; a outra, cujo argumento se torna mais importante a longo prazo, é medir as reduções nas degradações ambientais, pela acção das *paisagens urbanas produtivas*. Estes benefícios resultam do reduzido impacto ambiental e diminuem custos futuros associados ao trabalho de correcção ambiental.

As *paisagens produtivas*, o *campo urbano*, e a agricultura urbana de um modo geral, podem ser utilizadas como parte de uma estratégia para aumentar o desenvolvimento. Consequentemente, o aumento do desenvolvimento associará estratégias económicas e ambientais. Estas estratégias podem ser adquiridas pelo levantamento, planeamento, desenho e articulação dos espaços intersticiais urbanos, dos parques e dos espaços de recreio.

Com a introdução destas *paisagens*, aumentarão os *habitats* para os animais e consequentemente a biodiversidade - um exemplo de intensificação ecológica³⁶⁴. Ao

³⁶⁴ A intensificação ecológica corresponde a um aumento na biodiversidade urbana ou a uma compensação de uma perda na biodiversidade, encontrada em grande parte das áreas urbanas.

mesmo tempo, o desenvolvimento dos sistemas de compostagem como suporte da agricultura urbana orgânica melhorará as condições do solo e, por outro lado, reduzirá o número da circulação de camiões, sendo que a melhoria da biodiversidade reintroduzirá o som das aves e insectos. Cenários e sons dentro da cidade mudarão.

Os espaços abertos de uma cidade que *adopte* uma *paisagem urbana produtiva contínua* ou o *campo urbano* alterarão a paisagem física e a sua ocupação. Na superfície, os agricultores esculpirão uma nova infra-estrutura urbana, sempre em mudança, mas sempre familiar, à medida que as culturas vão e vem. Paralelamente, uma paisagem de circulação e movimento, uma paisagem multifuncional surge à medida que as populações circulam e interagem na e com a paisagem agrícola. Práticos e teóricos serão colocados numa adjacência redescoberta, que não se relaciona com a destruição da cidade ou a conquista da natureza, mas sim com o enriquecimento de ambas pelo reconhecimento da sua interdependência.

Neste contexto e, para obtenção de uma maior garantia de sucesso, a prática da agricultura urbana requer:

- Uma organização considerável para aquisição de terrenos apropriados e seu cultivo (talvez através de algum tipo de organização privada ou uma iniciativa municipal), para que seja possível que terrenos não utilizados ou subutilizados sejam transformados em terrenos com usos ambientalmente produtivos, nomeadamente a produção de biocombustível. O pré-requisito essencial de qualquer tentativa de mudança, neste sentido, é começar a conceber a cidade, a periferia, os subúrbios e o campo como partes de um *continuum* que se estende das zonas mais densamente habitadas, mas ainda ecologicamente activas, para as menos densamente habitadas e, conseqüentemente, ecologicamente mais activas.
- Regulamentos simples que assegurem que a comunidade se proteja a si própria e aos valores dos processos naturais. De uma forma pensada (as terras onde estes processos ocorrem) providenciarão uma fonte de espaço aberto para as áreas metropolitanas³⁶⁵. Optimamente, desejar-se-iam dois sistemas dentro da região metropolitana - um, o processo natural preservado no espaço aberto; o outro, o

³⁶⁵ Tem-se verificado que a urbanização prossegue pelo aumento da densidade, dentro da cidades e prorrogando a sua periferia, sempre às custas do espaço aberto. Este crescimento é totalmente indiferente aos processos naturais e aos seus valores.

desenvolvimento urbano. Se estes se fundissem, poderiam satisfazer a provisão de espaço para a população (McHarg, 1995).

Embora a agricultura urbana esteja condicionada por variadas condições sociopolíticas e regimes políticos, legisladores urbanos e instituições de apoio podem contribuir substancialmente, para o desenvolvimento de uma agricultura urbana segura e sustentável através:

- Da criação de uma política ambiental orientadora e da aceitação formal da agricultura urbana como uma função urbana;
- Do reforço do acesso aos espaços intersticiais urbanos e à segurança do uso agrícola;
- Do reforço da produtividade e da viabilidade económica da agricultura urbana pela melhoria do acesso dos agricultores urbanos a formação, a conselhos técnicos e a créditos;
- Do suporte do estabelecimento e fortalecimento das organizações dos agricultores urbanos;
- De medidas que previnam/reduzam os riscos ambientais e de saúde associados à agricultura urbana (formação em riscos de saúde associados às práticas de gestão, da zonificação, do controlo de qualidade da água de rega e dos produtos).

Como já foi aqui verificado e contrariamente à crença comum, em áreas densamente urbanizadas constata-se que uma surpreendente quantidade de espaços intersticiais pode ser encontrada e utilizada para agricultura, temporariamente ou permanentemente. Segundo Veenhuizen (2006), os governos das cidades podem facilitar o acesso dos agricultores urbanos a espaços intersticiais de várias formas:

- Através do levantamento dos vazios da cidade e da análise da sua potencialidade para o uso agrícola;
- Criando um *Banco de Terra Municipal* que mantém em contacto quem necessita de terra agrícola com os proprietários que necessitam de um uso temporário ou permanente para as suas terras.
- Estimulando os proprietários dos interstícios urbanos (incluindo os proprietários institucionais) a oferecer a terra numa concessão de meio-termo a grupos

organizados de agricultores, providenciando uma redução das taxas aos proprietários que o fizerem.

- Formulando um Regulamento que organize o uso (temporário) dos interstícios na cidade.
- Provisionando o uso dos espaços intersticiais municipais para grupos organizados de agricultores urbanos.
- Tomando medidas para melhorar a disponibilidade e as condições da terra (por exemplo removendo escombros ou providenciando acesso a água potável para rega).
- Demarcando zonas para agricultura urbana como forma permanente de uso da terra e integrando-as no planeamento da cidade. Estas zonas serão normalmente mais sustentáveis se localizadas em áreas que não estão previstas para edificação ou onde esta não seja desejável, nomeadamente planícies aluviais, debaixo de linhas de tensão e em parques ou áreas de conservação da natureza. Linhas orientadoras efectivas devem ser desenvolvidas com a participação activa dos agricultores, tendo em conta as práticas de gestão a ser adoptadas pela agricultura urbana em vários locais.
- Providenciando assistência para a realocização dos agricultores urbanos, especialmente os que não se encontram numa situação favorável e que, por isso, podem correr sérios riscos de saúde ou ambientais.
- Incluindo espaço para jardins individuais ou comunitários nos novos projectos públicos de habitação e actualizando os planos para os bairros pobres.

As organizações governamentais e o sector privado devem ser estimulados para providenciar formação, conselhos técnicos e serviços aos agricultores urbanos, com um forte ênfase nas práticas agrícolas ecológicas, gestão adequada dos riscos de saúde, desenvolvimento agrícola (por exemplo intensificação e diversificação), gestão de empresas e publicidade. Sistemas de partilha de custos (entre agricultores, municípios, organizações sectoriais e empresas privadas) serão necessários para assegurar a sustentabilidade do sistema.

Os municípios podem também estimular as universidades, as organizações não governamentais e as organizações comunitárias presentes na cidade, para activamente

suportar as organizações de agricultores, a capacidade de desenvolvimento e as suas ligações com outros grupos de agricultores, empresas privadas, organizações de consumo e organizações de suporte.

Os municípios e outros intervenientes locais poderiam dar voz às necessidades de desenvolvimento de investigação e da tecnologia dos seus agricultores urbanos, nos institutos de pesquisa e ao nível dos governos nacionais. Também deveria ser mais promovida a coordenação entre os institutos de investigação, as organizações agrícolas, as organizações não governamentais e os grupos de agricultores urbanos.

Um número crescente de cidades está a delinear políticas e programas em agricultura urbana, com a aplicação de multi-parcerias nas abordagens de planeamento para identificar formas efectivas de a integrar nas políticas do sector urbano e de planeamento e também para promover o desenvolvimento de uma agricultura urbana segura, sustentável e multi-funcional. Exemplo destas iniciativas é o regulamento elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa (já referido neste estudo) que legitima a existência destas hortas, com o objectivo de as salvaguardar das mudanças exclusivas das vontades políticas (ver Anexo 4).

Para além destas medidas verifica-se, no entanto, a necessidade de explorar a relação entre a multifuncionalidade e a sustentabilidade da agricultura urbana. Este facto envolve a análise, positiva e negativa, das funções ambientais assim como do seu efeito em conjunto. Também relevante para a eficácia da prática da agricultura urbana surge, segundo Veenhuizen (2006), a pesquisa e desenvolvimento de temas como: a posse da terra, a legislação e planeamento do uso da terra urbana; as metodologias de trabalho desenvolvidas com os intervenientes, nomeadamente acções de pesquisa com agricultores urbanos ou com planeadores para incluir a agricultura no planeamento (como parte das cinturas verdes, parques da cidade e espaços abertos); o desenvolvimento de novas instituições ou modalidades institucionais como mercados urbanos e periurbanos; e o apoio (comercial e de subsistência) para a horticultura, aquacultura e sistemas que incluem a produção de animais.

Tal pesquisa e desenvolvimento requerem a criação de quadros institucionais adequados que dão à agricultura urbana uma base institucional e asseguram a participação activa de

intervenientes directos e indirectos na formulação e implementação de políticas agrícolas urbanas e programas de acção.

Uma vez aceite, a agricultura urbana será sustentável, mantendo o seu dinamismo e flexibilidade, adaptando-se às condições urbanas, sempre em transformação e, às suas exigências, intensificando a sua produtividade e diversificando as suas funções na cidade, enquanto são reduzidos os riscos de saúde e os riscos ambientais associados. Desta forma, é ganha mais aceitação política e social. Em certas partes da cidade, as tipologias de agricultura urbana existentes podem-se desvanecer ou mudar as suas formas e funções drasticamente, enquanto novas formas se podem desenvolver noutras partes da mesma cidade.

A longo prazo, a agricultura urbana será sustentável se o seu potencial de utilização multifuncional for reconhecido e totalmente desenvolvido. A sua sustentabilidade está fortemente relacionada com a sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidade sustentável, isto é uma cidade inclusiva, com segurança alimentar, produtiva e ambientalmente saudável.

Em suma, as áreas urbanas são geralmente caracterizadas pelo seu crescimento orgânico, resultando numa miscelânea diversa de espaços abertos públicos e privados. O desenho e gestão destes espaços dependem de vários factores. Embora alguns tenham sido planeados e continuem a ser geridos de uma forma positiva, outros foram *esquecidos* em termos de um claro sentido de pertença e responsabilidade, que, por vezes, se reflecte numa condição selvagem, natural ou artificial, que exige respeito e protecção. São paisagens de transição, de tempo, relógios da paisagem. O passado torna-se presente e, à medida que o futuro se aproxima e adquire dimensões maiores, percebe-se uma presença magnífica e silenciosa, uma espécie de vazio na tempestade.

Encontrar usos positivos para estes espaços tem sido um dos desafios para o planeamento urbano a partir dos finais do século XX, surgindo um crescente número de projectos de arquitectura, arquitectura paisagista e *landscape urbanism*, nos quais se propõe agora a inclusão da agricultura urbana.

É necessário que nos desloquemos em direcção a sistemas urbanos mais eficientes e cíclicos; esta perspectiva inclui certamente o uso da terra dentro e na periferia das cidades para produção de alimentos.

Consideramos ainda que a inclusão da agricultura urbana nos projectos de paisagem, no espaço urbano, alguns aqui apresentados, é exemplo de uma nova paisagem, de novos símbolos e valores estéticos renovados, de novos valores que se situam entre a memória e o futuro, onde a natureza, a cultura o lazer e a produção estão presentes complementando-se uns aos outros e originando espaços públicos com uma forte apropriação pela população. A construção destes espaços pode ser sugerida como uma referência capaz de ilustrar uma resposta ao apelo contemporâneo, aparentemente contraditória, que é o reforço cultural da veracidade dos processos de humanização, e a produção de uma natureza que, simultaneamente parece selvagem e familiar, próxima e distante, planeada e espontânea, perigosa e confortável, enfadonha e ordenada, viva e sem resíduos.

A abordagem ao desenho urbano que defendemos apoia-se numa concepção global e multifuncional da paisagem através da concretização da ideia de *contínuo natural e cultural* e da sua inter-penetração com o espaço edificado, materializada numa paisagem, complexa e dinâmica, estruturada por redes tecnológicas (infra-estruturas de transporte e de comunicação, etc.) e por redes ecológicas e patrimoniais, contínuas, produtivas e activas. Deste modo, corresponderá a um desenho global que inspirado na *natureza*, na cultura e na paisagem, terá como objectivo fundamental recriar a unidade cidade-campo, reinventar a multifuncionalidade da paisagem, e desenvolver forças que permitem a vida, no sentido de uma cada vez maior actividade biológica dos sistemas que integram a paisagem e, respondem à inquietação estética e às necessidades sociais e culturais da actualidade.

Nas configurações urbanas e de paisagem resultantes, o sistema de espaços intersticiais e as periferias das cidades corresponde, interpretando de modo activista, a autêntica *infra-estrutura* da cidade, através da qual esta se estrutura e se organiza, uma vez que aqueles espaços deixam de ser considerados fragmentos, elementos residuais, de descontinuidades e, passam a ser encarados como espaços que, fazendo parte integrante

do novo modelo de organização e gestão territorial, unem, interligam, dão continuidade e articulação. São activos.

Emerge assim, a força e a vitalidade do espaço intersticial e da periferia, não como o que resta – vazio, reserva residual de edifícios e urbanizações, mas como espaços contínuos, apropriados, experienciados e vividos, com uma função ecológica, cultural, lúdica, estética, produtiva e económica, de valor idêntico ao espaço edificado, capaz de articular e relacionar as diferentes partes e promover ligações no espaço urbano.

Esta nova abordagem está directamente relacionada com a sustentabilidade urbana e com a sustentabilidade e multifuncionalidade da paisagem, ao ser capaz de alterar significativamente as tendências de mobilidade actual e ao poder ser integrada sem causar impactos significativos nos tecidos urbanos existentes. A aplicação do conceito e dos princípios de sustentabilidade e multifuncionalidade subjacentes ao modelo de desenho que se preconiza, pressupõe um processo onde a continuada utilização e preservação dos recursos, a organização e gestão espacial e as alterações institucionais associadas são coerentes com o objectivo de perpetuar, no tempo, a qualidade ambiental e de vida, a herança cultural, identidade e equilíbrio espacial das paisagens e as funções socioeconómicas dos ecossistemas.

Partilhando a ideia de que o mundo inclui sistemas sociais e naturais, complexos, interdependentes e inter-relacionados, para cuja harmonização e sustentabilidade fornecem uma série de princípios centrados na organização dos usos do solo, em função da aptidão ecológica, contribuindo deste modo para a preservação dos sistemas e recursos naturais, a longo prazo e, para a criação de comunidades sociais fortes e coesas, pretendemos defender uma visão sistémica de uma paisagem multifuncional, produtiva e de lazer, proporcionadora de novas experiências de entendimento da condição urbana, dos espaços intersticiais, das periferias e da própria qualidade da paisagem, reforçando a questão da paisagem multifuncional. A paisagem é transformada em algo diferente: um lugar sensível a diferentes transformações que regista os movimentos e acontecimentos que nela ocorrem. Uma entidade activa, estruturando condições para novos relacionamentos e interacções entre os elementos que a constituem. Neste novo conceito a paisagem já não é baseada numa imagem naturalista, mas sugere uma estrutura contínua onde se pode operar através da

ocorrência de diferentes actividades. Não é apenas o espaço entre edifícios ou a plataforma onde se organiza o processo de construção, mas um verdadeiro campo de energia, uma membrana sensitiva e dinâmica. É constituída por sistemas que estabelecem relações, fluxos e processos entre as actividades que lá ocorrem.

Também o desenho urbano no séc. XXI deve começar por se aproximar do desenho dos ecossistemas naturais. Devemos aprender com o metabolismo dos sistemas naturais onde todos os resíduos são reciclados em recursos para o crescimento futuro (Girardet, 2005). Este é um assunto para os políticos mas, também para o público em geral que necessita de exercer pressão nos governos central e locais, e nos investidores, para adoptar perspectivas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ackerman, J. S. (1985). *The villa. Form and ideology of country houses*. Princeton: Princeton University Press.

Alçada, M. (Dir.). (2007). *Monumentos*.(26).

Alfaiate, M. T. (2000). *Expressão dos valores do sítio da paisagem*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia. Lisboa, Portugal.

Allen, A. (2001). Environmental planning and management of the periurban interface. *Key note Paper for the Conference Rural-Urban Encounters: Managing the Environment of the Periurban interface*, London. England.

Allen, A. (2003). Environmental planning and management of the peri-urban interface: perspectives on an emerging field. *Environment and Urbanization*, 15 (1),135.

Allen, S. (1999). *Points and lines: diagrams and projects for the city*. New York: Princeton Architectural Press.

Allen, S. (2001). Mat urbanism: the thick 2-D. In S. Sarkis, P. Allard, & T. Hyde, (Ed). *Case: Le Corbusier's Venice hospital and the mat building revival* (pp. 118-126). New York: Prestel.

Andresen, T. (1992). *Para a crítica da paisagem*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Andresen, T. (Ed.). (2003). *Do estádio nacional ao Jardim da Gulbenkian, Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Andresen, T., Câmara, T. B., & Carvalho, L. G. (2003). Lugares da arquitectura paisagista portuguesa. 1940-1970. In T. Andresen (Coord.). *Do estádio nacional ao Jardim da Gulbenkian, Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)* (pp. 148-171). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Anschuetz, K., Wilshussen, R. H., & Scheik, C. L. (2001). An archaeology of landscapes: perspectives and directions. *Journal of Archaeological Research*, 9, (2), 155-156.

Antrop, M. (2000). Where are the genius loci? In B. Pedroli (Ed.), *Landscape – our home* (pp. 29-34). Stuttgart: Indigo-Zeist.

Argenti, O. (2000). *Food for the cities: food supply and distribution policies to reduce urban food insecurity*. Rome: FAO.

Armar-Klemesu, M., & Maxwell, D. (2000). Urban agriculture as an asset strategy, supplementing income and diets. A case study of Accra. In N. Bakker, M. Dubbeling, S. Gündel, U. Sabel-Koschella, & H. Zeeuw (Ed.). *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture* (pp. 99-117). Feldafing: DSE/ETC.

Ascher, F. (2001). *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*. Paris: Éditions de l'Aube.

Assunto, R. (1973). *Paesaggio e l'estetica. Natura e storia* (Vol. 1). Napoli: Giannini editore.

Augé, M. (1998). *Não Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade* (2a ed.). Venda Nova, Portugal: Bertrand Editora.

-
- Bann, S. (1999). Crossing borders. In U. Weilacher (Ed.). *Between landscape and land art* (pp. 7-8). Berlin: Birkhauser.
- Basdevant, M. (2009). *Intermediate natures. The landscapes of Michel Desvigne*. Berlin: Birkhauser.
- Batista, D. (2009). *Paisagem, cidade e património – o sistema urbano Olhão – Faro – Loulé. Propostas para uma estratégia de intervenções integradas de requalificação urbana e valorização ambiental*. Tese de doutoramento, Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Baud, I. (2000). *Coping with globalisation. The need for research concerning the local response to globalization in developing countries*. Den Haag: RAWOO.
- Baudrillard, J. (1988). *El outro por si mismo*. Barcelona: Anagrama.
- Bazin, G. (1990). *Paradeísos. The art of the garden*. London: Cassell Publishers Limited.
- Beigel, F., & Christou, P. (citado em M. Mostafavi, & C. Najle, (Ed.). (2004). *Landscape urbanism: a manual for the machinic landscape*. London: AA Publications.
- Bélangier, P. (2006). Synthetic surfaces. In C. Waldheim. *The landscape urbanism reader* (pp. 239-266). New York: Princeton Architectural Press.
- Bell, D. (1994). *El advenimiento de la sociedad post-industrial*. Madrid: Alianza Universidad.
- Berg L. van den & Veenhuizen R. van (2005). Multiple functions of urban agriculture. Editorial. *Urban agriculture magazine* (15).

Bernáldez, G. (1981). *Ecología y paisaje*. Madrid: H. Blume Ediciones.

Berque, A. (1994). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. (Collection Pay/Paysages). Paris: Champ Vallon.

Berque, A. (2006). *Mouvance II. Soixante-dix mots pour le paysage*. (Collection Passage). Paris: Éditions de la Vilette.

Beveridge, E., & Rocheleau, P. (1998). *Frederick Law Olmsted: designing the american landscape*. New York: Universe Publishing.

Birley, M. H., & Lock, K. (2000). *The health impacts of peri-urban natural resource development*. Liverpool: Liverpool School of Tropical Medicine.

Birot, P. (1970). *Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

Bohn, K., & Viljoen, A. (2005). More space with less Space: an urban design strategy. In A. Viljoen, (Ed.). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 10-16). Oxford: Architectural Press. Elsevier.

Boyer, M. (1996). *The city of collective memory. Its historical imagery and architectural entertainments*. Massachussets: First MIT Press Paperback Edition.

Branzi, A. (2003). *Weak and spread*. Comunicação apresentada em conferência proferida no Berlage Institute, Roterdão.

Braudel, F. (1995). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*, (Vol. 2, 2a ed.). Lisboa: Publicações D. Quixote.

- Brook, R., & Davila, J. (Ed.) (2000). *The peri-urban interface, a tale of two cities*. Bethesda, Wales: School of Agricultural and Forest Sciences. University of Wales and Development Planning Unit. University College London.
- Bru, E. (2001). *Coming from the south*. Barcelona: ACTAR.
- Brunet, R. (1990). *Le territoire dans les turbulences*. Montpellier: Reclus.
- Bryant, C. R., Russwurm, L., & McLellan, G. (1982). *The city's countryside: land and its management in the rural-urban fringe*. London: Longman.
- Burckhardt, L. (1991). Esthétique et écologie. In L. Burckhardt (Ed.) *Le design au-delà du visible* (pp. 53-60). Paris : Éditions du Centre Georges-Pompidou.
- Burel, F., & Braudy, J. (2001). *Ecologie du paysage: concepts, méthodes et applications*. Paris: Tec&Doc-Lavoisier.
- Cabannes, Y. (2004). Public financing and investments for urban agriculture. *Paper prepared for the WUF 2004*, Barcelona-Spain. IPES/UMP-LAC/IDRC.
- Caetano, J. (Coord.). (2003). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Caldeira Cabral, F. (1973). Paisagem. In *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, (Vol. 14). Lisboa: Verbo.
- Caldeira Cabral, F. (1993). *Fundamentos da arquitectura paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- Caldeira Cabral, F., Gonçalves, J. E., & Cabral, J. C. (1978). *Ordenamento da paisagem rural. Ensaio de sistematização*. Lisboa: DGPU.

Calvino, I. (2002). *As cidades invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema.

Cancela d'Abreu A., Pinto Correia T., & Oliveira R. (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental* (Vol. 1). Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

Carapinha, A. (1995). *Da essência do jardim português* (Vol 1). Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, Portugal.

Carapinha, A. (2006). *Fundação Calouste Gulbenkian, o jardim*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Carapinha, A. (2007). Da leveza da cidade. *Monumentos*, (26), 180 – 183.

Carapinha, A. (2009). Ars cooperativa naturae en Portugal. In L. Diedrich (Ed.), *On site. Arquitectura del paisaje en Europa* (pp. 29-31). Barcelona: Gustavo Gili.

Carapinha, A. (2009). *Processo de criação de novo ciclo de estudos*. Évora: Universidade de Évora. Curso de Arquitectura Paisagista. (não publicado).

Careri, F. (2002). *Walkscapes. El andar como práctica estética*. (Colección Land&Scape Series). Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Carrasqueno, M. (1996). Espacio urbano y socialidad: un analisis de las huertas submetropolitanas en el barrio bilbaíno de Bolueta. *Ciudad y territorio. Estudios territoriales*, (110), 765-783.

Carson, R. (2002). *Silent spring*. New York: First Mariner Books Edition. (Trabalho original em inglês publicado em 1962).

-
- Carvalho, J. (2003). *Ordenar a cidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Cavaco, C. (1992). *Portugal rural: da tradição ao moderno*. Lisboa: Ministério da Agricultura.
- Cerver, F. (1994). *World of environmental design. Urban spaces II (urban parks)*. Spain: Atrium.
- Cerver, F. (2001). *Landscape artists*. México: Atrium Internacional.
- Chadwick, C. (1966). *The Park and the town*. London: The Architectural Press.
- Civera, I. (2008). Paisajes del transporte. Paisajes de la modernidad. *Proceedings of “4º Congreso Europeo de Investigación Arquitectónica y Urbana – Paysage Culturel – EURAU 08”*, Madrid, Espanha.
- Choay, F. (2003). *Espacements, figure del spazi urbani nel tempo*. Milão: Skira.
- Choay, F. (2005). *O urbanismo* (6a ed.). S. Paulo: Urbanismo, Estudos, Perspectiva.
- Choay, F. (2006). *Pour une anthropologie de l’espace*. (Collection La Couleur des Idées) Paris: Seuil.
- Clément, G. (2007). *Manifiesto del tercer paisaje*. Barcelona: GG mínima.
- Conan, M. (1995). Généalogie du paysage. In A. Roger (Dir.). *La théorie du paysage en France (1974-1994)*(pp. 360-369).(Collection Pays/Paysages). Paris: Champ Vallon.
- Constituição da República Portuguesa de 1976* (1976).
- Convenção Europeia da Paisagem. Decreto n. 4, de 14 de Fevereiro de 2005* (2005).

Cook, H., Lee, H., & Perez-Vasquez, A. (2005). Allotments, plots and crops in Britain. In A. Viljoen (Ed.). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 206-216). Oxford: Architectural Press. Elsevier.

Corbin, A. (1998). *Village bells: sound and meaning in the nineteenth-century french countryside*. New York: Columbia University Press.

Corbin, A. (2001). *L'Homme dans le paysage*. (Collection Textuel.). Paris: Gallimard.

Corbusier, Le (1947). *The city of tomorrow and its planning*. London: Architectural Press.

Corbusier, Le (1995), *Maneira de pensar o urbanismo* (3^a ed., p. 65). (Coleção Saber). Mem Martins:, Publicações Europa América.

Corbusier. Le (1997). *Les trois établissements humains*. (Collection Forces Vives). Paris: Editions de Minuit.

Corner, J. (1999). *Recovering landscape*. New York: Princeton Architectural Press.

Corner, J. (2006). Terra fluxus. In C. Waldheim (Ed.). *The landscape urbanism reader* (pp.21-33). New York: Princeton Architectural Press.

Corredor-Guinard, M. R. (1992). L'orientalism et le paysage méditerranéen. *Mappemonde* 1(92).

Cosgrove, D. (2006). Modernity, community and the landscape idea. *Journal of Material Culture*. Vol 11 (1), 49-66.

Danso, G., Drechsel, P., Akinbolu S., & Gyiele L. (2003). *Review of studies and literature on the profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture* [Mimeo]. FAO Final Report (PR 25314).

Dantec P. le (Ed.). (1996). *Jardins et paysages. Textes critiques de l'antiquité à nos jours*. (Collection Textes Essentiels). Paris : Larousse.

Daveau, S. (1995). *Portugal geográfico*. Lisboa: Sá da Costa.

Decreto-Lei n. 19, de 23 de Janeiro de 1973 (1973).

Decreto-Lei n. 177, de 4 de Junho de 2001 (2001).

Descombes, G. (1988). Notes for David Cooper. In F. Purini (Ed.). *Il territorio transitorio/shifting sites* (pp. 38-39). Roma: Gangemi Editore.

Derrida, J. (1999). *No escribo sin luz artificial*. Valladolid: Cuatro Ediciones.

Desai, N. (2009). Governança para o desenvolvimento sustentável: uma perspectiva. *O Ambiente na Encruzilhada. Por um futuro sustentável. Conferência Gulbenkian 2009*. Lisboa, Portugal.

Dethier, J., & Guiheux, A. (Dir.) (1994). *Visiones Urbanas. Europa 1870-1993. La ciudad del artista. La ciudad del arquitecto*. Madrid: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona. Ed. Electa.

Diedrich, L. (2009). Hacia el paisaje. In L. Diedrich (Ed.). *On site. Arquitectura del paisaje en Europa* (pp. 258-261). Barcelona: Gustavo Gili.

Diniz, V. (2003). Et in arcadia ego. In J. Caetano (Coord.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles* (pp. 217- 228). Lisboa: Instituto Português de Museus.

- Domingos, D. (2009, Setembro /Outubro). A produção descentralizada tem enormes vantagens. *Climatização*. 37-46.
- Domingues, A. (2006). *Cidade e democracia. 30 anos de transformação urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum.
- Donadieu, P. (1996, January). Paris: rural landscapes for urban residents. In R. Schaffer (Ed.) *Topos European Magazine* (n.17, pp. 58-63). Callwey Munchen.
- Donadieu, P. (2006). *Campagne urbaine, una nuova proposta di paesaggio della città*. Roma: Donzelli Editore. (Obra original em francês publicado em1998).
- Donadieu, P. (2006). Landscape urbanism in Europe: from brownfields to sustainable urban development. *JoLA, Journal of landscape Architecture*, (2),36-45.
- Donadieu, P., & Périgord, M. (2007). *Le paysage*. Paris: Armand Colin.
- Dubbeling, M. (2004). *Land as an entry-point for urban agriculture development. The case of Governador Valadares-Brazil [Manual]*. RUAF.
- Duhl, L. (1963). The human measure. In *Cities and space, the future use of urban land* (p. 145). Baltimore: The John Hopkins.
- Duvigneaud, P. (1974). *La Synthèse écologique*. Paris: Doin.
- Echevarría, J. (1994). *Telépolis*. Barcelona: Destino.
- Failla, P. O. (2002). *Periferia: la heterotopia del no-lugar*. Santiago do Chile: Punto a Parte. Danilo Lagos.

-
- Faria, L. (2006). *Arquitectura e cidade – o paradigma ecológico no contexto urbano do século XXI*. Tese de Doutoramento. Universidade Lusíada de Lisboa, Faculdade de Arquitectura. Lisboa.
- Ferriolo, M. V. (2002). *Etiche del paesaggio. Il progetto del mondo umano*. Roma: Editori Riuniti.
- Ferry, L. (1993). *A nova ordem ecológica*. Lisboa: Edições Asa.
- Fleury, A., & Ba, A. (2005). Multifunctionality and sustainability of urban agriculture. *Urban Agriculture Magazine*, 15, 4-6.
- Folléa, B. (1995). La ville régénérée à la source des ses vides. *Paysage et Aménagement*, 30,13-17.
- Food and Agriculture Organization (FAO). (1998). *Feeding the Cities. Sofa report*.
- Forman, R. (2001). The missing catalyst: design and planning with ecology roots. In B. Johnson & K. Hill, (Ed.). *Ecology and design* (pp 85-109). New York: Island Press.
- Forman, R., & Godron, M. (1986). *Landscape ecology*. New York: John Wiley & Sons.
- Forestier, J. (1997). *Grandes villes et systèmes de parcs – France, Maroc, Argentine*. Paris: Institute Français d'Architecture. Norma Editions.
- Foster, H. (Ed.). (1985). *Postmodern culture*. London: Pluto Classics.
- Fourneau, F. (1992). Voyageurs en Andalousie et représentations touristiques d'un certain paysage méditerranéen. In Y. Luginbuhl (Dir.). *Paysage méditerranéen* (pp. 204-207). Catalogue de l'exposition "Paysage méditerranéen" organisée dans l'Exposition Universelle de Séville de 1992, 5 juin - 12 octobre 1992, ELECTA, Milan,

317 pages, illustrations N&B et couleurs, quatre éditions : français, espagnol, anglais, italien.

Frampton, K. (1985). Towards a critical regionalism: six points for an architecture of resistance. In H. Foster (Ed.). *Postmodern culture* (pp. 16-30). London: Pluto Classics.

Galí-Izard, T. (2005). *Los mismos paisajes. Ideas e interpretaciones*. (Colección Land&Scape Series). Barcelona: Gustavo Gili.

Galofaro, L. (2003). *Artscapes. El arte como aproximación al paisaje contemporáneo*. (Colección Land&Scape Series). Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA.

Garnett, T. (1996). *Growing food in cities*. London: National Food Alliance.

Gaspar J., Abreu D. & Ferrão J. (Dir.). (1989). Portugal: os próximos 20 anos. Ocupação e organização do espaço. Uma perspectiva (Vol.6.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gaspar, J. (1993). *As Regiões portuguesas*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.

Gaspar, J. (2002). Colóquio paisagem. *Finisterra*, 37, (74), 193-198.

Gauza, M., Guallart, V., Muller, W., Soriano, F., Morales, J., & Porras, F. (2001). *Diccionario metápolis de arquitectura avanzada*. Barcelona: ACTAR.

Gazapo, A. (2000). Espacio público. In A.A.V.V. *Metáforo Madrid* (p.8). Madrid: Ministerio de Fomento. Editorial Rueda.

Geddes, P. (1915). *Cities in evolution*. London: Williams & Norgate.

Girão, A. (1933). *Esboço de uma carta regional de Portugal* (2a ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Girão, A. (1958). *Atlas de Portugal* (2a ed.). Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Ciências.

Girardet, H. (2005). Urban agriculture and sustainable urban development. In A. Viljoen (Ed.). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 32-39). Oxford: Architectural Press. Elsevier.

Giroto, C. (2006). Vision in motion: representing landscape in time. In C. Waldheim (Ed.). *The landscape urbanism reader* (pp. 87-104). New York: Princeton Architectural Press.

Gomez-Mendoza, J. (2008). La mirada del geógrafo en el paisaje: la gestión del conocimiento. In J. Maderuelo, *Paisaje y territorio* (pp.11-56). Madrid: Abada Editores.

Gonzalez, N., & Murphy, C. (2000). Urban agriculture in the city of Havana: a popular response to crisis. In N. Bakker, S. Dubbeling, U. Guendel, K. Sabel & H. de Zeeuw (Ed.). *Growing cities, growing food, urban agriculture on the policy agenda* (pp.329–348). Feldafing: DSE.

Grande, N. (2002). *O verdadeiro mapa do universo, uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Coimbra: e|d|arq, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Gravagnolo, B. (1991). *La progettazione urbana in Europa. 1750-1960*. Roma-Bari: Laterza.

Guattari, F. (1989). *Les trois écologies*. Paris: Galilée.

-
- Guedes, A., & Jacinto, R. (Dir.). (2006). *Lisboscópio*. Lisboa: Instituto das Artes, Ministério da Cultura, Corda Seca.
- Hagan, S. (2005). Plant it: an inclusive approach to environmentally sustainable planning. In A. Viljoen (Ed.). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 52-55). Oxford: Architectural Press. Elsevier.
- Halbwachs, M. (1925). *Los marcos sociales de la memoria*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Hall, P. (2007). *Cidades do amanhã*. São Paulo: Estudos, Urbanismo, Perspectiva.
- Hill, P. (2004). *Contemporary history of garden design. European gardens between art and architecture*. Berlin: Birkhauser.
- Hough, M. (1989). *City form and natural process*. London: Routledge Ed.
- Hough, M. (1990). *Out of place. Restoring identity to the regional landscape*. New Haven/London: Yale University Press.
- Hough, M. (1998). *Naturaleza y ciudad. Planificación urbana y procesos ecológicos*. Barcelona: (Colección Arquitectura y Diseño+Ecología). Barcelona: Gustavo Gili.
- Houllebecq, M. (2000). *El mundo como supermercado*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Howard, E. (1946). *Garden-cities of tomorrow*. Londres: Faber & Faber.
- Howe, J., & Wheeler, P. (1999). Urban food growing: the experience of two UK cities. *Sustainable Development*, (7),13-15.

-
- Howe, J., Bohn, K., & Viljoen, A. (2005). Food in time: the history of english open urban space as a european example. In: A. Viljoen, (Ed.). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 95-107). Oxford: Architectural Press. Elsevier.
- Hunt, D. (1992). *Gardens and the picturesque: studies in the history of landscape architecture*. Cambridge: The MIT Press.
- Hynes, P. (1996). *A pinch of eden*. Vermont: Chelsea Green White River Junction.
- Iaquinta, D., & Drescher, A. (2000). Defining periurban: understanding rural-urban linkages and their connection to institutional contexts. *Proceedings of the Tenth World Congress*, Rio de Janeiro, Brasil.
- Iles, J. (2005). The social role of community farms and gardens in the city. In A. Viljoen (Ed.). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 82-88). Oxford: Architectural Press. Elsevier.
- Ingold, T. (1993). The temporality of landscape. *World Archaeology*, (25), 24-174.
- Jackson, J. B. (2003). *A la découverte du paysage vernaculaire*. (Collection Actes Sud). Paris: École Nationale Supérieure du Paysage.
- Jacobs, J. (1961). *Death and life of great american cities*. Nova York: Random House.
- Jakle, J. A., & Wilson, D. (1992). *Derelict landscapes: the wasting of America's built environment*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Jakob, M. (2004). *L'émergence du paysage*. (Collection Archigraphy Paysages). Genève: eil. Architecture du Paysage.

Janin, C. (1995). Peut-on « faire l'économie » du paysage pour gérer le territoire? L'agriculture dans le paysage, une autre manière de faire du développement local. *Dossier de la Revue de Géographie Alpine*, (15),11-30.

Johnson, B., & Hill, K. (Ed.) (2001). *Ecology and design*. New York: Island Press.

King, D. (2009). As alterações climáticas como força decisiva de mudança global. *O Ambiente na Encruzilhada. Conferência Gulbenkian 2009*. Lisboa, Portugal.

Koolhaas, R. (2000). El espacio basura: la modernización y sus secuelas. *Arquitectura Viva*, (74). 23-31.

Koolhaas, R. (2002). *Conversa com estudantes*. Barcelona: Gustavo Gili.

Lamas, R. G. (2000). *Morfologia urbana e desenho da cidade* (2a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Larrère, C., & Larrère, R. (1997). *Du bon usage de la nature. Pour une philosophie de l'environnement*. Paris: Aubier.

Larson, A. (2009). A Europa, os Estados Unidos e a China depois da crise: rumo a novos modelos sustentáveis de crescimento? *O Ambiente na Encruzilhada. Por um futuro sustentável. Conferência Gulbenkian 2009*. Lisboa, Portugal.

Lassus, B. (1976). Une poétique du paysage: le démesurable. *Habitat I, Conference de l'ONU*. Paris/Vancouver: Ministère de la Qualité de la Vie.

Lassus, B., Godinec, P., & Gariépy, M. (1999). *Le paysage: territoire d'intentions*. Montréal: L'Harmattan.

Lei n. 2:032, de 11 de Junho de 1949 (1949). Dispõe sobre a criação da categoria dos Valores Concelhios.

Lei n. 13, de 6 de Julho de 1985 (1985). Dispõe sobre o Património Cultural Português.

Lei n. 11, de 7 de Abri de 1987 (1987). Lei de Bases do Ambiente.

Lei n. 107, de 8 de Setembro de 2001 (2001). Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Lei n. 48, de 11 de Agosto de 1998 (1998). Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Lima, M. F. (2007). *Estéticas da paisagem e arquitectura paisagista*. In A. Serrão (Ed.). *Philosophica, estéticas da natureza* (pp. 87-102). Lisboa: Departamento de Filosofia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Lindholm, G. (2008). Landscape urbanism – an innovator of planning practice and theory ? *New landscapes. New lifes. New challenges in landscape planning, design and management. Proccedings from oral and poster presentations. 20th Conference of European Schools of Landscape Architecture*, Alnarp, 39- 46.

Lizet, B., & Ravignan, F. (1987). *Comprendre une paysage – guide pratique de recherche*. Paris: INRA.

Luginbuhl, Y. (Dir.). (1992). *Paysage méditerranéen*. Catalogue de l'exposition "Paysage méditerranéen" organisée dans l'Exposition Universelle de Séville de 1992, 5 juin - 12 octobre 1992, ELECTA, Milan, 317 pages, illustrations N&B et couleurs, quatre éditions: français, espagnol, anglais, italien.

Luginbuhl, Y. (1992). Apollinien et Dionysiaque. In: Y. Luginbuhl (Dir.). *Paysage méditerranéen* (pp. 24-31). Catalogue de l'exposition "Paysage méditerranéen" organisée dans l'Exposition Universelle de Séville de 1992, 5 juin - 12 octobre 1992,

ELECTA, Milan, 317 pages, illustrations N&B et couleurs, quatre éditions : français, espagnol, anglais, italien.

Luginbuhl, Y. (2008). Las representaciones sociales del paisaje. In: J. Maderuelo (Ed.), *Paisage y território* (pp. 143-180). Madrid: Abada Editores.

Lynch, K. (1998). *La Imagen de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili.

Liotard, J. (1994). *La condición postmoderna*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Maderuelo, J. (2005). *El paisaje. Génesis de un concepto*. Madrid: Abada Editores.

Maderuelo, J. (2008). *Paisage y território*. Madrid: Abada Editores

Magalhães, M. (2001). *A arquitectura paisagista, morfologia e complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa.

Magalhães, M. (2007). Paisagem – perspectiva da arquitectura paisagista. In: A. Serrão (Ed.). *Philosophica, estéticas da natureza* (pp. 103- 114). Lisboa: Departamento de Filosofia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Magalhães, M. (Coord.). (2007). *Estrutura ecológica da paisagem. Conceitos e delimitação – escalas regional e municipal*. Lisboa: Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista – “Prof. Caldeira Cabral”. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, ISAPress.

Marot, S. (1999). The reclaiming of sites. In J. Corner (Ed.), *Recovering landscape*. (pp. 45-57) New York: Princeton Architectural Press.

Marot, S. (2003). *Suburbanismo y el arte de la memoria*. (Colección Land&ScapeSeries). Barcelona: Gustavo Gili.

-
- Marshall, R. (2003). Size matters In R. Khoury & E. Robbins, (Ed.). *Shaping the city: studies in urban design, history and theory*. London: Routledge.
- Martínez, A., & Daniele, C. (2008). El espacio intermedio. *Proceedings of "4º Congreso Europeo de Investigación Arquitectónica y Urbana – Paysage Culturel – EURAU 08"*, Madrid, Spain.
- Mateus, J., (2007). Spreebogen 33-91-07. In A. David (Coord.). *Vazios Urbanos. Trienal de Arquitectura de Lisboa* (pp.13-15). Lisboa: Caleidoscópio.
- Matos, R. (2009). Urban landscape: interstitial spaces. *Landscape Review. A Journal of Landscape Architecture*, 13, 61-71. Wellington: Printlink.
- Matvejevitch, P. (1994). *Breviário mediterrânico*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Mavian, L. (1992). Rôle de la mythologie dans la perception de la nature et dans l'organisation de ses ressources. Lieux mythiques ou illustres. In Y. Luginbuhl (Dir.). *Paysage méditerranéen* (pp. 36-41). Catalogue de l'exposition "Paysage méditerranéen" organisée dans l'Exposition Universelle de Séville de 1992, 5 juin - 12 octobre 1992, ELECTA, Milan, 317 pages, illustrations N&B et couleurs, quatre éditions: français, espagnol, anglais, italien.
- McHarg, I. (1967). An ecological method. In S. Swafield, S. (Ed.). (2002). *Theory in landscape architecture, a reader* (pp. 38-43). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- McHarg, I. (1995). *Design with nature*, (25th anniversary edition). USA: John Wiley and Sons.

-
- Michaels, S. (2005). Urban food growing: new landscapes, new thinking. In: A. Viljoen, A. (Ed.). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 217-220). Oxford: Architectural Press. Elsevier.
- Mininni, M. (2006). Abitare il territorio e costruire paesaggi. In: P. Donadieu (Ed.) *Campagne urbane, una nuova proposta di paesaggio della città* (p. 22). Roma: Donzelli Editore.
- Morin, E. (2001). *Introdução ao pensamento complexo* (3a ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Moskow, A. (1999). Havana's self-provision gardens. *Environment and Urbanization*, 11, (2),127-134.
- Mossop, E. (2006). Landscapes of infrastructure. In: C. Waldheim (Ed.). *The landscape urbanism reader* (pp. 163-178). New York: Princeton Architectural Press.
- Mostafavi, M., & Najle, C. (Eds.). (2004). *Landscape urbanism: a manual for the machinic landscape*. London: AA Publications.
- Mougeot, L. (2005). *AGROPOLIS, the social, political, and environmental dimensions of urban agriculture*. London: Earthscan.
- Mougeot, L. (2000). Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In Bakker, Dubbeling, Gundel, Sabel-Koschella & Zeeuw, (Ed.) *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda* (pp. 1-42). Feldafing: German Foundation for International Development (DSE).
- Mumford L. (1960). Paysage naturel et paysage urbain. In P. Dantec (Ed.), (1996). *Jardins et paysages. Textes critiques de l'antiquité à nos jours* (pp. 427-432). (Collection Textes Essentiels).Paris: Larousse.

- Mumford, L. (1964). *La cité à travers l'histoire*. Paris: Le Seuil.
- Mumford, L. (1996). *The culture of cities*. USA: A Harvest Book. Copyrighted Material.
- Muniain, S. (1945). *Estetica del paisaje natural*. Madrid: Talleres de Aldos.
- Naveh, Z. & Lieberman, A. (1994). *Landscape ecology - theory and application*. New York: Springer-Verlag.
- Neuray, G. (1982). *Des paysages. Pour qui? Pourquoi? Comment?* Belgique: Les Presses Agronomiques de Gembloux.
- Nora, P. (1984). *Les lieux de mémoire* (Vol. 1). Paris: Editions Gallimard.
- Norberg-Schulz, C. (1981). *Genius loci, paysage, ambiance, architecture*. Hayen: Pierre Mardaga.
- NPK, & Portas, N. (2007). Utopia da realidade. In A. David (Coord.). *Vazios urbanos. Trienal de arquitectura de Lisboa* (p. 142). Lisboa: Caleidoscópio.
- Nunes, J. (2002). Seis projectos de paisagem. *Jardins* n° especial.
- Nugent, R. (2000). The impact of urban agriculture on the household and local economies. In N. Bakker; M. Dubbeling; S. Gündel.; U. Sabel-Koschella; H. de Zeeuw. *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture* (pp. 67-99). DSE/ETC, Feldafing.
- Nys, P., & Mosser, M. (1995). *Le jardin, art et lieu de mémoire*. Besançon: Éd. De L'Imprimeur.

Paquot, T. (2006) *Terre urbaine. Cinq défis pour le devenir urbain de la planète*. Paris: La Découverte.

Penelas, J. L. (2007). *Superlugares – los espacios inter-media*. Madrid: Editorial Rueda.

Petts, J. (2005). The economics of urban and peri-urban agriculture. In: A. Viljoen, (Ed.). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities* (pp. 65-73). Oxford: Architectural Press. Elsevier.

Pinto Correia, T. (2000). Landscape identity, a key for integration. In B. Pedroli (Ed.), *Landscape – our home* (pp. 145-150). Stuttgart: Indigo-Zeist.

Pinto Correia, T. (2005). Paisagem e identidade, da memória à pós-modernidade. In *Atlas de Portugal, sociedade, paisagens e cidades* (vol 2, cap. 5). Lisboa: Instituto Geográfico Português.

Pinto Correia, T. & Vos, W. (2002). Multifunctionality in mediterranean landscapes – past and future. In: R. H. G. Jongman (Ed.). *The new dimensions of the european landscape*. (Collection Wageningen Ur Frontis Series).Wageningen: Springer.

Porrirt, J. (2009). Será possível um futuro sustentável? *O Ambiente na Encruzilhada. Por um futuro sustentável. Conferência Gulbenkian 2009*. Lisboa. Portugal.

Poullaouec-Godinec, P., Gariépy, M., & Lassus, B. (1999). *Paysage, le territoire d'intentions*. Paris: Harmattan.

Plunz, R., & Echevarria, I. (2001). Beyond the lake: a gardener's logic. *Mexico City: Praxis*, (2), 88-91.

Portas, N., Domingues, A., & Cabral, J. (2003). *Políticas urbanas, tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Posocco, F., & Zoido, F. (1992). L'administration du paysage. In Y. Luginbuhl (Dir.). *Paysage méditerranéen* (pp. 274-297). Catalogue de l'exposition "Paysage méditerranéen" organisée dans l'Exposition Universelle de Séville de 1992, 5 juin - 12 octobre 1992, ELECTA, Milan, 317 pages, illustrations N&B et couleurs, quatre éditions : français, espagnol, anglais, italien.

Qvistrom, M. (2007). Landscapes out of order: studying the inner urban fringe beyond the rural urban divide. *Journal Compilation. Swedish Society for Anthropology and Geography* (269-282).

Ramos, C., Vale, M., Moreno, L., & Simões, J. (2002). Colóquio paisagem. *Finisterra*, 37, (74),193-198.

Redhead, D. (2000). *Products of our time*. UK: Birkhauser-publishers for Architecture.

Remy, J., & Voyé, L. (1992). *La ville: vers une nouvelle définition*. Paris: Hartmann.

Ribeiro, O. (1986). *Portugal, o mediterrâneo e o atlântico*. Lisboa: Ed. Sá da Costa.

Ribeiro Telles, G. (1982). A propósito de ecossistema urbano e conservação da natureza. *Actas do Seminário sobre Conservação da Natureza. Serviço de Estudos do Ambiente*. Lisboa, Portugal.

Ribeiro Telles, G. (1975). Da formação do solo à socialização da paisagem. In *Uns comem os figos...Seara Nova*, 55-149.

Ribeiro Telles, G. (1994, Abril). Paisagem global: um conceito para o futuro. *Iniciativa*. (número especial)

Ribeiro Telles, G. (1997). *Plano verde de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri.

Ribeiro Telles, G. (2003). A Cidade e a paisagem global do século XXI. In J. Caetano (Coord.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles (332-340)*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Roberto, P. (2007). A harmoniosa pregnância vital da paisagem natural em Georg Simmel. In A. Serrão (Ed.). *Philosophica, estéticas da natureza* (pp. 65-85). Lisboa: Departamento de Filosofia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Rodeia, J. (2007). Algumas considerações muito sumárias. In A. David (Coord.). *Vazios urbanos. Trienal de arquitectura de Lisboa* (pp. 21-23). Lisboa: Caleidoscópico.

Roger, A. (1994). Paysage et environnement: pour une théorie de la dissociation. In : C. Leryt & B. Lassus (Ed.). *Autoroutes et paysage*. Paris: Ministère de l'Équipement, Demi-Cercle.

Roger, A. (1997). *Court traité du paysage*. (Collection: Bibliothèque des Sciences Humaines. NRF.). Paris: Éditions Gallimard.

Roger, A. (2000). La Naissance du paysage en occident. In H. A. Salgueiro (Org.) *Paisagem e arte* (pp. 33-39). São Paulo: CBHA / CNPQ / Fapesp.

Rogers, E. B. (2001). *Landscape design: a cultural and architectural history*. New York : Harry N. Abrams, Inc.

Romero de Solis, D. (1992). Lâme du Paysage. In Y. Luginbuhl (Dir.). *Paysage méditerranéen* (pp. 68-73). Catalogue de l'exposition "Paysage méditerranéen" organisée dans l'Exposition Universelle de Séville de 1992, 5 juin - 12 octobre 1992,

ELECTA, Milan, 317 pages, illustrations N&B et couleurs, quatre éditions : français, espagnol, anglais, italien.

Rossi, A. (2004). *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Ruano, M. (1999). *Ecourbanism. Sustainable human settlements: 60 case studies*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Sabaté, J. (2000). El parc agrari del Baix Llobregat. *Àrea. Revista de Debats Territorials*, (8), 251-282.

Salema, R. (2003). A ermida de São Jerónimo: ver e ocultar. In J. Caetano (Coord.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles* (pp. 183-192). Lisboa: Instituto Português de Museus.

Sambricio, C. (1994). Arturo Soria y Mata (1844-1920). La ciudad lineal. In J. Dethier & A. Guiheux. *Visiones Urbanas. Europa 1870 -1993. La ciudad del artista. La ciudad del arquitecto* (pp. 162-163). Barcelona: Electa. Centre de Cultura Contemporània de Barcelona.

Sangeetha, P., Brook R., & Purohit, S. (2004). Transcending rural-urban boundaries. *Habitat Debate (Forum): Cities, Engines of Rural Development*, 10, (3).

Sanz, J. P., & Alamo, J. (1992). Demandes sociales de paysage dans la région méditerranéenne. In Y. Luginbuhl (Dir.). *Paysage méditerranéen* (pp. 262-265). Catalogue de l'exposition "Paysage méditerranéen" organisée dans l'Exposition Universelle de Séville de 1992, 5 juin - 12 octobre 1992, ELECTA, Milan, 317 pages, illustrations N&B et couleurs, quatre éditions : français, espagnol, anglais, italien.

Saraiva, G. (1999). *O Rio como paisagem. Gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Schama, S. (1996). *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schmidt, L. (2007). *País (in) sustentável. Ambiente e qualidade de vida em Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos.

Secchi, B. (2003). *Prima lezione di urbanística*. Roma: Editori Laterza.

Secchi, B. (2003). Urban scenarios and policies. In N. Portas, A Domingues & J. Cabral (Ed.). *Políticas urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades* (pp. 275-283). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Serrão, A. (2007). *Philosophica, estéticas da natureza*. Lisboa: Departamento de Filosofia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Shane, G. (2006). The emergence of landscape urbanism. In C. Waldheim (Ed.). *The landscape urbanism reader* (pp.55-68). New York: Princeton Architectural Press.

Shane, G. (2007, March/April). Recombinant landscapes in the American city. In: M. Spens (Ed.). *Landscape architecture: site/non-site. AD Architectural Design*, (Vol. 77, n. 2, pp. 24-35). Wiley InterScience.

Shannon, K. (2006). From theory to resistance: landscape urbanism in Europe. In C. Waldheim (Ed.). *The landscape urbanism reader* (pp.141-162). New York: Princeton Architectural Press.

Sierra, P. (2003). *Periferias y nueva ciudad – el problema del paisaje en los procesos de dispersión urbana*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio.

Slichtenhorst, J. (1993, January). Schouwburgplein, Rotterdam. In R. Schafer (Ed.). *Topos, European Landscape Magazine*, (n.2, pp.123-127). Callwey Munchen.

Soeiro de Brito R. (Dir.). (1994). *Portugal. Perfil geográfico*. Lisboa: Estampa.

Solà-Morales, I. (2002). *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gilli.

Solà-Morales, I. (1995). Terrain vague. In C. Davidson (Ed.) *Anyplace* (pp. 118-123). Cambridge, Massachussets: MIT press.

Soromenho-Marques, V. (2002). Colóquio paisagem. *Finisterra*, 37, (74),193-198.

Soromenho-Marques, V. (2008). O jardim como representação na(s) utopia(s) ecológica(s). In J. Franco, A. Gomes, A. Madeira (Coords.) *Jardins do mundo. Discursos e práticas* (pp. 519-522). Lisboa: Gradiva.

Southall, A. (2001). *The city in time and space*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Spens, M. (Ed.). (2007, March/April). Landscape architecture: site/non-site. *AD Architectural Design*, (Vol. 77, n.2, pp. 1-143).Wiley InterScience.

Spirn, A. (1984). *The granite garden: urban nature and human design*. New Haven/London: Yale University Press.

Spirn, A. (1998). *The language of landscape*. New Haven/London: Yale University Press

Stanners, D., & Bordeau, P. (1995). Europe's environment. The Dobris assessment. *Plant Growth Regulation Journal*, 25, (3), 206-242.

Stefulesco, C. (1993). *L'urbanisme végétal*. (Collection Mission du Paysage). Paris: Institut pour le Developement Forestier.

Steiner, G. (2004). *La idea d'Europa*. Barcelona: Editorial Arcadia.

Taborda, C. (2006). *Cidade é uma palavra plural*. In A. Guedes & R. Jacinto (Ed.). *Lisboscópio* (pp. 13-17). Lisboa: Instituto das Artes, Ministério da Cultura, Corda Seca.

Thibault, J. (1999). Vers une déclaration universelle du paysage? Portée et limites d'un texte international récent. In P. Poullaouec-Godinec, M. Gariépy & B. Lassus, (Dir.). *Le paysage; territoire d'intentions* (pp. 187-207). Montréal: l'Harmattan.

Thoreau, D. (1995). *Walden; or life in the woods*. Boston: Dover Thrift Edition.

Thorpe, H. (1975). The homely allotment: from rural dole to urban amenity. *Geography*, (268),169–183.

Torres, C. (2004). História, camponeses e parques naturais. In A. Guimarães, J. Barbosa & L. Fonseca. *Falas da terra, natureza e ambiente na tradição popular portuguesa*, (pp.73-79). Lisboa : Edições Colibri.

Urruela, E. (1988). Dinâmica agrária en la crisis industrial. El microfundio periurbano del Gran Bilbao y las Encartaciones. *II Congreso Mundial Vasco de Geografia. Espacios rurales y urbanos en áreas industrializadas*. AA.VV. Vitoria, Brasil.

Veenhuizen, R. van (2006). *Cities farming for the future. Urban agriculture for green and productive cities*. Philippines : International Institute of Rural Reconstruction and ETC Urban Agriculture.

Viljoen, A. (2005). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities*. Oxford: Architectural Press. Elsevier.

Viljoen, A., & Bohn, K. (2005). More or less: Food for thought. In: A. Viljoen, (Ed.). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities* (270-271). Oxford: Architectural Press. Elsevier.

Virilio, P. (1986). *Speed and politics: an essay on dromology*. New York: Semiotext(e).

Vos, W. (2000). Future landscapes: between the devil and the deep blue sea. In B. Pedroli (Ed.). *Landscape – our home* (pp. 187-192). Stuttgart: Indigo-Zeist.

Waldheim, C. (2006). Landscape as urbanism. In : C. Waldheim (Ed.). *The landscape urbanism reader* (pp.35-54). New York: Princeton Architectural Press.

Wall, A. (1999). Programming the urban surface. In J. Corner, James (Ed.) *Recovering landscape. Essays in contemporary landscape architecture* (pp. 233-249). New York: Princeton Architectural Press.

Webber, M. (1963). Order in diversity: community without propinquity. In J. L. Wingo (Ed.). *Cities and space: the future use of urban land* (pp. 23-54). Baltimore: Johns Hopkins Press.

Weilacher, U. (Ed.). (1999). *Between landscape and land art*. Berlin: Birkhauser.

Weilacher, U. (2005). *In gardens. Profiles of contemporary european landscape Architecture*. Berlin: Birkhauser.

Weller, R. (2006). An art of instrumentality: thinking through landscape urbanism. In: C. Waldheim (Ed.). *The landscape urbanism reader* (pp.69-86). New York: Princeton Architectural Press.

Welter, V. (2003). Post-war CIAM, team X, and the influence of Patrick Geddes. In L. Camp, D. Heuvel, & G. Waal (Eds.). *CIAM team 10 - the english context* (pp. 87-110). Delft: Technische Universiteit.

West 8. (2007). *Mosaics*. Berlin: Birkhauser.

Wright, F. L. (1961). *La Ciudad Viviente*. Buenos Aires: Compañía General Fabril Editora.

Zannier, I. (1992). Le paysage photographié au cours du grand tour méditerranéen. In: Y. Luginbuhl (Dir.). *Paysage méditerranéen* (pp. 208-217). Catalogue de l'exposition "Paysage méditerranéen" organisée dans l'Exposition Universelle de Séville de 1992, 5 juin - 12 octobre 1992, ELECTA, Milan, 317 pages, illustrations N&B et couleurs, quatre éditions : français, espagnol, anglais, italien.

Zonneveld, I. (1990). Scope and concepts of landscape ecology as an emerging science. In F. Forman F. & Zonneveld I. S. (Eds.). *Changing landscapes: an ecological perspective* (pp. 149-150). New York: Springer-Verlag.

Zuylen, G. van (1994). *Tous les jardins du monde*. Paris : Editions Gallimard.

Urban Agriculture Casablanca (UAC). (2008). *Research for the sustainable development of megacities of tomorrow, focus: energy- and climate-efficient structures in urban growth centres. Urban Agriculture as an integrative factor of climate-optimised urban development*. Casablanca. Morocco. Retrieved Oct 10, 2009, from

[http://www.futuremegacities.org/\(S\(2urqhbvlx0u4kv45puzijs55\)\)/download/flyerhauptphase/flyer_future_megacities_casablanca.pdf](http://www.futuremegacities.org/(S(2urqhbvlx0u4kv45puzijs55))/download/flyerhauptphase/flyer_future_megacities_casablanca.pdf)

ANEXOS

ANEXO 1

PARC DE LANCY

George Descombes

Localização: Lancy - Genebra – Suíça

Data: 1980

Fonte: Marot, S. (2006). *Suburbanismo y el arte de la memoria* (pp. 102-140). Barcelona: Land&scape Series. Gustavo Gili.



Figura 49 - Parc du Lancy. Estrutura metálica do túnel-percurso. Fonte: Cerver, F. (1994), p. 144

Lancy é um município situado a sudoeste da periferia de Genebra, num promontório recortado pelo rio Aire. Lancy começou por ser um subúrbio rural tornando-se, mais tarde, num subúrbio residencial de Genebra, cujo tecido urbano o alcançou e absorveu. Foi nesta paisagem, já em mutação, onde a família de George Descombes se instalou e onde este passou a sua infância. Muita da paisagem da infância de Georges Descombes desapareceu quando, a partir da década de sessenta, as intervenções a grande escala, introduziram os grandes blocos e equipamentos colectivos característicos de um grande bairro periurbano. Relegado a uma categoria indefinida entre territórios, mal apropriado

pelas tramas do novo tecido urbano, o rio e o seu curso serpenteante converteu-se, logicamente, no refúgio de um certo tipo de imaginário.

Trinta anos depois, com o objectivo de criar um pequeno campo de aventuras destinado às crianças do novo bairro – e de o converter numa experiência pedagógica, no ensino na escola de arquitectura - nos finais da década de setenta, e desta vez profissionalmente, Georges Descombes volta a intervir nesta paisagem, que conhecia de *memória*, mas que tinha mudado ostensivamente desde a sua infância.

George Descombes foi desenvolvendo, pouco a pouco, a reconquista de um parque perdido, ao longo do rio, desde o campo de aventuras, através de algumas intervenções concebidas e de outras tantas imersões na topografia e na memória daquela periferia.

O desenvolvimento do campo de aventuras para as crianças da nova Lancy no mesmo lugar onde Descombes, trinta anos antes, tinha construído umas cabanas foi, de algum modo, o prelúdio de uma segunda apropriação do rio e da paisagem, sobretudo como experiência.

A oportunidade de materializar esta reconquista surgiu com a necessidade de ampliar a via existente, sendo por isso necessária a canalização do curso de água. Descombes e a sua equipa elaboraram um projecto, realizado em 1980, que constitui, sem dúvida, uma das obras-primas do suburbanismo das últimas décadas.

Sumariamente, a essência do parque consiste na criação de uma *ponte-túnel*, cuja designação descreve literalmente o que significa esta obra híbrida, assim como a dupla natureza do percurso que proporciona: por baixo da via e, ao mesmo tempo, por cima do curso de água. A função de percurso subterrâneo resolve-se por meio de um grande tubo de chapa ondulada que sai de ambos os lados da terraplenagem da via, enquanto a função de ponte se torna possível graças a uma estrutura larga e rectilínea de rede metálica que atravessa o tubo, como nos demonstra a figura 51. A primeira vantagem deste elemento é que se articula tanto com o rio como com a via, equilibrando uma relação de forças que se tinha perdido, a favor da estrada. Uma vez que o grande obstáculo que constitui a terraplenagem é ultrapassado graças ao cilindro de chapa ondulada que o atravessa. A larga passadeira de 96 m, que termina penetrando no cilindro, não só confere maior importância ao pequeno vale arborizado, que acompanha,

mas também torna explícito que, em pleno coração da terraplenagem, se está a atravessar o rio.

Esta pequena infra-estrutura funciona como um instrumento que avalia a topografia e a memória do lugar. Pelo simples facto de ser rectilínea, tanto em planta como em corte, a passadeira permite desfrutar do traçado sinuoso do rio. As diferenças topográficas mais subtis ficam registadas e são postas em evidência por este elemento. Este percurso telescópico que parece suspenso no volume das árvores desta paisagem, não é só um grande miradouro sobre o rio e o vale, mas também uma duplicação aérea do curso de água, um elemento que transforma a natureza numa infra-estrutura, permitindo recriar a aventura do passeio e o sentimento de se abrir caminho entre as pregas da paisagem.

Descombes tinha recordações muito vivas da antiga canalização:

“Uma das sensações que recordava com maior precisão era a desse pequeno rio que desaparecia por baixo da estrada, dentro de um grande tubo de cimento. Era uma canalização onde me metia com os meus amigos, e cuja recordação, muito precisa, evoca a escuridão, o eco, o chapinhar da água e a reverberação do ruído vindo da estrada. No interior havia também uma chaminé vertical de acesso que permitia subir até à estrada, um arriscado ponto de observação do tráfego. Para nós, era um dispositivo perfeitamente articulado, um instrumento inacessível aos adultos, um lugar subterrâneo e aéreo, um esconderijo e um observatório”³⁶⁶.

Podemos então considerar a *ponte-túnel* como uma transposição desta recordação: um elemento que, ao mesmo tempo que se afirma através de matérias e de um vocabulário formal actuais, também amplia, deforma e reflecte sensações e experiências de outros tempos. De acordo com a filosofia do projecto esta opção, tanto real como virtual, no lugar onde a via e o rio de sobrepõem, constitui claramente o ponto que articula toda a estrutura horizontal da *ponte-túnel*: uma forma de pôr em evidência o facto de que a passadeira não é apenas uma linha que une dois pontos, mas também, uma ponte entre a paisagem do passado e a paisagem contemporânea.

Todo o parque é construído numa contínua articulação entre o passado e o presente, surgindo como uma unidade de vários níveis onde os pensamentos conscientes ou subconscientes dos utilizadores podem entrar em sintonia com o parque, e onde o pensamento é convidado a soltar-se, a encontrar-se, a construir-se e a reconstruir-se. Neste sentido, trata-se realmente de um lugar contemporâneo de memória, projectado

³⁶⁶ Descombes, G. 1988. *Notes for David Cooper*. In: *Il território transitivo/Shifting Sites*. Roma: Gangemi Editore. 1988, pp. 38-39.

por Georges Descombes para uma situação suburbana específica. Não só porque, de certo modo, agora é possível ler a memória do lugar mas, sobretudo, porque o carácter moderado da intervenção que tenta estimular mais a atenção que monopolizá-la, soube converter a densidade da memória do lugar e do seu esquecimento numa metáfora aberta, num possível veículo para o imaginário de quem se aventura a entrar nele.

ANEXO 2

REGULAMENTO PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ÁREAS DE AGRICULTURA URBANA – CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA.

Este programa baseia-se no regulamento já submetido a discussão e aprovação pública e no trabalho desenvolvido pelo Grupo de Agricultura Urbana.

São propostas normas gerais de instalação e funcionamento de áreas de Agricultura Urbana.

Art. 1º Âmbito

1. Agricultura Urbana é a actividade destinada ao cultivo de hortaliças, plantas de fruto, ornamentais e/ou medicinais.
2. As Tipologias de cultivo da agricultura Urbana em questão são:
 - 2.1 Hortas Sociais ou comunitárias, cuja finalidade é satisfazer as necessidades de pessoas ou famílias mais desfavorecidas ou contribuir para o respectivo rendimento pela venda da sua produção;
 - 2.2
 - a) Hortas de Recreio, de uso individual ou colectivo, cuja finalidade é proporcionarmos à população em geral uma melhoria da qualidade de vida, pelo contacto com a natureza e com actividades de lazer;
 - b) Hortas Pedagógicas, cuja finalidade é apoiar para iniciativas de educação ambiental desenvolvidas nas escolas e outras associações.
 - 2.3 Zonas de ocupação temporária em áreas expectantes, designadas Hortas Dispersas.

Art. 2º Objectivos

1. Objectivos gerais

- a) Contribuir para a maior sustentabilidade ambiental da cidade a vários níveis, nomeadamente: Mantendo ecossistemas ainda existentes; contribuir para uma melhoria do microclima pela melhoria da qualidade do ar através do aumento da produção de oxigénio; melhoria da qualidade dos solos por práticas de correcção orgânica e mobilizações culturais adequadas; correcto aproveitamento das águas do solo e melhoria dos sistemas hídricos pelo aumento da permeabilidade dos solos.
- b) Contribuir para um acréscimo da saúde pública pela sensibilização e possibilidade de acesso de toda a população ao consumo de produtos frescos.
- c) Factor de valorização paisagística pela organização espacial de áreas na sua maioria degradadas, que não teriam quaisquer ocupações.
- d) Factor de valorização cultural, pela sensibilização geral da população aos sistemas de produção artesanais, aproximando as populações citadinas ao espaço rural e proporcionar diferentes actividades recreativas a toda a população urbana.
- e) Sensibilização de todas as populações de diferentes estratos á importância dos alimentos frescos e da vantagem nutricional e económica da agricultura biológica.
- f) Contribuir para o abastecimento em produtos frescos dos centros urbanos.

2. Objectivos específicos de cada tipologia de Horta:

2.1. Hortas do ponto 2.1 do Artº1 – Hortas Sociais ou comunitárias.

- a) Funcionar como terapia ocupacional, pelo cultivo da terra em populações socialmente desfavorecidas e /ou por faixas etárias não activas profissionalmente.

- b) Contribuir para um acréscimo do bem-estar físico / económico / social pela possibilidade de consumo e/ou comercialização de produtos essenciais ao consumo, bem como a promoção de interacção social entre as comunidades.
- c) Disponibilização de meios de educação ambiental que promovam a importância dos alimentos frescos e da vantagem nutricional e económica da agricultura biológica, incluindo formação específica de práticas de cultura e tratamento de resíduos.

2.2 Hortas do ponto 2.2 do Artº1, alínea a) – Hortas de Recreio, de uso individual ou colectivo:

- a) Contribuir para um acréscimo do bem estar físico / psicológico pelo contacto com as práticas agrícolas, em populações não activas profissionalmente quer pela faixa etária quer por quaisquer incapacidades físicas ou mentais, cujo cultivo da terra contribua para melhoria do bem estar físico / psicológico.
- b) Contribuir para uma melhoria social pela promoção das relações entre os indivíduos das diferentes comunidades, lutando contra o isolamento e individualismo característicos das comunidades urbanas actuais.

2.3 Hortas do ponto 2.2 do Artº1, alínea b) – Hortas Pedagógicas:

- a) Promover a educação ambiental por acções de informação e sensibilização das práticas de agricultura biológica e tratamento sustentável de resíduos.
- b) Articulação com as populações e várias entidades / instituições de interesse público da ligação do Homem à Terra, inerente ao mundo rural, bem como a educação da convicção e vontade de defesa do meio ambiente.

2.4 Hortas do ponto 2.3 do Artº1 – Hortas Dispersas:

- a) Legitimar a ocupação para produção de terrenos expectantes, municipais, até a intervenção prevista para o espaço ser efectuada, mediante acordos de ocupação temporária.
- b) Valorização ambiental / ecológica e paisagística dos terrenos.

- c) Contribuição para um acréscimo do rendimento familiar das populações desfavorecidas, público-alvo desta tipologia de Hortas, tanto pela possibilidade de consumo de frescos como pela sua possível comercialização.

Art. 3º Áreas de Implementação

1. As Hortas a que se refere o ponto 2.1 e ponto 2.2, alínea a) e b) do Art. 1º, nomeadamente Hortas Sociais ou comunitárias, Hortas de Recreio, de uso individual ou colectivo e Espaços Verdes de Produção no PDM de Lisboa e/ou Parques Urbanos que integrem áreas de Hortas, ambos integrados na Estrutura Ecológica do PDM, e terrenos Municipais com aptidões naturais para a prática de agricultura.
2. As Hortas do ponto 2.3 do Art. 1, Hortas Dispersas, enquadram-se em terrenos expectantes públicos, estando condicionadas e legitimadas pelo acordo estabelecido com o município, cessando aquando do início de implementação dos usos pré definidos para os espaços em questão, com aviso prévio de pelo menos 3 meses ao agricultor. Não há dimensão definida para cada parcela.

Art. 4º Acesso e utilização

Este artigo refere-se exclusivamente às Hortas do ponto 2.1 e ponto 2.2, alínea a) e b) do Art. 1º, dado que a ocupação das Hortas Dispersas é espontânea, sendo a intervenção da CML, apenas ao nível da legitimação temporária, controlo das existências e se possível auxílio em termos de infra-estruturas.

1. Qualquer Cidadão (ou entidade no caso das Hortas pedagógicas) poderá candidatar-se a uma parcela de cultivo
2. A candidatura será feita pelo preenchimento de um impresso disponibilizado pela CML, contendo os dados pessoais e os objectivos do Utilizador.

3. A CML ou a entidade gestora do espaço legitimada pela CML, procederá à selecção dos novos candidatos de acordo com a área de residência e os objectivos estabelecidos pelo futuro utilizador, mediante a tipologia social, pedagógica ou recreativa das diferentes Hortas.
4. Dentro dos critérios definidos no ponto anterior, a selecção será feita sempre por ordem cronológica de chegada das aplicações, salvo condições especiais que se provem ser fundamentais para a sobrevivência de agregados familiares no caso das Hortas Sociais.
5. Caso os terrenos estejam já ocupados por Hortas, os actuais agricultores terão sempre a preferência de cultivo, em detrimento de novas candidaturas.
6. Em caso de reparcelamento das áreas de cultivo, por questões de ordenamento ou de infraestruturização da área, se não houver área de cultivo para todos os agricultores existentes, ter-se-á que proceder à selecção, por ordem cronológica de ocupação efectiva, devendo-se dar espaços alternativos aos restantes logo que haja disponibilidade.
7. Após concluído o processo de candidatura e de atribuição, os seleccionados deverão celebrar um contrato de Utilização.

Art. 5º Duração, Renovação e Revogação dos Contratos

1. Os contratos de Utilização terão a duração de um ano e são renováveis por igual período de tempo.
2. O Contrato de Utilização implica o pagamento de uma renda regida pelo Regulamento da Taxas de Ocupação do Espaço Público – DPI, sendo que, no caso das Hortas Sociais será sempre utilizada a taxa mínima em vigor,

podendo, ser dispensada o pagamento da referida renda caso se comprove que o rendimento familiar a não poderá suportar.

3. A CML pode rescindir o contrato de utilização caso seja provado o abandono do cultivo da parcela por um período mínimo de 60 dias, sem justificação, ou não sejam cumpridos os requisitos impostos no art. 7º.
4. A CML deverá notificar os utilizadores da revogação do contrato, com um período de 20 dias para apresentação de reclamação fundamentada por parte do utilizador.
5. Entende-se por factores válidos de justificação para a interrupção do cultivo, quaisquer que se relacionem com motivos de doença, devidamente comprovados, ou caso não sejam cumpridas as obrigações da CML perante os utilizadores, constantes no art. 6º que sejam motivo para a impossibilidade de cultivo.
6. O utilizador pode cessar o contrato de utilização, devendo informar a CML com a antecedência de 20 dias.

Artº 6 Direitos dos Utilizadores

1. Direitos relativos às Hortas do ponto 2.1 do Art. 1º - a) Hortas Sociais ou comunitárias:
 - a) Cultivar uma parcela de terreno com produtos hortícolas, com dimensões máximas de 150m².
 - b) Aceder a uma tomada de água instalada e suportada pela CML, ou pela entidade gestora do espaço legitimada pela CML, que poderá ser individual ou colectiva de acordo com o definido pela CML
 - c) Possibilidade de instalação de construções de apoio, que caso não sejam fornecidas pela CML, deverão ser estruturas de carácter efémero, de

madeira, com dimensões nunca superiores a 6,0m² de área e 2,5m de altura, sendo exclusivamente para aprovisionamento de ferramentas e materiais de apoio ao cultivo.

- d) Caso a CML julgue necessário poderá exigir que as construções de apoio definidas no ponto anterior sejam agrupadas e partilhadas entre diversos utilizadores, sendo fornecido uma área de 3,0m² no mínimo para cada um.
- e) Ter acesso a informação e acompanhamento técnico, no sentido de promoção da agricultura biológica e praticas de cultivo mais adequadas.
- f) Ter acesso e esclarecimentos relativamente á utilização de compostos, quando disponibilizado.

2. Direitos relativos às Hortas do ponto 2.2 do art. 1º - a) Hortas de Recreio, de uso individual ou colectivo às Hortas do ponto 2.2 do Art. 1º, alínea b) – Hortas Pedagógicas.

- a) Cultivar uma parcela de terreno com produtos hortícolas, com dimensões máximas de 100m².
- b) Aceder a uma tomada de água instalada pela CML, ou pela entidade gestora do espaço legitimada pela CML, sendo os custos suportados pelo utilizador, salvo seja estabelecido acordo de interesse público para serem suportados os custos com as entidades em questão.
- c) Possibilidade de instalação de construções de apoio, fornecidas pela CML, deverão ser estruturas de carácter efémero, de madeira, com dimensões nunca superiores a 6,0m² de área e 2,5m de altura, sendo exclusivamente para aprovisionamento de ferramentas e materiais de apoio ao cultivo.
- d) Caso a CML julgue necessário poderá exigir que as construções de apoio definidas no ponto anterior sejam agrupadas e partilhadas entre diversos utilizadores, sendo fornecido uma área de 3,0m² no mínimo para cada

um, ou caso já existam estruturas que se possam adequar, deverão se realizar as alterações necessárias para a sua utilização.

- e) Frequentar cursos de informação e ter acesso a acompanhamento técnico disponibilizado pela CML, ou pela entidade gestora do espaço legitimada pela CML, no sentido de promoção da agricultura biológica e praticas de cultivo mais adequadas, não sendo permitida a utilização de produtos químicos.
- f) Ter acesso e esclarecimentos relativamente á utilização de compostos, quando disponibilizado, sendo exigida a sua utilização no encaminhamento dos resíduos produzidos.

3. Direitos relativos às Hortas do ponto 2.3 do art. 1º - a) Hortas Dispersas.

- a) Cultivar uma parcela de terreno com produtos hortícolas.
- b) Aceder a uma tomada de água colectiva, caso se verifique a possibilidade desta instalação
- c) Possibilidade de instalação de construções de apoio, que caso não sejam fornecidas pela CML, deverão ser estruturas de carácter efémero, de madeira, com dimensões nunca superiores a 4,0m² de área e 2,0m de altura, sendo exclusivamente para aprovisionamento de ferramentas e materiais de apoio ao cultivo.

Art. 7º Deveres dos Utilizadores

1. Cultivar obrigatoriamente a Horta
2. Liquidar os encargos inerentes á utilização da Horta quando existentes
3. Garantir o asseio, segurança e bom uso das áreas Hortícolas.
4. Avisar a CML de qualquer irregularidade detectada no local.

5. Colocar os resíduos sólidos produzidos nos contentores á disposição para o efeito ou, no caso de não existirem (Hortas Dispersas), assegurarem à sua conta o seu encaminhamento a local adequado fora da área Hortícola.
6. Utilizarem meios adequados de cultivo e recorrer / promover boas práticas ambientais.
7. Respeitar o parcelamento definido pela CML quando existente.
8. Respeitar as directrizes definidas pelo Regulamento de Utilização, relativamente aos materiais a utilizarem na horta, tais como vedações, “espantalhos”, etc., definidos consoante cada tipologia de Horta e a área em que está inserida, estando obrigados a retirar quaisquer materiais que se considerem não serem adequados.
9. Utilizar sempre água adequada para a rega dos produtos hortícolas, sendo absolutamente proibida a rega com áreas contaminadas com quaisquer produtos que constituam perigo para a saúde pública.

Art. 8º Destino dos produtos cultivados

1. Os produtos cultivados nas Hortas do ponto 2.2 do art. 1º -alinea a) Hortas de Recreio, de uso individual ou colectivo e alinea b) Hortas Pedagógicas só poderão ser utilizados para consumo proprio, salvo iniciativas de fundo social a serem aprovadas pela CML, ou pela entidade gestora do espaço legitimada pela CML.
2. Os produtos cultivados nas Hortas do ponto 2.1 do art. 1º - Hortas Sociais ou Comunitárias poderão ser utilizados para consumo próprio ou integrados em sistemas individuais ou cooperativos de produção e escoamento de produtos frescos, desde que fiscalizados e aprovados pela CML e legitimados pela legislação em vigor relativamente á comercialização destes produtos.

Art. 9º Proibições

Em todas as áreas destinadas a Agricultura Urbana, os utilizadores não podem:

1. Efectuar quaisquer tipos de construções, sem aprovação da CML
2. Utilizar fertilização com produtos que não respeitem o disposto no art. 6º, ou que provoquem danos tanto a nível ambiental como da qualidade das colheitas em termos de saúde pública.
3. Cultivar plantas das quais se possam extrair substâncias psicotrópicas nos termos da lei em vigor.
4. Ser responsável pela circulação de quaisquer veículos motorizados ou não, sem autorização da CML.
5. Executar qualquer actividade que produza fogo ou que represente problemas de segurança pública.
6. Comercializar quaisquer produtos sem autorização prévia da CML.
7. Promover maus relacionamentos no grupo ou acções que impliquem danos nas parcelas ou nos restantes utilizadores das áreas agrícolas.

ANEXO 3

AGRICULTURA URBANA COMO UM FACTOR INTEGRATIVO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE CLIMA OPTIMIZADO – CASABLANCA – MARROCOS.

Coordenadores: Alemanha – Prof. Undine Giseke, Berlin Institute of technology.
Marrocos – Prof. Fouad Amraoui, Hassan II University.

Localização: Casablanca – Marrocos

Data: 2008

Fonte: Extraído de

[http://www.futuremegacities.org/\(S\(2urqhbvlx0u4kv45puzijs55\)\)/download/flyerhauptphase/flyer_future_megacities_casablanca.pdf](http://www.futuremegacities.org/(S(2urqhbvlx0u4kv45puzijs55))/download/flyerhauptphase/flyer_future_megacities_casablanca.pdf) (consultado em 2009-10-9).

Este projecto é um plano de investigação Germano-Marroquino da competência do Ministério Alemão da Educação e Investigação, desenvolvido dentro do programa de investigação para as megacidades: *Research for the Sustainable Development of Megacities of Tomorrow, Focus: Energy- and climate-efficient structures in urban growth centres* (UAC – Urban Agriculture Casablanca, 2008).

Baseado nos resultados do programa preliminar desenvolvido entre Julho de 2005 e Março de 2008, consiste num projecto de desenvolvimento e de investigação com cinco anos de duração (Abril de 2008 a Março de 2013).

A região onde se insere Casablanca, com 3,6 milhões de habitantes em 2004 e uma população de 4,6 milhões de habitantes, prevista para 2015, é a região mais urbanizada de Marrocos.

A recente dinâmica económica deste país pode ser observada e focalizada deste modo: Casablanca está no meio de um processo de rápida transformação e modernização. A região periurbana é cada vez mais transformada e modelada pela expansão da neo-industrialização e por actividades residenciais, que criam pressão nos proprietários dos

terrenos das proximidades e nos agricultores. Simultaneamente, surgem urbanizações ilegais, próximas destas áreas.

O projecto em análise, desenvolve-se numa parceria entre a *Berlin Institute of Technology*, a *University of Hohenheim*, a *Bergische Universitat Wuppertal*, a *Association for Rainwater Harvesting and Water Utilisation, Darmstadt*, da Alemanha e a *Hassan II University Ain Chok in Casablanca, School of Sciences*, a *National Institute of Urban Planning in Rabat*, a *Hassan II University Mohammedia in Casablanca, School of Sciences Ben M'Sik*, o *Institute of Agronomy and Veterinary Medicine Hassan II in Rabat*, a *Association Sunergie Civique, Casablanca*, a *Regional Authority of Land-Use Planning, water and Environment in Casablanca*, a *Regional Authority of Agriculture In Casablanca*, a *City Planning Authority in Casablanca*, a *National Weather Service in Casablanca*, a *Association Al Oukhoua for the Development of the Oued El Maleh Valley*, a *Association Terre et Humanisme*, a *School of Oulad Ahmed, Douar Hmar* e a *Moroccan National Airport Office in Casablanca*, no país hospedeiro, focaliza-se na área da Grande Casablanca e tem como objectivo analisar e examinar de que forma é que a agricultura urbana pode ser uma contribuição relevante para a optimização do clima e para o desenvolvimento urbano sustentável, funcionando como um factor integrativo no crescimento dos centros urbanos.

Deste modo, este projecto coloca juntos a agricultura, o desenvolvimento urbano e as mudanças climáticas, numa nova perspectiva, enquanto as enquadra, simultaneamente, numa nova conjuntura operacional sob o título da “governança”.



Figura 50 - Mercado em Casablanca. Fonte: Extraído de: [http://www.futuremegacities.org/\(S\(2urqhbvlx0u4kv45puzijs55\)\)/download/flyerhauptphase/flyer_future_megacities_casablanca.pdf](http://www.futuremegacities.org/(S(2urqhbvlx0u4kv45puzijs55))/download/flyerhauptphase/flyer_future_megacities_casablanca.pdf) (consultado em 2009-10-9).

Neste projecto assume-se que agricultura urbana só será capaz de coexistir a longo prazo em conjunto com outras formas, economicamente mais fortes, de utilização da terra, quando as sinergias entre os usos urbanos e agrícolas surgem. O projecto pretende explorar a existência destas sinergias ou investigar como poderão ser desenvolvidas. Uma hipótese a considerar é que estas ligações urbano-rurais recíprocas contêm potencial para uma coexistência qualificada que pode ser explorada como uma base para formar estruturas urbanas multifuncionais e espaços abertos de clima optimizado. Podem também ser utilizadas para o desenvolvimento de novos sistemas de espaços abertos urbanos baseados em paisagens produtivas, à semelhança das *CPUL's* e do *Campo-Urbano*

Objectivos do projecto

Devido às características das dinâmicas das megacidades, este projecto assume que a produção de espaço aberto já não ocorre apenas por planeamento, no sentido

tradicional. Em vez disso, o processo requer uma abordagem multi-estratégica que engloba, igualmente, o desenvolvimento de novos instrumentos de planeamento e a ligação de estratégias *top-down* e *bottom-up*, assim como o desenvolvimento e a introdução de tecnologias ajustadas, estratégias educacionais e de comunicação, especiais.

Assim, os objectivos fundamentais são:

- Sensibilizar uma megacidade específica num contexto de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
- Concentrar e aperfeiçoar a precisão do tema pretendido como uma contribuição para a optimização climática do desenvolvimento urbano.
- Iniciar e estimular os interessados nos vários processos da implementação.
- Contribuir para a luta contra a pobreza.

As quatro principais questões da pesquisa são:

- Em que medida pode a agricultura urbana desempenhar um papel significativo na adaptação às consequências das mudanças climáticas, na protecção climática e na eficiência energética?
- Em que medida é a agricultura urbana uma estratégia inovadora para uma conservação de espaço urbano sustentável nas megacidades de amanhã?
- Em que medida pode a agricultura urbana contribuir para a luta contra a pobreza?
- Como pode a agricultura urbana ser integrada como um elemento crucial do desenvolvimento urbano de acordo com as condições locais?

Contribuições esperadas para um desenvolvimento climática e energeticamente eficiente das futuras mega-cidades.

A. Conhecimento, Tecnologias e Desempenho

Nas próximas décadas Marrocos não vai apenas ser confrontado com um aumento drástico das temperaturas, mas também com uma diminuição da precipitação acompanhada por um aumento da variabilidade da precipitação. Deste modo, pode-se esperar que a alta vulnerabilidade da agricultura às alterações climáticas e às influências ambientais, devidas às condições económicas e sociais prevalentes, resultará em grandes ajustes a alterações. Além disso, a população urbana será igualmente exposta a um aumento de riscos. O desenvolvimento exemplar de formas de agricultura urbana otimizada e eficiente energeticamente é um método de adquirir uma redução do efeito de estufa e uma adaptação às alterações climáticas. Com este propósito é necessário traduzir as projecções climáticas de modelos climáticos globais em medidas regionais específicas. As componentes chave em termos de estratégias adaptativas são a eficiência energética e o uso da água como recurso.

As acções e desempenhos previstos do projecto são:

- Métodos científicos e conceitos para a avaliação da interacção entre o clima, o consumo energético, a agricultura e a ligação urbano-rural.
- Cenários para o futuro desenvolvimento urbano-rural.
- Análises dos padrões e dos modelos espaciais específicos das megacidades.
- Implementação da investigação das quatro acções conduzidas por projectos-piloto em agricultura urbana.
- Instrumentos e linhas orientadoras para a região da Grande Casablanca.
- Transferência e transferibilidade de conhecimento.
- Resultados e recomendações para optimização da comunicação num projecto intercultural, interdisciplinar e transdisciplinar.

B. Instrumentos Aplicáveis, ferramentas e metodologias

O projecto originará conhecimento científico alargado e aplicações concretas de *pronto a usar*.

Três níveis de pesquisa dão forma ao ponto inicial:

- Grande temas de pesquisa e orientação política (a um nível macro),
- Conceitos e soluções genéricas (a um nível médio),
- Acção de actividades de pesquisa na forma de projectos-piloto (a um nível micro).

Três blocos de actividades acompanharão a reciprocidade dos níveis de pesquisa:

- Actividades de serviços (capacidade de construção, comunicações),
- Implementação de actividades de suporte (estratégias, instrumentos, plano de acção),
- Actividades de síntese (exploração científica dos resultados, controle da transferência dos resultados, avaliação, potencial para ampliação).

Uma metodologia de trabalho em forma de espiral assegura que novas visões sejam processadas e permitem a integração de abordagens científicas e não científicas, compostas por estruturas verticais e horizontais. Quatro projectos-piloto (indústria e agricultura urbana, assentamentos informais e agricultura urbana, turismo periurbano e agricultura urbana, produção saudável de alimentos e agricultura urbana) especificam os potenciais sinérgicos entre a cidade e a agricultura.

C. Capacidade de Construção, Integração e Redes de Instituições

O processo de democratização em Marrocos envolve a reorientação das políticas de desenvolvimento urbano e o envolvimento activo dos processos da sociedade civil e, como tal, pode ser considerado exemplar para a região de MENA (Middle East North Africa). Entre os vários participantes nas discussões conjuntas quem mais sublinhou o papel de Marrocos como um modelo para o mundo árabe e para o continente Africano

foi o sociólogo e escritor Fatema Mernissi. Em termos de objectivos de investigação e pontos de partida metodológicos, é já possível ter uma transferência inicial de conhecimento para outras regiões (UAC, 2008).

Os aspectos científicos particulares são:

- A criação de uma rede de actores.
- A identificação de posteriores necessidades para uma colaboração científica entre Marrocos e a Alemanha.
- Utilização dos conhecimentos identificados no projecto de investigação de outros projectos de pesquisa e desenvolvimentos concertados.
- Identificação dos potenciais para futuras ligações Marrocos-Alemanha (públicas ou privadas) empreendimentos, especialmente no campo da ciência e tecnologia, na economia, compromissos sociais e políticas gerais comuns.
- Aquisição conjunta de fundos públicos para implementar benefícios seguintes para módulos baseados em tecnologia específica.

D. Aspectos socioeconómicos, integrativos e sustentáveis.

O desenvolvimento de uma base de conhecimento em agricultura urbana funcionará como um projecto de frente aberta. Será disponibilizado para todos os interessados na agricultura urbana, nas alterações climáticas e no desenvolvimento sustentável das megacidades.

O reforço das economias regionais orientadas para as actividades relacionadas com a agricultura urbana conduzirá ao desenvolvimento de economias locais, por exemplo mercados orientados para a produção de alimentos de alta qualidade e o provisionamento de novos serviços urbanos para o turismo periurbano e para lazer e recreio. Um factor importante serão as próximas mudanças no mercado alimentar devido à antecipação dos novos lançamentos de produtos e à expansão das cadeias de supermercados, que podem escolher incluir produtos regionais no seu leque de oferta e conferir grande importância à qualidade dos produtos certificados.

Desenvolvimento de produtos técnicos específicos:

- Estufas de energia zero e técnicas de irrigação.

- Estabelecimento integrado de sistemas de reutilização da água ligando indústria e agricultura.
- Interface entre sistemas de tratamento de água altamente especializados e sistemas de rega de baixa especialização técnica.
- Estabelecimento integrado de sistemas de plantas para estações de tratamento descentralizadas ligando ciclos de água entre as urbanizações e a agricultura.

Este leque de medidas (instrumentos) apresenta oportunidades particulares para compromissos e transferência de conhecimento de pequenas e médias empresas alemãs, como as já incorporadas em projectos como os da associação *Fachvereinigung Betriebs- und Regenwassernutzung* e outras.



Figura 51 - Aspecto de tecido urbano de Casablanca incluindo rede viária, espaços abertos e tecido edificado.

Fonte: Extraído de

[http://www.futuremegacities.org/\(S\(2urqhbvlx0u4kv45puzijs55\)\)/download/flyerhauptphase/flyer_future_megacities_casablanca.pdf](http://www.futuremegacities.org/(S(2urqhbvlx0u4kv45puzijs55))/download/flyerhauptphase/flyer_future_megacities_casablanca.pdf) (consultado em 2009-10-9).

ANEXO 4

CHANTELOUP-LES-VIGNES – PARIS

Estudantes da *Ecole Nationale Supérieure du Paysage de Versailles* sob a coordenação de Pierre Donadieu

Localização: Chanteloup-les-Vignes – Paris – França.

Data: 1996

Fonte: Donadieu, P. (1996). Paris: Rural Landscapes for Urban Residents. In: R. Schaffer (Ed.) *Topos 17 – Urban Fringes* (58-63). Berlin: Callwey.

Em 1996, Pierre Donadieu propôs aos estudantes da *Ecole Nationale Supérieure du Paysage* de Versailles, o desenvolvimento de um exercício, em duas áreas agrícolas nos subúrbios de Paris, que procurava responder ao desejo insaciável que a cultura francesa tem pela paisagem. As questões que se colocaram foram as seguintes: utilizando os instrumentos e as metodologias utilizadas num projecto de paisagem, será possível conceber o campo como se fosse um parque? Que novas regras serão necessárias numa quinta quando não há espaço para a agricultura? Que interesses serão necessários para convencer tanto os representantes do governo como os residentes? Até na periferia da cidade e no seu interior, o campo pode ser objecto de projectos diferentes que o pretendem repor onde ele não existe ou está obsoleto, não esquecendo os agricultores. (Donadieu, 1996).

A. Criando um campo urbano

A oeste de Paris numa dobra do Sena, a 20 km da Ile de la Cite, fica a comunidade de Chanteloup-les-Vignes. O futuro da agricultura aqui não era invejável, pois esta área já se encontrava muito urbanizada na sua periferia. Cerca de 150 hectares de hortas e pomares restavam no seu centro, intercalados com lotes em pousio, hortas familiares,

areais e áreas de drenagem para a água residual de Paris. Residiam ali oito agricultores, que não tinham ilusões sobre o seu futuro e o dos seus filhos nesta área - por volta de 2015, de acordo com o plano geral da região de Ile de France, 25000 novos residentes iriam estabelecer-se nas comunidades de Triel-sur-Seine, Chanteloup, Carrières-sous-Poissy e Andrésy. A agricultura parecia irremediavelmente condenada, como o enclave do crescimento de vegetais em Montesson, às portas do distrito parisiense de La Defense. A crescer, poucos residentes defenderiam estas áreas negligenciadas porque preferiam os bancos do Sena e as florestas vizinhas para recreio.

Enquanto se retinha a ideia de um parque agrícola coordenando a área envolvente do meandro do rio, o projecto de arquitectura paisagista desenvolvido tentou *inventar* um novo território, tendo em consideração a urbanização e os governos federais, regionais e locais. Era de facto necessário convencer as diversas partes envolvidas pois os vários planos do estado, da região de Ile de France, do departamento de Yvelines e das quatro comunidades envolvidas, estavam longe de estar de acordo. Baseado nas características locais - um meandro no rio Sena - o plano geral realizado pelos estudantes, andava à volta da noção de insularidade. Assim, foi proposta uma ilha em terraços a partir da floresta de Haute-Isle com uma suave inclinação até o rio. Uma sucessão de áreas insulares ligava-se e articulava-se com outras através de um parque agrícola, uma reserva natural no coração geográfico do meandro; construções urbanas, circunscritas por um canal, próximas das instalações do porto.

O projecto tecia um trabalho de relações de circulação em volta dos diferentes espaços. Os residentes entravam no parque agrícola por percursos independentes dos agricultores. O projecto situava os edifícios da quinta, os hangares e as estufas ao longo dos percursos entre terra cultivada e zonas residenciais separando as áreas cultivadas dos espaços públicos com muros, diques, aterros e sebes. As inter-relações seriam alternadas entre a zona residencial, o parque agrícola e a floresta. Por exemplo, terraços de vinhas e pomares, cobrindo grandes áreas, separavam as zonas urbanas das zonas agrícolas. Eles não representavam a lembrança das vinhas de Chanteloup-les-Vignes mas constituíam um contexto agrícola no qual a futura urbanização se poderia desenvolver.

Num primeiro estágio do planeamento, o projecto de paisagem seria um esquema para evitar problemas, tais como a auto-estrada recusada pelos residentes. Seria considerado como um tema de debate e crítica pelo governo, técnicos e residentes. Suficientemente ambicioso para ser flexível mas também suficientemente coerente para resistir às críticas, o projecto tornava inclusivo o que parecia ser mutuamente exclusivo, servindo a urbanização desta área do rio, juntamente com a manutenção do cultivo, para limitar este crescimento enquanto não era dele protegido.

B. Designando um campo-urbano

Nos portões Este do aglomerado de Paris, a cerca de 20 km do centro de Paris, a planície de cereais de Brie terminava num vasto anfiteatro. Sendo a última área rural antes de Paris, os limites das florestas e os horizontes cultivados que caracterizavam o campo de Aulnay estendiam-se por cerca de mil hectares.

A terra agrícola nas comunidades de Pin, Villevaudé e Coubron foi declarada utilidade pública. Os representantes do governo tal como os residentes estavam habituados ao seu estilo de vida e estariam preparados para mudar de lugar assim que houvesse uma ameaça que originasse uma transformação nas suas formas de estar. A par da terra agrícola, a paisagem reflectia simultaneamente a conquista urbana: linhas eléctricas atravessavam-na sucessivamente, auto-estradas dividiam-na, pedreiras surgiam como feridas, pomares envelhecidos davam-lhe um ar de abandono. Os ribeiros eram conduzidos para diques agrícolas mas também desapareciam sob as propriedades e infra-estruturas, canalizadas. Em Chelles, numa área agrícola sobrevivente à construção de um aeroporto, o cultivo existia como um enclave de lotes dentro do tecido urbano.

Seria este um campo de desespero e uma missão impossível para os arquitectos paisagistas? O lugar e a memória estavam lá para qualquer um que o tivesse sabido desenhar ou tivesse tirado fotografias. A planície manteria o seu estatuto graças ao recente desenvolvimento da agricultura e a um programa de abertura ao público. Por suportar vários tipos de actores tornar-se-ia um campo concebido pelo público em conjunto com os agricultores. Esta poderia ser a última área utilizada para agricultura no departamento de Seine-Saint-Denis que manteria uma atmosfera bucólica, com a sua

floresta e com hortas nas colinas de Courtry, a comunidade vizinha. Aqui os governos delinearão um novo futuro que estava prestes a começar: uma quinta pedagógica e percursos pedonais estavam para ser criados. O projecto de paisagem propôs uma rede solta de sebes e bosques onde as vinhas, pomares e hortas se estendiam por toda a vertente. Estas continham percursos acessíveis a peões, com bancos sombreados e miradouros focando os horizontes distantes do Marne. Em Pin, o coração agrícola da planície, o impressionante *tabuleiro de xadrez* do enorme campo seria mantido, sem árvores ou sebes, sem nenhum obstáculo à vista dos curiosos, tão longe quanto as colinas o permitissem.

Nestes dois projectos experimentais, a ideia de criar cenários agradáveis era tão importante quanto produzir território para viver e de onde viver. A relação entre estes desenvolvia-se desde o processo transaccional dentro do projecto de paisagem. Mas havia uma quebra perceptível com a arte tradicional da paisagem. Os espaços detalhados pelo projecto eram, em primeiro lugar, quadros para produção articulada com mercados, alguns livres, outros controlados pelo poder público. As imagens sugeridas não podiam ser consideradas como finais, tendo em conta como o processo económico que as mantinha era imprevisível. O espaço agrícola era, pela sua natureza, um território em movimento, ainda que o desejo e o gosto popular pelo campo gostassem, frequentemente, de o manter imóvel.

ANEXO 5

PARC AGRARI DEL BAIX LLOBREGAT

Projecto conduzido pelo Conselho Comercial do Baix Llobregat e pela Câmara Municipal de Barcelona.

Localização: Baix Llobregat – Barcelona - Espanha.

Data: 1997

Fonte: Sabaté, J. (2000). El parc agrari del Baix Llobregat. *Àrea. Revista de Debats Territorials*, n.8, pp. 251-282.



Figura 52 - Parc de Baix Llobregat. A proximidade do parque agrícola com o tecido urbano de Barcelona. Fonte: Matos, R. (2009). p. 70

O sistema de parques da Área Metropolitana de Barcelona (Parc Agrario del Baix Llobregat) pode ser visto como uma estrutura urbana, um suporte através do qual as transacções ecológicas ocorrem. Este sistema segue um modelo baseado numa visão global e sistémica da paisagem integrando várias infra-estruturas que a constroem, podendo ser considerado um modelo para futuras expansões urbanas (J. Sabaté, 2000). Os parques que constituem este sistema preencheram antigos espaços intersticiais,

renovando o sistema urbano, através de um projecto de ligações com a urbanização envolvente, permitindo a penetração, na cidade, das estruturas ecológicas e produtivas. Este modelo também tem em consideração o problema do consumo alimentar e do fluxo dos resíduos: a única forma de reduzir a distância entre os lugares de produção/consumo ou de produção/reciclagem é equacionar a possibilidade de coexistência entre a actividade agrária e as indústrias verdes dentro do sistema urbano. Este exemplo é usado como um modelo de sucesso de um espaço urbano produtivo, permitindo a preservação de valores produtivos e de recursos ecológicos e culturais. Ao mesmo tempo permite o desenvolvimento económico, as funções ambientais e sociais de um espaço agrícola, obtendo uma agricultura sustentada e em harmonia com a paisagem envolvente.

ANEXO 6

BIESLANDSE POLDER – DELFT

Projecto conduzido por Jan Duijndam (agricultor) e Jacques Schievink (Delft Initiatives for Nature Group – IND).

Localização: Bieslandse Polder – Delft - Holanda.

Data: 1997

Fonte: Veenhuizen, R. Van, (2006). *Cities farming for the future. Urban agriculture for green and productive cities* (pp. 64-69). RUAF. Philippines : International Institute of rural Reconstruction and ETC Urban Agriculture



Figura 53 - Agricultura no *Upper Bieslandse Polder*, em Delft, na Holanda. Fonte: Veenhuizen, R. (2006), p. 65.

A cidade de Delft, na Holanda, proporciona um exemplo interessante de legislação de planeamento adaptado à inclusão da agricultura periurbana.

O *Upper Bieslandse Polder* tem uma área de 35 ha e situa-se na fronteira este de Delft. Durante o desenvolvimento do projecto, a terra foi cedida a agricultores, em períodos de arrendamento curtos. A colaboração entre agricultores, ambientalistas e planeadores fez

com que as autoridades da cidade garantissem um arrendamento de 12 anos aos agricultores que praticassem agricultura orgânica diariamente.

Este projecto demonstra uma série de benefícios que vêm da agricultura urbana (Veenhuizen, 2006). As quintas orgânicas incluem áreas designadas para *habitats* de vida selvagem, localizados no seu perímetro providenciando uma transição entre terras públicas e privadas.

Percursos pedonais, percursos cicláveis e percursos mistos foram incluídos no plano, intensificando o uso da quinta e proporcionando áreas de recreio para os habitantes de Delft. Prados alagados, terrenos pantanosos e leitos de juncos proporcionam uma gestão ecológica da água.

Este tipo de desenvolvimento ambiental é designado de *intensificação horizontal* e contrasta fortemente com a noção de *intensificação vertical* correntemente explorada por vários arquitectos holandeses³⁶⁷. Embora a intensificação horizontal encontrada no *Upper Bieslandse Polder* também seja artificial, os *inputs* em termos de energia e materiais são bastante menores que os verificados com a *intensificação vertical*, sendo os *outputs* quase inteiramente benignos, do ponto de vista ambiental.

Esta proposta relaciona-se com o único exemplo de intensificação horizontal de desenvolvimento da terra que não é permanente (12 anos), indicando como as políticas estão a começar a mudar na Europa.

³⁶⁷ A *intensificação vertical* propõe a sobreposição de diferentes actividades e sistemas ecológicos dentro de uma estrutura em andares.

ANEXO 7

PARQUE RIBEIRINHO DE BENAVENTE

NPK – Arquitectos Paisagistas Associados

Localização: Benavente - Portugal.

Data: 2002

Fonte: NPK – Arquitectos Paisagistas Associados



Figura 54 - Parque Ribeirinho de Benavente após uma cheia. Fonte: Fotografia da autoria de Nuno Bettencourt, cedida por NPK – Arquitectos Paisagistas Associados.



Figura 55 - Parque Ribeirinho de Benavente após o escoamento de uma cheia. Fonte: Fotografia da autoria de Nuno Bettencourt, cedida por NPK – Arquitectos Paisagistas Associados.

O parque ribeirinho de Benavente constrói-se em três espaços distintos: margens do rio Sorraia [no limite norte da cidade], a Vala Nova e o percurso entre estes dois espaços, numa extensão de cerca de 4 km.

O limite norte da cidade, na margem esquerda do rio Sorraia, constitui-se como o grande espaço aberto da cidade.

Este espaço inclui a Picaria, um recinto rectangular, construído em madeira, e que é utilizado para as largadas de touros e toureio a cavalo. A estrutura com cerca de 180m de comprimento e 45m de largura foi redesenhada, de modo a aumentar a sua perenidade, uma vez que sendo este um espaço ciclicamente inundável, a estrutura todos os anos era reconstruída. Sendo uma estrutura fixa, em que os topos ofereciam resistência à corrente, o arrastar de sedimentos, troncos e árvores destruía sistematicamente os topos da estrutura. No novo desenho, essas extremidades que anteriormente ofereciam resistência à corrente são agora amovíveis e retiradas no final de cada Verão.

Como revestimento das superfícies foi semeada uma mistura de prado que se autoregenera, sendo as espécies escolhidas adaptadas à especificidade deste lugar – resistência à secura, resistência à eventual submersão, à salinidade [ainda se sente a influência das marés], adaptação ao substrato argiloso e reduzidas operações de manutenção, efectuadas com recurso aos meios utilizados nas praticas agrícolas e na paisagem próxima. Este revestimento – prado - unifica toda a superfície estendendo-se também sob o olival existente e que foi conservado.

Os percursos que atravessam o espaço são constituídos por módulos de betão, que se organizam modularmente em caminhos hierarquicamente diferenciados. Em situações pontuais e estrategicamente localizadas, do ponto de vista espacial e funcional, os percursos dilatam-se originando zonas de estar e permanência. Os percursos e áreas de estadia, em módulos de betão apoiam-se sob o terreno e resistem à submersão, tornando mínimas as exigências de manutenção deste espaço.

A pesca que foi uma actividade económica e socialmente determinante na sobrevivência desta população ribeirinha é hoje uma actividade residual e de carácter lúdico e desportivo. No entanto foram requalificadas e redesenhadas as estruturas de acesso ao

rio: cais de embarque, pontões, cais de pesca, construídos em madeira, constituindo uma reinterpretação, mas mantendo os pressupostos dos anteriores sistemas construtivos.

A ambiguidade do processo de gestão das margens das linhas de água [responsabilidade diluída por várias entidades públicas] tem conduzido à ausência de intervenções de limpeza e manutenção das margens provocando o aceleração dos processos de erosão, nomeadamente neste troço do rio Sorraia. Foram previstas no projecto acções de estabilização e conservação das margens, recorrendo a técnicas como a fachinagem – sistema construtivo de estabilização da margem [combinação da colocação de um núcleo constituído por cascalho, envolvido por ramos mortos, no qual se introduzem estacas vivas de salgueiro].

A ponte, construída em estrutura metálica e betão pré-fabricado, suspende-se sobre o rio e unifica as duas margens. O percurso que se estende até à Vala Nova atravessa uma das paisagens mais férteis e ainda produtivas de Portugal.

A Vala Nova foi há décadas um porto fluvial de transporte de produtos frescos da lezíria para Lisboa. Hoje pretende-se a requalificação desta zona para actividades náuticas de lazer, tirando partido do espectacular plano de água existente. Na zona sul da Vala Nova o antigo cais é requalificado, instalando-se um pontão basculante para acesso dos barcos e bem como um pavilhão – bar com uma área de esplanada que se estende sobre o rio.

A ponte pedonal, recuperada, unifica as duas margens e permite aceder ao parque de merendas situado na zona norte. Este inscreve-se numa espiral drenante que se desenvolve em torno de um conjunto de árvores existentes e do centro da qual partem um conjunto de passadiços de madeira, que estabelece a ligação com o percurso principal. Um dos passadiços de madeira estende-se até ao rio transformando-se em cais. Todo o mobiliário – mesas e bancos - foi concebido para resistir ao arrastamento e à submersão.

Entre a cidade e a Vala Nova estabelece-se um percurso partilhado [bicicletas, tractores, cavalos ou simplesmente para ser percorrido a pé] sem interrupções atravessando campos agrícolas e parcelas cultivadas, cuja imagem se recria e transforma continuamente ao ritmo das estações.

ANEXO 8

LEISURESCAPE

Bohn and Viljoen Architects

Localização: Londres - Inglaterra.

Data: 2003

Fonte: Viljoen, A. (2005). *CPULs, continuous productive urban landscapes – designing urban agriculture for sustainable cities* (p. 251). Oxford : Architectural Press. Elsevier.



Figura 56 - *Leisureescape* – Paisagem produtiva e contínua. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 251.



Figura 57 - Paisagem contínua e paisagem produtiva. Orb Street Southwark, antes e depois. Fonte: Viljoen, A. (2005), p. 251.

Leisurescape é um projecto de Viljoen e Bohn e constitui uma proposta de *paisagem urbana contínua e produtiva*.

Leisurescape toca um desejo arcaico – o desejo do ócio e da utilidade através do espaço aberto. Justapõe os desejos lúdicos do homem a propostas que vêm da urgência de um futuro urbano sustentável e independente.

O *leisurescape* possibilita o escape dos habitantes da cidade para o campo e o escape dos habitantes do campo para a cidade. É um projecto aplicável a qualquer ambiente urbano, apesar de se reconhecer haver uma maior necessidade da sua existência nas megacidades.

Forma uma paisagem contínua que vem do exterior até ao interior de Londres, até ao Thames, voltando depois, novamente, ao exterior da cidade. Funciona pela articulação e inter-relação dos espaços abertos existentes: parques, campos de jogos, parques infantis, jardins públicos, parques de estacionamento, através de um corredor verde contínuo – o *Leisurescape*.

O *leisurescape* é activo e sazonal – promove o passeio, o convívio, o ciclismo, a leitura, o desporto, o descanso, o estar e o desfrutar.

Esta paisagem de prazer proporciona diferentes actividades de lazer em espaços abertos próximos. Permite também várias ocupações, tanto em termos profissionais como de lazer, para grupos de várias faixas etárias e diferentes níveis sociais. No entanto dá particular ênfase aos grupos que são frequentemente excluídos das actividades de lazer convencionais.

O *leisurescape* é económica e socialmente viável, reforçando as questões ecológicas e a sustentabilidade da proposta. A paisagem contínua que inclui o *leisurescape* assenta principalmente sobre a rede de acessibilidades existente pois tem como objectivo a redução do tráfego automóvel. Em substituição do uso convencional das vias o *leisurescape* transforma-as numa paisagem produtiva onde crescem fruta e vegetais para os cidadãos. Os campos agrícolas nesta proposta são vocacionados tanto para fins comerciais como para uso privado, determinando assim o seu valor económico e social.

O *leisurescape* tanto pode providenciar novas oportunidades de emprego, nas suas áreas de agrícolas comercializáveis, como actividades de lazer associadas. Metade da população de Southwark é constituída por reformados e o número de famílias

monoparentais está acima da média nacional e continua a crescer. O *leisurescape* é adaptável e lento e cria oportunidades para o número crescente de reformados, famílias monoparentais, deficientes e desempregados.

Podem ser referidos como precedentes de sucesso do *leisurescape*: em termos comerciais o Organicponicpos em Cuba; em termos de lazer o Selbsternte na Áustria e o Schrebergarten na Alemanha, aos quais acrescentamos o Plano Verde de Lisboa e as Estruturas Ecológicas da Paisagem de Manuela Raposo Magalhães (2007), em termos ecológicos e de lazer.